SILAS LUIZ DE SOUZA

O RESPEITO À LEI E À ORDEM:
presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)

ASSIS
2013

SILAS LUIZ DE SOUZA

O RESPEITO À LEI E À ORDEM:

presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa

ASSIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Souza, Silas Luiz de
S729r O respeito à lei e à ordem: presbiterianos e o governo militar 1964 - 1985 / Silas Luiz de Souza. Assis, 2013
290 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa

1. Presbiterianismo - Brasil. 2. Governo Militar. 3. Religião e política. 4. Igreja Presbiteriana – Brasil. I. Título.

CDD 285.181
981.06

Silas Luiz de Souza

O RESPEITO À LEI E À ORDEM:

presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e orientador:_____
Dr. Milton Carlos Costa – UNESP / Assis

2ª Examinadora:_____
Dra. Célia Reis Camargo- UNESP / Assis

3º Examinador:_____
Dr. Ricardo Gião Bortolotti- UNESP / Assis

4º Examinador:_____
Dr. Breno Martins Campos – PUC / Campinas

5º Examinador:_____
Dr. Richard Gonçalves André – UEL / Londrina

Suplente:_____
Dr. Angelo Aparecido Priori – UEM / Maringá

Suplente:_____
Dr. Lauri Emílio Wirth – UMESP / São Bernardo do Campo

Suplente:_____
Dra. Karina Anhezini de Araújo- UNESP / Assis

Assis, 18 de junho de 2013

Aos meus pais, Hélio e Irene.

À minha esposa, Beth, ao filho, Jônatas e à filha, Sheila.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, Assis, pelo caloroso acolhimento, tanto por parte do corpo docente como dos funcionários.

À bibliotecária da Biblioteca John Kyle, Vilma Aparecida Pupio Lemes, e à funcionária do Museu e Arquivo Presbiteriano Rev. Júlio Andrade Ferreira, Flávia Serra de Souza Cardia, instituições sediadas no Seminário Presbiteriano do Sul.

A Sra. Nelly Bolliger Lane, viúva de Eduardo Lane, pela gentileza com a qual me recebeu cedendo os exemplares do *Jornal Presbiteriano*, além de outros documentos, da conversa amigável e esclarecedora. A Sra. Josefina Maria Homem de Melo Araújo, viúva de Joás Dias de Araújo, sempre pronta a atender minhas indagações.

Ao Professor Dr. Milton Carlos Costa que aceitou a incumbência da orientação após a morte do Dr. Eduardo Basto Albuquerque, quando o primeiro semestre de curso e a orientação não haviam começado ainda. O esforço do Prof. Milton Carlos Costa foi grande, porém, as falhas que ainda se encontram no texto são de inteira responsabilidade de seu autor.

Ao Professor Dr. Ricardo Gião Bortolotti e à Profa. Dra. Célia Reis Camargo por suas sugestões, críticas, observações e indicações bibliográficas quando do Exame de Qualificação.

Aos professores titulares e suplentes desta banca examinadora.

Aos companheiros e companheiras da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões), que caminham juntos na busca da interpretação do mundo religioso.

À Profa. Sylvia Helena Heirinch, que fez a revisão do texto. Novas orações e acréscimos posteriores podem conter erros que não lhe devem ser imputados.

Ao Conselho da Igreja Presbiteriana de Americana, pois, em um tempo difícil, deu apoio financeiro para que o trabalho prosseguisse, além do companheirismo e amizade.

Por último, quero agradecer aos amigos especiais. São companheiros que apoiaram, ouviram, incentivaram, comentaram, leram, criticaram e empurraram sempre e em todo o tempo, seja durante uma refeição, no café ou ao lado de uma churrasqueira. Foram, sem dúvida, importantíssimos para que este momento ocorresse. Minhas dificuldades foram várias, de problemas de saúde até limitações pessoais; porém, a amizade desses amigos forçou-me a procurar a superação. Vou dispensar de declinar seus nomes completos, citando apenas o primeiro nome, como amigos se tratam, sem formalidades, e em ordem alfabética, pois um não foi mais importante que os outros. Tem morada eterna em meus sentimentos: Adilson, Breno, João e Tiago.

SOUZA, Silas Luiz de. **O RESPEITO À LEI E À ORDEM: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985).** 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Este trabalho estuda o apoio da Igreja Presbiteriana do Brasil ao governo militar. Essa sustentação ideológica pode ser entendida como parte da disputa por espaço no campo religioso brasileiro, enfrentando, principalmente, o catolicismo. O apoio ao governo militar foi também parte da estratégia de participar das transformações pelas quais o país deveria passar para se tornar um país avançado. Esse progresso seria alcançado pela adoção da verdadeira religião que os presbiterianos ofereciam aos brasileiros. Nesse sentido, a aprovação aos militares é resultado de sua herança teológica e ideológica. O presbiterianismo veio dos Estados Unidos da América do Norte e em seu bojo vieram o pensamento liberal e o fundamentalismo teológico, dois elementos essenciais para prover a base ideológica do apoio ao governo militar. A sustentação e o aplauso estiveram presentes nas páginas do jornal oficial da Igreja, *Brasil Presbiteriano*, e em diversas decisões conciliares, desde 1964, mas especialmente após a reunião de 1966, quando o grupo fundamentalista ascendeu ao poder. No entanto, houve um grupo de oposição ao governo eclesiástico estabelecido em 1966, cuja linha teológica e ideológica poderia representar oposição ao regime militar. A disputa entre as duas partes não aparecia como disputa ideológica, mas sim puramente teológica. As ideias desse segundo grupo se mostram nas críticas que o jornal oficial da denominação fazia, nas decisões conciliares e, principalmente, no próprio jornal criado como órgão de debate e oposição, o *Jornal Presbiteriano*. O ecumenismo, com o pensamento da responsabilidade social da igreja e o movimento evangelical, com o conceito de missão integral, eram ideias correntes desse grupo. Esses conceitos recebiam a acusação de esquerdismo e comunismo, demonstrando um tipo de pensamento que poderia não dar apoio aos militares tão facilmente, embora o grupo não tenha se manifestado de forma clara e objetiva sobre o tema.

Palavras-Chave: 1. Presbiterianismo no Brasil 2. Governo militar 3. Religião e política

SOUZA, Silas Luiz de. **THE RESPECT FOR LAW AND ORDER: presbyterians and the military government in Brasil (1964 – 1985).** 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

This work studies the support of the Presbyterian Church of Brazil to the military government. This ideological support can be understood as part of the fight for space in the Brazilian religious field, facing Catholicism and Pentecostalism. Support for the military government was also part of the strategy to participate in the transformations that the country should move to become an advanced country. This progress would be achieved by the adoption of true religion that Presbyterians provided Brazilians. In this sense, the military approval is a result of their theological and ideological heritage. The Presbyterianism came to the United States of North America and in its wake came the thought liberal and also theological fundamentalism, two essential elements to provide the ideological basis of support for the military government. The aid and applause were present in the pages of the official newspaper of the Church, *Brasil Presbiteriano*, and several conciliar decisions since 1964, but especially after the 1966 meeting, when the fundamentalist group came to power. However, there was a group opposed to the ecclesiastical government established in 1966, whose theological and ideological lines could represent opposition to the military regime. The dispute between the two parties of dispute do not appeared as ideological, but purely theological. The ideas of this second group are shown in criticizing the newspaper's official of church, in conciliar decisions and especially the newspaper itself created as an agency of opposition and debate, the *Jornal Presbiteriano*. Ecumenism, with the thought of social responsibility of the church and the evangelical movement, with the concept of integral mission, were current ideas of this group. These concepts were given the charge of leftism and communism, demonstrating a kind of thinking that could not support the military so easily, although the group has not spoken out clearly and objectively on the subject.

Keywords: 1. Presbyterianism in Brazil 2. Military government 3. Religion and politics

LISTA DE ABREVIATURAS

BP – Brasil Presbiteriano

CEB – Confederação Evangélica do Brasil

CI – Constituição da Igreja

CIIC – Concílio Internacional de Igrejas Cristãs

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

FENIP – Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas

FTL – Fraternidade Teológica Latino-americana

IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil

IPU – Igreja Presbiteriana Unida

JP – Jornal Presbiteriano

OESP – O Estado de São Paulo

SBB – Sociedade Bíblica do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

CAPÍTULO 1 - **Os problemas vitais do Brasil são essencialmente os problemas vitais do evangelismo** 58
1.1 A economia 60
1.2 A questão da terra 66
1.3 Movimentos populacionais 70
1.4 A Educação..... 74
1.5 A educação para os presbiterianos..... 77
1.6 Ação e reação da Igreja Católica 81
1.7 A presença protestante no Brasil e a disputa por espaço no campo religioso..... 85
1.8 Efervescência cultural 91
1.9 Preparação do golpe e os militares no poder.....96
1.10 A importância da influência norte-americana no golpe militar..... 99
1.11 Conflito ideológico-teológico pré-1964 na IPB.....103

CAPÍTULO 2 - **Os verdadeiros cristãos se regozijaram com a gloriosa revolução**.....110
2.1 Protestantismo e Liberalismo 110
2.2 Protestantismo e Fundamentalismo.....120
2.3 No impacto do golpe.....126
2.4 O Supremo Concílio de 1966 140
2.5 "A afirmação de respeito à lei e à ordem" após 1966.....149
2.6 A consolidação do apoio.....152
2.7 Pentecostalismo e reação presbiteriana.....159
2.8 O jornal *Brasil Presbiteriano* e o discurso anticomunista 162
2.9 O fim do governo militar 170

CAPÍTULO 3 **- Uma igreja ameaçada** 173
3.1 Uma oposição "pouca e rouca" 176
3.2 O *Jornal Presbiteriano*.....179
3.3 A discussão sobre a questão da Bíblia e suas traduções.....192
3.4 "O Supremo Concílio que eu vi".....196

3.5 Divulgação de Documentos Conciliares.....203
3.6 Embates na Justiça 210
3.7 Questões teológicas 216
3.8 Outras avaliações e crítica da situação.....218
3.9 O Pentecostalismo.....221
3.10 Também o anticomunismo.....223
3.11 Ação social.....224
3.12 Demonstração de patriotismo.....226
3.13 Ecumenismo.....229
3.14 Também espaço para os fundamentalistas: tolerância.....233
3.15 A FENIP.....234

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....235

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....244

ANEXOS.....261
ANEXO 1 - MEMORIAL dirigido aos crentes Evangélicos de todo o Brasil.....261
ANEXO 2 – Capa do livro da "Conferência do Nordeste".....264
ANEXO 3 - Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil.....265
ANEXO 4 - Última página do *Brasil Presbiteriano* de 15 de maio de 1966.....268
ANEXO 5 - Capa do livro *O "Evangelho Social" E a Igreja de Cristo*.....269
ANEXO 6 - Discurso de posse do Presidente do Supremo Concílio.....270
ANEXO 7 - Primeira página do *JORNAL PRESBITERIANO*, janeiro de 1975.....273
ANEXO 8 – Manifesto do Presbitério de Campinas.....274
ANEXO 9 – Documentos da Atibaia.....282
ANEXO 10 - O Boletim Dominical, a circulação de ideias e a vida cotidiana.....286

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema e da hipótese de pesquisa

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, viu-se pela primeira vez uma candidatura que, decidida e assumidamente, se declarava evangélica. Foi o caso de Marina da Silva. Antes dela, porém, outros nomes que assumiam sua religiosidade protestante destacaram-se no cenário político nacional. Anthony Garotinho, depois de ser prefeito de Campos, a maior cidade do interior do Estado, chegou ao governo do Rio de Janeiro, em 1999, tendo sido sucedido pela esposa, Rosinha Garotinho. Ambos faziam questão de declarar sua pertença à Igreja Presbiteriana. Entre os dois mandatos, houve a renúncia do Governador para concorrer à presidência da República, quando assumiu a Vice-Governadora, Benedita da Silva, Ministra do governo Lula entre 2003 e 2004, que também se declarava evangélica. Esta, depois de ser filiada à Igreja Assembleia de Deus, tornou-se membro da Igreja Presbiteriana. Carlos Apolinário foi candidato ao governo paulista, em 2002, com um lema de campanha que não deixava dúvidas sobre sua religiosidade: "São Paulo nas mãos de Deus," e seu site na internet ostenta, ainda hoje, o lema "fé e trabalho" e o apresenta como membro da Assembleia de Deus. Entre 1986 e 1990 Iris Rezende foi Ministro da Agricultura, o primeiro evangélico a ocupar um ministério. Tomava atitudes com as quais procurava identificar-se assim, como o culto que realizou em Brasília para comemorar a grande safra de grãos que ocorreu no período. O culto contou com a participação de pastores e líderes de diversas denominações protestantes, e o pregador foi o pastor presbiteriano Caio Fábio que, na época, era figura conhecida por sua presença ativa na mídia e por dirigir a ONG Fábrica da Esperança, além de presidir a Aliança Evangélica Brasileira.

Para alguns, no entanto, houve outros evangélicos que participaram da política brasileira anteriormente. O General Geisel, luterano, foi o primeiro presidente membro de uma igreja protestante, mas não alardeava a pertença religiosa. Café Filho, vice-presidente que assumiu o governo com a morte de Vargas, não escondia sua herança presbiteriana, porém se declarava agnóstico. Outros entendem que, como Geisel era membro de uma igreja de origem na imigração e não no projeto missionário, e como Café Filho havia deixado o presbiterianismo, suas presenças não são relevantes para o protestantismo brasileiro. Deputados Federais, Deputados estaduais, prefeitos e vereadores protestantes são encontrados

desde que os dois primeiros evangélicos, um metodista e outro presbiteriano, Guaracy Silveira e Antonio Rodrigues de Souza, respectivamente, foram eleitos para a Constituinte de 1934 (SOUZA, 2005, p. 99). A diferença destes em relação aos evangélicos citados no primeiro parágrafo é que no discurso político dos mais recentes a condição religiosa passou a ser destacada como elemento essencial. Isso não quer dizer que tenham sido eleitos apenas com o voto dos evangélicos. O que se quer destacar aqui é a visibilidade dos evangélicos e sua participação no processo político-partidário. Essa nova postura individual de políticos evangélicos é devida ao crescimento, assombroso para alguns, que determinadas igrejas tiveram na segunda metade do século XX, fato que lhes deu visibilidade. As cidades brasileiras passaram a contar com maior quantidade de templos, pequenos e mal arranjados "esconderijos" em garagens da periferia, ou grande templos, montados em antigos cinemas, supermercados e até fábricas, além dos construídos especificamente para a finalidade de culto. Tal crescimento provocou também mudança na postura diante da política.

Nas décadas anteriores, muitos protestantes, apesar da presença constante de membros das diversas denominações em várias instâncias políticas, caracterizavam-se por praticarem uma exclusão voluntária do processo político-partidário, com o discurso de que "protestante não entrava em política", pois a corrupção presente nas atividades políticas não seria lugar para o crente. Nas últimas décadas, o discurso modificou-se, considerando-se que, se houvesse participação de um maior número de verdadeiros cristãos, a política pode ser transformada e mudar a nação para melhor. A participação deixou de ter caráter meramente pessoal, alterando-se para uma postura ativa de instituições, com posicionamentos oficiais por parte de seus concílios e órgãos deliberativos. Denominações começaram a indicar nomes, a apoiar candidatos e, principalmente, a pregar contra um candidato considerado ofensivo à fé. Em julho de 2010, quando a campanha presidencial se encaminhava para os momentos decisivos de propaganda no rádio e na televisão, os noticiários jornalísticos informavam sobre uma reunião da candidata Dilma com cerca de quinze igrejas evangélicas. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica se manifestava pela CNBB, orientando os fiéis a não votarem em Dilma por que ela seria contrária aos valores morais cristãos. Nessa mesma época, os líderes da Igreja Universal e da Assembleia de Deus trocavam denúncias e acusações; a primeira apoiava Dilma; a segunda apoiava José Serra. Na eleição de 1999, muitos líderes evangélicos se pronunciaram contra a candidatura de Lula, julgando-a inimiga da fé devido a sua ideologia comunista. A bem da verdade, foi criado o Movimento Evangélico Progressista (MEP), que participou ativamente da campanha eleitoral de Lula. Porém, esse era absolutamente marginal no protestantismo brasileiro daquele período.

É preciso deixar claro que o protestantismo não tinha uma postura homogênea que englobasse todas as denominações, com relação à participação política. As igrejas pentecostais e as novas igrejas surgidas a partir das décadas de sessenta e setenta do século XX é que possuíam, majoritariamente, uma postura negativa quanto à política e à participação do cristão nas atividades políticas. Por outro lado, embora nas igrejas do protestantismo histórico, caso da Igreja Presbiteriana do Brasil, IPB, houvesse pessoas com o mesmo discurso de distanciamento, havia, porém, número considerável de pessoas que entendiam ser dever cristão participar do mundo para transformá-lo. Esta última postura tinha raízes na herança teológica, ideológica e cultural das denominações históricas, as igrejas também chamadas de tradicionais. A criação de inúmeras escolas pelos diversos grupos protestantes e as polêmicas levadas a efeito contra o posicionamento católico, considerado culpado pelo atraso do país, são exemplos dessa preocupação dos protestantes. O livro, fruto da Dissertação de Mestrado, do mesmo autor (SOUZA, 2005) deste trabalho tem em seus dois primeiros capítulos um estudo histórico-teológico do presbiterianismo sobre o tema e uma descrição do modo como os presbiterianos entenderam sua ação social e política no Brasil e como as discussões se processaram internamente na denominação.

Certamente que a relação entre religião e política sempre esteve presente nas sociedades no decorrer do tempo. Com uma dose de humor, o jornal *O Estado de São Paulo* comentou, em outubro de 2010, que "a religião está intensamente envolvida na política brasileira, desde que o Descobrimento foi celebrado com uma missa." O antigo jornal paulista acrescenta: "enquanto não buscou o voto evangélico, Lula foi derrotado nas disputas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, quando esse voto foi maciçamente despejado em Fernando Collor e, duas vezes, em Fernando Henrique Cardoso, respectivamente." (ELEIÇÃO..., 2010, acesso online). Não é, portanto, essa a questão que se vai debater neste trabalho. Tal fato já foi objeto de estudos nos últimos séculos, por inúmeros pesquisadores.

Pretende-se demonstrar, por um lado, que o apoio dos presbiterianos ao governo militar deriva de sua teologia e, por outro, que faz parte da luta por espaço dentro do campo religioso em ebulição na segunda metade do século XX. É fundamental entender que a teologia está relacionada ao contexto social em que um grupo religioso está inserido. Os presbiterianos buscavam conquistar espaço na sociedade brasileira e a teologia deu as respostas que o grupo precisava para se colocar naquele ambiente social específico, apoiando o governo militar. Durkheim (1989, p. 281 – 282) ensinou que a religião é "antes de mais nada, um sistema de noções através das quais os indivíduos compreendem a sociedade de que são membros" e, embora metafórica e simbólica, não é infiel, pois "exprime uma verdade

eterna". Ao estreitar o laço com a divindade, "estreitam realmente os laços que unem o indivíduo à sociedade que é membro." Assim, o indivíduo está, por força de sua fé, mais unido à sua religião, à sua comunidade religiosa e, podemos acrescentar, à sociedade à qual se pretende transformar e trazer para o verdadeiro culto. Ao estudar a relação entre o poder político e o poder religioso, Bourdieu (2005, p. 70 – 73) afirma que "por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política." No entanto, isso não significa a inexistência de conflitos e tensões entre esses poderes e, no curso da história, ocorreram "diferentes tipos de equilíbrio entre os dois polos constituídos pela hierocracia ou o governo temporal dos sacerdotes e pelo césaro-papismo ou subordinação total do poder sacerdotal ao poder secular." A relação entre esses poderes interfere na relação entre o sacerdote e o profeta, pois o profeta faz oposição ao sacerdote, sendo que muitas vezes a subversão simbólica promovida pelo profeta tem como alvo a estrutura social, a ordem social que pode se romper. Essas reflexões de Durkheim e de Bourdieu ajudam a entender como grupos religiosos deram apoio ao governo militar e, ao mesmo tempo, tiveram disputas internas de grupos que faziam oposição teológica, cuja reflexão desembocava na questão da atuação da igreja no mundo.

A presença presbiteriana na sociedade brasileira

Quem é esse povo?
Que povo é esse?
Esse é o povo que vai morar no céu.
Vai morar, vai morar, vai morar
Com Jesus lá no céu.[1]

A letra do cântico que abre, em epígrafe, esta seção aponta para uma contradição da visão de mundo presente em boa parte dos protestantes brasileiros. Ao mesmo tempo em que vive as angústias e desafios do tempo presente, olha para o céu como o lugar não só desejado, profetizado nos quiliasmos no decorrer dos séculos, mas um espaço geográfico, para onde irão os verdadeiros crentes. Enquanto vivem esse tempo de espera precisam tratar de coisas comezinhas como trabalhar, vestir, comer e, com relação ao grupo de fé, organizar, administrar propriedades e conquistar espaços. Necessitam, também, agir de diversas formas na sociedade em que estão inseridos, inclusive fazendo opções políticas. Certamente, isso não é peculiar ao presbiterianismo nem ao protestantismo. Porém, como este estudo tem como

[1]Cântico popular entre os presbiterianos e protestantes em geral, nos anos sessenta e setenta do século XX.

objeto a IPB, é mister que se identifique melhor o grupo social, presente na sociedade brasileira desde meados do século XIX. Quem é, de onde veio, como se organiza e se administra esse povo que pretende morar no céu enquanto vive o presente no Brasil e age para transformar a sociedade segundo sua visão de mundo?

A presença protestante no Brasil foi uma presença marginal desde o século XVI, por meio do comércio clandestino do pau-brasil, ouro, pedras preciosas e mesmo com a ocupação mais permanente em dois casos. Primeiro, houve expedição de Villegagnon, católico, mas financiado pelos protestantes franceses e que aventurou-se a estabelecer uma colônia francesa nas novas terras portuguesas ainda no século XVI. Porém, divergências internas e dificuldades para manter a ocupação não permitiram a conquista do território; assim, os franceses logo foram expulsos. No século XVII, os calvinistas dos Países Baixos, no bojo de suas disputas com a coroa espanhola, ocuparam parte do nordeste brasileiro onde estabeleceram a igreja reformada. Nesse período, as coroas espanhola e portuguesa estavam sobre uma mesma cabeça; portanto, o território brasileiro fazia parte das possessões daquele que era inimigo político e da fé ao mesmo tempo. Foram organizadas diversas igrejas com teologia e sistema de governo baseados no calvinismo, inclusive entre os indígenas. Contudo, essas experiências foram efêmeras e não deixaram qualquer traço significativo no país.

O protestantismo estabeleceu-se permanentemente no território brasileiro no século XIX. A vinda da corte portuguesa para a colônia trouxe consigo a presença inglesa, consequentemente o protestantismo anglicano. O tratado assinado, em 1810, com a Inglaterra garantia o culto anglicano no território português, oficialmente católico. Após a independência, o Brasil se abriu ainda mais à imigração europeia recebendo mais protestantes, agora luteranos que constituíram colônias em alguns Estados, especialmente no sul do país. No entanto, a presença protestante ganhou amplitude com a chegada dos missionários protestantes norte-americanos, acrescidos, posteriormente, de missionários europeus. A partir dos anos trinta do século XIX, os metodistas vieram sondar o território visando o trabalho missionário e, nos anos setenta, voltaram para estabelecer igrejas. Ocorreu a presença de um pastor presbiteriano no Brasil, James Fletcher, que não veio como missionário da denominação, mas como agente de associações missionárias interdenominacionais, bem como de associações comerciais e trabalho na diplomacia. O historiador oficial da IPB, no livro de resumos biográficos dos missionários e outros líderes presbiterianos, dedica duas linhas a Fletcher, como se sua atividade se limitasse “à comunidade imigrante” (MATOS, 2004, p. 13). A dedicação aos irmãos protestantes norte-americanos e europeus não impediu que Fletcher atuasse em outras áreas principalmente como distribuidor de Bíblias e livros

religiosos. No entanto, sua preocupação era, além de evangelizar o Brasil, colocá-lo no caminho do progresso, o que, aliás, eram coisas que se confundiam. Com isso em mente, viajou, publicou livros e artigos em jornais e chegou a ser funcionário do Consulado, sempre interessado em abrir a nação para o evangelho e o progresso. Teve contatos com a Corte, inclusive com o Imperador e com empreendedores e políticos liberais. A dissertação de Bruno Gonçalves Rosi valoriza a presença de James Fletcher e demonstra sua importância na criação de um sentimento favorável à presença dos norte-americanos e protestantes no país.[2] Em 1855, o médico e pastor escocês Robert Kalley estabeleceu-se no país depois de uma temporada nos Estado Unidos da América, após deixar a Ilha da Madeira por perseguições religiosas. Kalley imigrou com um pequeno grupo de portugueses que constituíram a Igreja Evangélica Fluminense, origem da denominação Congregacional no país. Em 1859, desembarcou no Rio de Janeiro o pastor presbiteriano Ashbel Green Simonton. Cerca de um ano mais tarde, foi seguido por seu cunhado Alexander Blackford. Nos anos seguintes, a cada década, outros chegariam em quantidade crescente. Ainda no século XIX, chegariam os metodistas, os batistas e os episcopais norte-americanos.[3]

As igrejas protestantes eram legais no Império do Brasil, pois sua Constituição garantia liberdade religiosa, porém, com restrições, já que a Igreja Católica Apostólica Romana era religião oficial do Estado. Outras igrejas eram permitidas, dentro de legislação específica, mas garantia-se a liberdade de escolha, desde que a igreja oficial não fosse ofendida. Como igreja oficial, o catolicismo tinha direitos de subvenção e o Tesouro do Império sustentava os sacerdotes, garantias do regalismo e do padroado. A situação do protestantismo mudou com a Proclamação da República. Pelo decreto 119-A, de janeiro de 1890, foi estabelecida a separação entre Estado e Igreja, atribuindo-se situação legal igual a todas as igrejas estabelecidas no país. No século XX, já com a nova situação legal, outras denominações evangélicas entrariam no Brasil. Os primeiros grupos pentecostais estabeleceram-se no país ainda na primeira década do século XX e não foram considerados importantes pelos católicos ou pelos protestantes, que se deram conta do fenômeno pentecostal apenas em meados do século, quando seu crescimento surpreendeu a todos. Além de diferentes denominações e missões que chegaram durante o século XX, há também o surgimento de diversas igrejas com liderança local. Esses temas dispensam mais informações.

O importante é estabelecer mais claramente a presença dos presbiterianos no território brasileiro e verificar aspectos que interessem de forma clara e objetiva com nosso objeto.

[2]Cf. ROSI, 2009.
[3]Para mais informações: SILVA; SANTOS; ALMEIDA, 2011.

Daremos breves informações sobre os primeiros missionários procurando estabelecer seu perfil e, com isso, antecipando a visão de mundo que assumiria o presbiterianismo.

O primeiro pastor presbiteriano a atuar no Brasil como missionário da Igreja dos Estados Unidos para estabelecer o presbiterianismo no Brasil foi Ashbel Green Simonton[4]. Tiago Watanabe afirma que esse missionário "é o presbiteriano mais biografado e é, seguramente, uma das personalidades protestantes mais estudadas no Brasil" (WATANABE, 2012, p.12). Em agosto de 1859, desembarcou no Rio de Janeiro trazendo cartas de apresentação para as autoridades diplomáticas norte-americanas. Era um jovem de 26 anos, solteiro e impregnado do sonho de estabelecer a verdadeira igreja no Brasil. Sua vida foi curta, tendo adoecido e morrido na cidade de São Paulo em dezembro de 1867. Apesar do pouco tempo de vida, os acontecimentos que o envolveram foram intensos. Dedicou-se ao aprendizado da língua que lhe permitiria pregar aos brasileiros, o que foi possível em abril de 1860, mas o trabalho regular em português aconteceria apenas no ano seguinte. Antes, pregara para marinheiros, funcionários diplomáticos de sua nação e comerciantes, além de procurar contatos com brasileiros que lhe pudessem abrir portas para o desenvolvimento da missão.

A partir de 1861 a pregação alcança poucos interessados até que, em janeiro de 1862, recebe os dois primeiros membros presbiterianos em terras brasileiras; curiosa ou sintomaticamente, nenhum dos dois brasileiros, um norte-americano e um português. Seu diário registra nas anotações do dia 14 de janeiro: "No domingo, dia 12, celebramos a Ceia do Senhor, recebendo por profissão de fé Henry Milford e Camillo Cardoso de Jesus. Assim foi a nossa organização em igreja de Jesus Cristo no Brasil" (SIMONTON, 2002, p. 152). Uma igreja estrangeira, com os primeiros conversos estrangeiros, se organiza como "igreja de Jesus Cristo no Brasil", desqualificando a religião dominante e antecipando as disputas no campo religioso. Essa primeira igreja foi seguida, cerca de três anos depois, pela criação de outras duas, nas cidades de São Paulo e de Brotas, no interior do Estado paulista. Esta última foi, por longo tempo, a maior Igreja Presbiteriana brasileira, resultado do trabalho de José Manoel da Conceição, de quem também falaremos brevemente abaixo. As três igrejas permitiram a criação do Presbitério do Rio de Janeiro, ligado à Igreja dos Estados Unidos da América.

Procurando atingir a elite intelectual do país, Simonton criou o primeiro jornal protestante da América Latina, "Imprensa Evangélica", e apresentou ao recém-criado Presbitério do Rio de Janeiro uma série de sugestões sobre como alcançar os brasileiros no qual coloca a criação de escolas como um dos principais itens da pauta. No assunto educação,

[4]Algumas Biografias de Ashbel Green Simonton: ATAÍDES, 2009; CÉSAR, 2009; FERREIRA, 1952; FERREIRA, 1992; MATOS, 2004; WATANABE, 2012; VVAA, 2000.

Simonton não descuidou da educação teológica dos brasileiros e criou o primeiro Seminário, o qual teve vida curta, mas formou os quatro primeiros pastores nacionais, fato que se mostraria importante para a continuação da igreja brasileira.

Deve-se notar o destaque que Simonton deu à realização da primeira Escola Dominical. Essa instituição é uma das mais importantes na vida religiosa das igrejas de origem puritana. Em seu diário, o missionário registra no dia 28 de abril de 1860: "realizei uma Escola Dominical em minha própria casa" e acentua: "foi meu primeiro trabalho em português". O que é importante destacar é o registro do material utilizado nesta primeira Escola Dominical, anotados no diário: "A Bíblia, o catecismo de história sagrada e o *Progresso do Peregrino*, de Bunyan" (SIMONTON, 2002, p. 140). Certamente nenhuma reunião presbiteriana deixa de ter a leitura bíblica, mesmo reuniões administrativas. A presença do catecismo também não era coisa estranha entre os protestantes que produziram os seus desde a Reforma do século XVI. Seu uso demonstra a preocupação com a correta teologia que a atividade missionária deveria desenvolver e ensinar. Por fim, o livro *O Progresso do Peregrino*, que foi um clássico do movimento puritano do século XVII. A presença dessa obra anuncia um tipo de teologia e religiosidade.

No livro, o herói, o "Peregrino", é um homem do povo que se depara com outros homens e mulheres hipócritas, formais, luxuriosos. A história está bem inserida no período próximo da Revolução Inglesa, antes e depois, como as personagens o mostram. No entanto, o objetivo não é aprofundar nenhum estudo sobre o livro, mas destacar seu aspecto religioso e teológico puritano que o fez perpassar gerações. Hill comenta que o calvinismo de Bunyan "é muito peculiar", ativista, pois "o céu tem de ser conquistado na luta". (HILL, 1987, p. 388). O peregrino caminhará em direção ao céu até encontrar descanso. No entanto, antes disso, não obterá ajuda, justiça ou consolo em nada ou ninguém deste mundo. Lutará sozinho e arduamente. A vida é um extenso vale de dor e lágrimas. A narrativa acusa comerciantes, burgueses, clérigos, legisladores e outros de fazerem o jogo do diabo, tentando impedir o progresso do caminhante. O Peregrino caminha pelo mundo com um pesado fardo atado às costas, fardo que ele mesmo não consegue retirar, precisando esperar o final da viagem, junto à porta do reino celeste quando Deus o livrará do peso. Este, então, foi o texto usado na primeira Escola Dominical presbiteriana brasileira, considerado por alguns uma das principais obras literárias do século XVII na Inglaterra. O pensamento do mundo como lugar de sofrimento não é estranho ao cristianismo, estando presente também em outras religiões. O catolicismo nunca deixou de pensar a vida cristã como espaço de sofrimento e dor, e isto fazia parte da visão de mundo dos católicos brasileiros. João Leonel comenta o trabalho de

divulgação da Bíblia e de livros religiosos como parte das atividades de missionários e mesmo de leigos brasileiros. O que esse autor destaca é o fato de que o livro *O Peregrino* era vendido juntamente com a Bíblia, "portanto, o livro tornava-se uma chave de compreensão da Bíblia" (LEONEL, 2010, p. 59). E mais: "*O Peregrino* tornou-se a fonte de maior influência na formação ético-teológica do protestantismo nascente" (LEONEL, 2010, p. 61). Outros já têm destacado isso (LÉONARD, 1981; HAHN, 1989). Esse aspecto criou, de qualquer modo, um ponto de contato que tornava o protestantismo não totalmente estranho ao brasileiro.

O segundo missionário, Alexander Latimer Blackford, era casado com uma irmã de Simonton, Elizabeth. Um pouco mais velho que o cunhado, Blackford chegou ao Brasil pouco menos de um ano depois de Simonton. Alguma divergência sobre a estratégia de ação levou Blackford a se mudar para São Paulo, enquanto Simonton preferia centrar o trabalho na capital do Império. Porém, a mudança para São Paulo se mostrou fundamental para o desenvolvimento da igreja, especialmente pelo encontro com um padre que se tornaria o primeiro pastor protestante brasileiro. Após a morte de Simonton, Blackford assumiu a direção da Igreja no Rio de Janeiro (MATOS, 2004, p. 31 - 38).

Pouco depois da chegada dos primeiros missionários, os presbiterianos tiveram na conversão de José Manoel da Conceição[5] uma possibilidade de "abrasileiramento" de sua igreja e seu culto. Émile Léonard (1981, p. 56), o primeiro a estudar sistemática e academicamente o protestantismo brasileiro (WATANABE, 2011, p. 83 - 134), diz que Conceição foi "o homem que abriria ao protestantismo o interior do Brasil." De fato, ao aderir ao protestantismo, o ex-padre trabalha arduamente nas regiões de suas antigas paróquias, viajando e pregando incansavelmente. O historiador francês, membro do grupo que trabalhou na implantação da área de Humanidades na USP, percebeu com clareza que, apesar da profissão de fé e afirmações dogmáticas protestantes, o antigo sacerdote guardava em sua vida religiosa "o tom da literatura espiritual e da piedade católicas" (LÉONARD, 1981, p. 58). Conceição, agora pastor presbiteriano, tinha intensa preocupação com a experiência religiosa da população. Léonard (1981, p. 65) transcreve parte de um relatório do pastor no qual diz querer respeitar costumes e usos dos antigos, os quais, na falta de esclarecimentos, poderiam se ajustar a encaminhar o verdadeiro crente no bem. "Jamais servirei à vaidade e presunção, de tal sorte que abale a fé piedosa dos outros com palavras e ações inconsideradas." Deste

[5] Sobre a importância de José Manoel da Conceição, ver mais em: RIBEIRO, Boanerges. *O Padre Protestante*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1979. SOUZA, Silas Luiz. *José Manoel da Conceição: o padre-pastor e o início do protestantismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

modo, o ex-padre seguia caminho diverso de Simonton e dos primeiros missionários, mais afinados com acusações de heresias e polêmicas com o catolicismo.

Conceição desenvolveu um estilo de trabalho conhecido pelo interior do Brasil. O conjunto de suas atividades é claramente constituído de características de líderes messiânicos, vários dos quais o país conheceu nos séculos XIX e XX. Em outro lugar alinhavei essas características presentes em José Manoel: a itinerância, a pregação de uma nova era, a taumaturgia, a pobreza e o serviço aos mais pobres (SOUZA, 2011, p. 63 – 76). Apesar da presença dessa possibilidade não ocorreu no presbiterianismo um aprofundamento na cultura brasileira. Os missionários tiveram que mudar sua estratégia de se localizarem nos grandes centros e, no rastro de Conceição, levaram o presbiterianismo ao interior do país. Diferentemente do projeto missionário, nas primeiras décadas, a Igreja Presbiteriana cresceu mais no interior do que nas capitais e grandes centros. Quando o país se urbanizou os protestantes das pequenas cidades e vilas também migraram para as cidades maiores onde iriam ajudar a fundar novas igrejas nos bairros periféricos.

Francis Schneider, alemão emigrado e cidadão americano, veio para o Brasil em 1861. O objetivo era trabalhar com colonos alemães, principalmente do interior de São Paulo. Frustrado com o pouco interesse religioso desses colonos, pois não tinham a visão puritana da vida cristã que animava os missionários, foi para a Bahia onde alcançou êxito estabelecendo a Igreja Presbiteriana naquele Estado (MATOS, 2004, p. 42 - 46).

Um nome importante no início do presbiterianismo não era pastor ao chegar no Brasil. George Chamberlain veio para terras tropicais procurando melhorar a saúde e alcançava seu sustento como professor. Aqui se tornou assíduo membro da Igreja do Rio de Janeiro e, na ausência eventual de Simonton, assumia o púlpito. Não demorou para que, incentivado pelos missionários, se tornasse também um pastor da nova igreja que se estabelecia, sendo ordenado pelo Presbitério do Rio de Janeiro. Professor, o amigo de Simonton certamente compartilhava do pensamento do pioneiro acerca da importância da escola para evangelizar o país. Ele e a esposa, Mary Ann, fundaram uma pequena escola, a Escola Americana, na cidade de São Paulo, semente do que viria a ser o Instituto Presbiteriano Mackenzie, que congrega desde o ensino pré-escolar até a Universidade (MATOS, 2004, p. 47 - 55)

Ainda nos anos sessenta do século XIX, chegaram dois missionários da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos da América, denominação separada dos nortistas depois da Guerra Civil. Os dois missionários, Edward Lane e George Morton, vieram para a cidade de Campinas seguindo de perto os passos dos imigrantes, pois uma das mais importantes colônias era nesta região. Na cidade de Campinas foi criado o Colégio

Internacional, fechado por causa da epidemia de febre amarela que matou também o missionário Edward Lane e obrigou a Junta de Missões a transferir a escola para outro lugar, sendo escolhida a cidade de Lavras, em Minas Gerais. A criação dessa escola confirma o interesse pela educação que motivava os missionários (MATOS, 2004, p. 171 -182). Da Igreja do sul chegou ao país John Rockwell Smith, no início dos anos setenta, que foi morar em Recife, Pernambuco, onde participou ativamente dos debates na imprensa em torno do que ficou conhecido como a "Questão Religiosa". Homem estudioso e culto teve a abertura e a simpatia de jornais liberais para os quais escrevia sobre a separação necessária entre Igreja e Estado. Naquele período, dois bispos chegaram a ser presos, julgados e condenados na disputa entre o Estado regalista e a Igreja que se queria autônoma. Depois, Smith seria o primeiro professor e diretor do Seminário da Igreja, criado em 1888. (MATOS, 2004, p. 188 -194).

A maioria dos missionários eram casados e, obviamente, acompanhados das esposas. Porém, é importante ressaltar a presença de dezenas de mulheres missionárias, especialmente educadoras, as quais, embora não pudessem exercer o sacerdócio ministerial, faziam em muitos casos as vezes do pastor quando estes se encontravam em viagens atendendo o vasto campo. Foi comum acontecer que missionárias ou esposas de missionários assumissem a direção de cultos e da educação cristã nesses períodos. Além das educadoras, houve, posteriormente, a presença de mulheres trabalhando em postos missionários na área da saúde. Ao final do século XIX, dezenas de missionárias e de missionários estavam trabalhando no país.[6] Convém olhar um pouco para a origem desses missionários.

O século XIX foi o período de maior difusão do movimento missionário protestante. O missionário acompanhou o colonialismo que se expandiu também nesse período. Mesmo livros destinados ao ensino de História da Igreja em Seminários protestantes reconhecem a relação entre as duas coisas. "Ao lado dessa expansão econômica, militar e política, marcharam os missionários, às vezes ao lado dos colonizadores, outras vezes depois deles, outras antes" (GONZALES, 2011, p. 438), ensina um dos manuais mais utilizados no Brasil, escrito nos anos setenta pelo metodista cubano, radicado nos Estados Unidos da América. Outro manual, cerca de três décadas mais antigo, escrito por um canadense que se tornou pastor presbiteriano nos Estados Unidos, diz que "a conquista de impérios por nações protestantes, como Holanda e Inglaterra, levou europeus a tomarem conhecimento das necessidades espirituais de outros povos" (CAIRNS, 2008, p. 438). O autor, ao comentar especificamente o avanço missionário protestante na América Latina, enuncia que "a entrada

[6] Matos (2004) escreve pequenas biografias de todos os missionários e missionárias, bem como de pastores e líderes leigos brasileiros no livro *O Pioneiros presbiterianos do Brasil (1859 – 1900).*

dos protestantes na América Latina dependeu, em termos humanos, das pressões econômicas aplicadas externamente pela Inglaterra e Estados Unidos" (CAIRNS, 2008, p. 403). Ao enfatizar que falava "em termos humanos", indica a postura de um homem de fé que crê na ação divina construindo a ação humana, convocando e orientando indivíduos para a missão. Um terceiro manual foi escrito por um batista norte-americano, um pouco antes do anterior, e informa que as sociedades missionárias "difundiam o cristianismo em várias partes do Império Britânico rapidamente crescente e alcançavam várias áreas até então não tocadas pelo cristianismo protestante" (LATOURETTE, 2066, p. 1399). É o que identifica de forma mais tênue a relação entre o colonialismo e o projeto missionário protestante. Esses três manuais de História da Igreja foram usados no Seminário Presbiteriano do Sul, sendo que o último era lido em inglês na década de 1950. Isso era, então, algo que recebia considerações dos presbiterianos. No entanto, não significa que fosse entendido como negativo. Ao contrário, a presença da pujante nação do norte, trazendo sua civilização, democracia, desenvolvimento e religião purificada dos desvios do catolicismo, viria somar-se ao esforço dos brasileiros que almejavam construir uma grande nação.

Não precisamos nos estender aqui na questão dos Estados Unidos da América como modelo para os vizinhos do sul. Sabe-se que, desde a Inconfidência Mineira, muitos brasileiros olhavam para o norte como modelo de nação e sociedade, independentemente da questão religiosa. Os presbiterianos também identificavam nos irmãos do norte o exemplo para a nação a ser construída com os princípios evangélicos. Em outro trabalho, fiz referência a esta questão com exemplos de jornais e revistas da IPB:

> o presidente Roosevelt é elogiado por realizar um culto na Casa Branca ao lado da família e do alto escalão de seu governo; o presidente Eisenhower, presbiteriano, traz na sua formação "os grandes e excelentes princípios do sistema presbiteriano", garantia de que aquela nação continuará "grande e respeitável"; Benjamin Franklin é citado como exemplo de estadista e de cristão evangélico que levantou-se durante a Constituinte propondo que se fizessem orações diárias, o que foi apoiado por George Washington e pelo Congresso, resultando na notável Constituição americana. O General MacArthur, comandante das forças americanas no Japão após a Segunda Guerra mundial, seria homenageado pelos japoneses, prova de que era "luz do mundo", um "evangélico às direitas" que merecia ser homenageado até por ex-inimigos. O órgão de imprensa oficial das mulheres presbiterianas, "SAF em Revista",[7] citava em um estudo sobre "Sal da Terra", o grande líder político norte-americano Thomas Jefferson, como exemplo de democrata (SOUZA, 2005, p. 75 – 76).

[7] SAF, Sociedade Auxiliadora Feminina, é um departamento interno que funciona na grande maioria das igrejas presbiterianas com muitas e variadas atividades. As sociedades das igrejas locais se organizam em Federações e em Confederações regionais e uma Confederação Nacional, seguindo a organização eclesiástica. A *SAF em Revista* teve seu primeiro número em outubro de 1955 e é ainda publicada.

O desejo dos norte-americanos de levar as conquistas de sua civilização aos outros povos está expresso no conceito já bem conhecido e estudado do "Destino Manifesto". Paul Johnson explica que o termo foi usado pela primeira vez por John L. O'Sullivan, no *Democratic Review* em 1845, ao criticar a interferência estrangeira que pretendia "limitar nossa grandeza e reprimir o cumprimento de nosso destino manifesto de avançar sobre o continente atribuído pela Providência para o livre desenvolvimento dos milhões que se multiplicam anualmente" (JOHNSON, 1998, p. 371, tradução nossa). Nesse período estava sendo discutida a anexação do Texas, assunto que O'Sullivan está comentando. A expressão serviu para designar um conceito que se formulou nas mentes e nos corações dos colonos desde o *Mayflower Covenant*.[8] Esse desejo de criar a sociedade plenamente dirigida pelos padrões da Escritura Sagrada sempre esteve muito claro nas manifestações dos pais peregrinos, como foram chamados esse imigrantes pioneiros. Mais do que isso, essa sociedade deveria ser modelo para o mundo. Johnson dá como título da primeira parte de seu livro "City on a Hill" (JOHNSON, 1998), expressão retirada do Evangelho quando Jesus disse no sermão do monte: "Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte" (Mateus, cap. 5, versículo 14). A expressão não foi criada por Johnson; apenas cita o que fora falado e sentido pelos colonos puritanos pioneiros. A nova sociedade, edificada sobre as bases da Escritura Sagrada, iluminaria toda a humanidade para encontrar a verdade.

Em meados do século XIX, período da guerra contra o México, justificadas com o conceito do "Destino Manifesto", as várias denominações protestantes dos Estados Unidos da América se empenharam ardorosamente para enviar missionários às mais diversas regiões do globo. A América Latina foi um dos destinos privilegiados. O "Destino Manifesto" impregnava o coração dos missionários para levar o Evangelho de Cristo, a luz divina, para todos os que não conheciam a verdade. Isto significava levar a luz da civilização, além da luz do Evangelho. Evangelizar era civilizar. A "Cidade sobre o monte" iria iluminar a todos. Em livro considerado importante nos estudos históricos dos Estados Unidos, Bernard Baylin estudou a independência norte-americana, demonstrando a circulação das ideias através de livros, panfletos e, também, sermões, os quais em geral eram escritos e, posteriormente, publicados ou, ao menos, arquivados nas secretarias das igrejas. Baylin mostra que nesse período da independência a visão do destino manifesto estava já bem estabelecida:

[8] Em dezembro de 1620, um grupo de colonos vindos no navio *Mayflower* estabeleceu um Pacto para desenvolver uma nova sociedade na América. Diz Johnson: "Eles vieram para a América não para buscar o ganho ou o sustento, embora aceitassem com gratidão ambos como vindos de Deus, mas primeiramente para criar Seu Reino sobre a terra" (JOHNSON, 1997, p. 28, tradução nossa).

> Era uma visão enobrecedora, transformadora: um povo novo, recente, vigoroso e sobretudo moralmente regenerado surgindo da obscuridade para defender as muralhas da liberdade e então avançando em triunfo, inspirando e apoiando a causa da liberdade por toda a parte. Suas maneiras, sua moral, seu modo de vida, sua condição física, social e política eram vistas como prova de verdades eternas (BAYLIN, 2003, p.155).

Uma passagem do diário do primeiro missionário presbiteriano ilustra o sentimento de superioridade cultural. Em andanças pelo interior do Estado de São Paulo foi hospedado em certa casa, um sítio, como relata no diário. Comenta que "a mesa era excelente, embora servida muito informalmente. Porém, a casa era tão desmazelada, suja, sem assoalhos [...]. Nunca vi família tão excelente, com tais recursos ao seu dispor, viver de modo tão deplorável." A seguir, conclui frustrado: "minha confiança no Brasil e nos brasileiros diminuiu" (SIMONTON, 2002, p. 146).

O "Destino Manifesto" anima muitas ações da política externa dos Estados Unidos da América ainda hoje. Faz parte da própria cosmovisão do que significa ser a nação diante de si própria e do mundo. Há, todavia, outro movimento que foi causa mais imediata para a ação missionária dos norte-americanos. É o movimento conhecido como "Grandes Avivamentos" ou "Grande Despertar".[9] A maioria dos historiadores divide esse período em duas partes, o Primeiro Grande Avivamento, ocorrido em meados do século XVIII, e o Segundo Grande Avivamento, iniciado ao final do século XVIII até perto da metade do século XIX. A expressão não foi usada senão ao final da primeira metade do século XIX. Paul Johnson (1998, p. 109) enfatiza a estranheza de que na maior obra sobre a história da América, escrita durante algumas décadas em meados do século XIX, não existe essa expressão, embora o tema da importância e da efervescência religiosa esteja presente. A referência é a obra em oito ou dez volumes, conforme a edição, de George Bancroft, publicada entre 1874 e 1878. Provavelmente, diz Johnson, o termo foi criado por Joseph Tracey que publicou, em 1845, o livro de história sobre os eventos do primeiro período, isto é, publicação de cerca de cem anos depois. Um dos mais influentes e lembrados líderes do movimento - para muitos o maior de todos - Jonathan Edwards, foi também teólogo e escritor prolífico e escreveu suas memórias e reflexões sobre o período e dá como título *Thoughts on the Revival of Religion in New England, 1740*. A ideia é de um renascer religioso. A pregação emotiva, invocando o retorno ao puro Evangelho, renovação das práticas de pureza pessoal, leitura assídua da Bíblia, moralidade e piedade, provocou grande acréscimo de frequência nas igrejas, especialmente nas regiões difíceis de fronteiras, em direção ao oeste longínquo. A experiência do amor e da

[9] Em inglês: "The Great Awakening". Alguns traduzem mais literalmente por "Grande Despertar". No Brasil a palavra "Avivamento" está consolidada ao se referir a este movimento.

presença de Deus deveria ser buscada e sentida por todos. Para que a Bíblia pudesse ser lida e entendida, era necessária a criação de escolas e isto foi feito. Escolas desde os níveis mais básicos até Institutos bíblicos que dessem noções de teologia e interpretação bíblica foram criadas, levando leigos a participarem ativamente das diversas atividades eclesiásticas, inclusive preparando e apresentando sermões.

O fato é que esse movimento foi muito importante na história da nação. Johnson diz que este evento tem "um vasto significado tanto pra a religião como para a política. É, de fato, um dos eventos chave na história americana" (JOHNSON, 1998, p. 110, tradução nossa). Alan Heimnert e Perry Miller (1978) concordam com o autor inglês ao afirmarem que os Grandes Avivamentos marcam uma "nova era não só para o protestantismo, mas para a mentalidade americana." Avançam na avaliação afirmando, também, "o rompimento da América com a Idade Média e sua entrada em uma nova era intelectual na Igreja e na Sociedade" (p. XIV – XV, tradução nossa). Johnson (1998, p. 111 – 112) demonstra que o movimento caminhava em duas direções aparentemente contraditórias. Por um lado é uma expressão do Iluminismo, levando ao estudo, criação de escolas e debate racional sobre as doutrinas. Por outro lado enfatiza a experiência emocional vivida especialmente nas grandes reuniões campais. Surge uma nova forma de exercício da religião na qual a denominação vale menos do que a experiência religiosa; isto coloca os crentes unidos, apesar de diferenças doutrinárias denominacionais e dá início ao movimento ecumênico. Daí o surgimento das agências interdenominacionais como a Associação Cristã de Moços, para citar um exemplo mais conhecido. Criam-se grupos interdenominacionais para traduzir e imprimir a Bíblia, grupos de mulheres, de empresários, de jovens e agências missionárias. As fronteiras são rompidas também na política e na geografia. Os crentes podem agir juntos para transformar a sociedade e torná-la novamente e de fato na cidade sobre o monte e sua iluminação transcende o espaço ocupado pelas colônias ou a nova nação. Esse desejo por unidade se deve justamente pela ênfase na individualidade, na autonomia pessoal da experiência religiosa. Não são os dogmas que importam para o trabalho conjunto, para o sentimento de pertença a um grupo ou para a unidade da fé. É a experiência vivida por cada um, experiência religiosa que é semelhante à experiência dos outros, pois manifestações emocionais e físicas demonstram a verdade da vida com Deus.

Houve impacto social importante como resultado dos Avivamentos. A unidade que os verdadeiros cristãos passavam a gozar, independentemente da denominação frequentada, ajudou nas ações de benemerência, pois corações unidos em um mesmo ideal de proclamar o verdadeiro Evangelho e de levar a experiência comum com Cristo também provocou uma

nova visão sobre os problemas sociais. Diversas ações em relação à educação, criação ou reforma de escolas e métodos pedagógicos, creches, presídios e hospitais resultaram da experiência comum com Deus, o que deveria transcender a própria vida para atingir o outro e o mundo ao redor. O mundo deveria ser iluminado pela "Cidade sobre o Monte" e transformado. Isso também os missionários trouxeram consigo.

Entre as consequências dos Grandes Avivamentos está exatamente a expansão do movimento missionário. O desejo de levar a experiência impactante de encontro com Deus, falar da certeza da salvação que chega ao coração do crente pelo testemunho do Espírito Santo na Bíblia, na vida de oração, na frequência à igreja são aspectos do afã missionário que não podem ser negligenciados. Lembremos que Lucien Febvre estudou este aspecto íntimo, psicológico da experiência religiosa ao escrever a célebre obra sobre a vida de Martinho Lutero. O reformador agostiniano não pretendia ser o líder de uma revolução, de uma nova igreja, de uma nação autônoma. O monge pretendia apenas entregar-se a Deus, seu salvador, e ensinar sobre essa entrega. "Lutero lançara-se, alegre, confiante, trazendo seu Deus em si e consigo, para redescobrir as fontes perdidas. Sabia em que lugar, milagrosas, suas águas brotavam de um veio inesgotável. E convidava a cristandade inteira a bebê-las" (FEBVRE, 2012, p. 313). Nesse sentido, os missionários do século XIX não eram diferentes.

Acima se viu exemplo do ideal do Destino Manifesto em Simonton. Ele era também fruto do movimento avivalista, como anota em seu diário:

> Nestes últimos dois meses tem-se manifestado intenso interesse religioso nas várias igrejas da cidade. Em nossa igreja vários se uniram à comunhão nas duas últimas reuniões e nesta semana há reuniões todas as noites. Anteontem convidaram-se os interessados na salvação da própria alma, que quisessem conversar sobre o assunto, a ficar mais tempo. Ontem novamente foi feito o convite e considerei meu dever ficar. (SIMONTON, 2002, p. 82).

O diário também registra como a experiência emocional que marca a veracidade estava presente, embora o próprio Simonton não estivesse envolvido emocionalmente como as demais pessoas, mas a buscava: "Outros choram[10] seus pecados, mas eu não posso, apesar de estar convencido de que minha culpa é tão arraigada como uma mancha" (SIMONTON, 2002, p. 83). No entanto, demonstrando que os Grandes Avivamentos são também fruto do Iluminismo, encontra-se anotado no mesmo dia das citações acima o aspecto racional e filosófico da opção religiosa: "sei que não se trata apenas de ser a eternidade maior que o tempo (e por isso o eterno é mais importante que o temporal), mas também nesta vida ser cristão é a mais alta sabedoria" (SIMONTON, 2002, p. 83). A fé deveria ser sentida e, mais

[10]Muitos registros sobre os "Grandes Avivamentos" contam das experiências emocionais e extáticas que tomavam conta das pessoas. Portanto, o choro nesta passagem não é apenas figura de retórica.

ainda, ser explicada objetiva e claramente. O avivalismo religioso combinou teologia e dogmatismo racionalizado com a experiência vívida da fé, percebida emocionalmente.

O movimento de renovação religiosa ocorrido no interior do protestantismo não aconteceu apenas nas colônias inglesas da América do Norte. Países da Europa também tiveram experiências semelhantes, embora seja provável que a intensidade fosse bem menor, quer considerando a quantidade de pessoas alcançadas, quer nas manifestações emocionais envolvidas no processo. Os países que presenciaram esse movimento são os que tiveram influência seja do pietismo seja do puritanismo. Grosso modo, pode-se dizer que o pietismo e o puritanismo são semelhantes, sendo que o primeiro ocorreu na Alemanha, atingido outras nações luteranas e o segundo é característico da Grã-Bretanha. Esses movimentos ocorreram basicamente no século seguinte ao da Reforma Protestante, criticando a estagnação que o movimento reformador se encontrava e o apego mais aos dogmas do que à vida cristã genuína. Como explicou Febvre era também o sonho de Lutero não combater os dogmas, mas enfatizar a importância da experiência e da fé pessoal. Para o interesse do presente estudo é o movimento puritano que será considerado. Um fato deve ser destacado em primeiro plano, pois denota a influência desse movimento no presbiterianismo brasileiro: o principal jornal da igreja, o qual durou quase seis décadas e só parou de circular ao ser substituído pelo *Brasil Presbiteriano* tinha o nome *O Puritano*. Os presbiterianos não só reconheciam a herança, mas se propunham a imitar seus antepassados teológicos e eclesiásticos.

Um puritano assumido, do século XX, definiu o puritanismo como “um tipo de mentalidade” (LLOYD-JONES, 1993, p. 249). O autor puritano, Martin Lloyde-Jones (1993, p. 263 – 267), explica que o puritanismo desejou sempre uma reforma completa da igreja, com ênfase na igreja internacional, não nacional, como muitas igrejas reformadas nacionais da Europa. Esta internacionalização se deve ao sentimento de comunhão gerada pela verdadeira fé e experiência de salvação que transcendem a instituição. A grande Igreja de Cristo não é uma instituição humana, mas é fruto de uma comunhão de corações. A tradição, para o puritano, deve ser subordinada ou, mais ainda, substituída pela Bíblia; o ensino bíblico acima da tradição e da razão deve fundamentar o pensamento puritano. Por muito tempo os historiadores e outros cientistas sociais desprezaram a importância da Bíblia para o se estudar as sociedades, mormente algumas sociedades como a inglesa e a norte-americana. Não é o caso de Christopher Hill.

O historiador inglês, profundo conhecedor da Inglaterra moderna, escreveu diversas obras nas quais a religião e a teologia ocupam papel importante. Escreveu sobre o período da Revolução Inglesa e biografou, coisa rara para um historiador marxista, a vida do líder

puritano Oliver Cromwell. Um de seus livros mais extensos trata exclusivamente da importância da Bíblia na constituição da sociedade inglesa moderna. Afirma que "a Bíblia exerceu um papel importante na formação do nacionalismo inglês" (HILL, 2003, p. 28) e que "foi fundamental para toda a vida intelectual e moral dos séculos XVI e XVII" (HILL, 2003, p. 41). Destaca a importância dos sermões e dos jejuns e práticas de humilhação diante de Deus quando a situação era considerada difícil, especialmente pelos presbiterianos: "Já na década de 1570, os presbiterianos ingleses apelavam para os dias nacionais de jejum e humilhações como um remédio contra as aflições, tanto individuais quanto nacionais, que pareciam ser o fruto da cólera divina" (HILL, 2003, p. 121).

No entanto, essa experiência religiosa não era ascética. Os puritanos, que no futuro sonhariam em construir na América a "Cidade sobre o Monte", fizeram esforços para transformar a Inglaterra em uma nação dirigida pela vontade divina e pela Bíblia. A Revolução Puritana chegou ao poder depois da guerra civil contra o monarca Carlo I na década de 1640. De algum modo, o presbiterianismo sempre entendeu que tem uma missão de transformar a sociedade. Muitos presbiterianos eram puritanos e os que não aceitavam o puritanismo eram aliados ao movimento na tarefa de transformar a nação. O líder militar, Oliver Cromwell, se tornou o Lorde Protetor dirigindo a nação debaixo da vontade de Deus, segundo o seu entendimento. Hill cita um discurso de Cromwell, por ocasião do intenso debate sobre o estabelecimento da monarquia parlamentar e da não obrigatoriedade do cidadão adotar o episcopalismo, num período em que o rei estava preso: "Sou um daqueles homens cujo coração Deus arrebatou com o propósito de aguardar certas dispensações extraordinárias, de acordo com as promessas que Ele fez, relativas a coisas que seriam cumpridas no futuro, e não posso deixar de pensar que Deus as está iniciando" (HILL, 1988, p. 193). O puritanismo se alimentara teologicamente do calvinismo que

> propiciava coragem e confiança a um grupo daqueles que acreditavam-se eleitos de Deus. Essa coragem e confiança capacitavam-nos a lutar, por meio de armas econômicas, políticas ou militares, a criar um novo mundo digno daquele Deus que os abençoava por meio de tantos sinais, um mundo remodelado segundo a imagem deles, e, portanto, à do Criador. (HILL, 1988, p. 197).

O Puritanismo não constituiu um movimento homogêneo. Surgido no interior da Igreja Anglicana, desejando purificar a igreja de tudo o que consideravam entulho romanista, não tinha inicialmente como prioridade separar-se do anglicanismo, mas moldá-lo a aspectos peculiares dependendo do grupo puritano. Isto mudaria posteriormente. O historiador da Igreja, Earle Cairns (2008, p. 303 – 306), cita a existência de alguns grupos puritanos como os

separatistas, que propunham deixar o anglicanismo e criar uma igreja de opção pessoal, especialmente congregacional, com poder descentralizado e baseado na liderança local de cada comunidade; os independentes, desejando uma igreja separada do Estado, dirigida totalmente sem a interferência estatal e sem a presença de bispos; outro grupo constituído dos que continuavam fiéis ao anglicanismo, embora buscando mais purificação, isto é, abolição de vestes rituais, velas, sinal da cruz e coisas deste tipo; por fim, os puritanos que optaram pela forma presbiteriana de governo. Uma parcela dos puritanos adotava certos aspectos da teologia calvinista, especialmente o grupo presbiteriano.

De fato, há controvérsias sobre a dimensão da relação entre o calvinismo e o puritanismo. Há os que defendem uma relação direta, em linha homogênea, retilínea do calvinismo até o puritanismo, chegando ao avivalismo dos séculos XVIII e XIX na América inglesa. É o caso do texto de Franklin Ferreira. Interessado em demonstrar essa linha chegando ao Brasil e a necessidade em não se desviar dela, começa seu texto afirmando que "o movimento puritano inglês estava dando prosseguimento às ênfases teológicas e práticas do reformador João Calvino" (FERREIRA, 1999, p. 27). Cita o teólogo considerado calvinista, embora anterior e independente, Martin Bucer, que viveu na Inglaterra por dez anos; mostra que Calvino trocou correspondências com líderes e puritanos da Inglaterra e muitos fugitivos e exilados no reinado de Maria tiveram contatos ou mesmo estudaram em Genebra ou Zurique, levando posteriormente esse ensino no retorno ao país (LEITH, 1996, p. 47 – 48). Outro brasileiro garante que "os puritanos foram os calvinistas da Inglaterra e posteriormente das colônias inglesas da América do Norte" (MATOS, 2008, p. 187).

O presbiteriano independente brasileiro, Antonio Gouvêa Mendonça, considerado no campo das ciências das religiões um dos mais importantes sociólogos brasileiros, faz afirmações bem diferentes das anteriores: "Estudos mais recentes e sem compromisso com o puritanismo apontam, entretanto, distorções a que o calvinismo foi submetido, especialmente, vale notar, pelo presbiterianismo e, em particular pelos teólogos de Princeton" (MENDONÇA, 2002, p. 119). Importante lembrar aqui que os primeiros missionários que vieram para o Brasil estudaram em Princeton ou eram influenciados pela teologia lá ensinada. Em outro texto, Mendonça é mais enfático não falando apenas em "distorções" como no anterior, mas diz: "embora o puritanismo tenha sua raízes no calvinismo ortodoxo, com ele não se identifica e nem mesmo com as sucessivas modificações que historicamente a teologia reformada sofreu" (MENDONÇA, 2008, p.66). O professor da Universidade do Colorado, EUA, Holmes Rolston, um dos mais importantes estudiosos e iniciadores da chamada ética ambiental, também escreveu sobre religião e teologia, como filósofo e teólogo presbiteriano

que é. Na década de setenta do século XX, publicou um livro cujo título não deixa dúvidas sobre o conteúdo: *John Calvin versus the Westminster Confession* (ROLSTON, 1972). Acredita que haveria "uma praga há muito infectado as igrejas Reformadas" e que "o principal reservatório da infecção" seria a Confissão de Fé de Westminster. Pretendendo encontrar o verdadeiro calvinismo diz que "foi Calvino quem me resgatou dos calvinistas" (ROLSTON, 1972, p. 6, tradução nossa). Rolston se propõe a demonstrar como a Confissão de Fé de Westminster estabeleceu uma ortodoxia legalista e moralista longe do que seria a liberdade cristã baseada na graça divina ensinada verdadeiramente por Calvino. Justo Gonzales (2004, p. 300), exemplificando diferenças entre o puritanismo da Confissão de Fé com o pensamento de Calvino, cita as questões da oração e do dia de descanso, isto é, a guarda do domingo. Enquanto para o reformador genebrino a oração seria "o momento em que nos aproximamos mais intimamente do nosso propósito final" glorificando a Deus, esperando e recebendo dele tudo a Confissão teria se tornado legalista apenas afirmando a obrigatoriedade da oração e como deveria ser feita. Com relação ao sábado, o teólogo entende-o como figura das coisas que viriam e, por isso, foi abolido por Cristo. A celebração do domingo não é superstição, mas apenas "um modo prático de capacitar a igreja a adorar conjuntamente" e dar descanso aos trabalhadores. Já a Confissão de Westminster entende como "um dos mandamentos moral, positivo e perpétuo" que era o último dia da semana e foi trocado a partir da ressurreição para o primeiro dia. Nesse dia, o ser humano deve cessar com todo e qualquer trabalho e diversão e só se dedicar aos deveres religiosos. Isto é, mudou da graça para o legalismo.

O livro "Calvino e sua influência no mundo ocidental" (REID, 1990) alcançou repercussão no ambiente calvinista norte-americano. A Obra com dezesseis capítulos de diferentes autores celebrava o cinquentenário do Seminário de Westminster, escola fundamentalista criada em oposição à teologia do Seminário de Princeton e o aniversário de setenta e cinco anos de um de seus mais ilustres professores, justamente das disciplinas de História da Igreja. Um dos capítulos foi escrito por Robert Tillman Kendall (1990, p. 243 – 264) com o título "A modificação puritana da Teologia de Calvino" e, embora publicado dentro de um livro conservador, não foi bem recebido por muitos defensores da herança calvinista presente no calvinismo posterior. Logo no início do texto, afirma que o nome de Calvino, "embora conhecido na Inglaterra, não era respeitado tanto quanto os de Martyr, Bucer ou Bullinger", citando reformadores com teologia bastante parecida com a de Calvino, mas independentes e mesmo antecessores do francês. Embora Calvino posteriormente tenha se tornado grandemente respeitado na Inglaterra, para Kendall, no entanto, a busca de uma

"eclesiologia[11] presbiteriana era liderada por homens que iam além do próprio Calvino" (KENDALL, 1990, p. 247).

A crítica de Kendall é que esta caminhada para além da teologia de Calvino foi o que ficou conhecido como calvinismo. Passa, então, a identificar como se deu a modificação, dizendo que Teodoro Beza, o principal auxiliar de Calvino e seu sucessor, foi quem influenciou o pensamento teológico inglês. Ao dogmatizar a teologia de Calvino para seus leitores, Beza tornou o reformador mais popular, no entanto, introduziu pequenas modificações nem sempre claramente percebidas. A principal questão foi acerca da certeza da salvação, popularizada ainda mais pelos ensinos de um famoso teólogo e pregador da época, William Perkins. Kendall explica que Calvino entendia a certeza da salvação como obra da mesma fé salvadora, enquanto Beza separava "o objeto da fé (a morte de Cristo) e a base da segurança (santificação)" (KENDALL, 1990, p. 253). Se o cristão não tem certeza de que está se santificando não pode ter certeza da salvação. Porém, Calvino não buscava nem esperava outros testemunhos, nem mesmo da própria santificação para encontrar a certeza da salvação, pois "Cristo para mim é mais do que mil testemunhos" (KENDALL, 1990, p. 254). Nisto é possível fazer um paralelo com o ideal de Lutero no estudo de Febvre, conforme verificado acima. Calvino enfatizava a ação divina no coração do ser humano como bastante para lhe dar a certeza da presença sagrada e, consequentemente, da salvação. Kendall entende que a formulação dos calvinistas posteriores torna a teologia antropocêntrica, enquanto a teologia de Calvino é absolutamente teocêntrica. Pois bem, essa teologia sobre a certeza da salvação, como interpretada pelos puritanos, foi incorporada à Confissão de Fé de Westminster, e adotada por presbiterianos de diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

As afirmações de Kendall sofreram diversas críticas dos ciosos pela pureza do calvinismo, inclusive por parte de brasileiros. Um dos mais hábeis escritores é Paulo Anglada. Ao criticar a posição de Kendall, Anglada diz que não houve desvio, "mas um desenvolvimento puritano da teologia de Calvino" (ANGLADA, 1998, p. 6). O autor apresenta o teólogo norte-americano procurando demonstrar que em outros aspectos também sua teologia não é salutar, calvinista. Toda a questão é porque os presbiterianos enfatizam a possibilidade da certeza da salvação. De fato, isso é afirmado e ensinado como algo necessário à vida cristã. Seja como Calvino entenderia, seja como os seus sucessores ensinaram, a certeza da salvação sempre esteve em pauta na igreja e na vida de cada crente.

[11]Eclesiologia: doutrina da Igreja, do grego "eclesia".

No esforço por garantir os mitos fundantes da fé, dos dogmas e da eclesiologia, há os que procuram ligar o presbiterianismo brasileiro ao calvinismo de modo linear, como se toda a trajetória que vimos acima tivesse uma linha plana, clara e indubitavelmente ligada a Calvino. Sabe-se que isto não é possível, pois uma mensagem sempre que é ouvida é ao mesmo tempo reapropriada e reinterpretada. Pierre Bourdieu diz que "a circulação da mensagem religiosa implica necessariamente em uma reinterpretação que pode ser operada de forma consciente por especialistas ou efetuada de modo inconsciente apenas pela força das leis da difusão cultural" (BOURDIEU, 2005, p. 51). Mas não finaliza ainda a discussão, pois "quanto maior for a distância econômica, social e cultural entre o grupo dos produtores, o grupo dos divulgadores e o grupo dos receptores, tanto mais ampla a reinterpretação" (BOURDIEU, 2005, p. 51) e, assim, a "religião histórica", isto é, a configuração das práticas e crenças em um determinado tempo e espaço, pode afastar-se bastante do conteúdo original. Isso nos traz para os presbiterianos brasileiros que, ao se apropriarem e reinterpretarem o ensino de Calvino, que já havia passado por transformações no puritanismo e no protestantismo dos Estados Unidos, procuraram entender o que sua fé significava para si e para os outros brasileiros. A certeza da salvação impregnada no coração incentivava os presbiterianos à luta proselitista e ao trabalho de transformar o país. Assim, voltando ao tema do trabalho, apoiar o governo dos militares era parte da fé evangélica. No entanto, outro grupo de presbiterianos, também reinterpretando o calvinismo, postulava uma ação social e política de oposição naquele contexto. Isso será visto a seu tempo.

Procuramos refazer essa caminhada do calvinismo até o Brasil, percurso que fizemos ao contrário, isto é, procuramos sair dos presbiterianos no Brasil até chegarmos à Grã-Bretanha, que é até onde nos interessa. Assim podemos conhecer um pouco a mentalidade e o *habitus* que permeia esse subcampo religioso. Falta ainda um aspecto a ser brevemente apresentado que é o presbiterianismo propriamente dito, isto é, presbiterianismo como forma de governo e administração eclesiástica. Foi dito anteriormente que dentre os grupos puritanos está o grupo presbiteriano, ou pelo menos parte dele. O surgimento do presbiterianismo está ligado ao professor de teologia de Cambridge, Thomas Cartwright, "principal teólogo puritano do século XVI" (GONZALES, 2011, p. 159). Por se posicionar contrário ao governo episcopal, chegou a ser preso e exilado, vivendo algum tempo em Genebra e estudando com Beza. "Em suas aulas sobre o livro de Atos em 1570, se opunha ao sistema episcopal. O governo da igreja deveria estar sob o controle de um presbitério de bispos ou anciãos com funções apenas espirituais" (CAIRNS, 2008, P. 304). Em Wandsworth teria sido fundada a primeira igreja com esses princípios presbiterianos. Os presbiterianos juntos com outros

puritanos foram determinantes na história inglesa do século XVII, quando assumiram o poder após o controle do Parlamento e da Guerra Civil. Nesse período, meados do século XVII, procuraram transformar o anglicanismo em um sistema eclesiástico presbiteriano, que durou até a restauração monárquica pouco depois, que restaurou também a igreja anglicana.

Os puritanos e presbiterianos, nesse período, procuraram aplicar de maneira peculiar a forma de governo que Calvino ensinou especialmente na obra magna *Instituição da Religião Cristã*. O último livro da obra, subdividida em quatro livros, foi dedicado às questões eclesiológicas. Calvino trata do governo da igreja e condena a forma episcopal e monárquica do papismo. O governo é necessário; e como Deus não poderia governar diretamente e, por amor ao ser humano, Ele "se serve do ministério dos homens, tornando-os como que substitutos seus, não, decerto, para lhes outorgar seu direito e sua honra, mas par realizar por lábios humanos a Sua obra" (CALVINO, 2009, p. 501). Estuda, primeiramente, o Novo Testamento. Citando o Apóstolo Paulo, lembra que são nomeados cinco encargos, quais sejam: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores. O teólogo francês entende que apenas pastores e doutores são ofícios permanentes e os demais temporários, tendo sido necessários apenas no início da igreja. As palavras bispo, presbítero, pastor e ministro são termos que se confundem no Novo Testamento, referindo-se aos que se dedicam ao ministério da Palavra. Com isso, desqualifica o sistema episcopal e hierárquico do catolicismo romano. Acrescenta que existem dois tipos de ministério que permanecem, além dos acima citados: o governo e o cuidado dos pobres. Então, afirma que "desde o início, cada igreja contava com seu conselho, constituído por homens piedosos, austeros e santos, os quais, como logo veremos, estavam revestidos de jurisdição para corrigir os vícios" (CALVINO, 2009, p. 507). Nas igrejas presbiterianas o órgão dirigente da comunidade local se chama, ainda hoje, "conselho", como Calvino apontava. Com relação ao cuidado dos pobres, é ensinado que deve ser realizado pelos diáconos.

Após isso, Calvino passa a discutir a constituição da igreja antiga. "Da ordem dos presbíteros, saíam os pastores e os doutores; os demais se ocupavam da censura e das correções disciplinares. Aos diáconos foi entregue o cuidado dos pobres e a distribuição das esmolas" (CALVINO, 2009, p. 514). Assim, nestas três ordens, encontramos o que ficou estabelecido como ofícios na Igreja Presbiteriana: o pastor, categoria especial de presbítero, responsável pela palavra e pelos sacramentos; o presbítero, responsável pelo governo e administração dos bens; o diácono, responsável pelas ofertas e cuidado dos pobres. A bem da verdade fica faltando nas Igrejas Presbiterianas o ofício do doutor ou mestre, que, de fato, se confunde com a função pastoral. Calvino lembra o surgimento de outras funções, mas que não

representavam ofícios precisos. O surgimento do bispo, um presbítero de fato, com uma função a mais além do ensino e do sacramento, se deve à necessidade de ter alguém para organizar, propor ou presidir reuniões; porém, "o bispo não excedia em honra e dignidade a seus colegas, de maneira que pudesse dominá-los" (CALVINO, 2009, p. 515). O surgimento do clero foi um erro até semântico, pois a palavra grega "clero" significa "herança", fazendo, assim, clero toda a comunidade cristã e não apenas alguns. A escolha do bispo foi, por muito tempo, mantida como no Novo Testamento, isto é, eleito pelo povo. Posteriormente, outras instâncias surgiram para realizar a escolha, sendo o povo representado por algumas pessoas, fórmula que Calvino considera adequada, pois "o povo volúvel divide-se em interesses contrários" diz, citando Virgílio (CALVINO, 2009, p. 523).

Embora Thomas Cartwright tenha estabelecido uma comunidade segundo o modelo presbiteriano, na Inglaterra não houve desenvolvimento desse sistema. Foi na Escócia que a igreja se organizou nacionalmente segundo a fórmula do presbiterianismo. Um livro publicado ao final do século XIX, reeditado cerca de um século depois, em 1988, *The Story of the Scotish Church* enfatiza que o "Primeiro Livro de Disciplina", promulgado pela Assembleia Geral, "era puramente presbiteriano e notavelmente simples" (M'CRIE, 1988, p. 48, tradução nossa). Ensina que o Livro de Disciplina preconiza a existência de quatro ordens de funções: o pastor, o doutor, o ancião[12] e o diácono. Os dois primeiros se distinguem "meramente pelo diferente trabalho a eles atribuído – o pastor para a pregação e administração dos sacramentos, enquanto o serviço do doutor é simplesmente teológico e acadêmico" (M'CRIE, 1988, p. 48, tradução nossa). Ao ancião está destinada a tarefa de assistir os anteriores na disciplina e no governo, e ao diácono a obrigação de fiscalizar a receita e cuidar dos pobres. Neste ponto, há uma descrição exata de como Calvino apresentou nas Institutas. M'Crie explica que as atividades de uma igreja local eram dirigidas por um conselho[13] composto pelo pastor, anciãos e diáconos. Mais tarde, foram criados os presbitérios, para tratar de assuntos concernentes às igrejas de uma mesma região; o sínodo provincial, com a tarefa de supervisionar interesses mais amplos dentro de suas fronteiras; e, por fim, a Assembleia Geral, composta "por ministros e anciãos comissionados dos diferentes presbitérios do reino e que se reuniriam duas ou três vezes ao ano, a fim de atender aos interesses gerais da Igreja Nacional" (M'CRIE, 1988, p. 48, tradução nossa). Tal estrutura acompanha as igrejas presbiterianas em todas as partes do mundo, com algumas pequenas diferenças administrativas entre elas.

[12]A palavra inglesa é "elder" e a palavra correlata que passou a ser usada é a palavra grega "presbítero".
[13]Literalmente "kirk-session".

Na descrição que M'Crie faz da estrutura da igreja escocesa em seus primórdios, destaca-se a informação de que "desde muito cedo a Igreja da Escócia era, essencial e preeminentemente, a igreja do povo" (M'CRIE, 1988, p. 48, tradução nossa). Na disputa com o sistema episcopal, tanto católico-romano como anglicano, os presbiterianos escoceses queriam enfatizar sua característica democrática e popular. De fato, esse autor relata que a primeira Assembleia Geral escocesa tinha "quarenta membros e somente seis deles eram ministros[14]" (M'CRIE, 1988, p. 43, tradução nossa). Ao relatar isso, coloca em evidência a não dominação de um clero sobre um povo subserviente. Mais do que isso, procura mostrar a repulsa ao sistema episcopal e o valor democrático do sistema presbiteriano ao dizer que

> a grande peculiaridade do presbitério que o distingue do episcopalismo diocesano ou prelazia repousa na paridade de seus ministros e descansa na jurisdição suprema da Assembleia Geral, cujos membros, como em nossas casas parlamentares e cortes de justiça, aceitam não ter supremacia de autoridade de uns sobre os outros (M'CRIE, 1988, p. 49-50, tradução nossa).

Toda esta descrição se torna importante, pois, nos conflitos internos ocorridos no período estudado neste trabalho, sempre foi alegado, por um lado, o aspecto democrático e conciliar de decisões como afastamentos de pessoas e concílios, como tendo sido realizado dentro dos padrões de legitimidade presbiteriana. Por outro lado, houve a acusação de que as mesmas coisas demonstravam a falta de conformidade aos princípios presbiterianos e uma ditadura por trás da aparência democrática e conciliar. Um autor atual que escreve sobre o sistema presbiteriano, procurando enfatizar a democracia e a participação ampla nas decisões eclesiásticas, diz que "no presbiterianismo as partes estão no todo e o todo está nas partes" (LUCAS, 2011, p. 143). Ao desenvolver o tema, Lucas (2011, p. 143 – 145) expõe que o presbiterianismo se caracteriza pela igualdade dos concílios, isto é, cada concílio é autônomo e não subordinado, exceto no que concerne a outra característica que é a revisão e controle que um concílio superior exerce sobre os concílios inferiores. Assim, um presbitério pode e deve avaliar, julgar e corrigir o conselho de uma igreja local que, periodicamente, apresenta relatórios, livros da atas e orçamento ao presbitério que o jurisdiciona. O presbitério, no entanto, também se remete ao sínodo que exerce sobre aquele o controle, e, assim, chega-se à Assembleia Geral, no Brasil titulada "Supremo Concílio".

Esse sistema representativo, considerado democrático e superior, foi logo entendido como uma forma republicana de governo. M'Crie (1988, p. 49 – 135) percebeu essa inconsistência e tratou dela em sua história da igreja escocesa. Inconsistência no fato de que a

[14]Refere-se a "ministro da Palavra", "ministro do Evangelho", isto é, o "Pastor".

igreja, com um governo presbiteriano, estava ligada ao estado monárquico. Isso fez com que nos primeiros anos a liderança ainda agisse de modo mais episcopal, inclusive devendo submeter-se ao estado em várias matérias. No entanto, logo o sistema presbiteriano foi plenamente estabelecido e a administração eclesiástica inteiramente separada do governo civil. No Brasil, os protestantes animados com o exemplo da grande nação protestante da América do Norte, que tantos missionários enviou para cá, viam todo o protestantismo como a melhor opção para a República brasileira. Lyndon Santos cita um pastor da Igreja Evangélica Fluminense, do livro de João do Rio, que defende a compatibilidade entre o protestantismo e a República:

> A única religião compatível com a nossa República é exatamente o evangelismo cristão. Submete-se às leis, prega o casamento civil, obedece ao código e é, pela sua pureza, um esteio moral. A propaganda torna cada vez mais claras essas ideias, no espírito público aos poucos se cristaliza a nítida compreensão do dever religioso. Os evangelistas serão muito brevemente uma força nacional, com chefes intelectuais, dispondo de uma grande massa. E, de repente, com convicção, o velho reverendo concluiu: - Havemos de ter muito breve na representação nacional um deputado evangelista (RIO, 1951, Apud SANTOS, 2010, p. 113).

A ênfase é na moralidade e no respeito às leis. Para o presbiterianismo, porém, ainda havia o adendo de seu sistema democrático representativo como o mais adequado ao governo civil republicano. Um povo, desde a igreja local até o concílio nacional, acostumado a eleger representantes, discutir e votar com a ordem e a decência desejadas em todos os parlamentos, estaria muito mais preparado para ajudar a nação a se tornar grande e poderosa.

O funcionamento dessa democracia tem sua base na comunidade local, na qual todos os membros têm direito a voto, com as devidas exceções; por exemplo, um menor não pode votar em questões como a venda ou compra de um imóvel. A Constituição da IPB classifica os oficiais em: ministros ou presbíteros docentes, que são os pastores; presbíteros regentes; diáconos (Constituição da IPB, Art. 25). Deve-se registrar que a constituição da IPB em vigor foi promulgada na Assembleia Geral de 1950, sendo, portanto, a mesma em uso no período estudado. Vê-se que falta nessa classificação o ofício do doutor ou mestre, aquele responsável pela teologia e academia, de acordo com Calvino. Na quase totalidade das igrejas presbiterianas essa função inexiste atualmente, confundindo-se com uma das funções do pastor. A escolha do pastor pode ser por eleição direta dos membros da igreja local, dentre pastores já ordenados. A ordenação, todavia, não passa pela vontade dos membros locais, mas do presbitério. A escolha de um pastor pela igreja local, todavia, deve ser homologada pelo presbitério que a jurisdiciona. Os presbíteros e os diáconos são eleitos pela assembleia local e ordenados pelo conselho daquela igreja. No entanto, enquanto os presbíteros “são oficiais da

IPB; os diáconos, da Igreja a que pertencem." (Constituição da IPB, Art. 26). Isto é, são os presbíteros, juntamente com o pastor, também um presbítero, que têm função na estrutura regional e nacional da igreja. A Constituição da IPB preconiza:

> O Presbítero regente é o representante imediato do povo, por este eleito e ordenado pelo Conselho, para, juntamente com o pastor, exercer o governo e a disciplina e zelar pelos interesses da igreja a que pertencer, bem como pelos de toda a comunidade, quando para isso eleito ou designado (CI/IPB, Art. 50).

No sistema presbiteriano, o presbítero é eleito pela assembleia da igreja local e exerce o governo daquela comunidade, com mandato limitado a cinco anos (CI/IPB, Art. 54). Trata de assuntos materiais e espirituais, isto é, tem a obrigação de zelar pela vida religiosa dos crentes, pelo ensino e pela disciplina, mas também deve se comprometer com questões acerca do orçamento, bens móveis e imóveis. É também o próprio conselho que define a quantidade de presbíteros e a necessidade ou não de se elegeram mais oficiais, inclusive diáconos. Nestas últimas questões a Assembleia pode ser convocada, ou deve ser convocada, conforme o caso, para se manifestar. Esse governo é exercido pelos presbíteros, que formam o conselho local, junto e em consonância com o pastor. A constituição da IPB reza: "O Conselho da Igreja é o concílio que exerce jurisdição sobre uma Igreja e é composto do pastor, ou pastores, e dos presbíteros" (CI/IPB, Art. 75). Com a preocupação democrática e a ênfase na direção eclesiástica que parte do povo, a Constituição impõe que "o presbítero tem, nos concílios da Igreja, autoridade igual à dos ministros" (CI/IPB, Art. 52), quesito que sempre foi fonte de controvérsias e disputas, mas próximo do desejo dos fundadores do presbiterianismo escocês.

A definição de quem pode ou não ser pastor e de quem recebe as ordens é do presbitério (que será explicitado a seguir), que também é o responsável por nomear e instalar os pastores nas igrejas jurisdicionadas. A normatização é bem definida e clara:

> Quem se sentir chamado para o ministério da Palavra da Deus deverá apresentar ao Presbitério os seguintes atestados: a) de ser membro da Igreja em plena comunhão; b) do Conselho, declarando que, no trabalho da Igreja, já demonstrou vocação para o ministério sagrado; c) de sanidade física e mental, fornecido por profissional indicado pelo concílio (CI/IPB, Art. 115).

Portanto, é ao presbitério que cabe a responsabilidade última da ordenação pastoral, mas no conselho local começa o processo. A praxe a ser cumprida é anunciar ao pastor o desejo pelo pastorado, apresentar-se diante do conselho e, sendo aprovado nessa primeira instância, apresentar-se ao presbitério. Uma vez aprovado no concílio superior e encaminhado para o curso de Teologia, o candidato vai se desvinculando cada vez mais de sua igreja originária até que, ao ser ordenado pastor, perde todo o vínculo formal, isto é, deixa de ser membro da

igreja local e passa a ser membro apenas do presbitério, devendo obediência a este e se dispondo a fazer o trabalho e cumprir o pastorado para o qual for nomeado. Desse modo, o pastor que não é membro da igreja, é o presidente do conselho que a administra, por força do estatuto local e da Constituição da IPB que diz textualmente: "O pastor é o presidente do Conselho" (CI/IPB, Art. 78).

Importa agora considerar o presbitério que é "o concílio constituído de todos os ministros e presbíteros representantes de Igrejas de uma região determinada pelo Sínodo" (CI/IPB, Art. 85). Essa região determinada é, normalmente, um espaço delimitado geograficamente. Em períodos de crise, isso pode ser rompido, como aconteceu na época referente ao nosso estudo quando ocorreram casos de igrejas serem arroladas em presbitérios mais distantes geograficamente, como veremos exemplos no momento oportuno. Como vimos, o pastor é membro do presbitério, não representando a igreja que pastoreia. Todos os pastores fazem parte da composição do presbitério e mesmo que uma igreja tenha mais de um pastor todos eles estão obrigados a participarem das reuniões como membros natos do concílio. Os presbíteros de uma igreja local não são membros do presbitério, mas apenas do conselho da igreja que os elegeram. A presença da igreja no presbitério se dá por representação e "cada Igreja será representada por um presbítero, eleito pelo respectivo Conselho" (CI/IPB, Art. 50). Aqui não importa a quantidade de membros da igreja e a quantidade de presbíteros que compõem o conselho local, pois a representação será sempre de um presbítero. Assim, no presbitério, uma igreja de mil membros e um conselho de vinte presbíteros terá a mesma representação numérica de uma igreja de cem membros e um conselho de quatro presbíteros. A composição de um presbitério não tem quantidade fixada a não ser a mínima, já que "nenhum Presbitério se formará com menos de quatro ministros em atividade e igual número de Igrejas" (CI/IPB, Art. 87). No passado havia escassez de pastores, o que acarretava a constituição de presbitérios com o número mínimo de pastores, quatro, e uma quantidade de igrejas bem maior, havendo casos de presbitérios com quatro ou cinco pastores e dez ou quinze igrejas. Essa situação acarretava, por sua vez, uma enorme soma de tarefas colocadas sobre um mesmo pastor que precisava fazer constantes deslocamentos para atender três, quatro ou cinco igrejas. No concílio, quatro ou cinco pastores deveriam disputar o poder de decisão com dez ou doze presbíteros. Isso, no entanto, na visão presbiteriana não deveria constituir problema, mas deveria mesmo ser algo desejado, como vimos acima no relato sobre a constituição da igreja escocesa. Além do mais, o pastor é também um presbítero, tendo o mister precípuo da docência e dos sacramentos. Porém, questões orçamentárias, salário do pastor, distribuição do campo entre os pastores, dentre outras, eram

votadas com uma maioria de presbíteros no concílio. Tal situação começou a mudar na década de oitenta do século passado, sendo muito diferente hoje, mas isto foge de nossos objetivos. Como anotado, pastores e presbíteros têm igual autoridade nos concílios. Enquanto um presbítero não pode ser presidente do conselho da igreja local (excetuando casos excepcionais e temporários, ainda assim "ad referendum"), pode exercer qualquer cargo e presidir qualquer outro concílio eclesiástico a partir do presbitério. Desse modo, procura o presbiterianismo resguardar o caráter do poder que parte do povo.

Na estrutura da IPB o sínodo é o próximo concílio superior ao presbitério e composto por estes. "O Sínodo constituir-se-á de, pelo menos, três Presbitérios" (CI/IPB, Art. 92), de uma região aceita, definida e determinada pelo Supremo Concílio. "A representação do Presbitério no Sínodo será constituída de três ministros e três presbíteros" (CI/IPB, Art. 89). No presbitério, a quantidade de pastores e presbíteros pode ser desigual e, comumente é, dependendo da região, havendo presbitérios com mais pastores do que presbíteros ou, o mais comum, mais presbíteros do que pastores, que era o que ocorria normalmente no período estudado. No sínodo e no Supremo Concílio a quantidade deve ser paritária, pois assim é a representação do presbitério. O sínodo congrega presbitérios de uma mesma região geográfica e organiza o trabalho naquela região, respeitando, porém, a autonomia de cada presbitério. Pode fiscalizar, mas não impor ou controlar os presbitérios. O presidente do sínodo tem assento na Comissão Executiva nacional. Assim, representativamente, todos os presbitérios estão presentes na administração nacional da Igreja.

O órgão máximo é a assembleia geral que, na IPB, recebe o nome de Supremo Concílio. "O Supremo Concílio é a assembleia de deputados eleitos pelos Presbitérios e o órgão de unidade de toda a IPB, jurisdicionando igrejas e concílios que mantêm o mesmo governo, disciplina e padrão de vida" (CI/IPB, Art. 95). Formulações doutrinárias, litúrgicas, disciplinares e regulamentação do governo eclesiástico são prerrogativas do Supremo Concílio e obrigam os demais concílios e igrejas locais a cumprirem as determinações. A constituição da assembleia geral se dá por representação também dos presbitérios, como já é no sínodo. "A representação do Presbitério ao Supremo Concílio será constituída de dois ministros e dois presbíteros" (CI/IPB, Art. 90). A periodicidade mínima também é estipulada pela Constituição que informa: "O Presbitério se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por ano; o Sínodo, nos anos ímpares; e o Supremo Concílio, quadrienalmente, em anos pares" (CI/IPB, Art. 73). Poderão ocorrer reuniões extraordinárias, conforme a necessidade obedecendo as respectivas regras constitucionais.

No ideal presbiteriano essa fórmula administrativa, além de ser bíblica, é democrática e enfatiza uma igreja dirigida pelo povo, não pelo clero distante das questões cotidianas e preocupado com problemas e filigranas teológicas. É também um sistema de governo republicano que pode ser modelo para um país. Isso foi entendido desse modo pelos presbiterianos que acataram o governo militar e não viam nenhum problema na configuração representativa formal que as eleições majoritárias passaram a ter. Afinal, os representantes do povo participavam diretamente da direção da nação elegendo o Presidente da República e votando as leis. É certo que todo sistema de governo encobre formas de poder e dominação que aparecem mascaradas e, na religião, são tidas como sagradas ou oriundas da vontade divina sobre a comunidade. O funcionamento do sistema é ainda um campo de disputas teológicas e de práticas religiosas, dito de outro modo, entre ortodoxia e heresia.

Breno Martins Campos (2006) demonstra que o poder na igreja presbiteriana, segundo Weber, seria a dominação racional-legal, pois o poder dado aos presbíteros eleitos vem das leis, pelas quais compõem o quadro burocrático-administrativo da comunidade. No entanto, como nenhum modelo é puro, temos aqui também uma mescla dos três tipos de dominação weberianos, conforme o autor citado enfoca: "A contaminação do modelo ocorre da seguinte maneira: os homens escolhidos são os que gozam de prestígio na comunidade, em virtude de sua tradição (origem familiar, *status* social) e carisma pessoal (dons, talentos, aptidões naturais)" (CAMPOS, 2006, p. 4). Parece haver um código "de um modelo ideal de representante: estabilidade financeira, eficiência profissional, exemplo de vida familiar, opção política e teológica conservadora, rigorismo disciplinar, espírito anticatólico, centralidade de poder, elitismo e símbolos de *status*." (CAMPOS, 2006, p. 4). Isso poderia ser também explicado pelos bens simbólicos acumulados (BOURDIEU, 2005) por aquele que é eleito. As características listadas indicam trabalho e fidelidade a Deus, que redundam na bênção de uma vida cheia da graça divina, comprovada pelos bens e sucesso profissional, conforme Weber já demonstrou. Nessas circunstâncias, o presbítero eleito na comunidade poderá participar dos concílios superiores como representante do povo que o elegeu. Nesse trabalho, o eleito acredita, assim como o povo que o elegeu também acredita, estar sendo usado por Deus para a tarefa de manter a fidelidade da comunidade de fé a fim de fazer dela modelo para o mundo. Embora não remunerado, o presbítero envidará todos os esforços pela saúde espiritual da igreja, seja a sua local, seja a comunidade nacional. Isso está claramente presente nas disputas ocorridas no período estudado aqui, como veremos, desde as igrejas locais passando por presbitérios, sínodos e, principalmente, Supremo Concílio, não deixando de citar os Seminários, pois na educação se encontra um importante setor para o exercício da dominação.

Como vimos até aqui, e para retomar o fio da meada, o protestantismo está presente efetiva e permanentemente no Brasil há dois séculos. Com a vinda da corte para a colônia e a assinatura dos tratados entre Portugal e Inglaterra, em 1810, que abriu a colônia para a presença britânica, os protestantes passaram a ser legalmente aceitos no território e, antes do final da primeira década do século XIX, construíram o primeiro templo. Ao Brasil independente chegaram outros grupos protestantes, principalmente com a imigração alemã. Anglicanos e luteranos fazem parte do que foi chamado protestantismo de colônia,[15] cuja religião era vivida no seio das comunidades estrangeiras sem maiores interferências com a sociedade ou com a religião praticada no Brasil, embora no decorrer do tempo os protestantes interagissem com a sociedade vendendo, comprando, recebendo e fazendo convites para apadrinhamento, casando-se muitos deles com brasileiros e brasileiras.

O protestantismo designado como missionário exerceu maior impacto na sociedade brasileira com a sua inserção no país, em meados do século XIX, pois sua presença se fez deliberadamente em contato com a sociedade, para atrair adeptos. Essa designação, "protestantismo missionário", deve-se ao fato de ele ser resultado do esforço das missões norte-americanas e europeias. Os presbiterianos foram a segunda denominação missionária a se estabelecer no país, com a vinda do missionário Ashbel Green Simonton, em 1859. Anteriormente, houve a passagem de batistas e metodistas que não se fixaram naquele momento, e a chegada do grupo de Robert Kalley, médico e pastor escocês que fugiu de perseguições em Portugal, indo para os Estados Unidos da América e de lá para o Brasil, em 1855, daí se originando a Igreja Congregacional. Esta não se enquadra exatamente no modelo missionário pela autonomia de Kalley e sua comunidade.

Com o número crescente de missionários que trabalhavam no território brasileiro, e com a conversão de José Manoel da Conceição, ex-sacerdote católico que se tornou pastor, os presbiterianos cresceram mais do que as outras denominações evangélicas, criando escolas, jornais e estabelecendo igrejas pelo interior do país. Entretanto, o crescimento não era suficiente para que o presbiterianismo, ou o protestantismo em geral, causasse de fato alguma mudança na sociedade brasileira; porém, isso não impedia que os presbiterianos ousassem pensar em transformar o país. Nas páginas de seus primeiros jornais ou nos sermões

[15]Convencionou-se nas últimas décadas do século XX, a seguinte tipologia básica do protestantismo brasileiro: o colonial, de igrejas como as luteranas e a anglicana estabelecidas a partir dos imigrantes; o missionário, de igrejas como as presbiterianas e outras, estabelecidas a partir do esforço missionário do protestantismo europeu e norte-americano; o pentecostal, de igrejas como a Assembleia de Deus e outras, resultantes do movimento pentecostal norte-americano do início do século XX com aspectos profundos na religiosidade latino-americana; o neopentecostal, igrejas mais recentes como a IURD, dentre outras. Ver mais em: MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao protestantismo no Brasil*.

publicados, sonhava-se com a transformação da nação a partir do evangelho pregado pelos protestantes. Edwiges Rosa dos Santos lista os títulos das reportagens e dos artigos publicados ao longo dos anos no jornal presbiteriano, um dos mais antigos, se não o primeiro jornal evangélico da América Latina, o *Imprensa Evangélica*, criado por Simonton, e comenta ainda: "divulgou princípios bíblicos e morais, manteve seus leitores informados sobre os principais acontecimentos mundiais , relatou descobertas científicas , trouxe artigos de utilidade pública" (SANTOS, 2009, p. 47 – 49). Nesse comentário, percebe-se a preocupação com o compromisso dos presbiterianos em transformar a nação e a elevação da civilização brasileira.

Com o crescimento dos presbiterianos, surgiu uma inevitável liderança autóctone que, ao gerar conflitos entre brasileiros e missionários, provocou a primeira divisão entre protestantes nacionais. Nessa divisão surgiram os presbiterianos independentes, em 1903, desligados dos missionários da igreja norte-americana e com liderança absolutamente nacional. No entanto, os presbiterianos que permaneceram ligados aos missionários, apesar da grande perda de membros e lideranças, continuaram a se desenvolver e a se organizar. Em 1910, foi criada a Assembleia Geral da IPB, sinal de maturidade, por um lado, e brado de independência em relação aos missionários norte-americanos, por outro. O estabelecimento do concílio nacional tornava a igreja brasileira autônoma, administrativamente, em relação às igrejas norte-americanas (a do norte e a do sul dos EUA, divisão ocorrida após a Guerra da Secessão), embora a colaboração missionária ainda fosse desejada, tanto de pessoal como financeira. A organização da Assembleia enchia de ânimo os presbiterianos para a ação proselitista, bem como para a tarefa de transformar o país, sendo esta, consequência da primeira. Ao final da segunda década do século XX, seu principal jornal, *O Puritano*, apresentava textos incentivando os membros a se tornarem eleitores e a participarem mais ativamente da vida política do país. Esse ideal de participar da sociedade através da política, visando transformar a nação com a ação dos evangélicos, seria enfatizado nas décadas seguintes no jornal *O Puritano* (SOUZA, 2005, p. 53 – 56).

O apoio prestado pelos presbiterianos ao governo militar pós-64 está inserido nesse desejo de participar da transformação da sociedade brasileira. Essa comunidade religiosa procurava apresentar uma alternativa ao catolicismo, não só nos aspectos essencialmente religiosos, mas também para a conformação de uma sociedade pautada nos padrões evangélicos, como a crença em Deus e fidelidade à fé, honestidade e respeito às autoridades constituídas, itens que aparecem em artigo como um programa da igreja para a sociedade, já na época do governo militar (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1970, p. 3). Para os presbiterianos, o catolicismo representava exatamente o oposto daquilo que eles poderiam

oferecer para a sociedade brasileira. O socialismo ou o comunismo ateu estavam totalmente descartados, mas também a ignorância e as superstições católicas deveriam ser excluídas da sociedade. A IPB não desejava atuar como um partido político, no entanto, entendia sua tarefa como auxiliar do Estado para promover mudanças na nação. Daí o apoio ao governo que tomou posse para destruir o comunismo ateu, a desorganização e falta de autoridade dos governos anteriores, como se imaginava.

Sua teologia era propícia para defender os ideais do governo que assumiu prometendo autoridade, austeridade e luta contra o comunismo que deformava a sociedade e os bons costumes. A teologia deve ser percebida não apenas como dogmas que explicam o sagrado e as relações com ele, mas também como modelo plausível de explicação da sociedade. Embora os religiosos pretendam uma teologia pura, recebida dos fundadores, percorrendo uma linha retilínea até os novos fiéis, não é difícil perceber, no decorrer da história, que em ambientes e momentos diferentes uma mesma corrente teológica também é usada de modo distinto. No célebre ensaio de Dominique Julia, as primeiras palavras são: "As mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fiéis, modificações de ideias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso" (JULIA, 1995, p. 106). Isto é, há uma relação fundamental entre a cultura e a teologia, entre política, economia e teologia. Em novas condições sociais, o grupo religioso procura interpretá-las e entender sua participação no mundo, a partir de sua experiência e de sua herança teológica. É uma via de mão dupla. As condições sociais provocam uma leitura teológica específica a partir da herança teológica, enquanto a teologia é transformada pelas condições sociais, a fim de dar conta da nova situação.

A teologia da Igreja Presbiteriana era também arma no combate ao novo catolicismo que se esboçava a partir do Concílio Vaticano II. Se combater o catolicismo tinha se tornado fundamental para a sobrevivência do protestantismo desde sua implantação, nesse novo tempo o combate não se fez menor. A Igreja Católica adotou nova postura em seu pensamento social, a partir do Concílio Vaticano II. Na América Latina, aplicaram-se as deliberações conciliares após a CELAM[16] de 1968, quando o clero adotou a linha teológica e hermenêutica da opção preferencial pelos pobres. O clero brasileiro reunido na CNBB também vinha com atitudes nessa mesma linha. Tal postura colocou a liderança presbiteriana e de outras denominações em outra forma de confronto com o novo tipo de catolicismo, com o clero progressista alinhado à Teologia da Libertação.

[16]Conferência Episcopal Latino-Americana ou Conselho Episcopal Latino-Americano

Questões teóricas e metodológicas

Ao estudar o presbiterianismo em sua relação com o governo militar, este trabalho está inserido no campo dos estudos da religião, bem como dos estudos de história política, considerada a renovação que os estudos históricos passaram no século XX, atingindo suas diversas áreas. Os dois campos podem ser estudados de modo independente e constituem campos autônomos de estudos das ciências humanas; porém, sabe-se da relação do religioso com o político em todos os tempos e em todas as civilizações, conforme já mencionada. René Rémond chama a atenção para a renovação da história política, depois de um período de ostracismo provocado pela renovação historiográfica, a partir das primeiras décadas do século XX, quando se condenou a história que se importava apenas com os reis e os heróis. Com o Estado se tornando cada vez mais presente na vida social, a história política também retomou espaço, pois há uma "atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos, cuja finalidade primeira não era, contudo, política", citando, entre elas as igrejas (RÉMOND, 2003, p. 24). Essa renovação da história política acompanha, obviamente, toda a renovação da história, com suas características próprias que não permitem "análises reducionistas", mas que se relacionam com "outros domínios", sendo que "o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social" (RÉMOND, 2003, p. 35).

A academia iluminista procurou alijar a religião e imaginou-se um mundo que dispensasse qualquer relação com o sagrado e até mesmo anunciou-se a morte de Deus. Porém, não só Deus não morreu, isto é, as religiões não desapareceram, mas estão revigoradas e com mais força ainda nas últimas décadas. Testemunham isso os dois trabalhos de Peter Berger[17], escritos com pouco tempo de diferença entre um e outro: o primeiro é *O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião* e o segundo, *Rumor de anjos, a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*, ambos escritos na segunda metade dos anos sessenta do século passado. O surgimento e desenvolvimento dos cursos de Ciências da Religião no Brasil nas últimas décadas também aponta para a importância do religioso, mesmo para o ser humano contemporâneo.

Desde que a religião foi colocada à margem da academia, os estudos a ela relacionados eram preferencialmente realizados pelos próprios religiosos, seja por motivos apologéticos, dogmáticos, ufanistas ou mesmo em virtude de críticas e disputas internas.

[17]Peter Berger, austríaco, emigrado para os Estados Unidos na adolescência, é bastante conhecido como sociólogo da religião. No entanto, é possível que no Brasil seu trabalho seja mais conhecido pelo livro escrito com Thomas Luckman, *A construção social da realidade*.

Religiosos também produziram importantes estudos sobre a religião, especialmente na Alemanha. Não obstante, intelectuais importantes como Karl Marx, Max Weber, Durkheim, Freud e, mais recente, Bourdieu, para citar alguns, tiveram em seu escopo de pesquisas o tema da religião. No Brasil, porém, as influências iluministas, positivistas e marxistas na academia provocaram de modo mais agudo o alijamento do tema religioso dos estudos, a não ser como um componente subalterno, marginal, em estudos sociológicos ou históricos quando, obrigatoriamente, se gastavam algumas linhas ou parágrafos para tratar do poder e da influência da Igreja Católica na educação ou política, por exemplo. Atualmente, porém, temos a academia se voltando para o tema, mesmo que religiosos ainda se dediquem a esses estudos, os quais são realizados nas diversas áreas das ciências sociais, com o necessário embasamento científico. Há o entendimento de que a religião é construção social e histórica, importante para melhor conhecer o mundo. Com isso, o tema passou a fazer parte dos estudos e de linhas de pesquisas em Programas de Pós Graduação, como é o caso do Programa de Pós Graduação em História da Unesp, *campus* de Assis, o qual possui a linha de pesquisa "Religiões e visões de mundo", em que este trabalho se insere.

Eduardo Basto de Albuquerque, professor do Programa aqui referido, até sua morte, em 2009, aponta para a diferenciação entre "História das Religiões" e "História Religiosa" (ALBUQUERQUE, 2003). A primeira definiu-se no século XIX, estudando as origens, comparando discursos e religiões. A segunda é mais específica, pois estuda aspectos históricos de várias religiões ou de uma religião, como a relação com a política ou a atuação de líderes ou das comunidades e preocupa-se "com a inserção social de determinada religião em certo tempo," sendo, então fundamental entender "que o contexto histórico no qual se insere a religião é essencial para compreendê-la, mas o fundamental é a religião e suas respostas aos problemas religiosos dos homens" (ALBUQUERQUE, 2003, p. 64 – 65). Este trabalho enquadra-se no que Albuquerque designa como História Religiosa.

De particular importância para nosso estudo é a leitura de Bourdieu, especialmente porque, dentre os temas sobre os quais escreveu, também tratou da religião como nos textos "Gênese e estrutura do campo religioso" e "Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber" (BOURDIEU, 2005, p. 27 – 98). Nas últimas décadas, cientistas da religião, antropólogos, sociólogos e historiadores vêm se utilizando do pensamento de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de campo religioso, para estudar o fenômeno das religiões no Brasil. De fato, suas reflexões são oportunas para tal tarefa. Por isso, esse autor se torna importante para esta pesquisa. Seus conceitos de "campo" e "*habitus*" têm sido usados frequente e

sistematicamente nas disciplinas que estudam a religião, inclusive a história, embora o autor se inclua no campo da sociologia.

Para Bourdieu, o *habitus* é construído socialmente e é justamente o que dá condições para um indivíduo sobreviver em determinada sociedade ou grupo, na medida em que seu padrão de pensamento, linguagem e ação estão dentro do esperado por esse grupo. O *habitus* dota o indivíduo de uma visão de mundo coerente com o seu ambiente. Bourdieu aproveita o "Interacionismo Simbólico" da chamada Escola Social de Chicago que, por intermédio de Herbert Blummer, criou o termo a partir da teoria de psicologia social de Mead. Para essa teoria, a interação social entre indivíduos ou entre grupos acontece porque há relações simbólicas que permitem o funcionamento de um processo lógico e coerente. Os fatos são interpretados com o significado que se dá aos outros ou às coisas; porém, esse significado é construído exatamente durante o processo de interação e, por fim, segundo essa teoria, os significados podem passar por mudanças no decorrer do tempo.

Com relação especificamente à religião, Bourdieu reconhece a contribuição de três grandes teóricos, Durkheim, Weber e Marx para o seu pensamento. Do primeiro, traz a definição de religião como algo ao mesmo tempo estruturado e estruturante, mas o critica por não levar em conta as condições sociais nas quais a religião é exercida. Do segundo, destaca a consideração de que a religião trata, na verdade, de ações que ele chama de "mundanas", isto é, a religião é praticada com o objetivo de alcançar uma vida melhor, de desenvolver algum aspecto específico ou de propiciar vantagens numa área qualquer. De Karl Marx, o sociólogo usa o pensamento de que a religião tem suma importância para a conservação da ordem social, embora a veja como reducionista. O sociólogo francês afirma que, apesar desses autores serem contraditórios em alguns aspectos, é possível usar parte dos conceitos de cada um na construção de uma nova teoria. E foi isso que ele fez, pois não comungava com todas as ideias desses três cientistas sociais, mas não as rejeitava totalmente. Ao usá-las, modifica-as e ultrapassa, amplia e aprofunda.

A religião torna-se mais racional com o surgimento da cidade, pois no mundo rural as injunções da natureza fazem a manipulação do sagrado ser mais direta e sem separação entre sacerdotes e leigos. Na cidade, surge a ideologia religiosa, fruto da interpretação letrada daquele que tem o poder de manipulação do sagrado e essa ideologia constitui um aparelho religioso que define, consagra e sanciona. O aparelho religioso define o sagrado e o profano, criando "sanções santificantes" que tornam legais limites e barreiras que não são questionados porque são arbitrariamente legitimados pela capacidade da religião de consagrar e sancionar. A legitimação que a religião proporciona é profunda, plena e abrangente, de tal modo que

Bourdieu diz que “as teodiceias são sempre *sociodiceias*” (sic) (BOURDIEU, 2005, p. 49). Fica claro, assim, que toda a legitimação está relacionada com a posição que se ocupa na estrutura social. Os leigos esperam que, além das questões transcendentes, a religião lhes justifique a própria existência.

Bourdieu introduz a questão da relação de transação dentro da religião que se dá entre os especialistas, isto é, aqueles que detêm o poder sobre o sagrado e, do outro lado, os leigos. A mensagem dos especialistas deve interessar a um grupo determinado de leigos se for capaz de interpretar e legitimar sua posição na estrutura social. A circulação da mensagem não se dá sem reinterpretações, que ocorrerão com maior ou menor intensidade à medida que a distância, cultural, geográfica, social ou econômica, for maior ou menor entre os produtores, os divulgadores e os receptores da mensagem. Outro quesito, porém, é que pode haver concorrência entre os especialistas. Se entre especialistas e leigos há transação, entre grupos de especialistas distintos há concorrência.

A transação e a concorrência dependem do “capital religioso” de que um determinado grupo dispõe, o que depende da força material e simbólica que se consegue mobilizar Na manipulação desse capital religioso, há entre os especialistas concorrentes uma disputa pelo monopólio, que aparece mais para os especialistas e menos para os leigos como uma disputa pela verdade e correção teológica, isto é, uma disputa entre ortodoxia, a doutrina correta e a heresia. Essa disputa acontece no ambiente interno do grupo sendo, em geral, pouco perceptível àqueles que estão fora dessa esfera religiosa. Essa disputa é diferente de duas outras abordadas desde Weber, e Bourdieu as acompanha até certo ponto: as disputas do profeta e do feiticeiro. O profeta procura seu lugar no campo religioso e tem proposta de exercer legitimamente o poder religioso diante do grupo ao qual se dirige. Se vencedor na disputa, provoca mudanças substanciais na religião; diferente do herético, cujas mudanças são menores, envolvendo algum aspecto teológico, litúrgico ou da constituição eclesiástica. Já o feiticeiro não está, de modo algum, preocupado com certos aspectos formais da religião dominante, mas age em demandas parciais e imediatas no que concerne à cura do corpo por meio de uma manipulação própria do sagrado.

A tendência na disputa do campo religioso é que os especialistas, os sacerdotes e outros dirigentes religiosos desqualifiquem tanto o herege como o profeta e o feiticeiro. O profeta é o que tem a capacidade de provocar transformações de maior vulto. O herege, desqualificado entre os pares de especialistas, pode desaparecer do cenário ou se tornar marginal e pouco expressivo para o grupo. O feiticeiro já é marginal perante uma religião estabelecida e monopolizadora, e não se propõe a uma mudança mais ampla, mas age em

demandas compartimentadas e imediatas. Bourdieu, nesse aspecto, modifica a visão de Weber sobre o profeta, pois para este o profeta é um homem extraordinário, enquanto para Bourdieu o profeta é menos o homem extraordinário e mais o homem das situações extraordinárias. Nesta situação, um líder religioso pode promover mudanças simbólicas e, a partir da revolução simbólica, produzir uma revolução política.

Essas ideias de Bourdieu têm sido usadas por cientistas sociais de diversas áreas como uma teoria plausível para se entender a religião no Brasil. O conceito de campo, onde há uma concorrência pela manipulação do sagrado, é usado para perceber as diferentes religiosidades em confronto. Em alguns momentos, a disputa acirrada pode apresentar cenas como a de um Bispo de uma nova igreja chutando a imagem da Virgem Maria, numa provocação clara e manifestação inequívoca de que se está diante de uma "batalha espiritual," expressão própria de grupos evangélicos que acreditam ocorrer, em esfera terrestre, uma batalha que é a manifestação física no espaço geográfico e temporal humanos das horrendas lutas do mundo espiritual. Nesse caso, temos uma batalha no "subcampo teológico", como diria Bourdieu, pois trata-se de conflitos entre posições divergentes, dentro de uma mesma religião, o cristianismo. O confronto entre protestantes e católicos, que caracterizou a relação entre os dois grupos desde a inserção do protestantismo missionário no país, pode ser entendido nesse sentido. Porém, com o crescimento das religiões de origem africana e a instalação das religiosidades orientais no país, temos a disputa colocada em termos de teodiceias, ou melhor, dizendo, com Bourdieu, temos "sociodiceias" em confronto. O monopólio cristão não está mais garantido e novas opções se apresentam no mercado religioso:

> A mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social. (BOURDIEU, 2005, p. 51).

Nas várias denominações cristãs presentes no Brasil surgiram conflitos que podem ser identificados por aquilo que Bourdieu designa como "uma forma particular da luta pelo monopólio", que é a oposição entre a ortodoxia e a heresia, abordada assim:

> Os conflitos pela conquista da autoridade espiritual que se instauram no subcampo relativamente autônomo dos sábios (teólogos), produzindo para *outros sábios* e instados pela busca propriamente intelectual da distinção a tomadas de posição cismáticas na esfera da doutrina e do dogma, estão destinados por sua natureza a permanecer restritos ao mundo "universitário". Ao que tudo indica, o cisma clerical tem possibilidades de tornar-se uma heresia popular, apenas na medida em que a estrutura das relações de concorrência pelo poder no interior da Igreja lhe oferece a possibilidade de

> articular-se com um conflito "litúrgico" e eclesiástico, ou seja, um conflito pelo poder sobre os instrumentos de salvação. (BOURDIEU, 2005, p. 63).

De fato, foi o que se viu especialmente a partir dos meados do século XX, quando ocorreram cismas em diversas denominações, surgindo novas igrejas autônomas nas quais a liturgia e o aparato eclesiástico mudaram aspectos da prática religiosa. Os conflitos teológicos em torno dos conceitos de igreja, missão e ação social levaram a divisões eclesiásticas em que se via uma mudança grande, principalmente nas liturgias das novas igrejas oriundas das igrejas tradicionais que, fundadas em novas comunidades, passaram a desenvolver liturgias mais abertas para instrumentos e manifestações corporais, com alguns aspectos de liturgias pentecostais. Assim, novas igrejas, mantendo em seus nomes a herança original como Batista, Presbiteriana ou Metodista, por exemplo, passaram a ter práticas tais como bater palmas, levantar as mãos, oração conjunta em voz alta, dentre outras.

Bourdieu (2005, p. 62 – 63) analisa como o campo religioso serve para legitimar a ordem estabelecida, pois "cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política." Um dos fatores que interage nesse processo é a autoridade e a força temporal, que são mobilizadas pelas "diferentes instâncias religiosas" e que "dependem diretamente do peso dos leigos por elas mobilizados na estrutura das relações de força entre as classes." As relações objetivas dentro de uma instância religiosa tendem "a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, embora sob a forma transfigurada e disfarçada de um campo de relações de força entre instâncias em luta pela manutenção ou pela subversão da ordem simbólica."

Essas últimas considerações ajudam a entender como e por que as diversas denominações cristãs deram apoio oficial ao regime militar, mas sofreram oposições internas que foram, em geral, marginalizadas quando não excluídas das igrejas, aparentemente por erro doutrinário, isto é por heresias. Muitas denominações evangélicas tiveram, no período do governo militar, pessoas a elas vinculadas ocupando cargos nos governos municipais, estaduais e federal, o que foi saudado pelas hierarquias eclesiásticas, pois viam nesse fato uma oportunidade que Deus estaria oferecendo a tais pessoas para ajudarem na transformação do país. Por outro lado, a emergência de uma liderança eclesiástica leiga estava ligada às lideranças políticas em diversos níveis e é possível encontrar, nessa época, vários militares ocupando cargos públicos em diversas áreas e, simultaneamente, cargos na administração eclesiástica. O presente trabalho está inserido naquele momento particular da história

brasileira e, com as considerações aqui tratadas, demonstramos a importância das reflexões de Bourdieu para a compreensão desse tema.

A IPB foi uma das denominações evangélicas que deu apoio ao governo militar; a primeira a estabelecer e anunciar formalmente seu apoio juntamente com a crítica aos comunistas que pretendiam, a seu ver, acabar com a democracia e a liberdade religiosa dos cristãos. Os membros da denominação, pastores e leigos considerados comunistas eram vistos como hereges e deveriam ser excluídos. Exemplo disso é um artigo no jornal oficial denominacional que propunha em seu título: "Outro expurgo" (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 7). Aquele artigo saudava o golpe militar como feliz e abençoado, por estar limpando o país do perigo comunista e, a seguir, propunha que a denominação fizesse o mesmo com os membros que se mantinham no erro comunista. Ou seja, recomendava outro expurgo, na igreja, expulsando os que não se enquadrassem.

Houve processos eclesiásticos disciplinares que excluíram membros das igrejas locais e vários pastores perderam sua condição, sendo afastados das atividades e do rol de membros. Esse período coincide com o surgimento de novas denominações separadas, autônomas, com discurso considerado pentecostal e liturgias diferentes e menos formais. Surgiram também grupos dissidentes, com posturas de engajamento nas questões sociais, o que era considerado heresia esquerdista. Bourdieu fala da violência presente nesse processo de consolidação do poder e da hegemonia de um grupo, como é o caso visto neste estudo: "Não se deve pensar que se instala uma dominação sem violência. Há um ato fundador da violência que é a conquista dos territórios, a dominação dos corpos, o controle dos indivíduos" (BOURDIEU, 2011, p. 104). A violência ocorreu através dos processos eclesiásticos, dos expurgos, da marginalização dos que permaneceram na denominação, mas considerados errados.

Recorte do Objeto

Diversas denominações evangélicas manifestaram-se em apoio ao governo dos militares. Havia divisões internas como em toda a sociedade, porém, os mandatários eclesiásticos se inclinaram ao regime militar. No entanto, este trabalho não tem como escopo tratar a totalidade das denominações evangélicas, mas sim uma única, qual seja, a Igreja Presbiteriana do Brasil. Essa denominação exerceu importante liderança no concerto das denominações do protestantismo missionário, também chamado de protestantismo histórico. Essa liderança pode ser percebida no crescimento inicial do presbiterianismo antes da divisão ocorrida em 1903, a qual, todavia, manteve-se mesmo após essa deserção de parte de sua

liderança e de seus membros, pois continuou a apresentar altos índices de crescimento, comparando-se com as demais denominações. A liderança dos presbiterianos ainda é destacada em atividades de cooperação, como a criação de ligas e alianças de igrejas evangélicas, editoras, a fundação da Comissão Brasileira de Cooperação, CBC, que foi conduzida pelo presbiteriano Erasmo Braga. Sob a liderança desse pastor, foi criado o Seminário Unido, como esforço dos evangélicos em prover uma educação teológica de alto nível acadêmico a serviço das igrejas brasileiras. Quando a IPB, que já tinha em funcionamento dois seminários, retirou seu apoio ao Seminário Unido, ele fechou as portas. A CBC foi a principal entidade na origem da Confederação Evangélica do Brasil, fundada em 1934, com objetivo de coordenar os esforços de evangelização da pátria, buscando todas as possibilidades, inclusive a de ser um órgão representativo dos evangélicos capaz de ser o interlocutor das igrejas com a sociedade. Os diversos departamentos da Confederação tinham como fundamental a contribuição dos presbiterianos para seu funcionamento, incluindo recursos humanos e financeiros.

Embora outras denominações evangélicas tenham criado escolas, é também inegável o pioneirismo dos presbiterianos. Diversas escolas de ensino fundamental e médio têm sido mantidas por presbiterianos em todas as regiões do país e, no início da década de 50, as diversas Faculdades criadas desde o final do século XIX formaram a Universidade Mackenzie, hoje Universidade Presbiteriana Mackenzie, a primeira Universidade evangélica, ou protestante, no país.

Tais fatos justificam estudar a IPB. Apesar de ter perdido a supremacia numérica e mesmo considerando que as demais denominações apresentavam quadros importantes de liderança no início da segunda metade do século XX, é inegável que a IPB ainda era uma das denominações mais importantes pelo tamanho, pela liderança e presença nacional.

Pelo próprio objeto de estudo, relacionado ao governo militar, temos o recorte temporal como data exterior ao ambiente eclesiástico, ou seja, o período de 1964 a 1985, início e fim do governo militar. Em 1964, a IPB manifestou-se oficialmente em apoio ao golpe militar, publicando em seu jornal oficial notas de sua Mesa Diretora, artigos de líderes eclesiásticos e condenação dos que demonstravam oposição. No concílio nacional da IPB, o Supremo Concílio, em 1966, o apoio ao governo militar se ampliou com a tomada do poder pelo grupo teologicamente conservador, aliando à teologia uma postura ideológica de direita.

Justificativa do trabalho e objetivos

Apesar dos jornais, escolas, templos e crescimento das denominações protestantes, pouco espaço se dedicou ao protestantismo nos estudos sobre a sociedade brasileira, situação que tem mudado aos poucos nas últimas décadas. Oliveira Torres, por exemplo, ao escrever sua *História das Ideias Religiosas no Brasil* diz que a influência do protestantismo é "praticamente nula em política e extremamente reduzida em outras áreas," sem negar, no entanto, que houve uma prática religiosa mais participativa dando maior importância ao indivíduo, e de modo especial, destaca a importância das escolas (TORRES, 1968, p.278).

Eduardo Basto Albuquerque acentua que, embora seja importante o estudo das religiões para a compreensão de processos mais amplos, para os historiadores "a religião era dispensada ou, quando tinha vez, era o espaço condenável de alienações elitistas e crendices populares" (ALBUQUERQUE, 2006, p. 49).

A academia brasileira teve, nas últimas décadas, considerável crescimento de estudos da religião. Ao apresentar o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, Alfredo Bosi já havia diagnosticado, em 1977, o interesse pela religião na Academia:

> As formas religiosas voltam a interessar os estudiosos do Brasil, já não como "resíduos" de uma mentalidade atrasada e bárbara, mas como estímulos poderosos à vida em comum, saídas grupais do desespero e da opressão, sem falar de sua qualidade de fontes poéticas e musicais inexauríveis (BOSI, 1978, p. IX).

Com relação à História, há ainda um longo percurso a percorrer, especialmente se considerarmos os trabalhos de outras áreas como Sociologia e Antropologia, que se dedicam aos estudos de religião. Os estudos históricos sobre religião são ainda em pequena quantidade e é menor ainda a quantidade de trabalhos específicos sobre o protestantismo. Ironicamente um historiador comentou em conversa informal que todos os historiadores brasileiros que se dedicam aos estudos históricos do protestantismo no Brasil talvez encham uma Kombi. Ironias à parte, o aumento da quantidade e a melhora da qualidade dos estudos sobre religião implicam em resultados equivalentes nos estudos sobre o protestantismo.

Prova do renovado interesse pelo religioso é o surgimento de diversos cursos de Ciências da Religião[18]. Na Universidade Federal de Juiz de Fora surgiu, em 1969, um Departamento de Ciências da Religião, cujos desdobramentos levaram à criação da Pós-Graduação, em 1992. Logo depois, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP,

[18]Questões metodológicas e práticas podem levar a variação da nomenclatura: Ciências da Religião, Ciências das Religiões ou Ciência da Religião, com predomínio de uso da primeira.

a Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, a Universidade Católica de Goiás, UCG, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, a Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP e a Universidade Federal da Paraíba, UFPB tiveram seus cursos reconhecidos ou autorizados. Foram criadas, além disso, linhas de pesquisa sobre o tema religioso em programas da área das ciências humanas, como é o caso da linha "Religiões e visões de mundo" no Programa de Pós-Graduação em História, Área História e Sociedade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campus de Assis.

Merecem ser citadas três outras instituições que têm promovido o crescimento dos estudos de religião, todas apresentando trabalhos de bom nível acadêmico, com considerável reflexão teórica e metodológica. A Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe (CEHILA) foi criada em 1973 e, no Brasil, foi organizado o grupo local em 1983. A reflexão histórica e teológica dos membros da CEHILA está ligada à Teologia da Libertação. A Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) foi fundada em 1999, com importante e fundamental contribuição do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, *Campus* de Assis. Recentemente, foi criado o GT História das Religiões e Religiosidades dentro da Associação Nacional de História, ANPUH, que realizou o primeiro encontro nacional em 2007, fato que confirma o que Albuquerque dissera sobre o pouco interesse anterior dos historiadores na religião.

Assinalou-se que o objetivo deste trabalho é demonstrar que o apoio dos presbiterianos ao governo militar foi motivado por sua própria herança teológica relacionada à ideologia política presente nela. Por outro lado, tal apoio faz parte da luta por espaço dentro do campo religioso, o qual passava por um período de ebulição na segunda metade do século XX. No entanto, como um recorte da sociedade brasileira, houve também quem se opusesse ao governo militar e, internamente, na vida eclesiástica, esteve em oposição ao governo da igreja no período.

Fontes

As mais importantes fontes para este trabalho serão dois jornais da IPB. Um, o órgão de comunicação oficial da igreja, *Brasil Presbiteriano*. O outro, um jornal de caráter mais regional, embora também circulasse nacionalmente, e que se opunha à direção eclesiástica daquele momento, *Jornal Presbiteriano*. O uso da imprensa pela religião é conhecido e tem sido estudado. Aline Coutrot, que estuda a relação entre religião e política na França, afirma

que a imprensa confessional é um órgão militante. As igrejas pretendem transformar o mundo, pois, "como corpos sociais difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem" pregando "uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*" (COUTROT, 2003, p. 334). "O Evangelho chama todos os homens à missão de salvação coletiva da humanidade, salvação espiritual, mas também prefiguração do reino dos céus desde aqui na terra pela organização da sociedade" (COUTROT, 2003, p. 345). Desse modo, fica claro que a imprensa será importante meio para cumprir a tarefa da igreja, pois ambos

> querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo: mantêm estreita relação com seus leitores, que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado. O jornal cristão é lido em família (COUTROT, 2003, p. 348).

As citações acima mostram a importância de trabalhar com o material impresso pela denominação, buscando conhecer as ideias que circulavam. A afirmação de Coutrot de que o jornal é "lido em família" mostra bem a reverência com o qual a folha impressa era recebida e a dimensão do alcance do que se tratava, fazendo circular ideias e notícias. Os fiéis recebem o jornal interessados no progresso da denominação, que significa progresso do próprio Reino de Deus. Os líderes não falam por si só, mas transmitem a palavra divina. Pode-se afirmar que a distância do poder eclesiástico, seja geográfica, seja de conhecimento teológico, leva os fiéis a interpretarem aquilo que o jornal traz, apropriando-se dos seus conceitos e reconstruindo a visão do mundo conforme suas próprias necessidades, de acordo com os estudos de Bourdieu. Embora essa discussão específica não interesse ao trabalho, também não elimina a importância do órgão de comunicação na vida do fiel e das comunidades locais para o desenvolvimento da unidade, senso de pertença e aprendizado teológico e eclesiástico.

O órgão de imprensa oficial da denominação surgiu em 1958, quando os presbiterianos se preparavam para comemorar o centenário do presbiterianismo no Brasil no ano seguinte. O *Brasil Presbiteriano*, *BP*, foi criado a partir da fusão de *O Puritano* e do *Norte Evangélico*, para se tornar o jornal oficial da denominação. Os dois jornais que antecedem o *BP* foram criados por iniciativas particulares, sendo que o *Norte Evangélico* chegou a ser o órgão oficial do Sínodo do Norte da IPB. *O Puritano* havia sido fundado em 1899 e o *Norte Evangélico*, em 1909.

A importância da literatura jornalística é muito grande entre os presbiterianos. Uma das primeiras preocupações de Ashbel Green Simonton foi editar um jornal, *Imprensa*

Evangélica, que serviu a igreja nas primeiras décadas de sua existência[19]. Erasmo Braga, vulto que é referência para se estudar o protestantismo e o presbiterianismo no país, bem como o ecumenismo, inclusive internacional, aponta para esse primeiro jornal dizendo que "por muitos anos foi o órgão do Protestantismo no país e exerceu uma profunda influência no crescimento das comunidades protestantes. A qualidade da literatura evangélica era muito apreciada" (BRAGA; GRUBB, 1932, p. 59). Braga lembra que o analfabetismo entre os protestantes era bem menor do que no resto da população brasileira. Portanto, a leitura foi uma atividade fundamental entre os presbiterianos e o jornal tinha a importante missão de informar os fiéis, contribuindo para sua formação moral e religiosa. Sabe-se que, em lugares distantes, onde um pastor ou missionário podia ir poucas vezes ao ano, o culto era alimentado com leituras de sermões que se publicavam nos jornais.

O jornal tem um diálogo dinâmico com seus leitores. O pensamento que ele apresenta deve formar a mente dos leitores, mas deve também alimentá-los com aquilo que já se espera do jornal, doutra feita se tornará inócuo para quem o lê; isto é, deve o jornal ser aceito pela comunidade como expressão dessa mesma comunidade que representa. Por isso, serão os jornais fontes importantes para se estudar o pensamento desse grupo. Os diversos jornais presbiterianos não mantiveram a mesma periodicidade, apresentando variada circulação: semanal, quinzenal ou mensal. Isso se reflete nas citações com notas que indicam o dia do mês, outras com o registro da quinzena ou apenas do mês, conforme o caso.

O jornal de oposição ao governo eclesiástico da época foi criado na década de setenta do século XX. O *Jornal Presbiteriano, JP,* surgiu da iniciativa de leigos e de pastores da região de Campinas - SP. Sua proposta era avaliar a situação da IPB e combater os desvios de rumo que ela estaria tomando. Esse jornal também é a fonte primária para um dos capítulos. O *JP* teve circulação entre o final de 1974 e meados de 1978, sob a direção de Eduardo Lane, o proprietário oficial do novo veículo de comunicação. Esse jornal, então, não poderia ser internamente acusado de desrespeitar qualquer regulamento ou de gerar alguma ofensa ao jornal denominacional oficial, pois não pretendia substituir este, mas ser mais um instrumento de discussão sobre os rumos da igreja, como veremos a seguir.

Outra fonte são as revistas da Escola Dominical, uma instituição que marcou e marca profundamente o protestantismo missionário de modo geral. O surgimento da Escola Dominical ocorreu na Inglaterra, quando as consequências da Revolução Industrial

[19]Sobre a importância dessa literatura para a igreja protestante: AZEVEDO, Israel Belo de. *A Palavra Marcada: um estudo sobre a teologia política dos batistas brasileiros, de 1901 a 1964, segundo O Jornal Batista*, especialmente p. 11 - 47. Sobre a importância da literatura jornalística na IPB: SILVESTRE, Armando Araújo. *Da Imprensa Evangélica ao Brasil Presbiteriano: O Papel (In)Formativo dos jornais da IPB.*

começaram a incomodar algumas pessoas. Um jornalista, preocupado com as crianças que trabalhavam nas indústrias e, por isso mesmo, não mais frequentavam a escola e a igreja, criou um modo de congregar as crianças no domingo para dar alguma instrução, usando a Bíblia para isso, livro que seria o de mais fácil acesso na Inglaterra protestante. O movimento cresceu tornando-se um dos mais importantes aspectos de algumas igrejas protestantes, especialmente as herdeiras do puritanismo e do metodismo ingleses. Criaram-se associações de Escolas Dominicais, regionais e mundiais, que realizavam Congressos, dentre os quais, o evento mundial de 1932, que foi sediado na cidade do Rio de Janeiro. A configuração e o perfil do movimento mudaram consideravelmente desde sua fundação, passando a envolver todas as pessoas da comunidade e a demandar um grande esforço das igrejas locais. Adultos, jovens e crianças, divididos em classes por faixas etárias, estudavam e ainda estudam a Bíblia e a vida cristã. A Escola Dominical antecede a própria organização de uma igreja. Nos primórdios do protestantismo brasileiro, uma família já bastava para iniciar uma Escola Dominical, convidando a vizinhança e outros para estudarem a Bíblia naquele período da manhã de domingo. Ela se prestava e ainda serve para ensinar, doutrinar e evangelizar. Para o universo presbiteriano, ser aluno assíduo da Escola Dominical é sinal de bom cristianismo e de boa saúde espiritual. As revistas da Escola Dominical foram elaboradas por longo período pela Confederação Evangélica do Brasil, servindo a várias denominações protestantes no país. As revistas usadas pelos jovens e adultos, tinham o nome *Curso Popular* e eram publicadas trimestralmente com uma lição para cada domingo. Quando a IPB criou sua própria editora, passou também a envidar esforços a fim de substituir as revistas da Confederação por revistas de produção própria. No período relativo ao nosso estudo, isso foi alcançado.

Um conjunto importante são os documentos conciliares, que serão compulsados para conferir decisões e verificar a íntegra de documentos mais relevantes. Na verdade, o *BP*, como órgão de imprensa oficial da denominação, passou a servir como uma espécie de "diário oficial" para transcrever decisões dos concílios e palavra oficial dos mandatários na hierarquia eclesiástica. A IPB tem o *Digesto Presbiteriano*, no qual se tem acesso às decisões a ao teor dos documentos, material impresso e, também, acessível online.

Plano do trabalho

O primeiro capítulo tratará da presença presbiteriana no solo brasileiro situando-a no contexto social e político, especialmente a partir dos anos trinta do século XX. Nesse período, a presença do protestantismo está consolidada no Brasil e a IPB era a mais importante das

denominações, considerados como indicadores o número de membros, presença nacional, liderança entre os evangélicos e a vinculação à Escola Americana, a outras escolas espalhadas pelo país e ao Mackenzie College, bem estabelecido no sistema educacional nacional. As mudanças que o país apresentou a partir dessa época afetaram também a igreja. O modo de perceber o mundo ao redor e sua relação com ele vai sofrendo lenta transformação diante das novas situações. Inserida no campo religioso brasileiro, a IPB está preparada para lutar por sua presença nesse campo e para atuar como protagonista, como acreditava ser seu papel.

O capítulo segundo versará sobre o apoio da IPB ao governo militar, com base especialmente em pesquisa do material publicado no jornal *BP*, além de outros documentos já citados. Procurando assumir um papel principal na nova sociedade que estava sendo construída, contra o comunismo ateu e contra o catolicismo desviante da boa doutrina e da boa moral, a IPB apoiou o governo desde a primeira hora do golpe militar. Pensou-se na possibilidade de efetivamente sanear a nação e a igreja que tinha o verdadeiro Evangelho para contribuir com esse objetivo não poderia fugir da tarefa que lhe cabia.

O terceiro capítulo discorrerá sobre a oposição que foi articulada contra a hierarquia eclesiástica estabelecida em 1966. Nesse ano, as forças mais conservadoras da igreja, fundamentalistas em teologia e de direita em política, assumiram o controle da denominação. As posturas teológicas, políticas e de administração interna da igreja provocaram muitas reações, as quais foram sendo paulatinamente eliminadas. Antes, porém, da submissão da oposição ou de sua eliminação, houve vozes discordantes que reagiram através dos concílios ou por iniciativas pessoais. Analisaremos parte dessa oposição, ocorrida no Presbitério de Campinas, um dos mais importantes centros oposicionistas nessa época.

CAPÍTULO 1
OS PROBLEMAS VITAIS DO BRASIL SÃO, ESSENCIALMENTE, OS PROBLEMAS VITAIS DO EVANGELISMO

Os problemas vitais do Brasil são essencialmente os problemas vitais do evangelismo. A hora é grave e decisiva! Conservar-se alguém na indiferença ou na inatividade na hora presente é constituir-se criminoso imperdoável de leso-patriotismo.[20]

No início dos anos trinta do século XX, os protestantes brasileiros, especialmente os presbiterianos, sentiam que era seu dever agir na sociedade em prol das mudanças que se esperavam para a nação. O *Memorial* (ANEXO 1) do qual são extraídas as palavras que encabeçam o capítulo é de 1932, quando o país se preparava para eleger os Constituintes que iriam escrever a nova Constituição. O país mudaria bastante, em quase todas as áreas, nas décadas seguintes. Nas próximas páginas, veremos o país que os presbiterianos queriam transformar a partir de sua fé. Procuraremos enfocar as principais mudanças na sociedade brasileira, enfatizando alguns aspectos que se relacionam de forma mais ampla e profunda com o tema da pesquisa. Como afiançava o texto do Memorial, que está em epígrafe, considerar a situação do país era, também, considerar o protestantismo inserido na sociedade brasileira. Optou-se por partir desse período por ser uma época de evidentes transformações no país, de um lado, e, de outro, por ser também um período em que os protestantes estavam mais presentes na política, elegendo os primeiros representantes e continuando a ter candidatos eleitos a partir de então.

O ano de 1930 encerrou-se, no que se refere ao cenário político brasileiro, com a vitória da chamada Revolução Liberal e a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Faoro argumenta que não houve mudança na estrutura fundamental do poder, que se mostrava distante da população e sem representar, de fato, a nação. Os donos do poder continuaram sendo o mesmo grupo, o estamento se perpetuava, garantindo o domínio do Estado e gerindo-o segundo seus próprios interesses. "De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações" (FAORO, 2000, p. 363). Tal estamento burocrático, como o intelectual gaúcho diagnosticou, ocupava um lugar definido, porém se distanciava cada vez mais da sociedade e iludia com a aparência de que havia alguma mudança. No entanto, "sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento

[20] *MEMORIAL dirigido aos crentes Evangélicos de todo o Brasil.* Rio de Janeiro, maio de 1932. O texto foi impresso, publicado em jornais e distribuído entre os membros das diversas denominações protestantes do país. Era assinado por vinte e dois líderes, a maioria pastores, e quatorze eram presbiterianos. O jornal presbiteriano *O Puritano* transcreveu cópia em 30 de maio de 1932, p. 1.

político impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação" (FAORO, 2000, p. 368). Boris Fausto, em seu estudo sobre a Revolução de 1930, também mostra que não houve mudança fundamental do grupo que exercia o poder, pois não se tratou de uma disputa pelo poder entre o latifúndio agrário cafeeiro e a burguesia industrial, ainda em seus primeiros passos, como apressadamente foi avaliado. Era necessário "reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportações, tornava-se cada vez mais precário" (FAUSTO, 1997, p. 149). A sociedade brasileira estava organizada de tal modo que interesses agrários e industriais se complementavam e a burguesia industrial não tinha condições ou interesse para ocupar o lugar do latifúndio na condução do Estado brasileiro. No entanto, o poder se reajustaria após os desdobramentos da Revolução Liberal, com os embates de 1932, a Ação Integralista e a Insurreição de 1935. Nesse reajustamento, o novo governo mudaria sua relação com a sociedade, especialmente com a classe operária, relação que "é a condição do populismo" (FAUSTO, 1997, p. 151).

As afirmações acima não significam, porém, que não ocorreram mudanças no país e mesmo alguns reajustes no poder político. O rearranjo das forças políticas está ligado ao processo de transformações necessárias pelas quais o país estava passando para se adequar à economia mundial. Esse rearranjo não significou, pelo menos num primeiro momento, que novas forças políticas tivessem começado a exercer efetivamente o poder, nem que o poder econômico estava mudando de mãos. Algumas mudanças resultavam de processos que já vinham ocorrendo na sociedade brasileira e outras prenunciavam importantes transformações que estavam por vir. Por exemplo, em fevereiro de 1932, foi promulgado um novo código eleitoral que previa o voto secreto restrito aos alfabetizados e incluía o voto feminino. A Justiça Eleitoral estabelecia, ainda, medida que impediria efetivamente o Legislativo de continuar a dominar as eleições das quais ele mesmo era o maior interessado. Diz Angela Maria de Castro Gomes que a "Justiça Eleitoral, ao lado do voto secreto, ganhava a dimensão de um ato de moralização da vida política no Brasil, possibilitando a livre expressão da vontade popular e a abertura do jogo político e democrático com a participação efetiva das oposições" (GOMES, 1981, p. 17). Cabe ressaltar que o "Memorial" aos evangélicos, cuja epígrafe deste capítulo é uma pequena parte, alista como uma das necessidades imperiosas da nação justamente a Justiça Eleitoral, o voto secreto e alguns outros itens que estavam de pleno acordo com as posturas do Tenentismo e da Revolução Liberal. Procuraremos pontuar algumas questões tendo como elemento axial o presbiterianismo na sociedade brasileira.

1.1 A economia

O crescimento econômico era visto pelos protestantes como sinal da bênção divina. Isto já tem sido estudado e não carece que nos delonguemos nesse assunto, mas o pontuemos de modo a demonstrar que para os presbiterianos quanto mais a sociedade se entrega ao verdadeiro Evangelho mais haverá crescimento material. O belga Emile Laveleye escreveu no século XIX pequena obra com o título "Do futuro dos povos católicos" e foi citado por Rubem Alves ao estudar o protestantismo como vanguarda da modernidade. Diz Alves (2004, p. 90) que o belga "tenta demonstrar que existe uma estreita conexão entre protestantismo e progresso e, inversamente entre catolicismo e atraso" e cita o escritor: "Da história e principalmente dos acontecimentos contemporâneos parece resultar que os povos católicos progridem muito menos depressa que as nações que deixam o catolicismo" (LAVELEYE, apud ALVES, 2004, p. 90). Alves conclui (2004, p. 90): "os protestantes são sempre mais instruídos e ricos". A seguir, cita Weber e sua constatação de que os líderes comerciais e do capital e os mais bem treinados no comércio são os protestantes. (ALVES, 2004, p. 90). Não é, portanto, por acaso que temos na origem do Mackenzie College a criação da disciplina "Escrituração Mercantil" em 1880 e, em 1886, o Curso Comercial. Mendonça disserta sobre o líder presbiteriano Eduardo Carlos Pereira, o qual se dedicou a escrever e encetar diversas polêmicas com os católicos desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século seguinte. Cita o uso que Pereira fez de Laveleye ao procurar "provar a superioridade civilizatória do protestantismo, que se espelhava tanto no progresso material como moral dos países anglo-saxões" responsabilizando as "doutrinas e práticas católicas pelo atraso material e moral dos países latinos" (MENDONÇA, 2008, p. 132 - 133).

Antonio Máspoli Gomes publicou o resultado de sua Tese de doutoramento com o título *Religião, Educação e Progresso* e o subtítulo que deixa seu tema muito claro: "A contribuição do Mackenzie College para a formação do empresariado em São Paulo entre 1870 e 1914". Afirma que

> a criação do Mackenzie College insere-se, portanto, nesse ciclo de desenvolvimento educacional e industrial. A sua importância decorre de ter repartido com a Politécnica de São Paulo o privilégio de contribuir para a formação do empresariado de São Paulo a partir do paradigma protestante, presbiteriano, oriundo da cultura norte-americana.
> Essa contribuição do Mackenzie College foi mais significativa por meio de seu Curso de Engenharia que veio a tornar-se realidade em fevereiro de 1896, quando foram iniciadas as suas atividades – dois anos depois da Escola Politécnica de São Paulo, ambas nos primórdios da República (GOMES, 2000, p. 182).

Assim, temos que o presbiteriano olhava para o desenvolvimento econômico como campo de ação divina, através de seu povo aqui na terra. Quanto mais pessoas compreendessem e atendessem o evangelho puro, maior seria o desenvolvimento material, moral e espiritual do povo. Um exemplo da reflexão em torno deste assunto pode ser encontrado em artigo do jornal oficial da IPB, quando comenta o número de evangélicos na cidade mineira Governador Valadares, talvez a maior porcentagem registrada dentre as cidades brasileiras naquela época:

> Ruas largas, povo saudável e limpo, edifícios modernos. Quase em qualquer loja, escritório, hotel, etc., encontra-se um evangélico. Um otimista que ali chegue, dirá logo sem pestanejar: 'é uma cidade protestante'. A cidade tem mais de 60 mil habitantes, sendo mais de 10 por cento evangélicos, distribuídos em 14 igrejas, quatro delas Presbiterianas, duas das quais tem mais de mil membros (BRASIL PRESBITERIANO, outubro de 1959, p. 10).

O crescimento econômico, com as consequências que traz, também provocou a busca de novos paradigmas teológicos no protestantismo. A principal questão que nos interessa é a discussão teológica acerca do lugar e função da igreja num mundo em mudanças e desigualdades. Não que a reflexão sobre os problemas sociais fosse novidade no cristianismo. Em geral, as religiões se preocupam com a prática do bem. Os cristãos encontram ensinos sobre isso na Bíblia e o cristianismo, conforme crescia, foi desenvolvendo práticas como criação de asilos, orfanatos, além de incentivar as esmolas dos mais abastados. No período da Revolução Industrial, os protestantes ingleses criaram a Escola Dominical, reunida aos domingos, para dar possibilidade de um mínimo de educação às crianças que trabalhavam nas fábricas. Criaram também a Associação Cristã de Moços para retirar os jovens cristãos dos prazeres e perigos mundanos, visando oferecer diversão sadia aos moços das igrejas. Na época dos Avivamentos, movimento que já apresentamos, uma das consequências da vida religiosa renovada era a intensa ação social que se promovia. Apenas poucos exemplos para situar a questão. Os presbiterianos brasileiros se puseram a pensar a vida cristã e a responsabilidade tanto do indivíduo como da Igreja nesse mundo que se transformava e trazia tantos perigos para o ser humano.[21] No próximo capítulo abordaremos um pouco mais esta questão, onde verificaremos os conflitos que a reflexão trouxe para dentro do protestantismo e do presbiterianismo em particular.

Conforme visto, as mudanças políticas que ocorriam eram sinal da necessidade de adequar o país às novas circunstâncias mundiais, uma vez que a economia baseada em um

[21]Ver o livro *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*, 2005, deste mesmo autor.

único produto agrícola de exportação deixava o país extremamente fragilizado. A Grande Depressão de 1929 é considerada por estudiosos o ponto decisivo para a América Latina, que começava a esboçar a saída do modelo agroexportador para iniciar sua industrialização. Os efeitos da depressão no Brasil foram, em relação a outros países, relativamente pequenos devido à política de valorização do café, que permitiu nos anos anteriores algum acúmulo de divisas e, nos anos mais agudos da crise, garantiu um preço mínimo para os produtores brasileiros. Assim, recorrendo à fala de Faoro, o estamento usava o Estado para dirigir a economia na direção do interesse do latifúndio e minimizar os impactos da crise mundial na economia interna. O capital do latifúndio já vinha sendo modestamente aplicado em outras áreas e parte dos recursos provenientes da terra foi invertido na pequena produção industrial que se instalou no país, nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século seguinte. Conforme o brasilianista norte-americano Warren Dean, "até a década de 1920, a produção industrial limitou-se principalmente aos bens de consumo" e a indústria têxtil representava quarenta por cento do capital, enquanto os alimentos, vestuário, sabão e velas representavam quarenta e cinco por cento. O restante foi investido em serrarias e na pequena metalurgia. O mesmo autor ainda aponta estes dados: "O recenseamento de 1920 relacionou mais de 13 mil empresas industriais que empregavam 275 mil operários, menos de três por cento da população economicamente ativa" (DEAN, 2002, p. 696).

As peculiaridades dos anos trinta provocaram uma industrialização crescente em toda a América Latina, que deve ser valorizada, embora não superestimada, segundo comenta o inglês Victor Bulmer-Thomas (BULMER-THOMAS, 2005, p. 19 – 76), lembrando que na década de 30 a participação da indústria no PIB era limitada e, nesse processo, o Brasil ainda ficava abaixo de países como Argentina, Chile e Uruguai. Vários países latino-americanos promoveram, com êxito, políticas intervencionistas com a finalidade de incrementar a industrialização. "A década de 30 na América Latina pode não ter representado um rompimento radical com o passado, mas também não constituiu uma oportunidade perdida" (BULMER-THOMAS, 2005, p. 76). O Brasil é considerado pelo autor inglês um país de grande recuperação econômica na região, no período posterior à Grande Depressão, tendo um crescimento amplo de recuperação das exportações e uma estrutura econômica que apresentou sinais de mudanças na direção da indústria. No entanto, enfatiza, "o Brasil continuou desesperadamente pobre, com um PIB real per capita, em 1939, de apenas um quarto em relação ao da Argentina e de sessenta por cento da média da América Latina" (BULMER-THOMAS, 2005, p. 76). Isto é, mesmo com considerável recuperação das exportações e

crescimento da produção industrial, havia ainda uma defasagem severa entre a produção e o tamanho populacional do país.

Ao término da década de 30, o mundo estava passando por mais uma guerra, o que provocou o crescimento das exportações dos países latino-americanos, para atender à necessidade mundial de produtos primários. No Brasil, houve aumento de reservas externas de seiscentos e trinta e cinco por cento no período da guerra, que foi o maior dentre todos os países da região. Além disso, essa foi a oportunidade que vários países tiveram de iniciar a exportação de produtos industrializados. Com o fim da guerra, os Estados Unidos voltaram os olhos ao continente europeu e ao Japão, com o Plano Marshall, visando recuperar as economias destruídas pelo conflito. Deixaram, com isso, de agir economicamente em benefício dos vizinhos latino-americanos. Havia esperança desses países por políticas favoráveis do poderoso vizinho do norte, mas eles não foram contemplados devido às prioridades estadunidenses. O Brasil, de modo especial, tendo sido aliado de primeira hora dos EUA no continente ao ceder bases aéreas e navais, matérias-primas, tropas e, ainda, apoiando as iniciativas políticas para criação de instituições internacionais no pós-guerra, esperava um tratamento diferenciado, fato que não aconteceu. Pedro Malan diz que "os primeiros anos do governo Dutra foram marcados pela progressiva frustração das expectativas latino-americanas e especialmente brasileiras, quanto à continuidade da cooperação" que tinha ocorrido nos anos da guerra. Os negociadores brasileiros enfatizavam o caráter político e não apenas comercial do financiamento norte-americano (MALAN, 1984, p. 69). Os países latino-americanos sofriam com a política estadunidense; porém, sem essa ajuda, o poder público passou a interferir na economia, dirigindo-a para propiciar industrialização e para obter melhores condições na economia mundial, o que significava andar na contramão dos princípios liberais e do desejo norte-americano. Enquanto os EUA exigiam dos vizinhos latinos menor intervenção do Estado na economia, estes respondiam com aumento de medidas protecionistas, nem sempre capazes de resolver as questões econômicas (THORP, 2005, p. 88). No entanto, muitos dirigentes se mantiveram atrelados ao pensamento liberal de acordo com o projeto norte-americano e, em geral, os países da América Latina abriram parte de suas economias, o que acarretaria no futuro a entrada de dinheiro estrangeiro e perda de divisas.

As décadas de cinquenta e sessenta do século XX são uma espécie de era dourada para a economia mundial, que beneficiou, obviamente, os países mais desenvolvidos, mas atingiu também a América Latina. Diversos países executaram programas de industrialização, os quais colaboraram bastante na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na ONU, em 1948, instância em que se discutiu intensamente o caráter da

economia na região, e as possibilidades de desenvolvimento (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005, p. 129 – 228). Os anos cinquenta começaram no Brasil com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, agora como presidente eleito, e expectativa de que as relações com os EUA fossem mais satisfatórias. No entanto, Vargas sempre teve posturas nacionalistas e precisava atender aos operários que o apoiaram com medidas que podiam ter algum efeito político positivo interno, mas que acarretavam significativa perda de apoios externos. Quando tentou restringir as remessas de lucros, Vargas provocou reações dos EUA e do Banco Mundial que não mais concedeu empréstimos ao país até 1964 (MALAN, 1984, p. 73).

Juscelino Kubitschek estabeleceu o modelo desenvolvimentista desde seu governo em Minas Gerais. Assumiu a presidência do Brasil com o Plano de Metas, destinado a fazer o país crescer cinquenta anos em cinco, como dizia o bordão governamental. Porém, desejando também fomentar o crescimento econômico de toda a América Latina, o que seria positivo especialmente para o Brasil, o presidente brasileiro lançou a ideia de se criar a Operação Pan-americana, unindo os latinos e forçando apoio mais decisivo dos EUA em busca de soluções para os problemas da região. O resultado prático desse plano foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Juscelino promoveu o desenvolvimento sem maiores restrições ao capital estrangeiro. A produção industrial cresceu, alavancada pela indústria automobilística. O otimismo de um período de grandes realizações tem como ponto exemplar a construção de Brasília. A sociedade civil começou a participar de modo mais ativo das discussões sobre a economia e as consequências das decisões políticas sobre a vida das pessoas. O crescimento industrial e urbano cooperou para o desenvolvimento do movimento operário e dos sindicatos que se politizavam cada vez mais, fato que teria grande importância nos desdobramentos nos anos seguintes. O movimento sindical, sem a tutela getulista, procurou se desvencilhar da estrutura oficial, liderado por novos quadros, com posturas mais progressistas e disposto a lutar por mudanças cada vez mais profundas.

O otimismo e o crescimento não podiam impedir ou esconder todas as dificuldades do governo, como o gasto para implementar a industrialização e a construção da nova capital, a defasagem entre exportação e importação e a inflação crescente. Na tentativa de solucionar os problemas, o governo desagradou industriais, sindicalistas e assalariados e precisou recorrer ao recém-criado FMI, com o qual rompeu, no entanto, cerca de um ano depois, acusando esse órgão de prejudicar o Brasil. Nisso, foi apoiado por nacionalistas e comunistas. O governo JK não teve tempo de desfrutar de uma importante mudança no panorama das relações dos EUA com a América Latina, provocada pela ascensão de Fidel Castro ao poder em Cuba, que fez

com que o governo dos EUA mudasse a retórica e a prática, criando um grande programa de ajuda aos países da América Latina.

Jânio Quadros sucedeu a Juscelino, destacando, já no discurso de posse, que o país vivia uma terrível situação financeira. O governo agiu com uma política econômica severa em moldes conservadores, o que levou o FMI a elogiar o programa e vislumbrar novos empréstimos para o Brasil. No entanto, o efêmero governo Quadros fez com que a situação saísse novamente do controle. Os gabinetes parlamentaristas que se sucederam não foram capazes de apresentar soluções, embora o Plano Trienal, organizado por Celso Furtado, fosse, no dizer de Malan, "um esforço sério no sentido de lidar com a situação econômica em rápida deterioração" (MALAN, 1984, p. 101). O Plano seria aplicado assim que Goulart se tornasse o vitorioso no plebiscito para voltar ao sistema presidencialista no início de 1963. Porém, as dificuldades internas eram muito grandes, levando o governo a afrouxar o plano, concedendo aumento de mais de cinquenta por cento do salário mínimo. Além disso, houve aumento das tarifas de transporte público, a eliminação de subsídios à importação de trigo, atos que afetaram diretamente o ambiente inflacionário. O Plano Trienal praticamente deixou de funcionar. A sociedade brasileira estava em enorme crise e numa tensão política profunda que não permitia a solução dessa crise, quando ocorreu o golpe militar de 1964. Destaca Boris Fausto que

> enquanto ocorria o realinhamento dos meios civis, verificou-se uma mudança da maior importância nas Forças Armadas. Consistia na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares com a guerra fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. As Forças Armadas, nesse contexto, deviam ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a segurança e o desenvolvimento da nação. Nascia assim a doutrina da segurança nacional gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG).
> A partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do já mencionado IBAD foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir certo tipo de desenvolvimento econômico (FAUSTO, 2003, p. 452 – 453).

Os militares assumiram o governo com o objetivo de sanear a política, a economia e a própria sociedade, especialmente com o expurgo dos comunistas. Para executar seu projeto contaram com as medidas de exceção dos "Atos Institucionais" que modificaram e limitaram os poderes do Congresso, estabelecendo novas regras eleitorais, como a eleição indireta do próximo presidente. Exercendo o controle político, os militares tiveram poder de ação e procuraram organizar a economia, alcançando alguns êxitos nos primeiros anos, derrubando a inflação e aumentando consideravelmente o PIB. A taxa média anual de crescimento do PIB

na década de cinquenta foi de 6,8%; na década de sessenta até 1973 (data decisiva para os historiadores econômicos e economistas por causa da crise do petróleo) foi de 7,5%; de 1973 até o início da década de oitenta foi de 5,5% e, durante os anos oitenta, foi de apenas 2,3%. Considerando apenas o crescimento da produção industrial, houve crescimento médio anual de 9,1% para a década de cinquenta; 8,5% para a década de sessenta até o ano de 1973; 4,5% de 1973 a 1981 e 1,1% na década de oitenta. A importância que a indústria alcançou na economia brasileira pode ser verificada com a comparação da participação do setor no PIB, participação que cresceu embora a taxa de crescimento industrial tenha sido, em duas décadas, bem menor do que a taxa de crescimento do PIB: 1950, 23,2%; 1960, 28,2%; 1970, 32,2% e 1980, 33,1% (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005, p. 129 – 228).

Deve-se lembrar de que as vitórias na economia tiveram como componente importante a favor dos militares a ajuda do governo norte-americano através da "Aliança para o Progresso", que havia começado antes do golpe militar. Importante notar que nesse programa havia distribuição de alimentos aos mais carentes e que boa parte dessa tarefa foi realizada por igrejas evangélicas, especialmente porque algumas denominações mantinham laços estreitos com as igrejas norte-americanas das quais se originaram, como é o caso da IPB.

1.2 A questão da terra

José Manoel da Conceição, o ex-padre que se tornou pastor presbiteriano, foi "o homem que abriria ao protestantismo o interior do Brasil" (LÉONARD, 1981, p. 56). Os primeiros missionários fixaram residência nas capitais ou nas cidades maiores. Simonton entendeu ser melhor iniciar seu trabalho na capital do Império. Quando seu cunhado Blackford, o segundo missionário a chegar, optou por São Paulo, talvez superestimando a importância que imaginava para a cidade, houve alguma discórdia entre eles, mas foi iniciado ali o trabalho. Salvador e Recife também foram os destinos de alguns dos primeiros missionários. Entretanto, Conceição se dirigiu primeiramente às pequenas cidades do interior nas quais já havia exercido o sacerdócio católico, estendendo, no decorrer dos anos, suas caminhadas por longas faixas do interior de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Desse modo, comunidades presbiterianas foram sendo estabelecidas também em distantes regiões rurais, muitas vezes iniciadas por leigos e só recebendo a visita de um pastor muito tempo depois.

A fixação do presbiterianismo de modo mais definido e definitivo ocorreu inicialmente na zona rural. Esta é a tese de Antonio Mendonça, antecipada por Léonard (1981,

p. 229) que afirma: “os presbiterianos aproveitaram o momento da expansão cafeeira e acompanharam o domínio rural na trilha do café, quando as fontes pioneiras apresentavam uma população móvel e em estado de crescimento” (MENDONÇA, 1984, p. 121). Para esse autor, o protestantismo teve maior dificuldade de se desenvolver fora dessa região da cultura cafeeira, onde o homem livre e pobre esteve mais aberto às ideias protestantes. Carlos Caldas (1999) desenvolve tese semelhante aplicando-se aos estudos do crescimento do presbiterianismo na região leste de Minas Gerais. Portanto, os presbiterianos estavam na zona rural como camponeses e pequenos proprietários e as mudanças sociais durante o século XX os afetariam diretamente.

O panorama econômico que mostra o crescimento da indústria não significa que o setor agropecuário tenha perdido importância ou fora abandonado. A vitória da Revolução de 1930 não pode ser vista como avanço de um setor em detrimento do outro, como já vimos, e como Paul Singer aponta:

> A Revolução de 1930 e o novo poder que dela surge estão longe de ter um projeto de desenvolvimento mediante a industrialização do país. A prioridade continua sendo a recuperação do Setor de Mercado Externo, principalmente do café, sendo a industrialização por substituição de importações considerada pouco mais de que um expediente provisório (SINGER, 1984, p. 234 -235).

O Brasil redefiniu o setor agropecuário para se ajustar ao mundo em transformação e ocupar o lugar que lhe cabia, conforme o entendimento dos dirigentes da nação, lugar este ainda determinado pela produção de produtos agrícolas, sendo o principal deles o café. Para Tamás Szmrecsányi (1984, p. 107 – 207), essa reorganização aconteceu de forma lenta, desordenada, assistemática e descontínua, mas, sem dúvida a agropecuária se integrou à economia brasileira que assumia o caráter capitalista, já que os capitais cada vez mais eram investidos indiferentemente, tanto nos setores urbanos e industriais como no setor agropecuário e até mesmo na compra de terras para efeitos unicamente especulativos. Lentamente, as formas capitalistas entraram no setor agropecuário até dominarem efetivamente, já na segunda metade do século XX. Singer afirma que entre os últimos anos da década de cinquenta e os primeiros anos do governo militar “as relações de produção capitalista se tornaram hegemônicas no campo” e “a ampliação do mercado interno para alimentos e matérias-primas agrícolas atraiu o capital monopolista para a agricultura” (SINGER, 1984, p. 227). A evolução das quantidades de alguns produtos demonstra isso claramente: entre 1929 e 1969 a produção de gado bovino abatido cresceu 337%; do suíno 700% e a produção de lã cresceu 260% (SZMRECSÁNYI, 1984, p. 126).

Sobre as estruturas agrárias na América Latina a partir dos anos trinta, Normam Long e Bryan Roberts afirmam que "a maioria dos habitantes da América Latina tirava da terra o seu sustento. A propriedade de terra continuava sendo a chave do poder político, econômico regional e nacional", porém, nas décadas seguintes houve, em toda a região, "mudanças de grande alcance nas estruturas agrárias", estimuladas principalmente pela industrialização que "interligou a zona rural com a urbana por meio de um fluxo crescente de mercadorias e de pessoas" (LONG; ROBERTS, 2005, p. 385). Os autores britânicos identificam quatro tipos de estruturas agrárias regionais na América Latina, nos anos trinta: a agricultura comercial em grande escala; a produção em encraves; a agricultura em pequena escala; e a agricultura de subsistência, não significando, no entanto, que os diversos tipos sejam excludentes, pelo contrário, pode ocorrer coexistência de diversos tipos numa mesma região (LONG; ROBERTS, 2005, p. 406 - 428). Para o Brasil, o tipo da produção em encraves econômicos de grande porte era praticamente inexistente. Esse tipo se trata do sistema de *plantation* e da mineração com vultoso investimento e capital internacional. Todavia, os demais tipos citados estavam presentes no país. A agricultura comercial em grande escala, em geral atrelada ao comércio internacional, além do local, tem o café como produto de maior expressão. É uma agricultura que avança alcançando e ultrapassando fronteiras, usando o trabalho de milhares de agricultores tanto permanentes como temporários, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários, todos a serviço da grande produção de um produto específico. Pelas características da produção parte dessa enorme população empregada era muitas vezes transitória, "uma população rural geograficamente móvel e uma infraestrutura social subdesenvolvida, no tocante à educação, aos serviços sociais e à moradia" (LONG; ROBERTS, 2005, p. 411).

O terceiro tipo aludido, da agricultura em pequena escala, estava bem presente no sul do Brasil. Baseado em pequenas propriedades e, quase sempre, no trabalho familiar, orientava-se para o mercado regional, menos rentável do que o internacional, com baixo rendimento que levava o agricultor a ter um sustento precário. Alguns produtos de exportação como o café, fumo e algodão, e o alto nível de controle do agricultor sobre a produção e comercialização local favoreceram o surgimento de redes de comercialização em algumas cidades que podiam vender o produto para o mercado nacional e internacional.

Assim, a partir da metade do século XX, as relações capitalistas tornaram-se hegemônicas no campo dificultando cada vez mais a vida do agricultor. Havia a necessidade de reformas, mormente a agrária, que poderiam não apenas minimizar os conflitos que aos poucos surgiam como, ainda, modernizar a produção. Diversos setores da sociedade

começaram a discutir o tema. Carlos Lacerda, por exemplo, organizou debates promovidos pelo seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, por meio do "Instituto Popular de Conferências" (SZMRECSÁNYI, 1984, p. 148). Católicos e protestantes também se ocuparam do tema, tratando-o sob o prisma teológico. Em 1950, preocupada com os rumos que a questão agrária tomava, a Igreja Católica realizou a "Primeira Semana Ruralista" e, em 1956, sob a liderança de D. Hélder Câmara, ocorreu a Conferência dos Bispos do Nordeste, que também se pronunciou sobre o assunto. Em 1961, a Igreja Católica pronunciou-se oficialmente a favor da Reforma Agrária através da CNBB. Isso não significa que o clero tenha sido coeso sobre a forma de se realizar a reforma. Bispos como Dom Geraldo Proença Sigaud, por exemplo, se postavam de forma bastante conservadora na defesa da propriedade e contra a Reforma Agrária. O envolvimento católico deu-se ainda com a organização de um sindicalismo rural liderado pelos padres Antonio Melo e Paulo Crespo, em oposição às Ligas Camponesas de Francisco Julião. Nos anos cinquenta e sessenta, os protestantes vinham debatendo o tema em artigos de jornais denominacionais, revistas da Escola Dominical e Conferências realizadas pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB). A Igreja Metodista e a Igreja Presbiteriana promulgaram documentos oficiais a favor da Reforma Agrária (SOUZA, 2005, 147 – 154). O "Pronunciamento Social" da IPB (ANEXO 2), o qual voltaremos a mencionar mais detalhadamente, é um exemplo de decisões conciliares abordando o tema.

As dificuldades inerentes ao processo dessa reforma foram de tal monta que Long e Roberts (1984, p. 437) mencionam que "o Brasil apresentou características insólitas na América Latina, no sentido de ter evitado, nas décadas de 60 e 70, qualquer aparência de reforma agrária" estimulando "o crescimento da agricultura por meio de mecanismos de mercado, esperando que o aumento das oportunidades, na cidade e no campo, pudesse minorar o descontentamento do homem rural e reduzir a pressão da população sobre a terra." No entanto, houve tentativas sérias de se organizar de outra forma a estrutura agrária nacional. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA); em 1963, aprovou-se o Estatuto do Trabalhador Rural e, pouco antes do golpe militar, o governo federal assinou decreto desapropriando terras em torno de rodovias, ferrovias e açudes federais. Eram, no entanto, tempos de antagonismos acirrados e a questão agrária, um dos temas que mais excitava a opinião pública, estava dentro do que vinha sendo chamado de "reformas de base". Com o golpe, a questão seria tratada de modo distinto dos anos anteriores. Sem realizar a reforma, o governo militar envidou esforços para ocupar a Amazônia através do deslocamento de camponeses de regiões mais populosas e conflituosas. Empresas privadas foram acionadas pelo Estado para promover a colonização da região.

1.3 Movimentos populacionais

O desenvolvimento industrial fez aumentar e fortalecer o proletariado urbano com novas oportunidades de empregos nas cidades. Além do crescimento quantitativo com o acréscimo de postos de trabalho, houve o crescimento qualitativo que a concentração nas metrópoles pode significar, apesar dos problemas que causam. Nas cidades, o proletariado tem maiores possibilidades de acesso à educação, à saúde e à cultura, itens que colocam esse grupo social como participante mais ativo nas questões sociais e políticas. Em 1930, 14% da população brasileira viviam nas cidades; em 1950, eram 36%; em 1980, o percentual atingia 66%, índices que demonstram a velocidade das migrações internas. Por outro lado, outra estatística mostra a força de trabalho empregada na agricultura do seguinte modo: em 1930, 68,7% da população brasileira trabalhavam no campo; em 1950 eram 59,8%; e em 1980, o percentual atingia 31,1% (Cf. Tabelas em MERRICK, 2005, p. 263 e p. 389).

A migração do campo para os centros urbanos foi um dos mais importantes fatores para o crescimento populacional de algumas das maiores cidades da América Latina. No entanto, é necessário destacar que na América Latina os movimentos rurais se dirigiram "primeiramente para as cidades pequenas e vilas, e que a migração para as grandes cidades é originária mais das vilas e cidades pequenas do que diretamente das zonas rurais," o que é válido especialmente no caso brasileiro, como destaca Thomas Merrick (2005, p. 269). Comparando os países da América Latina, Long e Roberts (2005, p. 317) dizem que "a contribuição da migração para o crescimento urbano foi maior no Brasil." Cidades como São Paulo atraíam pessoas em busca de colocação na indústria enquanto outras, como o Rio de Janeiro, atraiam mais pessoas na busca do setor de serviços. Estatísticas mostram maior crescimento do setor de serviços em comparação ao crescimento dos trabalhadores industriais. A população nas cidades cresceu de 14% para 36% entre 1930 e 1950, enquanto a força de trabalho empregada na indústria no mesmo período cresceu de 16,6% para 26,6% (Cf. Tabela em MERRICK, 2005, p. 273). Isso demonstra que estava havendo uma diversificação por um lado, mas que também é possível que a capacidade da indústria de criar novos postos de trabalho poderia não ser suficiente para empregar todo o contingente egresso do campo e das pequenas cidades. O setor de serviços tem outra característica importante na composição da força de trabalho: a atividade da mulher, empregada para compor a força de trabalho do campo, mas menos ocupado na indústria, que se mostrou de grande importância para o setor de serviços. Tais dados possibilitam perceber que a classe operária e a população urbana

vinham se tornando importantes na configuração social e política nacional, o que seria decisivo para as décadas seguintes.

Essa mudança na composição da população entre campo e cidade interferia no campo religioso também. Um bispo da Igreja Católica no Brasil declarava-se preocupado em 1950: "Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural" (CAMARGO; PIERUCCI; SOUZA, 1984, p. 357). A tese de Antônio Gouvêa Mendonça[22], seguindo avaliação anterior de Emile Léonard, é que o protestantismo missionário alcançou seus maiores êxitos proselitistas entre a população rural, pobre, livre e, devido a essa situação, também seminômade. José Manoel da Conceição, o ex-padre e pastor presbiteriano, foi fundamental para que os presbiterianos encontrassem o mundo rural brasileiro. Esse grupo social trabalhava nas lavouras do café, o que possibilitava acompanhar o crescimento dos presbiterianos nas regiões de cafeicultura. Caldas, em seu estudo sobre o crescimento do presbiterianismo em Minas Gerais, com base na teoria de Mendonça, escreveu um pequeno livro chamado *Fé e Café*, cujo título exemplifica bem e resume o livro. Antonio Mendonça avalia e compara do seguinte modo:

> Em outras regiões do Brasil onde o fenômeno do café não ocorreu, e em que na época ainda predominavam os grandes engenhos, como no Norte e Nordeste, e era ainda escassa a população livre, dispersa por grandes extensões geográficas, principalmente na economia de pastoreio, parece ter o protestantismo aguardado o momento em que o urbano se desenvolveu suficientemente. A evolução do protestantismo nessas áreas parece ter ficado à espera de um outro ciclo de desenvolvimento, que foi a passagem do predomínio do rural para o predomínio do urbano (MENDONÇA, 1984, p. 123).

Estudos sobre o impacto da imigração nas denominações protestantes ainda estão para serem realizados. Léonard (1981, p. 227), escrevendo em meados do século XX, destacou que "até agora, entretanto, a maior parte do povo protestante é constituída por trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários." O fato é que muitas igrejas urbanas se formaram ou se desenvolveram com o contingente populacional que migrou do campo para as cidades ou mesmo de pequenas cidades para as maiores. Ecléa Bosi aponta o fato de que "o migrante vai mergulhar na situação nova da indústria, onde o desenraizamento é agudo" (BOSI, 2008, p. 18). É bem provável que essa avaliação não valha apenas para o trabalhador industrial, mas para os diversos setores do mundo urbano onde o migrante se sente desenraizado. Bosi (2008, p. 20) usa as pesquisas de Simone Weil que relata a "satisfação dos grevistas da Renault,

[22]MENDONÇA, A. G. *O Celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. Primeira edição, 1984, Editora Paulinas. Segunda Edição, 1995, Pendão Real, ASTE, IEPG. Terceira edição, 2008, Edusp. Esse registro quer demonstrar a importância da obra de Mendonça, publicada sucessivamente por importantes editoras, uma católica, a segunda publicação conjunta de editoras protestantes e ecumênicas e a terceira, a Edusp.

entrando com a família nas oficinas, exibindo sua máquina para a mulher e os filhos". Esse estar junto é um bem em si não apenas com relação à família na fábrica, mas também nos instantes do cafezinho, numa exposição de livros na hora do intervalo que "são momentos impregnados de vida" (BOSI, 2008, p. 22). Embora Ecléa Bosi não comente nada sobre a religião nesse processo de desenraizamento, podemos notar que os "momentos impregnados de vida" estão claramente presentes na sociabilidade que a comunidade religiosa provê. É, sem dúvida, uma explicação para o crescimento evangélico nas primeiras décadas desse forte processo de urbanização pelo qual a sociedade brasileira passou desde a década de trinta.

Nesse novo mundo urbano, o protestantismo precisou se adaptar. O historiador francês já percebia os problemas do protestantismo nesse novo cenário que surgia, pois, "as circunstâncias gerais colocam-no em presença de novos meios sociais que lhe apresentam questões que ele antes não enfrentara. Refiro-me ao proletariado dos campos e dos bairros operários das cidades" (LÉONARD, 1981, p. 331). Com perspicácia percebe que "a existência de um proletariado protestante acarreta, naturalmente, problemas peculiares e novos às igrejas" e dificuldades de entender e interpretar "a própria questão social" (LÉONARD, 1981, p. 335). De fato, tanto o grupo que deu apoio ao governo militar quanto o grupo de oposição que estavam presentes entre os presbiterianos tinham a questão social como componente essencial. Havia uma discussão teológica acerca do tema, isto é, qual é e como deve ser a participação do cristão e da igreja nas transformações sociais pelas quais o país está passando. Noutro trabalho estudei esse assunto.[23]

No entanto, como afirma Mendonça, houve um novo ciclo de crescimento do protestantismo com o novo ciclo de desenvolvimento urbano da sociedade brasileira. Léonard (1981, p. 225) viu, com satisfação, que "as classes liberais e o comércio" estariam "abundantemente representadas no protestantismo brasileiro". O protestantismo parecia estar se adaptando adequadamente aos novos tempos da cidade. Lyndon Santos percebe que João do Rio vê no protestantismo aspectos éticos e higiênicos que o adaptam ao mundo urbano, citando o autor carioca, neste trecho:

> o protestantismo trouxe para os nossos costumes latino-americanos não sei se a pureza da alma, de que o mundo sempre desconfia, mas o asseio inglês, o regime inglês, a satisfação de bem cumprir os deveres religiosos e de viver com conforto (RIO, 1951, Apud SANTOS, 2010, p. 114).

Um dos movimentos mais importantes que o protestantismo criou no sentido de unificar esforços, propiciar espaços de sociabilidade e adaptar-se ao mundo urbano foi a

[23]SOUZA. *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*, 2005, capítulos 2 e 3.

Associação Cristã de Moços. Santos diz que a "ACM pregava um ideal de humano que unia a crença correta, a saúde, o exercício físico e o desenvolvimento intelectual. Promovia palestras de fundo moral e ético abrangendo todas as esferas da vida urbana, da família, do trabalho, da produção e das normas sociais" (SANTOS, 2010, p. 116).

Existiram espaços de sociabilidade e congraçamento produzidos no mundo protestante que favoreceram a entrada e permanência de novos membros nas igrejas das cidades, especialmente daqueles imigrantes desarraigados que podiam reencontrar-se como seres humanos nas comunidades religiosas.

É preciso destacar que o crescimento populacional brasileiro teve um componente importante: a imigração estrangeira. Tanto no campo como na cidade o país recebeu imigrantes que ajudaram a moldar a configuração social, inclusive em termos religiosos dentro de uma nação hegemonicamente católica. Se as presenças italiana e espanhola engrossavam a população católica, as imigrações alemã e, em menor escala, a britânica, iniciada antes mesmo da italiana, trouxeram a novidade protestante para o território nacional. No entanto, os migrantes europeus contribuíram de modo marcante para a formação do operariado, não só como trabalhadores nas indústrias, mas criaram sindicatos e organizaram os primeiros jornais de defesa da causa operária (SODRÉ, 1977, p. 350 – 370).

Alguns jornais anarquistas surgiram ainda nos derradeiros anos do século XIX e outros mais no início do século XX. Os nomes não deixam dúvida do objetivo a ser perseguido: *Avanti*, *A Greve*, *La Bataglia*, *O Trabalhador*, *Grito del Pueblo*, *Jornal Operário*, *A Voz Operária*, alguns títulos dentre os diversos veículos impressos surgidos na época. Era uma novidade no país e um corpo estranho numa sociedade conservadora pouco acostumada à luta do proletariado. Além do mais, eram de uma cultura diferente como os títulos mostram (nomes em italiano e em espanhol). Foi dessa parcela da população urbana que saíram as lideranças das primeiras manifestações e greves operárias, algumas no início do século XX; as mais importantes foram as greves de 1917, em São Paulo, e de 1918, no Rio de Janeiro.

Deve-se lembrar que a Europa vivia tempo de conflitos sociais havendo o crescimento de grupos e partidos socialistas e anarquistas, além de grande desenvolvimento do sindicalismo. A Rússia, depois de 1917, passou a exercer grande poder sobre os comunistas ao redor do mundo, procurando organizar os trabalhadores e os partidos comunistas visando ajudá-los a tomar o poder em seus países, dando as diretrizes a partir da Terceira Internacional. A Segunda Internacional, anteriormente, já havia marcado o dia primeiro de maio para paralisações e manifestações dos trabalhadores, data que lembrava o massacre de trabalhadores em indústria dos Estados Unidos. Greves parciais e gerais fizeram parte do

cenário de todos os países, especialmente Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Alemanha e Inglaterra. Imigrantes desses países trouxeram a ideologia trabalhista, comunista ou anarquista para o Brasil e a prática da imprensa para dar voz ao trabalhador.

As questões sociais suscitadas por esses eventos demandaram, do Estado e da classe dominante, ações que, inicialmente, consideravam as atitudes dos operários como caso de polícia. No entanto, não tardaria para que a maneira de entender a questão social começasse a mudar. Mesmo que muitas vezes as soluções encontradas se enquadrassem mais no populismo ou no peleguismo, não se pode negar mudanças significativas com as diversas leis que foram sendo aprovadas no decorrer dos anos até chegar-se à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. No governo eleito de Getúlio Vargas, o Ministro do Trabalho, João Goulart, acabou deixando o cargo em fevereiro de 1954 depois de propugnar um aumento de 100% do salário mínimo, adotado pelo governo, apesar da queda do ministro. Empresários e militares colocaram-se amplamente em oposição à medida. O problema do trabalhador estava definitivamente no centro da cena política nacional, e foi especialmente diante desse grupo que João Goulart, presidente, faria suas últimas tentativas de provocar as reformas de base no grande comício da Central, em 13 de março de 1964. Foi uma espécie de senha para o golpe militar que ocorreria duas semanas mais tarde.

1.4 A Educação

O crescimento industrial, a urbanização e a pressão social levaram o Estado a tratar com mais vigor a questão escolar. Notadamente, o número de matrículas no ensino primário saltou de pouco mais de um milhão de alunos em 1920 para quase quatorze milhões em 1960. A esse número deve-se juntar a quantidade de analfabetos já fora da idade escolar primária que ingressou na Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde que, de menos de cento e quarenta mil matriculados em 1945 atingiu quase quinhentos mil, em 1960. Nos demais níveis de ensino também são observados crescimento nos índices de matrículas.

De acordo com Teixeira de Freitas, o Brasil tinha, nos anos trinta, apenas 394 escolas secundárias e, dessas, somente 58 eram do Estado; as demais eram particulares, incluindo as escolas religiosas, entre as quais diversas escolas presbiterianas. O acesso à escola se tornaria cada vez mais elemento fundamental para as camadas mais baixas da população em busca de melhores condições de vida, especialmente em uma sociedade que passava por um rápido processo de transformação. Os antigos ginasial e colegial deixariam de ser escolas apenas

para os grupos superiores da pirâmide social, para atender as classes inferiores, demandando aumento na quantidade de escolas e vagas. “A rede de escolas secundárias mantidas pela iniciativa particular cresceu consideravelmente. Mas o ritmo de expansão das escolas oficiais foi bem maior e acabaria por inverter as respectivas posições,” afirma Celso de Rui Beisiegel (1984, p. 394).

No entanto, não foi apenas o sistema escolar para atendimento das crianças que se desenvolveu de modo acentuado. A preocupação com a educação do adulto passou a estar presente na sociedade e aparece nas políticas governamentais desde 1920. Em 1931, o Convênio Estatístico cria o chamado “Ensino Supletivo”, desvinculando o ensino de adulto da educação comum. O Partido Comunista, durante sua legalidade, e os esquerdistas em geral, sempre se preocuparam sobremaneira com essa questão. Certamente, não podemos deixar de lado os esforços dos educadores que, mesmo sem participação política de esquerda, lutaram pela alfabetização de adultos. A Campanha de Educação de Adultos, criada em 1947 com importante apoio e influência da UNESCO, e as Missões Rurais de Educação de Adultos, influenciadas pelo Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949, com patrocínio da UNESCO e da OEA, procuraram ensinar a ler e escrever, ao mesmo tempo em que intentavam atuar na melhoria de condições de vida das populações alcançadas. Nos anos sessenta, temos o “Movimento de Educação de Base”, o “Movimento de Cultura Popular”, o “Centro Popular de Cultura” e o “Programa Nacional de Alfabetização”[24] que usavam o Método de Paulo Freire, uma prática educativa que foi tanto usada como recusada “por implicações políticas” resultantes, como diz Beisiegel (1984, p. 416).

A questão educacional é importante para o objeto de estudo deste trabalho, pois, como se sabe, a educação esteve nas mãos das ordens religiosas católicas no período imperial e elas continuaram importantes na educação do país, mesmo após a separação entre Estado e Igreja e a laicização da educação que se procurou fazer na Primeira República. Uma vez que a grande maioria das escolas eram escolas confessionais, mormente católicas, não se pode deixar de lado a presença das escolas protestantes que começaram a ser criadas desde a implantação do protestantismo missionário em meados do século XIX. Os presbiterianos foram pioneiros no estabelecimento de escolas e foram seguidos por metodistas e batistas. Posteriormente, outros ramos do protestantismo envolveram-se com a tarefa educacional. O primeiro missionário presbiteriano, Ashbel Simonton, em relatório de 1867 ao Presbitério do Rio de Janeiro, recém-criado, dizia ser o estabelecimento de escolas “meio indispensável para assegurar o

[24]Mais informações em: PAIVA, 2003.

futuro da igreja evangélica no Brasil" (SIMONTON, 1867, sem numeração de página. Manuscrito no Museu e Arquivo Presbiteriano Rev. Julio Andrade Ferreira). A maioria dos diversos ramos protestantes que enviaram missionários era dessa opinião. Osvaldo Hack cita a criação de nove Colégios presbiterianos até o ano de 1930, não contando, obviamente, as escolas primárias criadas normalmente junto aos templos (HACK, 1985, p. 220 – 224), tema a ser retomado adiante.

A proclamação da República trouxe a novidade do ensino laico com a separação entre Igreja e Estado. Os protestantes defendiam a laicidade do ensino e entendiam que a forma de educação que ofereciam enquadrava-se nesse padrão, continuando a multiplicar as escolas nas primeiras décadas do século XX. Foi acerca do ensino religioso na escola pública que se deu intenso debate na Constituinte de 1934. De um lado, os defensores católicos propugnando o retorno da religião nas escolas públicas; de outro lado, os defensores da laicidade absoluta do ensino, liberais, maçons, positivistas e protestantes. De fato, já vimos que havia apenas dois protestantes na Assembleia Constituinte: o metodista Guaracy Silveira e o presbiteriano Antonio Rodrigues de Souza, que participou da Constituinte como representante classista na categoria de empregado. Nenhum dos dois foi efetivamente eleito por ser protestante, isto é, seus votos foram dados pela posição que ocupavam como líderes em suas regiões, independentemente da fé que professavam, embora o metodista Guaracy Silveira tivesse preocupação em se encontrar com os protestantes e apresentar relatório como representante evangélico na política. Silveira era bem mais participativo; atuava frequentemente nos debates e estava sempre na imprensa, o que pode ser comprovado nos anais do Congresso e nos jornais da época. No entanto, ainda que menos atuante, encontramos nos anais e diário da Constituinte a participação também de Antonio de Souza. Ambos manifestaram-se contrários ao ensino religioso e, ao assinarem a Constituição, registraram após a assinatura a expressão "com restrições", com mais quatro constituintes que agiram dessa forma. Silveira seguiu atuando politicamente e foi deputado em 1946, enquanto Antonio Rodrigues de Souza parece apenas ter cumprido seu papel de representante dos empregados, na Constituinte de 1934, voltando ao seu trabalho depois disso. Paul Freston, sociólogo estudioso da participação política dos evangélicos e dos pentecostais no Brasil, assim descreve:

> Os protestantes históricos se elegem para o Congresso desde os anos 1930, mas sua presença era pequena e discreta. Alguns tinham um eleitorado basicamente protestante, mas nenhum deles tinha o endosso oficial de uma denominação. Era uma presença pluripartidária, sem fortes concentrações ideológicas, cobrindo um leque desde a esquerda não marxista até a defesa apaixonada do regime autoritário. Os pentecostais estavam quase totalmente ausentes do congresso (FRESTON, 1999, p. 335).

1.5 A educação para os presbiterianos

Os protestantes dedicaram-se à educação desde os primeiros anos da chegada dos missionários, preocupação presente no relatório do primeiro missionário, conforme já mencionado. Presbiterianos, batistas e metodistas criaram escolas nas diversas regiões do país. Dois tipos de escolas foram estabelecidas: a primeira era a escola que ficava junto do templo, escola paroquial, destinada basicamente aos filhos da igreja, com o objetivo de ensinar e capacitar para ler a Escritura e alcançar progresso pessoal, espiritual e material. A outra, de nível mais elevado, pretendia atender não só os membros das igrejas, mas a população em geral, de modo a efetuar uma evangelização indireta e participar da transformação do país. Os dois tipos de escolas estavam plenamente inseridos no ideal de progresso e liberdade que os protestantes trouxeram consigo da América do Norte. Republicanos, anti-escravagistas, positivistas e protestantes tinham críticas à escola brasileira e diziam que seus filhos não se sentiam bem com as obrigações que a direção católica exigia dos alunos. Boanerges Ribeiro (1981, p.2240), presbiteriano estudioso da história do protestantismo no Brasil, entende que este foi um dos principais motivos para a criação e o sucesso das escolas evangélicas no país. Assim, superados alguns entraves legais, fundou-se a Escola Americana, em São Paulo, em 1870. Além dessa motivação, não há dúvida de que havia convicção de que a educação era canal fundamental para evangelizar a população e civilizar o país. Simonton, no relatório citado, apresenta propostas para a efetiva evangelização dos brasileiros e enfatiza: "Em outros países é reconhecida a superioridade intelectual e moral da população que procura as igrejas evangélicas" (Manuscrito Museu Rev. Julio Andrade Ferreira). Portanto, criar escolas era fundamental na tarefa missionária.

Um dos primeiros protestantes a vir para a América Latina, com objetivos religiosos, foi o batista James Thomson, pouco antes dos anos vinte do século XIX. Ele estabeleceu-se na Argentina e, depois, morou em diversos países da América do Sul e Central. Nesses países, distribuía Bíblias, criava igrejas e, principalmente, fundava escolas. Thomson chegou a ser contratado por alguns governos latino-americanos para a criação de escolas; o trabalho que desenvolveu foi a criação de escolas lancasterianas.[25]

Jean-Pierre Bastian (1986, p. 103 – 105) diz que as missões protestantes

[25]Nas primeiras décadas do século XIX o método desenvolvido e propagado pelo inglês, londrino, Joseph Lancaster estava em alta e muitos se dedicaram à criação e propagação dessas escolas. O método se baseava basicamente no sistema de monitoria, no qual alunos mais adiantados são colocados para ensinar os mais novos, desenvolvendo e firmando o conhecimento no próprio aluno que ensina. O sistema também é mais econômico, pois um professor pode acompanhar maior número de alunos através dos monitores.

transplantaram a organização econômica e eclesiológica para a América Latina tanto nas igrejas como nas escolas; todavia, a educação foi, de fato, um mecanismo de mobilidade social. A luta para criar e dirigir escolas justificava-se, pois os missionários estavam certos de que a influência social da escola, a liberdade de pensamento ensinada, a capacidade e honestidade dos protestantes eram importantes para levar a nação a resolver seus graves problemas. Paul Pierson (1974, p. 31 – 33), um missionário presbiteriano que trabalhou no Brasil, descreveu a importância da educação para o trabalho missionário: desejo de atrair para a mensagem protestante, ensinar uma cultura cristã como na América do Norte e provocar o progresso da nação. Mendonça diz que a educação propiciou abertura para o protestantismo:

> O segmento liberal da sociedade brasileira, adepto da ideologia do progressismo, ansiava por uma nova educação que substituísse o sistema escolástico dos jesuítas. Para que o país saísse do tradicionalismo beletrista e entrasse no esquema das nações mais avançadas era necessário tomar o quanto antes o caminho da educação pragmática, voltada mais para a ciência e a técnica (MENDONÇA, 2002, p. 74).

A Escola Americana de São Paulo, embrião do que se tornaria o Mackenzie College, e o Colégio Internacional de Campinas - SP, foram duas das principais escolas presbiterianas; porém, nas primeiras décadas do século XX fundaram-se várias escolas presbiterianas em distintas regiões do país, conforme já citado. Júlio Andrade Ferreira, nomeado historiador oficial do centenário da IPB, coletou as palavras de um missionário quando da fundação da Escola Agrícola no Instituto Evangélico em Lavras - MG:

> É decerto inóquo pregar o evangelho a um homem faminto, devolvendo-o nessa situação ao próprio meio. Dá-se isso no Brasil. Converter brasileiros e devolvê-los com mentes ignorantes ao seu temeroso deserto cultural, onde o analfabetismo atinge 80% e a pequena literatura é cética, ateística, é caso análogo. Tentamos dar educação ao povo de nossas igrejas para que melhor possam servir o Mestre e encontrar conforto no estudo de sua Palavra. (FERREIRA, 1959, vol 2, p. 97).

O valor dado à educação provocou os pastores a se aplicarem à tarefa pedagógica e a escreverem livros didáticos. Antônio Bandeira Trajano elaborou a *Aritmética Elementar* e a *Aritmética Progressiva*, cada uma com dezenas de edições. Eduardo Carlos Pereira escreveu a *Gramática Expositiva Elementar* e a *Gramática Expositiva Superior*, também com dezenas de edições que se estenderam pelo século XX. Erasmo Braga escreveu livros infantis que, inclusive, foram traduzidos para outras línguas (PIERSON, 1974, p. 111). Além disso, outros como Modesto Carvalhosa e Otoniel Mota escreveram livros para curso superior.

Para os missionários, o catolicismo era o responsável pela ignorância, e o protestantismo, ao contrário, trazia cultura e educação. Osvaldo Hack (1985) entende que o

projeto educacional protestante cooperou na modernização do ensino público no Estado de São Paulo, na reforma dirigida por Caetano de Campos, diretor da Escola Normal, que contou com a colaboração direta de Horace Lane, primeiro diretor do Mackenzie College, e Marcia Browne, educadora. O modelo da reforma educacional paulista teria sido usado, depois, em outros Estados. De fato, trabalharam na Escola Normal as educadoras presbiterianas Marcia Browne, por um curto período, e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, brasileira convertida ao protestantismo que teve a oportunidade de estudar em Nova Yorque. Carla Chamon estudou a vida e obra desta última, em que avalia a relação do protestantismo com a educação e a modernidade (CHAMON, 2008, p. 279 – 300).

Notoriamente, os historiadores da educação não dão a mesma importância às escolas protestantes ou à participação dos educadores evangélicos nas reformas educacionais, tal como o fazem esses protestantes citados. Exemplo disso pode ser encontrado nos registros de João Lourenço Rodrigues, um ex-aluno da Escola Normal, na época da reorganização empreendida por Caetano de Campos. No início dos anos trinta do século XX, já como educador consagrado, o ex-aluno registra que a mobília para a escola foi doada pela Escola Americana, sem se referir ao fato de ser uma escola protestante; além disso, fato marcante é não dar importância alguma ao relevante trabalho desenvolvido pelas duas educadoras protestantes mencionadas. (CARMELO, 1989, p. 29 – 30).

Demerval Saviani (2008, p. 178) afirma que a hegemonia católica na educação "não chegou a ser abalada" em nenhum momento. Lourenço Filho (1897-1970), educador conhecido por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova, ao escrever a história da educação no Brasil, texto publicado em 1930, cuja sétima edição foi lançada em 1961, cita brevemente a renovação didática promovida pelas escolas norte-americanas no século XIX. Maria Luisa Santos Ribeiro (2007) destaca a criação de escolas protestantes apenas como um aspecto das iniciativas particulares de escolas modelo, sem outros comentários e referências às escolas fundadas por missionários. Embora seu livro se proponha a estudar a história da educação no país, a autora não destaca o fato de os missionários protestantes terem um projeto educacional e também não valoriza a relação do protestantismo com a educação.

Os dados anteriores mostram, por um lado, a valorização do projeto educacional protestante, enfatizado por estudos dos próprios protestantes, e, por outro, a pouca importância dada a essas escolas por aqueles que não aderiram ao protestantismo. Educadores e historiadores ligados ao catolicismo podem ter dado pouca atenção ao tema numa atitude passível de ser entendida como parte das disputas típicas por poder e afirmação dentro de um

campo específico. Outros historiadores e educadores, imbuídos de ideais liberais não se referem às escolas protestantes, ou pouco o fazem, por questões ideológicas, sempre desconfiados de escolas confessionais. No entanto, os protestantes não se cansavam de lutar por seu espaço e por uma transformação do país, com sua participação na educação e, de modo especial, na defesa da laicidade do Estado e da escola pública. Passar em revista as edições do jornal da Igreja ajuda a perceber essa luta.

O jornal *O Puritano* publicou, em 1918, um manifesto intitulado "Pela Educação." Essa declaração foi apresentada de forma seriada, em diversas edições seguidas do jornal e sempre na primeira página. O artigo criticava a educação católica, jesuíta e contrária à pedagogia e à ciência. O manifesto incentivava os protestantes a fazerem o Brasil conhecer a realidade de que o país não tinha uma boa escola, e que "não a possuiremos se o protestantismo não no-la der" (O PURITANO, 1918, 9 de maio, 16 de maio, 23 de maio, 4 de julho). Noutro texto, o tom da crítica não diminui:

> Pode-se dizer, sem o mínimo perigo de errar, que o espírito e o ideal dos norte-americanos têm como pedestais os seus templos e as suas escolas. Estudando a cultura brasileira e procurando as causas do analfabetismo reinante, encontramo-los imediatamente na religião responsável pela diretriz espiritual deste povo, desde os tempos coloniais até os nossos dias: - a Igreja Romana.
> Sim, não há por onde fugir: a Igreja Romana é a responsável pelo analfabetismo que humilha a Pátria e envergonha o seu povo, perante as nações amigas, ao passo que nos expõe ao escárnio e ao desprezo dos nossos inimigos (O PURITANO, 24 de julho de 1919, p. 1).

Ao comentar sobre a estimativa de analfabetismo em torno de 60% da população brasileira, um artigo culpa a Igreja Romana e menciona que "entre as populações protestantes, praticamente não há analfabetismo", e que "a instrução é a garantia da liberdade" (O PURITANO, 7 de agosto de 1919, p. 1-2). Para o presbiterianismo, os dogmas católicos aprisionam o povo deixando-o tanto na escuridão espiritual quanto na cultural. Anos mais tarde, a crítica se repete enquanto se enaltece o fato de que em regiões onde há uma igreja evangélica o analfabetismo seria comprovadamente muito menor, pois esta igreja é "centro de vida e de luz" (O PURITANO, 26 de outubro de 1929, p, 4).

A Escola Dominical é uma antiga e fundamental instituição na educação religiosa e socialização dos protestantes. As revistas com lições produzidas trimestralmente pela Confederação Evangélica do Brasil eram usadas, e cada aluno que dominicalmente frequentava a Escola Dominical era incentivado a ter sua própria revista e sua própria Bíblia para estudar e acompanhar a aula, dada a importância da leitura entre os protestantes. Duas lições, como exemplo, nos anos trinta, descreviam a situação do país e a relação dos

protestantes com a sociedade brasileira:

> Ensinar a ler e a escrever, ofertando ao País cidadãos úteis, é obra de incomparável benemerência. A Cruzada Nacional de Educação, em nosso torrão, é filha direta do protestantismo brasileiro. [...] Ensinar a ler e a escrever a um povo onde 80% de seus elementos é de analfabetos é obra meritória que a Igreja não pode olvidar, porque é meio eficaz para reduzir, acentuadamente, a ignorância do nosso povo, ainda supersticioso e idólatra (CURSO SUPERIOR, 8 de dezembro de 1935, p 37 – 40).
> Ela é um livro; melhor, ela é uma biblioteca. Para que essa biblioteca seja usada pelos homens é preciso que saibam ler. O uso do livro deve ser individual e por isso é preciso que cada pessoa saiba ler. Por essa razão os seguidores do Livro são os maiores amigos da instrução. Ocupam-se em alfabetizar o povo. As estatísticas mostram que os países que aceitaram a Reforma e passaram a usar a Bíblia apresentam coeficiente reduzido de analfabetos, ao passo que nos outros países grande é o número dos que não sabem ler (CURSO SUPERIOR, 12 de novembro de 1939, p. 23).

O presbiteriano brasileiro Erasmo Braga foi um líder do protestantismo na América Latina. Ele escreveu, em conjunto com um missionário, um livro para divulgar o Brasil e o trabalho missionário entre os países financiadores das missões. Apresenta um quadro nefasto da educação dizendo que há regiões em que o índice de analfabetismo seria de 98%. Porém, dizia, já se fazia sentir o efeito das escolas que são frutos da ação missionária. Assevera que "exceto crianças abaixo de 10 anos, a porcentagem de analfabetos entre os protestantes é muito pequena, o que significa que a influência social das comunidades evangélicas é muito maior do que seus números indicam" (BRAGA; GRUB, 1932, p. 107).

1.6 Ação e reação da Igreja Católica

Cabe perguntar pela atuação da Igreja Católica, nesse período, hegemônica no campo religioso, já que era contra o catolicismo que os presbiterianos encetavam sua principal batalha por espaço no campo religioso. A ausência de estudos sobre a religião no Brasil e o espaço reduzido acerca da participação das diversas igrejas na vida política e social é notória, especialmente nos estudos históricos até meados do século XX, fato comentado acima. Historiadores do catolicismo também notaram isso com relação à Igreja Católica. José Oscar Beozzo, um dos mais importantes historiadores do catolicismo brasileiro, participou do grande esforço de interpretação do país na obra *História Geral da Civilização Brasileira*. Na obra critica essa situação e dá o exemplo do texto de Edgard Carone sobre a República Velha no qual a Igreja "recebe apenas uma linha, para constatar sua separação do Estado, no amanhecer da República" (BEOZZO, 1984, p. 274).

A Igreja Católica Apostólica Romana está estabelecida no Brasil desde a chegada de Cabral. Nas embarcações que trouxeram os descobridores vieram também sacerdotes e uma das primeiras atitudes dos europeus no território foi a celebração da missa, como bem registra Caminha. Como território de Portugal, manteve-se aqui a legislação da metrópole no caso da Igreja, especialmente no que concerne ao sistema regalista e ao padroado.[26] Quando a colônia se emancipou, muitas leis e práticas portuguesas foram mantidas na nova nação, inclusive a relação entre Igreja e Estado. A Proclamação da República significou para as duas partes certo alívio. Se o Estado não tinha mais compromisso, inclusive financeiro, com a Igreja, esta também se sentia desamarrada e livre do Estado com o fim do regalismo e do padroado. No entanto, a Igreja não queria simplesmente deixar o cenário e se tornar coadjuvante. Por isso, durante toda a República Velha, houve manifestações eclesiásticas na tentativa de se colocar, senão como oficial com o mesmo status anterior, ao menos como parceira influente e efetiva no país cuja população era majoritariamente católica. A luta do catolicismo procurou estabelecer leis favoráveis como o ensino religioso nas escolas públicas. Beozzo acentua que, na crise dos anos vinte, o Estado foi socorrido pela Igreja e recebeu um tratamento diferente do que o início da República lhe reservara. Em Minas Gerais, por exemplo, o Presidente do Estado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, estabeleceu o ensino religioso nas escolas em 1928 (BEOZZO, 1984, p. 282 - 286). Com algumas vitórias como essa, o clero sentiu ter mais forças e melhores condições para enfrentar as dificuldades que a República impunha à Igreja, com o fim do estatuto anterior e com o sentimento liberal com o qual o republicanismo nasceu no país. Assim, tornou-se mais fortemente mobilizado para agir e "mobilizou por sua vez o povo, no intuito de atingir propósitos nem sempre do povo em si, mas do aparelho eclesiástico" (BEOZZO, 1984, p. 290).

Para a mobilização popular e a efetivação de um novo momento da Igreja Católica no país, dois eventos foram fundamentais: a proclamação da Nossa Senhora Aparecida como "Padroeira" do Brasil, feita pelo Papa Pio XI, em julho de 1930, e a inauguração da estátua do Cristo Redentor em outubro do mesmo ano. A imagem da Virgem foi para o Rio de Janeiro, em maio de 1931, com grandes concentrações populares nas ruas. Vargas e todo o ministério estavam presentes ao ato em que se consagrou o Brasil à Virgem e também na inauguração do Cristo Redentor.

[26]Regalismo: termo que se refere às regalias do Estado diante da Igreja, adquiridas especialmente no período das Cruzadas, quando o Vaticano concedeu poderes aos monarcas para a administração de vários setores da Igreja nos novos Estados resultantes da retomada dos territórios sagrados no Oriente.
Padroado: em certo sentido um aspecto do Regalismo; dava ao monarca poderes para indicar e nomear diversos cargos para a administração eclesiástica e também obrigação de sustentar o clero.

A Igreja Católica chegou a essas conquistas depois de passar por um processo de buscar novas formas de envolvimento do leigo na Igreja e na sociedade. Todos os acontecimentos que marcam as mudanças pelas quais passava o mundo ocidental afetaram o catolicismo. O Iluminismo queria tornar o ser humano um escravo da razão e não da fé, dando liberdade de agir, de pensar e de optar entre diversas possibilidades religiosas. O clero católico condenou o pensamento iluminista de maneira formal através de documentos oficiais. A Revolução Industrial causou grandes transformações na sociedade, transformando as relações, criando uma classe operária e deslocando grandes contingentes do campo para a cidade. O campo também passava pela mudança capitalista nas relações entre os camponeses e os latifundiários. A primeira resposta oficial que a Igreja Católica procurou dar a essas questões foi com a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, na qual aparece a condição do operariado. Outros documentos papais continuaram em linha semelhante, reconhecendo as novas condições do mundo ocidental. O processo de unificação da Itália também fez com que a Igreja Católica mudasse de condição diante do Estado. Conforme tal processo transcorria, a Igreja perdia territórios e poder. O Vaticano lutou para manter os chamados Estados Pontifícios até que, em 1929, Pio XI e Benito Mussolini assinaram a Concordata de Latrão, pela qual se criou o Estado do Vaticano, que recebeu compensações pela perda dos antigos territórios da Igreja, além de outros benefícios no Estado romano. Desse modo, vê-se que o que ocorreu no Brasil com a proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado não era uma exclusividade da sociedade brasileira, pois, de diferentes formas, em outras regiões do mundo a Igreja também perdeu parte de seu poder temporal.

Nesse contexto é que a Igreja buscou novas possibilidades de relação com o Estado, de avivar o ardor religioso dos fiéis e de buscar os que tinham se desviado. Esse processo foi institucionalizado pelo Vaticano e recebeu o nome de "Ação Católica", sendo nomeado um governo centralizado no clero para orientar suas atividades, em 1938. No Brasil, o Cardeal Dom Sebastião Leme já havia organizado a Ação Católica, em 1935. As diversas atividades desse esforço começaram a funcionar ainda no século XIX, envolvendo trabalhos com jovens, operários, camponeses, estudantes, políticos e outros. No país, a criação da revista *A Ordem* e a constituição do "Centro Dom Vital", no início dos anos vinte, são os marcos do princípio do movimento da Ação Católica. Ambos dirigidos por Jackson de Figueiredo, advogado e jornalista, um líder leigo, como era desejado pela hierarquia. Jackson de Figueiredo morreu jovem, afogado, em 1928, e foi substituído pelo amigo que levara para o catolicismo, Alceu de Amoroso Lima. Com o propósito de exercer influência na sociedade, especialmente entre os intelectuais e os políticos, *A Ordem* e o "Centro Dom Vital" trabalharam intensamente.

Francisco Iglésias diz que "o importante nessa obra é o seu lado de engajamento na sociedade, a participação e o incentivo à participação." Ressalta, ainda, que o catolicismo pátrio pode ser estudado tendo Jackson de Figueiredo como "ponto de referência obrigatório", ou seja, a história pode ser dividida em antes e depois desse personagem (IGLÉSIAS, 1981, p. 110).

Uma das características da "Ação Católica" foi a manifestação de posições políticas. Figueiredo posicionou-se claramente em favor de Artur Bernardes, como um candidato da ordem e da moral. Esse apoio, no entanto, não logrou alcançar algumas reivindicações durante o governo de Bernardes, como a introdução de ensino religioso escolar, dentre outras. Em 1932, foi constituída a "Liga Eleitoral Católica", LEC, que conseguiu eleger deputados para a Constituinte e trabalhou para estabelecer na legislação brasileira as medidas consideradas adequadas para o catolicismo. Beozzo destaca os principais pontos da LEC: constar na Constituição a promulgação "em nome de Deus"; indissolubilidade do matrimônio; ensino religioso nas escolas públicas; capelanias militar, hospitalar e presidiária; equiparação legal dos sindicatos católicos aos sindicatos oficiais; equiparação do serviço eclesiástico ao serviço militar; adequação à legislação trabalhista aos princípios cristãos; defesa da propriedade privada; fixação de legislação contra atividades subversivas; promulgação de combate à qualquer legislação contrária à doutrina católica (BEOZZO, 1984, p. 306). A Igreja tinha motivos para se preocupar e, em 1939, foi realizado o Concílio Plenário Brasileiro, debatendo três temas a fim de enfrentar os piores inimigos do catolicismo e os maiores desafios de atuação da Igreja naquele momento: o protestantismo, o espiritismo e a questão social.

Conforme mencionado, a partir dos anos cinquenta parte da Igreja Católica se colocaria ao lado das lutas sociais populares, como a defesa de um projeto de reforma agrária. No entanto, nos anos trinta e quarenta a Igreja ainda estava bem mais interessada em apoiar o Estado, e o latifúndio, muitas vezes, tratava as questões sociais como caso de polícia. Com as mudanças pelas quais o país passava, a Igreja mudaria seu discurso, sua prática e sua liderança para dar conta das novas condições sociais as quais não tinha acompanhado. O espiritismo, entendido nessa época tanto como o pensamento kardecista como os cultos de origem africana, também foi tratado como caso de polícia, pois a heresia e o paganismo não deveriam ser aceitos. De fato, do ponto de vista católico, os espíritas eram tidos como adoradores do diabo e dos demônios. Os participantes desses cultos eram tidos como gente inferior, supersticiosa, propensas ao crime e coisas semelhantes. Os protestantes, também heréticos, eram acusados de abandonar a verdadeira igreja subvertendo a ordem ao deixar a submissão ao clero e ao papa. Apenas no Concílio Vaticano II é que o protestantismo recebeu um tratamento mais positivo quando passaram a ser identificados como "irmãos separados,"

isto é, já não deveriam ser tratados como hereges, embora ainda continuassem errados por se manterem fora da submissão ao clero e ao papa.

Em um livro que registrou contribuições diversas de uma série de simpósios realizados na França, entre 1981 e 1985, sobre religião e identidade nacional, comparando Brasil e Estados Unidos da América, Carlos Rodrigues Brandão assim se expressou: "Nação que defende em teoria a liberdade religiosa, o Brasil é, ainda, um 'país católico'. Na verdade, de acordo com o senso comum e os dados do censo religioso, o país ainda era "a maior nação católica do mundo" (BRANDÃO, 1988, p. 28). Os protestantes conheciam sua condição inferiorizada diante da hegemonia católica, porém, estavam dispostos a alargar seu espaço nesse campo. Entendiam que tinham uma tarefa na transformação da nação e, para isso, quanto maior o número de convertidos, mais efetivo seria o cumprimento de seu labor.

1.7 A presença protestante no Brasil e a disputa por espaço no campo religioso

Foi dito anteriormente que no Brasil houve uma presença marginal do protestantismo desde o século XVI e que este se estabeleceu, permanentemente, a partir do século XIX com a chegada dos missionários protestantes norte-americanos. Nas primeiras décadas do século XX chegaram outros grupos protestantes bem como o pentecostalismo. As igrejas do protestantismo histórico tinham alcançado algum crescimento desde sua implantação embora no século XIX, "relativamente à população, as adesões foram pequenas" tendo marcado "presença no espaço geográfico, mas não chegou a ser um peso significativo sob o ponto de vista da competição com a religião dominante" (MENDONÇA, 1984, p. 158). Com a Proclamação da República e a separação entre Estado e Igreja, o protestantismo ganha novo *status* e procura garantir presença cada vez maior na sociedade. Começa a pensar, inclusive, na participação política eleitoral conseguindo eleger os primeiros deputados em 1933.

Dessa forma, quando o Concílio Plenário Brasileiro diagnosticou o protestantismo como um dos problemas a serem enfrentados pelos católicos, os protestantes já estavam estabelecidos com alguma solidez no Brasil. Dentre os protestantes, o presbiterianismo foi o que teve maior crescimento nas primeiras décadas desde sua implantação e era a denominação com a liderança intelectual mais expressiva na vanguarda de movimentos cooperativistas interdenominacionais. A denominação sofreu uma divisão no ano de 1903, quando um grupo nacionalista que divergia da orientação dos missionários, especialmente em relação ao uso do dinheiro no estabelecimento de escolas, formou um Presbitério Independente. No entanto, apesar da saída de membros e de importantes líderes, os presbiterianos que mantiveram a

relação com os missionários organizaram a Assembleia Geral, de escopo nacional, no ano de 1910. Em 1917, a Assembleia Geral assinou acordo com as Juntas Missionárias norte-americanas estabelecendo mais autonomia administrativa para a igreja brasileira. Em 1937, a IPB promulgou sua primeira constituição, abandonando a prática de apenas traduzir os documentos conciliares estrangeiros e demonstrou o desejo de se firmar como igreja brasileira, autônoma em relação às Igrejas dos Estados Unidos.[27]

Nos anos trinta do século XX, as principais denominações missionárias estavam buscando sua autonomia e sua identidade brasileira. Tiago Watanabe, em Tese defendida no Programa de História da UNESP, Campus de Assis, mostra como a escrita de suas histórias fez parte desse esforço na busca da autonomia, identidade e nacionalidade (WATANABE, 2011). Esse esforço condiz com o crescimento do nacionalismo não só no Brasil, mas nas demais nações latino-americanas. Os presbiterianos não queriam ser confundidos com estrangeirismos. Acreditavam que a evangelização do país não era trazer de fora outra cultura, mas aproveitar o que o Evangelho havia feito nos países protestantes e transformar o Brasil. Então, os presbiterianos brasileiros se unem ao esforço missionário do protestantismo mundial e latino-americano. Esse esforço teve ponto decisivo no Congresso realizado em 1910 e uma resposta latino-americana, em 1916.

Grande número de agências proselitistas, igrejas e missionários realizaram um congresso mundial reunido em Edimburgo, no ano de 1910. O Congresso procurou definir campos e estratégias missionárias e estabeleceu que a América Latina não necessitava da presença missionária como outras regiões não cristianizadas do mundo. Portanto, essas regiões deveriam receber prioridade na estratégia dos organismos missionários. A IPB, que acabara de organizar sua Assembleia Geral, enviou seu Presidente para o Congresso, Álvaro Reis, que se juntou aos missionários e agências que se opuseram a tal deliberação, principalmente por considerar o catolicismo tão afastado do verdadeiro cristianismo que era, sim, necessário proceder-se a evangelização da América Latina. A reação formalizou-se em outro Congresso, realizado em 1916, conhecido como Congresso do Panamá. Embora tenha acontecido sob a égide das agências missionárias norte-americanas, sendo o inglês a língua oficial do conclave, o Congresso serviu para que os latino-americanos descobrissem a importância de sua própria tarefa missionária na região. Tarefa esta que não seria possível ser cumprida isoladamente, mas os protestantes deveriam unir esforços para o trabalho.

[27]Após a Guerra da Secessão, a divisão entre os norte-americanos atingiu também as igrejas. Os presbiterianos se dividiram em Igreja do Norte e Igreja do Sul e as duas mantinham Juntas distintas com missionários no Brasil. Por isso, o plural que se refere às Igrejas.

No Brasil, logo após o Congresso do Panamá, alguns protestantes, fortemente apegados ao anticatolicismo e crendo que o romanismo seria o responsável pelas mazelas do país, sentiram que estavam mais fortes para lutar contra esse mal. Escreviam com habilidade, criticavam o país e sua religião principal, demonstrando o valor do protestantismo, lutando por conquistar espaço no campo hegemonicamente ocupado pelo catolicismo. Exemplo maior é o livro de Eduardo Carlos Pereira, *O problema religioso da América Latina: estudo dogmático histórico*, em que a última frase é: "fora de Roma dentro do Cristianismo", gerando imediata reação católica, cujo maior exemplo é o pesado livro do padre Leonel Franca: *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. Mendonça comenta a polêmica:

> A douta polêmica durou alguns anos tendo, de um lado, Franca, e de outro, vários oponentes que assumiram o lugar de Pereira, todos presbiterianos. Pastores de outras denominações também ajudaram a incrementar o debate através de artigos em revistas e jornais. O conflito entre a religião hegemônica e o protestantismo emergente, de início limitado à disputa por fiéis e território, agora guindara o plano da erudição histórica e teológica (MENDONÇA, 2005, p. 57).

Não foi só de polêmica que o protestantismo viveu nessa época, nem foi o objetivo final do Congresso do Panamá polemizar com o catolicismo. O Congresso criou Comitês de Cooperação em cada país em que havia um protestantismo com força e liderança para executar as tarefas que haviam sido deliberadas. No Brasil, o Comitê Brasileiro de Cooperação foi organizado e dirigido por Erasmo Braga[28], presbiteriano e intelectual capaz. Esse órgão trabalhou em várias frentes com o objetivo de buscar unidade entre os evangélicos e, principalmente, encontrar meios para influenciar a sociedade brasileira a fim de transformá-la segundo os padrões da ética e da moral evangélicas. Mais importante, porém, é destacar que esse Comitê foi fundamental para a criação da Confederação Evangélica do Brasil, CEB, em 1934. Era época de grandes transformações na sociedade brasileira e os protestantes buscavam seu lugar nesse ambiente modificado. Após a fundação dessa confederação, as atividades de cooperação e de estudos sobre a sociedade brasileira cresceram. Nos anos cinquenta, foi criado o Departamento de Estudos que convocou reuniões para estudar questões sobre a nacionalidade brasileira e a responsabilidade do cristão e da Igreja nesse contexto. Essas reuniões atingiram seu ponto alto em 1962 quando se realizou a "Conferência do Nordeste" [29] com o impressionante título: "Cristo e o processo revolucionário brasileiro" (ANEXO 3). A presença presbiteriana foi fundamental na CEB e nesses eventos.[30] Cabe

[28]Sobre Erasmo Braga consultar as duas biografias: FERREIRA, 1975; MATOS, 2008.
[29]Sobre a "Conferência do Nordeste" e sua importância na reflexão protestante: BURITY, 2011; GÓES, 1989.
[30]Para mais informações: SOUZA, 2005, cap. 3.

constar e exemplificar que na Conferência do Nordeste Waldo César foi o Secretário Executivo e Richard Shaull, um dos principais preletores e incentivadores do evento. O sociólogo Waldo César findou a vida em 2007, como membro da Igreja de Confissão Luterana. No entanto, era originalmente presbiteriano, de uma tradicional família de líderes e pastores, tendo sido líder da mocidade nacional da denominação e chegou a ser contratado para organizar os trabalhos da juventude da Igreja. As lutas políticas eclesiásticas, após o golpe militar, o levaram para fora da IPB e, posteriormente, para a Igreja Luterana. Foi um dos fundadores da Editora Paz e Terra; participou ativamente de órgãos como o Instituto de Estudos da Religião, ISER; do Conselho Mundial de Igrejas, CMI; e coordenou por alguns anos a Campanha Mundial contra a Fome, da Organização de Agricultura e Alimentação, FAO, agência da ONU.

A presença de Richard Shaull, missionário norte-americano, merece ser registrada. Ele chegou ao Brasil em 1952, com o objetivo de se dedicar ao trabalho com estudantes protestantes. Porém, para atender às necessidades locais foi lecionar no Seminário Presbiteriano do Sul. Procurou desenvolver uma teologia que não se afastasse dos problemas cotidianos, das necessidades reais das pessoas e dos problemas que a sociedade moderna gera para o ser humano, especialmente em regiões empobrecidas como era o caso da América Latina, sendo por isso, apresentado por alguns como um antecessor da Teologia da Libertação.[31] Shaull ensinava aos alunos do Seminário e aos estudantes universitários que o Evangelho deveria fazer sentido e transformar a sociedade onde a igreja está inserida.

Outra iniciativa que buscava a apresentação do Evangelho à sociedade brasileira, com a intenção de alcançar os intelectuais, foi o Instituto de Cultura Religiosa, fundado em 1931, por um dos mais notáveis pastores e pregadores presbiterianos, Miguel Rizzo Júnior. Escritor e orador de grande capacidade, produziu muito e incentivou outros protestantes brasileiros a fazerem o mesmo, o que o levou a criar o Instituto e a Revista *Fé e Vida*, depois *Unitas*. Antes dessas, publicou a *Revista de Cultura Religiosa*, junto com o presbiteriano independente Epaminondas Melo do Amaral. Essas atividades de Rizzo também prosperaram no bojo dos esforços internacionais gerados pelos congressos de Edimburgo e do Panamá. O sonho de Rizzo era apresentar o evangelho às pessoas que não entrariam em um templo protestante ou mesmo em um templo católico, porém, sedentas da verdade e do evangelho sem as marcas que a teologia imprimiu sobre cada denominação. Apresentava um Jesus puro e simples, o "varão-modelo", como disse Mendonça (MENDONÇA, 2005, p. 57). O intelectual

[31]Ver: SHAULL, 1985, 2003; FARIA, 2002.

presbiteriano animava-se com a possibilidade de transformar a nação brasileira para alcançar as mais nobres e avançadas nações mundiais, obviamente todas elas protestantes. Era um esforço sério, sem dúvida, nacionalista, também. No entanto, ainda não foi capaz de desamarrar-se totalmente de sua herança teológica e cultural vinda do norte:

> o nacionalismo protestante girou em torno de movimentos de autonomia administrativa das igrejas, mas não abriu caminhos para a autonomia cultural ou, melhor dizendo, para que seu rosto se voltasse para o lado brasileiro. Exemplo disso, foi a literatura destinada à educação religiosa, unificada e usada pelas igrejas participantes da Confederação Evangélica. Não obstante ter a redação do material ficado sob a responsabilidade de pastores brasileiros, como o competente educador Erasmo Braga, o modelo vinha dos Estados Unidos e era aqui traduzido e adaptado. Era incongruente com a realidade brasileira porque retratava o padrão burguês da cultura norte-americana. As crianças, principalmente, viam e aprendiam na igreja coisas que pouco ou nada tinham a ver com suas vidas, embora as casas dos protestantes, em geral de classe média ou em ascensão, ostentassem traços sensíveis de algo próximo ao *wasp*.[32] João do Rio parece ter sido o primeiro a observar e registrar em suas deliciosas crônicas esse traço curioso do protestantismo ainda incipiente no Brasil. Autonomia política (poder), mas não cultural, era o que, de fato, as igrejas ostentavam (MENDONÇA, 2005, p. 59).

A exposição acima procura localizar na sociedade os principais aspectos que conferem às mudanças que o país passou após a década de 1930 e como a Igreja Católica, o protestantismo e, dentro deste último, o presbiterianismo estavam inseridos nesse quadro. Quando os militares assumiram a condução política da nação houve críticas de determinados grupos e apoio de tantos outros e as Igrejas, como grupo social que são, não deixaram de se apresentar nesse debate. Não nos cabe, aqui, desenvolver uma extensa pesquisa sobre o golpe militar e suas razões, do que já muito se escreveu e falta muito para se pesquisar ainda. Pretende-se agora verificar o apoio da Igreja Presbiteriana, inserida na clara disputa do campo religioso brasileiro, que será efetivamente estudado no capítulo seguinte. Para finalizar este capítulo, vamos delinear o período mais intenso da crise institucional no país até o golpe militar que define o novo governo da nação.

Jânio Quadros, um político sem lastro num grande partido, de carreira meteórica como Prefeito de São Paulo e Governador do Estado – discurso moralista e gestos populares cos – foi eleito Presidente. Por se apresentar como antigetulista, foi apoiado pela UDN e "reunia as esperanças do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos [...] e da grande maioria dos trabalhadores" (FAUSTO, 2003, p. 436). O discurso moralista de um político sempre encontra amparo nos grupos religiosos mais conservadores.

[32] *Wasp*: White, Anglo-Saxon and Protestant.

No Brasil, tanto católicos quanto protestantes podiam ver na limpeza a ser promovida por Jânio a manifestação do espírito cristão de moralidade, honestidade e pureza de costumes. Por razões que ainda hoje são motivos de disputas, pesquisas e argumentações diversas, Jânio renunciou tornando a crise que o país vivia ainda mais aguda e provocando uma severa crise política e institucional. O Vice-Presidente era novamente João Goulart, também vice no mandato anterior, como permitia a legislação da época. Havia setores da sociedade, dos meios políticos e militares que não desejavam um governo de alguém aliado ao antigo getulismo e tão próximo dos sindicatos como era o caso de Jango, proximidade dos sindicatos e lutas populares, aliás, que se tornariam cada vez mais explícitas.

A tentativa de ter a crise solucionada foi a adoção do parlamentarismo, quando Tancredo Neves foi levado ao posto de Primeiro Ministro, sucedido pelo gaúcho Francisco Brochado da Rocha e pelo baiano Hermes Lima. Menos de um ano e meio depois, o regime parlamentarista acabou após plebiscito em que a população brasileira preferiu o presidencialismo por esmagadora maioria de quase noventa por cento dos votos. Muitos estudiosos do período consideram que Goulart conduziu bem a montagem do governo parlamentarista com Tancredo Neves, político experiente, que pôde estabelecer uma ampla base de apoio parlamentar. Os problemas, porém, se tornavam cada vez mais graves e mesmo no presidencialismo as dificuldades do presidente eram enormes e a oposição se articulava.

Em sua tese de doutoramento, na Universidade de Glasgow, Inglaterra, Renê Dreifuss (1981) escreveu volumosa obra, na qual procura demonstrar todos os caminhos percorridos pela direita brasileira, associada às multinacionais, até tomar o poder com o golpe de 1964. Nesse trabalho, o autor alinha empresários, tecno-burocratas e oficiais militares que se ligavam por interesses comuns e que "não eram, de modo geral, orientados por considerações sociais, mas sim por racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado" (DREIFUSS, 1981, p. 76). Em relação aos militares, houve dois veículos fundamentais para educar e treinar em favor da eficiência e lucro burgueses: a Escola Superior de Guerra, ESG, e o Programa de Assistência Militar, PAM, juntamente com um "complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos" pelos quais "a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação técnica" (DREIFUSS, 1981, p. 79).

Empresários e técnicos que comungavam essa mesma perspectiva procuraram meios de agir ideológica e politicamente, organizando outras associações, além das técnicas, econômicas, industriais e empresariais. Uma das mais importantes organizações foi o Instituto de Ação Democrática, IBAD, criado com o objetivo amplo de "defender a democracia". Além disso, o IBAD trabalhava afinado com organizações tais como: Movimento

Anticomunista; Movimento Democrático Brasileiro (MDB - não se refere ao partido político posterior); Organização Paranaense Anticomunista e Cruzada Libertadora Militar Democrática. Dreifuss denomina-as organizações paramilitares. O IBAD ligou-se também ao Centro Dom Vital e à organização ultraconservadora católica Opus Dei (DREIFUSS, 1981, p. 102 - 103). As acusações dos católicos sobre o perigo comunista e a defesa da propriedade e da família eram compartilhadas pela grande maioria dos protestantes, os quais, além do mais, tinham a influência estadunidense desde sua implantação no Brasil.

Pouco depois do IBAD, foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, o qual congregava empresários e intelectuais dispostos a estudar o país e propor as mudanças necessárias, defendendo ação democrática de maneira a se contrapor aos rumos de esquerda que a política nacional vinha indicando. Dreifuss procura demonstrar como IBAD e IPES fizeram-se presentes nas Forças Armadas brasileiras e como foram ocupando posições importantes na administração pública. Para garantir o apoio social, planejou-se intensa campanha ideológica através do rádio, da televisão, de *cartuns* e de filmes. Em 1961, havia programas em rádios de 34 cidades e, em 1962, eram 51 programas em horário nobre durante a semana. Programas de televisão na TV Cultura, TV Tupi e TV 4 de São Paulo, TV Paraná, dentre outras emissoras exibiam programas como “Frente a Frente”; “TV Escola”; “Capitães do Progresso” e “Assim é a Democracia”, além de diversos programas de entrevistas ou de apresentação de temas específicos feitos por personalidades conhecidas como Francisco Campos, Milton Campos, Carvalho Pinto, Herbert Levy. Muitos filmes foram produzidos, principalmente documentários, que eram apresentados na rede de cinemas do país e também projetados ao ar livre em locais mais pobres e afastados (DREIFUSS, 1981, p. 240 - 251).

1.8 Efervescência cultural

Não eram apenas os da direita que estavam mobilizados. Intelectuais foram ativos no Partido Comunista, tais como Pablo Neruda, no Chile, dentre outros intelectuais latino-americanos; Jorge Amado, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer labutaram no Partido Comunista. Havia uma efervescência em diversos setores culturais nos anos cinquenta e sessenta do século XX. O cinema nacional havia ganhado espaço com a obrigatoriedade de exibição de curtas nacionais, desde 1932, mas nas décadas seguintes houve realmente uma notável expansão de eventos culturais. Exemplificando com a cidade de São Paulo, no início dos anos cinquenta, Galvão e Souza informam:

> Num curto espaço de tempo – cinco, seis anos talvez – a cidade assiste ao nascimento de dois museus de arte, à formação de uma companhia teatral de alto nível, à multiplicação de concertos, escolas de arte, conferências, exposições, à criação de uma filmoteca, à inauguração de uma bienal internacional de artes plásticas – a tudo quanto é sinal de existência e expansão de um interesse cultural vivo e atuante (GALVÃO; SOUZA, 1984, p. 485).

O teatro já tinha levado para o palco o nome de Karl Marx com a peça "Deus lhe pague", apresentada em 1932, de Joracy Camargo, considerado o precursor na dramaturgia brasileira em abordar questões do proletariado. Essa peça foi encenada por Procópio Ferreira, um dos maiores e mais perene sucesso da dramaturgia pátria, e a primeira peça que foi encenada fora do Brasil. Arnaldo Niskier comenta a peça e o próprio autor com essas palavras:

> E que sempre defendeu o teatro para o povo. Dizia ele:
> — Quando comecei a escrever, por necessidade econômica, e por imperativo da opressão reinante, estávamos no reinado do "teatro puro" poético, que é embriagador e se prende aos cânones mais brandos da velha tradição estética (NISKIER, novembro de 2008, acesso em 3/1/2012).

Logo depois de Marx, o teatro brasileiro incorpora Freud com a peça "Sexo", de 1934, que inaugurou o Teatro-Escola do Rio de Janeiro, teatro de iniciativa governamental apoiado pelo governo federal. Escrita pelo carioca Renato Vianna, a peça foi considerada ofensiva por críticos, mas assistida por muitos, inclusive pelo Presidente Getúlio Vargas, esposa e filha. Roberto Schwarz lembra que, mesmo com o golpe militar, de direita, "a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante". No entanto, qualifica essa hegemonia depois do golpe, dizendo que apesar de esquerda, "as matérias que preparam não são". No estado policialesco só é de esquerda "a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio" (SCHWARZ, 2009, p. 7 – 8). A vanguarda cultural não pode de fato chegar ao povo depois do golpe e participar das mudanças que foram desejadas e estão presentes em diversas áreas culturais.

Novos ares também sopraram na música brasileira. Gilberto Vasconcelos e Matinas Suzuki Júnior enfatizam o tema da malandragem, "um código poético e uma regra de saber-viver", em que "a negação do trabalho passava a ser uma questão estrutural, um princípio vital." Esses autores entendem que essa malandragem era, de fato, uma forma de "recusa da produtividade moderna" (VASCONCELOS; SUZUKI, 1984, p. 509 – 514). Esses temas estão presentes no começo do samba, como diz José Miguel Wisnik, como um "anti*ethos"* que, além da malandragem, "vem acompanhada de um elogio da orgia, da entrega ao prazer da dança, do sexo e da bebida" (WISNIK, 2008, p. 119). É possível que nesse ponto de vista se

encontre parte da explicação da rejeição que o protestantismo brasileiro teve, e ainda tem, da música brasileira, além de outros aspectos de negação da cultura nacional. Especialmente no protestantismo calvinista, que é o caso de nosso objeto, com seu espírito protestante já estudado e decantado, no qual o trabalho é regra básica e a preguiça pecado horrível, a música brasileira com sua herança africana demonizada e um tema de ócio e negação do trabalho não poderia ser aceita. Claro que a elite política e mandatária ligada à Igreja Católica também se posiciona contra isso. O Estado Novo usa a música para educar o povo e Villa Lobos se apresenta para trabalhar nessa área. Wisnik (2008, p. 120 – 121) diz que é nos anos cinquenta do século XX que "a música popular no Brasil tomará um aspecto mais abrangente, globalizando o país nas suas regiões e penetrando mais fundo no tecido da vida urbana". Nesse período, aparecem a música nordestina e a sulista, mas o samba e as marchas carnavalescas continuam se desenvolvendo até surgirem a bossa-nova, as canções engajadas politicamente, a tropicália, o rock e outros gêneros.

A música, provavelmente, é a que melhor se presta para perceber essa característica da negação da cultura brasileira por parte dos protestantes. Velasques Filho (1990, p. 216) diz que "a introdução de hinos religiosos com ritmos nativos continua encontrando forte resistência. O ritmo brasileiro é associado a 'coisa mundana', 'coisa do diabo' ou à profanação do tempo e do espaço sagrados." O ideal puritano dos avivamentos e do Destino Manifesto fazia com que os missionários transmitissem "uma visão de mundo que se traduzia na cultura; a mensagem de salvação era também a propagação de valores culturais" (VELASQUES FILHO, 2002, p. 215). Antonio Gouvêa Mendonça, no livro em que descreve a inserção do protestantismo no Brasil no século XIX, trata do distanciamento protestante da cultura brasileira. Vê, a partir dos sermões e hinos estudados, que há uma ênfase "sobre a superioridade da vida no além sobre a presente, do céu sobre a terra e do espírito sobre a matéria" (MENDONÇA, 1984, p. 212). Afirma também que "o enclausuramento do crente com a sua Bíblia e a busca e cultivo incessantes da experiência e da comunhão com Jesus, levam-no à negação do mundo e ao desprezo dos prazeres da vida" (MENDONÇA, 1984, p. 240). Isso já tinha sido detectado por Léonard (1982, p. 245), quando diz ao comentar o ativismo das igrejas protestantes, que "absorve grande parte dos lazeres que podem ter os fiéis, contribuindo, assim, para uma segregação da sociedade." Mendonça (1984, p. 240) diz que a recusa protestante não se referia a toda a cultura, mas que "isto ocorria sempre no aspecto lúdico da vida social." Essa recusa se deve ao protestantismo como civilizador e essa civilização deveria ser aquela que os missionários trouxeram, afinal, "as formas sociais e políticas que o povo americano havia descoberto e implantado em sua própria sociedade

podiam ser entendidas como produto da Teologia do Puritanismo" (MENDONÇA, 1984, p. 181). Desse modo, o que veio com os missionários era bom e, não tudo, mas muitas coisas da cultura brasileira deveriam ser negadas; mais que isso, deveriam ser transformadas.

A presença da cultura norte-americana na sociedade brasileira não foi notada apenas na atuação missionária. Gerson Moura (1984) escreveu o pequeno livro "Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana" e nem cita os missionários protestantes. Dissertando sobre essa presença a partir da década de 1940, fala da

> notável presença cultural maciça dos Estados Unidos, entendendo-se cultura no sentido amplo dos padrões de comportamento, da substância dos veículos de comunicação social, das expressões artísticas e dos modelos de conhecimento técnico e saber científico. O traço comum às mudanças que então ocorriam no Brasil na maneira de ver, sentir, explicar e expressar o mundo era a marcante influência que aquelas mudanças recebiam do "american way of life" (MOURA, 1984, p.8).

Moura (1984, p. 11) afirma que houve um "imenso impacto cultural" e que essa presença norte-americana "obedeceu a um planejamento cuidadoso de penetração ideológica e conquista de mercado." Esse planejamento teve seu ponto marcante em 1940, quando foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, depois Office for Coordinator of Inter-American Affairs, órgão que durou até a segunda metade da década (MOURA, 1984, p.20). A partir dessa agência, diversas tarefas são levadas a efeito. Agências de notícias, cinemas, turnês artísticas, intercâmbio de artistas e intelectuais foram parte da estratégia, até mesmo, como se sabe, a criação do personagem "Zé Carioca" das histórias em quadrinhos. Os protestantes tinham essa presença como benéfica para o Brasil e assim entendiam desde o século XIX. Obviamente, houve casos em que se desejou uma menor influência dos missionários, como na situação em que Eduardo Carlos Pereira liderou um grupo nacionalista que acabou por separar-se, em 1903, e fundou um presbitério independente, hoje a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Conforme as gerações iam passando, a relação com a cultura pátria também ganhou novos contornos e a música passou não apenas a ser ouvida, mas surgiram compositores sacros que procuraram trazer para a igreja o cântico de sua fé, com a musicalidade própria da nação. Isso, porém, é matéria para outros estudos que aos poucos começam a aparecer.

Deve-se observar que os protestantes estavam efetivamente inseridos no sociedade brasileira, embora frágil numérica e geograficamente, ocupando espaços desde sua inserção um século e meio antes. Assim, todas essas atividades atingiriam também esse grupo. Obviamente, teatro, cinema, música, literatura e outras atividades culturais eram tanto mais negadas quanto mais próximas do período inicial do protestantismo pesquisado. Porém, o

crescimento do número de evangélicos e a inserção das gerações posteriores na sociedade trouxeram mudanças nesse quadro. Mendonça, ao descrever o protestantismo de meados do século XX, apresenta o quadro a seguir:

> O protestantismo, já em sua terceira geração no Brasil, formara em seu seio uma juventude burguesa intelectualizada pelo acesso às universidades que foram surgindo no período anterior. Treinados para liderança em suas igrejas, esses jovens começaram a ter logo parte ativa nos quadros estudantis que formavam os centros acadêmicos nas escolas superiores e, assim, passaram a ver a realidade sob outro ângulo, ou melhor, voltariam suas faces para o mundo real. Perceberam o quanto suas igrejas estavam alheias ao que se passava fora de suas portas (MENDONÇA, 2005, p. 59 – 60).

O mesmo autor aponta para outro choque que acometeu o protestantismo brasileiro por essa época:

> Outro impacto que as igrejas sofreram no período considerado foi a explosão pentecostal no início dos anos 50. A industrialização e o crescimento das cidades decorrente da migração campo-cidade provocaram, ao mesmo tempo, desajustes sociais, bem como certo descompromisso dos migrantes em relação às suas igrejas de origem. A migração geográfica trouxe consigo uma migração religiosa em busca de religiões mais práticas e que tivessem a ver com o cotidiano das pessoas (MENDONÇA, 2005, p. 61).

Um exemplo que confirma essa afirmação de Mendonça se encontra no jornal *O Puritano*, no qual um jovem pastor critica a submissão ao pensamento europeu e norte-americano e procura novos caminhos para o protestantismo brasileiro:

> Se tudo é diferente, por que levantar no Brasil problemas que só interessam particularmente a outros povos? Por que em vez de imitar e importar não auscultamos as nossas necessidades e não fazemos nossa teologia? [...] Se devemos de ler e conhecer o que se passa no estrangeiro sobre teologia porque é útil, também devemos de cogitar de fazermos a nossa teologia sugerida pelas necessidades da nossa igreja e do nosso povo. [...] A grande preocupação do momento é fazer uma teologia prática que irradie calor divino destinado a reanimar e vitalizar as partes glaciais e mortas da sociedade (O PURITANO, 25 de abril DE 1938, p. 1-2).

Desse modo, percebemos que o protestantismo depois de mais de um século havia se inserido na paisagem social do país. Os problemas sociais afetavam seu cotidiano e os fiéis podiam tomar atitudes mais racionais e intelectualizadas, como no primeiro exemplo de uma juventude de terceira geração do protestantismo que passou a questionar a forma de vida do crente e sua relação com o que ocorria na sociedade. Podiam também tomar atitudes mais espiritualizadas, como a busca de uma religião mais prática como o pentecostalismo prometia. Para essa terceira geração de protestantes, como diz Mendonça, mais escolarizada e urbana, a discussão das questões sociais passou a fazer sentido. Houve tentativas de discuti-las a partir

da fé, conforme já mencionado, com ralação ao Congresso do Panamá e à Confederação Evangélica do Brasil.

1.9 Preparação do golpe e os militares no poder

Nesse ambiente é que vamos encontrar algumas das manifestações públicas mais marcantes da história brasileira que, no início dos anos sessenta, iriam definir a tomada do poder pelos militares. O surgimento e crescimento de uma verdadeira classe média deram à classe dominante uma "massa" para ser usada na luta contra as transformações que os grupos progressistas buscavam. Foi assim que, em 1945, a luta se caracterizou como conflito entre democracia e ditadura. Em 1954, o lema foi a moralidade contra a corrupção do governo, enquanto em 1964, a tônica era a defesa da democracia contra o comunismo. Este era tratado pelos movimentos femininos como inimigo da família, da religião e da propriedade e pela elite liberal, também como inimigo da democracia. Nos primeiros anos da década de sessenta, foram criadas, ou já estavam em funcionamento, organizações como o Movimento de Arregimentação Feminina; Campanha da Mulher pela Democracia; União Cívica Feminina e Movimento Feminino pela Liberdade. A expressão máxima das manifestações desses movimentos foi a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, com a participação estimada de quinhentas mil pessoas e, em 2 de abril, na cidade do Rio de Janeiro, com estimativa de participação de um milhão de pessoas. Ocorreram outras marchas em diferentes cidades e regiões do país. Depois do golpe, essa manifestação passou a chamar-se "Marcha da Vitória."[33] Grupos de profissionais da classe média também se manifestavam pela democracia e contra o comunismo. Entre esses, o Centro Democrático dos Advogados, de São Paulo, Instituto dos Advogados, do Rio de Janeiro e a Associação dos Advogados Democratas. Médicos publicaram manifesto, em março de 1964, denunciando a onda subversiva presente no país. O Instituto de Engenharia de São Paulo declarou apoio às Forças Armadas para libertar o país da anarquia comunista. Nos primeiros dias de abril de 1964, a Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo pediu o afastamento dos comunistas dos sindicatos brasileiros (SAES, 1981, p. 499 – 504). Em 1964, o anticomunismo enfatizava mais "a defesa da ordem e da autoridade," garantia das liberdades democráticas (SAES, 1981, p. 504).

[33]Cf.: *A Ditadura Militar no Brasil*, Coleção Caros Amigos, fascículo 1.

Para os protestantes, a luta contra o comunismo ateu e inimigo da propriedade era também uma luta religiosa. Ordem e autoridade são conceitos fundamentais no pensamento protestante, especialmente das denominações oriundas do calvinismo. O presbiterianismo recebeu o calvinismo de sua vertente norte-americana, o que significa que qualquer ideal revolucionário que o calvinismo apresentou em sua origem já estava transformado na defesa das liberdades pessoais, da religião, da ordem e da autoridade.

João Goulart foi retirado do poder pelos militares, apoiados por setores civis da classe média e por parte da elite empresarial e política de direita. Nos últimos momentos do governo de Jango, diversos atos foram tomados como justificativa para o golpe. Skidmore credita a intervenção dos militares ao incidente do ato público de reivindicação dos marinheiros "que punha em cheque a 'honra' e a autonomia da própria oficialidade", nos últimos dias de março de 1964 (SKIDMORE, 1979, p 359). Honra e autoridade sempre foram valores dos estratos médios e industriais, banqueiros e empresários. Esses se juntavam no temor de que os valores tradicionais da sociedade se perdessem, tal como temiam os protestantes também defensores da honra, da autoridade e dos valores tradicionais da moralidade da sociedade brasileira cristã. Não era toda a nação que queria mudança tão radical, mas esses grupos médios, empresários, banqueiros e industriais podiam agir e dar a visão que todos eram contra o governo vigente. Moniz Bandeira afirma que o índice de aprovação do governo às vésperas do golpe militar era de 76%, mas a campanha anticomunista e em favor dos valores tradicionais que estariam sendo solapados era feroz. Nas palavras do próprio Goulart, citado por Moniz Bandeira:

> Nas grandes passeatas os cartazes não eram dirigidos contra a pessoa do Presidente ou contra as reformas de base por ele preconizadas. Todos visavam a atingir o sentimento profundamente religioso do povo e mostrar o perigo iminente da tomada de poder pelos comunistas (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 165).

O anticomunismo estava presente no discurso dos protestantes desde décadas anteriores. As edições de *O Puritano* e do *Brasil Presbiteriano* têm diversos artigos abordando o comunismo e comparando-o com o cristianismo (SOUZA, 2005, p. 71 – 74, 112 – 114, 230 – 240).

O discurso do presidente em uma reunião de sargentos, no dia 30 de março, foi "uma beligerante oração de despedida," disse Skidmore (1979, p. 362). O golpe já estava decidido e não tardaria. Os militares não poderiam descartar a ação dos políticos para dar uma aparência de legalidade ao golpe. Raniere Mazzili, que já havia assumido a presidência na renúncia de Quadros e ausência de Goulart, assumiria por mais alguns dias, o que daria algum ar de legitimidade, pois como presidente da Câmara ocupou a vacância da Presidência da

República. No entanto, os militares não estavam dispostos a deixar o país nas mãos daqueles que não consideravam capazes de encaminhar a nação fora da corrupção, da anarquia e da subversão. Houve inicialmente uma disputa acerca do alcance da intervenção militar até que os três ministros militares, nomeados por Mazilli, se autointitularam Supremo Comando Revolucionário, promulgaram o primeiro Ato Institucional dando poderes excepcionais ao novo Executivo do país.

Castelo Branco lutou com grupos internos do corpo militar que desejavam controle maior sobre todo o processo político. A chamada "linha dura", alarmada com a vitória de oposicionistas em importantes Estados nas eleições para governador em outubro de 1965, pressionava o presidente militar. Novos Atos Institucionais sucederam-se, estabelecendo o bipartidarismo e eleição indireta para governadores. A chegada de Costa e Silva à presidência representou, se não totalmente, uma vitória da "linha dura". Enquanto isso, a oposição se manifestava no espaço que podia. Algumas lideranças da Igreja Católica, como o bispo Hélder Câmara, animados pelas novidades promovidas na Igreja pelo Concílio Vaticano II, confrontam os militares. Estudantes reorganizam a UNE e realizam Congressos, mesmo que clandestinos. Jango, Lacerda e Juscelino se aproximam e fundam no exterior a "Frente Ampla" para a redemocratização do país. Em meados de 1968, realiza-se a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro, uma greve em Contagem, Minas Gerais, e outra em Osasco, São Paulo. Setores da esquerda admitiam que só com luta armada seria possível vencer e redemocratizar o país. Esses acontecimentos davam mais poder de argumentação para a linha dura. Nesse quadro, um discurso do deputado Márcio Moreira Alves incomodou sobremaneira os militares e foi usado para o fechamento do Congresso e um novo e mais terrível ato, o AI-5.

Houve um período de luta de guerrilha vencida pelo governo federal, com a capacidade repressiva aumentada através do AI-5, mas também porque faltava completo apoio popular aos guerrilheiros de esquerda que, por outro lado, estavam muito isolados e separados geográfica e ideologicamente, questões que não nos cabe estudar aqui.

Nessa época, o país apresentou considerável crescimento econômico chamado de "milagre brasileiro". O esforço do governo em intervir para diversificar a economia, arrecadar impostos de uns e isentar de outros como os exportadores, por exemplo, controlar salários e, eventualmente, preços, juntou-se a uma conjuntura econômica mundial positivamente crescente e a altos investimentos estrangeiros no país. Mas, a política, liderada por Delfim Netto, de "fazer o bolo crescer" para depois distribuir, prejudicava os setores mais pobres de população e encontraria uma grande barreira externa quando o cenário da economia mundial se desestabilizaria na segunda metade da década de setenta.

Com Geisel, membro da Igreja Luterana, o país teve um presidente protestante. Tal fato foi bastante comemorado nas denominações evangélicas brasileiras, o que será visto mais detalhadamente no capítulo seguinte, com relação aos presbiterianos. A oposição, reduzida ao MDB, vinha se mostrando forte o bastante para enfrentar o governo em algumas ocasiões. A Igreja Católica tinha importantes lideranças em confronto com os militares, com relação às acusações de torturas. A linha dura pretendia domínio absoluto, porém, sob a liderança de Geisel e Golbery, foi enfrentada internamente. Geisel iniciou o processo de redemocratização do país, promovendo uma abertura lenta e gradual, que se estendeu pelo governo seguinte de João Figueiredo, o último militar.

Uma das preocupações do governo militar foi usar a propaganda para divulgação de seus feitos, da ideologia desenvolvimentista nacionalista e da ideologia segurança nacional. Slogans cantados em comerciais de rádio e TV, em músicas populares, aplicados em carros e janelas, se espalhavam divulgando posições otimistas da nação: "Ninguém segura este país"; "Pra frente, Brasil"; "Este é um país que vai pra frente"; "Brasil, grande potência". A vitória do futebol no campeonato mundial, em 1970, foi embalada por tais frases e marchinhas, potencializada pela divulgação maciça da TV, transmitida ao vivo para todo o país, criando um sentimento de pertença e de grande nação. Segundo Boris Fausto (2003, p. 4840), "a promoção do 'Brasil grande potência' foi realizada a partir da Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP, criada no governo Costa e Silva." Em cada Estado havia um assessor da AERP. Médici nomeou como delegado para São Paulo o pastor presbiteriano independente Sérgio Paulo Freddi, indicando a aproximação entre o governo e os evangélicos (CAMPOS, 2002, p. 92 – 93).

1.10 A importância da influência norte-americana no golpe militar

Um tema recorrente nos estudos sobre o golpe militar no Brasil é a participação norte-americana desde o projeto até a execução do golpe. A influência política norte-americana sobre a América Latina é conhecida e estudada. Sabe-se que a "Inconfidência Mineira" olhou para os EUA como modelo e como apoio. No Brasil, temos diversas obras que se preocuparam com o significado da nação do norte para o continente. A obra que se tornou clássica, com mais de vinte edições, *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog, publicada em 1954, se dedicou a comparar uma nação criada por pioneiros, residentes interessados no progresso local, os Estados Unidos da América, com outra, o Brasil, criada por bandeirantes, estrangeiros e exploradores. Consequentemente, uma se desenvolveu e prosperou, chegando

"aos nossos dias, à vanguarda das nações, como a prodigiosa realidade presente, sob muitos aspectos a mais prodigiosa realidade de todos os tempos," enquanto a outra "se apresenta, mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro" (MOOG, 1964, primeira página do Prefácio, sem numeração de páginas).

Dreifuss enfatiza a importância, por exemplo, da constituição de uma rede de empresários, técnicos e burocratas brasileiros influenciados pelos interesses multinacionais, alistando nomes de pessoas e agências que se relacionam a organizações norte-americanas (DREIFUSS, 1981, p. 71 – 124). Além disso, afirma que mesmo nos Estados Unidos da América houve a acusação de operações orquestradas pelo governo e de que "o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio" (DREIFUSS, 1981, p. 102). Consta, na mesma obra, que "as eleições brasileiras de outubro de 1962 foram consideradas o auge de uma das maiores operações políticas, jamais empreendidas pela Divisão Ocidental da CIA" (DREIFUSS, 1981, p. 325).

Moniz Bandeira publicou, em 1973, o livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História*, procurando demonstrar como cultural, política e economicamente o Brasil recebeu muita coisa do vizinho do norte, que tinha estratégias em geral orientadas pelo próprio Estado. O golpe militar teria ocorrido, segundo o autor, com apoio decisivo do governo norte-americano. Afinado com a ideia conspiratória em voga, em meados do século XX, em que o protestantismo era visto como parte da estratégia expansionista do norte, menciona a relação entre os dois países em meados século XIX:

> Os americanos, àquele tempo, intensificavam a penetração no Brasil, estabelecendo várias cabeças-de-ponte, através de missões religiosas. Os episcopais chegaram em 1859, os presbiterianos, em 1862, e o missionário Nash Morton fundou, por volta de 1869, a primeira escola protestante, denominada Colégio Internacional. Desde então o fluxo de missões evangélicas para o Brasil não mais cessou.
> Em 1870, o missionário Chamberlain fundou a Escola Americana de São Paulo [...]. Os metodistas chegaram em 1876 e fundaram o Colégio Piracicabano [...] o Bispo Granberry fundou, (1882) a Escola do Alto no Rio de Janeiro. O colégio Mineiro surgiu em 1891 [...] O Bispo E.R. Hendriks instalou, em 1889, o colégio Metodista em Ribeirão Preto.
> Não havia lugar no Brasil onde os missionários não se fixassem. [...] A ofensiva religiosa era também um prenúncio da expansão imperialista dos Estados Unidos (*sic*) (MONIZ BANDEIRA, 1973, p. 124).

Embora confundindo algumas datas e nomenclatura, o texto expõe bem a luta nacionalista que via a presença do país protestante da América do Norte como um perigo para a sociedade brasileira. Nos capítulos posteriores, volta ao assunto apresentando a crítica que o clero católico e alguns intelectuais faziam à presença cultural norte-americana, sendo o

protestantismo uma das partes mais importantes para isso. “A presença do Protestantismo seguia, efetivamente, com a ofensiva dos trustes americanos para o controle do mercado e das fontes de abastecimento, no Brasil, após a Primeira Guerra Mundial” (MONIZ BANDEIRA, 1973, p. 213). Em outro livro, esse autor informa que “desde 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado começara a solicitar ao Itamaraty vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces”, citando em primeiro lugar o disfarce de “religioso” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 135). Portanto, não era incomum que os missionários fossem vistos como agentes expansionistas.

Gerson Moura escreveu pequena obra, na qual estuda as relações políticas entre Estados Unidos e América Latina no século XX. Ao falar do expansionismo em direção às terras livres do meio-oeste, diz que “terminou com a ocupação do Oregon, numa conjugação de esforços missionários e comerciais” (MOURA, 1991, p. 12). Mesmo o livro sendo escrito do ponto de vista político, está anotada a presença dos missionários. Entretanto, não foram somente missionários presbiterianos e outros protestantes que deixaram influência na luta contra o comunismo. Um padre irlandês, radicado nos Estados Unidos, teve participação intensa nos meses anteriores ao golpe.

> O arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, começou a fazer propaganda das qualidades de um padre norte-americano, Patrick Peyton, que teria realizado milagres pela fé nas Filipinas. Em pouco tempo, ainda no final de 1963, Peyton foi transferido para o Rio de Janeiro. Dispondo de amplos recursos financeiros, sua Cruzada pelo Rosário em Família recebeu apoio ostensivo dos jornais da grande imprensa e da televisão (LAMARÃO, 2013, verbete online CPDOC/FGV).

O Padre Peyton teria vindo para o Brasil, segundo alguns historiadores, não apenas por desejo e influência do arcebispo do Rio de Janeiro, mas por investimento direto da CIA. Márcio Moreira Alves informa que o padre “demonstrou ser não apenas um perito em *mass media*, como também um cruzado do anticomunismo e um verdadeiro Creso, cujos fundos pareciam inesgotáveis” (ALVES, 1979, p. 112). Saudado e aclamado por jornais, rádio, cinema e televisão, conforme Alves (1979, p. 112), Peyton estabeleceu no Brasil a “Cruzada pelo Rosário em Família”, com o lema “família que reza unida permanece unida.” O Padre Peyton teve “amplos recursos financeiros” para organizar as “marchas com Deus, pela família e pela democracia. Essas marchas foram financiadas pelas grandes empresas norte-americanas e pela CIA” (ALVES, 1979, p. 113). No entanto, não bastavam apenas os dólares sem o apoio da hierarquia da Igreja Católica (que o deu) isto é, sem o apoio dos bispos conservadores, demonstrando o conflito existente também no catolicismo. “Os bispos conservadores já se tinham empenhado em apoiá-la, outras manifestações estavam já programadas nas principais

cidades, os secretariados do Rosário em Família estavam já instalados por todo o lado" (ALVES, 1979, p. 112). Deste modo, fica demonstrado que a religião esteve clara e objetivamente presente no golpe militar.

Sem dar margens para ligar de modo objetivo e direto para as teorias conspiratórias que aliam o protestantismo ao imperialismo pura e simplesmente, não se pode negar a relação do protestantismo brasileiro com os Estados Unidos da América. As diversas denominações receberam missionários tanto de lá como da Europa, porém, sem dúvida, a presença de missionários e missionárias norte-americanos foi muito maior. O presbiterianismo teve a presença de missionários até meados dos anos setenta do século XX. Para nosso objeto é importante perceber a relação do presbiterianismo com a cultura norte-americana. Isso ajuda a construir o sentido do apoio ao governo militar como um amparo a um governo austero, com autoridade para defender a sociedade, cujos padrões estavam presentes na nação cristã tida como modelo. No imaginário do povo presbiteriano, os Estados Unidos apareciam como nação modelo a ser seguida. Alguns exemplos retirados dos jornais da Igreja podem indicar isso: em 1918, foi comentado um discurso do Presidente Woodrow Wilson, "do grande povo norte-americano", aos marinheiros, no qual enaltecia a importância da leitura bíblica (O PURITANO, 11 de julho de 1918, p. 3); anos mais tarde, o jornal noticiou o "acontecimento mais sensacional em Washington, no dia de Ação de Graças", que foi o culto realizado na própria Casa Branca onde o Presidente Roosevelt, políticos e funcionários participaram (O PURITANO, 1 de maio de 1943, p. 3); o presbiteriano Eisenhowerfoi apresentado como garantia de que a nação do norte continuaria "grande e respeitável" (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1960, p. 7); Benjamin Franklin, criado em uma família fervorosamente puritana, é exemplo de parlamentar por ter feito a proposta de que no Parlamento se fizessem orações diárias, garantia para a nação (O PURITANO, 25 de março de 1947, p. 1).

Autores protestantes como Rubem Alves[34] e José Miguez Bonino[35] demonstram essa relação e o seu alcance no protestantismo da América Latina. É preciso ter em mente a

[34]Rubem Alves é teólogo, filósofo, educador e escritor. Professor aposentado da Faculdade de Educação da Unicamp. Estudou no Seminário Presbiteriano do Sul, foi pastor presbiteriano no interior de Minas Gerais, porém se desligou da IPB no início dos anos setenta do século XX, após anos de crítica a uma religião que considerava opressora e nada profética. Escreveu sobre a responsabilidade social do cristão e da Igreja e, por isso, foi considerado um dos pais da Teologia da Libertação. Dois de seus livros importantes em nossa discussão são: *Religião e Repressão*, publicado inicialmente como *Protestantismo e Repressão* e reeditado 30 anos depois e *Dogmatismo & Tolerância*.

[35]Bonino, pastor e teólogo metodista argentino, é considerado um dos mais importantes teólogos da América Latina. Desenvolveu uma teologia preocupada com a ação do cristão na sociedade, uma igreja ecumênica e tolerante. Livro relevante para nossa pesquisa é *Rostos do Protestantismo Latino-Americano*.

importância da religião na sociedade norte-americana, o que tem sido detectado e estudado por diversos autores. Alexis de Tocqueville (1969, p. 174 – 182), em sua clássica obra da primeira metade do século XIX, *Democracia na América* também avalia a importância da religião na sociedade norte-americana. No simpósio "Identidade nacional e expressões culturais: uma comparação entre os Estados unidos e o Brasil", o professor de Literatura Americana em Princeton, Emory Elliott (1988, p. 120), lembra que o Presidente dos EUA, Eisenhower, disse que "nosso governo não tem sentido a menos que esteja fundado numa profunda fé religiosa." Sacvan Bercovitch (1988, p. 141 – 158), professor de Inglês e Literatura em Harvard, enfatiza, no mesmo simpósio, a "base bíblica daquilo que viemos a chamar de o mito da América" fornecida pelos puritanos ao santificar a sociedade "através das figuras e dos exemplos da Bíblia." Segundo este autor, os puritanos vieram para a América não como usurpadores, mas como cumprimento de uma profecia, receber a terra a eles prometida. "Ser americano é descobrir-se pela profecia. É reformular a identidade de alguém dentro de um plano divino" (BERCOVITCH, 1988, p. 151).

É tal o imaginário que inundava o coração dos missionários que vieram para o Brasil, onde encontraram um ambiente favorável ao ideal estrangeiro. Os Estados Unidos da América já aparecera anteriormente como modelo. Conforme o século XIX caminhava para seu fim, o liberalismo, cujo padrão era aquele país, o fim da escravidão, como já acontecera por lá, a proclamação da República no Brasil, como já era República o país do norte, foram confirmando em muitos brasileiros que os Estados Unidos da América era realmente um modelo a ser seguido. Ora, a religião desse país era, desde seu nascimento, o protestantismo, com os fundamentos fixados pelo puritanismo. Não era, de modo algum, difícil para o protestantismo continuar a ter este mesmo imaginário em meados do século XX.

1.11 Conflito ideológico-teológico pré-1964 na IPB

Bonino (2002, p. 22 – 26) mostra que o projeto liberal do protestantismo missionário fracassou em toda a América Latina, vítima de suas contradições e das novas condições sociais em meados do século XX. Essas transformações que tomaram vulto com a industrialização, urbanização, crescimento econômico e a geração de problemas disso resultantes, como no Brasil, levaram grupos protestantes a perceber que a proposta teológica anterior já não dava conta da nova sociedade. A Revista *Fé e Vida*, que começou a circular em 1938 (denominada Unitas, em 1946, em referência ao movimento ecumênico mundial) teve uma seção permanente com o título "Problemas Sociais" que era dirigida por um advogado

presbiteriano, João Del Nero, que citava teólogos, sociólogos e filósofos destacados. Esse autor fazia a crítica da sociedade e propunha mudanças à luz da teologia cristã.

Uma das fontes desse pensamento foi o movimento ecumênico. O Conselho Mundial de Igrejas, CMI, desde sua organização, em 1948, discutiu a responsabilidade social do cristão e da Igreja. A partir da Conferência de Edimburgo, em 1910, que culminou esforços do movimento missionário mundial, criou-se a comissão Vida e Ação (ou Vida e Trabalho) com o objetivo de discutir como a igreja deve ser efetiva na transformação das sociedades em que se encontra. O CMI surgiu a partir de esforços de diversas denominações e de lideranças que buscavam um modo de ser igreja em um mundo que estava tremendamente dividido e desigual, o que ficou visível e ampliado com as guerras mundiais. No entanto, mais do que qualquer outra coisa, foi o movimento missionário protestante que lançou as bases, ainda no século XIX, para o que seria o movimento ecumênico do século XX. O movimento missionário levou o cristianismo protestante para alguns dos lugares mais distantes e desconhecidos da terra, do ponto de vista norte ocidental, de modo que havia, por menor que fosse, em certos casos, uma penetração universalizada do cristianismo. Os missionários começaram a questionar o próprio modelo evangelizador que se reduzia a apresentar a fé e estabelecer igrejas, sem levar em conta questões sociais, políticas e econômicas.

Antes mesmo da Conferência de Edimburgo e da criação do CMI, houve uma série de esforços que culminaram na criação de organismos que congregavam Igrejas com a mesma herança e linha teológica. Anglicanos, luteranos, batistas, congregacionais e presbiterianos organizaram entidades de unidade, congraçamento e discussão teológica, embora sem poderes para interferir na vida interna de qualquer igreja nacional. A Aliança Mundial de Igrejas Reformadas reuniu grande parte das igrejas calvinistas do mundo. Um exemplo de seu trabalho e de seu modo de entender teologia como algo prático, que afeta as vidas humanas foi a luta dos anos oitenta do século XX para que as Igrejas da África do Sul, membros da Aliança, se manifestassem claramente contra o sistema do *apartheid*. Em 1959, ano do centenário do presbiterianismo brasileiro, ocorreu na cidade de São Paulo a Assembleia da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas com o tema "O Senhor que é Servo e seu Povo Servidor", lembrando que Jesus veio para servir e assim deve ser a igreja na sociedade, servidora do mundo, especialmente dos que sofrem. Esse evento é um sinal da inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil nesse modo de entender a relação da Igreja com a sociedade.

Na América Latina, a reflexão teológica sobre as questões sociais e o protestantismo teve como ponto de partida a reunião de missionários e agências missionárias, conhecido

como "Congresso do Panamá", ocorrido em 1916[36]. Esse evento se originou no descontentamento dos missionários e latino-americanos presentes na Conferência de Edimburgo, com sua decisão de considerar a América Latina cristianizada não precisando, portanto, mais esforços missionários. Embora o Congresso tenha sido realizado sob os auspícios e sob a ótica dos norte-americanos, é considerado um divisor de águas para o protestantismo da região. A América Latina vivia ainda sob o impacto de conferências continentais sob a inspiração de Simon Bolivar, desde o primeiro congresso em 1826, sintomaticamente também no Panamá. Mas vivia também sob o impacto da "América para os americanos" e a política do "big stick" dos Estados Unidos da América. A reunião evangélica, apesar da influência e poder da nação vizinha do norte, resultou no início de uma nova visão entre os protestantes. Jean-Pierre Bastian afirma que Panamá e os congressos seguintes, em Montevidéu, em 1925 e Havana, em 1929, "facilitaram a manifestação de uma consciência protestante latino-americana desejosa de responder as mais angustiantes questões do continente" (BASTIAN, 1994, p. 153, tradução nossa).

O Congresso do Panamá discutiu questões tais como o trabalho com crianças, o problema indígena, o envolvimento com o proletariado. Isso foi feito de um ponto de vista conservador e dominado pela teologia missionária. No entanto, era já um avanço. Criou-se no encontro o Comitê de Cooperação para a América Latina e comitês nos países em que o protestantismo já tinha certo vigor. Novas reuniões foram convocadas, como Bastian apontou, mas também diversas atividades foram desenvolvidas na educação teológica, nos esforços de unidade do trabalho, na confecção de material para educação cristã, na publicação de obras clássicas e, principalmente, incentivando obras de escritores latino-americanos.

O movimento brasileiro de unidade dos protestantes teve como destaque a criação, em 1934, da Confederação Evangélica do Brasil, CEB. Antes disso, o Congresso do Panamá promoveu a criação em diversos países da América Latina de Comitês de Cooperação. No Brasil, o Comitê de Cooperação foi dirigido pelo presbiteriano Erasmo Braga, que se empenhou na unidade evangélica, especialmente com a criação do Seminário Unido, o qual sonhava oferecer educação teológica de alto nível acadêmico para todas as denominações brasileiras. Esse Seminário durou pouco mais de uma década, mas o desejo de unidade e do esforço comum para evangelizar a nação continuou em muitos líderes. O Comitê de Cooperação uniu-se a outros órgãos para criar a CEB. A Confederação através do Setor de Responsabilidade Social procurou entender o país, diagnosticar os problemas e propor

[36]Sobre o Congresso do Panamá: BONINO, 2002; GONZÁLES, 2010; PIEDRA, 2005; BASTIAN, 1994.

alternativas com base na teologia cristã. As reuniões do Setor costumavam ter a visita de intelectuais como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Gilberto Freyre, que eram convidados para ajudarem a interpretar o país. Os presbiterianos estiveram sempre ocupando importantes cargos de liderança tanto da Confederação como do Setor de Responsabilidade Social (SOUZA, 2005, p. 119 – 128).

Nesse contexto, deve-se novamente enfatizar a presença do missionário norte-americano Richard Shaull que, como professor no Seminário Presbiteriano do Sul e líder da juventude, atuou junto aos estudantes universitários e seminaristas desenvolvendo o ideal da responsabilidade social da fé cristã. Ainda, como fomentador de discussões no Setor de Responsabilidade Social da CEB, procurou aprofundar o debate acerca do cristão na sociedade, não desqualificando o marxismo e o comunismo, mas procurando entender as contribuições dessas ideologias para o debate teológico cristão.

Lembramos o que já foi dito anteriormente que, em 1962, o Supremo Concílio da IPB votou o "Pronunciamento Social" (ANEXO 2) propondo aos presbiterianos a participação em sindicatos, partidos políticos, fábricas, clamor contra a injustiça e a opressão, defesa da distribuição das riquezas, inclusive da terra, entre outros assuntos. Isso foi um dos desdobramentos dos esforços desde o Congresso do Panamá, do Comitê Brasileiro de Cooperação e, depois da Confederação Evangélica do Brasil. As denominações que participavam da CEB vinham desenvolvendo em conjunto e internamente em sua vida eclesiástica estudos sobre a responsabilidade social da Igreja. A IPB, assim, não estava sozinha nesse esforço e na confecção dessa declaração. Por exemplo, a Igreja Metodista já tinha feito declarações semelhantes por meio de seu "Credo Social". Os metodistas haviam traduzido documento similar da Igreja dos Estados Unidos da América nos anos trinta. Em 1960, porém, preocupada com a realidade brasileira, a Igreja Metodista elaborou documento próprio e tem usado ainda hoje esse "Credo Social".

Certamente, o pensamento de responsabilidade social não era unânime dentro do protestantismo brasileiro e, particularmente, do presbiterianismo. Divergências estiveram presentes logo de início quando a discussão foi apontada. As divergências no Brasil estavam relacionadas com o que ocorria no mundo. No mesmo ano da criação do CMI, 1948, foi criado o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, CIIC, de feição fundamentalista e com o objetivo confesso de combater o ecumenismo e a teologia liberal do primeiro. Sobre o fundamentalismo falaremos mais no próximo capítulo. A discussão sobre o que é a Igreja e qual sua missão sempre esteve presente na pauta teológica em qualquer período da História da Igreja. No entanto, desde o final do século XIX esse debate estava relacionado muito de perto

com as questões sociais. Como vimos, o movimento missionário colocou de modo intenso no rol dessa polêmica as questões sociais e a tarefa da Igreja. O movimento ecumênico defendia um pensamento sobre missão cada vez mais amplo, enquanto o movimento fundamentalista se preocupava com a especificidade espiritual da Igreja e entendia a tarefa da igreja como puramente espiritual, isto é, não pode fazer parte da missão da Igreja se envolver com questões políticas, econômicas e discurso que ofenda qualquer estado, exceto se for o comunismo, obviamente. Um dos mais importantes historiadores da religião nos Estados Unidos da América escreveu sobre o fundamentalismo naquele país que a sua tendência em ser "conservador em política e dar grande ênfase nas missões estrangeiras reflete sua alienação da cena doméstica americana" (AHLSTROM, 1972, p. 959), demonstrando a postura clara de não misturar fé e política. Um manual de História do Cristianismo, de viés mais conservador, expressa assim a posição do Conselho Mundial de Igrejas:

> O Conselho Mundial, desde sua quarta assembleia em Upsala, Suécia, em 1968, tem crescentemente tendido para a esquerda social, econômica e politicamente, tornada a salvação mais térrea e física do que espiritual. Outro encontro de uma comissão em 1973 na Tailândia interpretou seu tema "Salvação Hoje" como a "humanização da sociedade" para libertar o homem de todas as formas de opressão e criar uma nova sociedade sobre a terra. A quinta assembleia, em Nairobi, em 1975, aprovou programas de revolução não-militares e adotou uma teologia de libertação orientada para o socialismo (CAIRNS, 2008, p. 500).

Outro autor, mais simpático ao ecumenismo, se expressou de forma diferente:

> Desde o início, esse movimento assumiu postura firme contra toda forma de exploração ou de imperialismo e repercutiu as aspirações dos trabalhadores a uma ordem equitativa e fraterna, a única compatível com o plano divino de redenção.
> Numa época em que começava a Guerra Fria, o Conselho convocava todas as igrejas a rejeitar tanto o comunismo quanto o capitalismo liberal e a opor-se à noção errônea de que esses dois sistemas esgotam todas as alternativas possíveis. Como seria de se esperar, essa declaração e outras semelhantes, elaboradas posteriormente, nem sempre foram bem recebidas.
> Em Vancouver (1983) os delegados insistiram na relação indissolúvel entre a paz e a justiça, falando da "sombra escura" da mais perigosa corrida armada e dos mais destrutivos "sistemas de injustiça" que o mundo jamais conheceu (GONZALES, 2011, p. 546, 547, 548).

Como se sabe, nas sociedades humanas, nada é tão claro e obviamente dividido em duas partes antagônicas. Para certos grupos nem sempre condenar uma ou outra parte é suficiente. Surgiu, então, em meio a essa discussão o Movimento Evangelical[37], como se tem nomeado no Brasil. Não interessam no momento considerações mais aprofundadas sobre o

[37]Cairns, um historiador do cristianismo de perfil conservador, procura demonstrar positivamente o Evangelicalismo em seu livro de História do Cristianismo (CAIRNS, 2008, p. 502 – 525).

tema, assim como também não coube aprofundar na questão anterior. Basta anotar que esse movimento, não concordando com a postura política do ecumenismo, que considerava muito agressiva, nem pactuando do reducionismo espiritualista do fundamentalismo, propõe-se a enfatizar a experiência de conversão e a base bíblica da fé, sem deixar a reflexão sobre a ação social da Igreja. Por outro lado, devemos também destacar que na América Latina, tanto entre protestantes como entre católicos, foi desenvolvido o pensamento teológico que é a Teologia da Libertação, da qual os presbiterianos Richard Shaull e Rubem Alves são considerados fundadores.

Na IPB, o grupo que propunha a participação social, mesmo tendo alcançado algumas vitórias como uma boa participação nas reuniões de estudos da CEB e a aprovação do Pronunciamento Social, teve sempre a oposição consistente daqueles que acreditavam ser o Evangelho uma proposta essencialmente espiritual, provocando transformação social apenas indiretamente à medida que as pessoas se convertessem (ALVES, 2005, p. 257 – 284). Os campos iam ficando demarcados cada vez mais claramente e as propostas de responsabilidade social eram consideradas frutos do ecumenismo pernicioso, do liberalismo teológico e de um apego impossível do cristão ao comunismo. Os conservadores apresentavam-se como guardiões da pura doutrina evangélica que se preocupa com o ser humano em seu íntimo, onde ele deve efetivamente ser mudado. As décadas de cinquenta e sessenta foram pródigas nessa discussão e palavras ásperas de ambos os lados são encontradas, no período, em artigos do jornal *Brasil Presbiteriano* (SOUZA, 2005, p. 178 – 185).

Temos uma disputa no subcampo teológico, dentro de uma mesma religião; no caso, trata-se de algo mais específico ainda, pois se trata de uma mesma denominação. Conforme Bourdieu, é uma disputa acadêmica, "uma forma particular da luta pelo monopólio" que é a oposição entre a ortodoxia e a heresia, abordada assim:

> Os conflitos pela conquista da autoridade espiritual que se instauram no subcampo relativamente autônomo dos sábios (teólogos) produzindo para *outros sábios* e instados pela busca propriamente intelectual da distinção a tomadas de posição cismáticas na esfera da doutrina e do dogma, estão destinados por sua natureza a permanecer restritos ao mundo "universitário". [...] Ao que tudo indica, o cisma clerical tem possibilidades de tornar-se uma heresia popular, apenas na medida em que a estrutura das relações de concorrência pelo poder no interior da Igreja lhe oferece a possibilidade de articular-se com um conflito "litúrgico" e eclesiástico, ou seja, um conflito pelo poder sobre os instrumentos de salvação (BOURDIEU, 2005, p. 63).

As lutas internas na denominação, que de fato atingiram praticamente todo o corpo do protestantismo brasileiro, refletiam a Guerra Fria que separou o mundo capitalista do mundo comunista. Nos Estados Unidos da América do Norte viu-se o capitalismo como um sistema

cheio de virtudes evangélicas e o comunismo como arma do diabo para a derrota da fé cristã e da humanidade. Esse grupo forte dos EUA, que alia o fundamentalismo protestante com a direita política, sempre exerceu grande influência no Brasil, visto que diversas igrejas são frutos do trabalho missionário norte-americano e ainda em meados do século XX essas igrejas estavam bastante ligadas às igrejas-mães. As divergências entre o Conselho Mundial de Igrejas e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs estiveram plenamente atreladas aos conflitos da Guerra Fria. As igrejas protestantes de todas as regiões do globo foram afetadas com maior ou menor intensidade, dependendo de diversos fatores, dentre eles a maior ou a menor ligação com o protestantismo estadunidense. Obviamente, as igrejas se colocavam de um ou de outro lado da Guerra Fria com argumentação teológica, entendendo-a como não ideológica nem política.

A definição por um dos lados desse conflito na vida interna da IPB foi facilitada pelo golpe militar. Dois anos depois da tomada de poder pelos militares, a IPB realizou a reunião ordinária do Supremo Concílio, sob o clima das disputas ideológicas que tomava o país. O grupo fundamentalista, contrário às ideias de ação social da Igreja e do cristão, como vinha sendo ensinado e discutido anteriormente, inclusive pelos órgãos oficiais da igreja, ascendeu ao poder e houve mudanças profundas na vida eclesiástica e na reflexão teológica sobre a ação da igreja no mundo. Nesse contexto, temos o apoio oficial da IPB ao governo dos militares, embora uma oposição interna manifestasse posições teológicas facilmente entendidas pelos fundamentalistas como esquerdistas. É o que veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2
OS VERDADEIROS CRISTÃOS SE REGOZIJARAM COM A GLORIOSA REVOLUÇÃO

Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão regozijando
com os resultados da gloriosa revolução de março-abril:
o expurgo de comunistas e seus simpatizantes
da administração do nosso querido Brasil.
(*Brasil Presbiteriano*, abril de 1964)

O apoio que os presbiterianos ofereceram ao governo militar estabelecido no Brasil em 1964, desde o primeiro momento, como o texto acima indica claramente, tem explicações que passam por questões internas da Igreja, tais como a sua membresia e sua teologia, além de questões externas. Obviamente, essa divisão é muito mais didática do que propriamente objetiva para qualquer situação a que nos voltemos. O capítulo anterior procurou contextualizar a Igreja Presbiteriana no país e no ambiente religioso das décadas anteriores, tratando de alguns temas relacionados à Igreja e aos seus membros dentro da sociedade. Antes de estudarmos como esse apoio ao governo militar foi articulado e realizado, é importante passarmos por dois pontos essenciais, o liberalismo e o fundamentalismo, que nos possibilitam entender melhor o protestantismo brasileiro, especialmente o presbiterianismo.

2.1 Protestantismo e Liberalismo

Já se destacou a ligação do protestantismo latino-americano com o projeto liberal de certa elite intelectual e política da região,[38] pois o protestantismo era visto como abertura para

[38]Sobre a relação entre o projeto liberal latino-americano e o protestantismo, destaco: BASTIAN, Jean-Pierre. *Breve historia del protestantismo en américa latina*, 1986; *O protestantismo na América Latina,* 1992; *Protestantismos y modernidad latinoamericana: Historia de unas minorias religiosas activas en America Latina,* 1994; MENDONÇA, Antônio Gouvêa, *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*, 1984 (originalmente Tese defendida na USP); *A "Questão Religiosa": conflito Igreja versus Estado e expansão do protestantismo*, 2002; ALVAREZ, Carmelo. *Del protestantismo liberal al protestantismo liberador*, 1983; CESAR, Waldo. *Situação social e crescimento do protestantismo na América Latina,* 1968; CRAIG, Roberto. *El papel del protestanttismo en Costa Rica - una ubicación socio-historica*, 1983; ALVES, Rubem. *Religião e repressão*, 2005; ALVAREZ, Carmelo. Protestantismo y Liberalismo en America Latina, In: *Fé cristã e transformação social na América Latina*; BONINO, José Miguez. Visão de mudança social e de suas tarefas por parte de Igrejas cristãs não-católicas. 1977; VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, 1980. FERREIRA, Valdinei. *Protestantismo e modernidade no Brasil*, 2010 (originalmente Tese defendida na USP).

o mundo moderno e, portanto, garantia de progresso. As ideias de defesa das liberdades religiosas e individuais são muito claras nas primeiras décadas do protestantismo brasileiro, tal como o líder presbiteriano Matathias Gomes dos Santos que publicou, em 1932, um artigo no principal jornal da denominação, *O Puritano*, com a declaração "o Protestantismo não é um partido, não se filiará a nenhum partido; mas todos os seus membros, por sua natureza pertencem às correntes liberais" (O PURITANO, 10 de novembro de 1932, p 2).

A participação política dos presbiterianos deu-se a partir desse ideário. Apesar de se admitir, em geral, que houve certo afastamento e isolamento da sociedade brasileira, não se pode negar que havia um projeto de mudar o país com a pregação evangélica, pois quanto mais pessoas fossem convertidas, melhores cidadãos haveria na sociedade e, então, o país teria educação, liberdade e progresso. A Constituinte de 1933 teve a participação dos dois primeiros evangélicos, um metodista, Guaracy Silveira, e um presbiteriano, Antonio Rodrigues de Souza, fato anotado no capítulo anterior. Ambos trabalharam dentro deste padrão liberal.

Um itinerário das ideias liberais nos ajuda a compreender essa relação com o protestantismo. Em primeiro lugar, deve-se destacar, e é importante para nosso objeto de estudo, que o liberalismo tem raízes em questões religiosas. Helio Jaguaribe, em estudo sobre José Guilherme Merquior, mostra que para o estudioso do liberalismo, “em última análise o Cristianismo, num sentido geral, e particularmente a Reforma e a Revolução Francesa, constituem a base da qual o liberalismo se desenvolveu” (JAGUARIBE, 1996, p. 24). Robert Bellah também aponta para a herança de disputas religiosas ao afirmar que “por trás dessa ideologia secular iluminista há uma ênfase mais antiga na liberdade de religião, derivada das seitas radicais da Reforma” (BELLAH, 1999, p. 295).

O filósofo italiano Norberto Bobbio diz que “por Liberalismo entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos social” (BOBBIO, 1998, p. 7). Explica que “o pressuposto do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural.” Essa doutrina ensina que todos os seres humanos, por sua própria natureza, têm certos direitos inalienáveis, tais como o direito à vida, à segurança e à liberdade. A qualquer ser humano deve ser reconhecido o seu poder de fazer ou deixar de fazer algo e mesmo de resistir a qualquer imposição. Segundo Bobbio, “O Estado ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e, portanto, não

invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros" (BOBBIO, 1998, p. 9). Além disso, Bobbio afirma também que o Estado é concebido, ao menos do ponto de vista do Liberalismo, como um mal necessário, só existindo para garantir as liberdades individuais, pois é o surgimento e o avanço do individualismo que criará o Liberalismo. Assim, resume o filósofo italiano: "Sem individualismo não há Liberalismo" (BOBBIO, 1998, p. 16). Ou seja, a doutrina não tinha campo para florescimento na Idade Média, comunitária e corporativa. O Liberalismo só poderia surgir posteriormente para combater tudo o que intentava coibir as liberdades individuais, inclusive o próprio Estado. Assim, já é possível antecipar a relação do liberalismo com o protestantismo uma vez que este, desde seu nascimento, enfatizou a experiência pessoal e individual da fé, ressalvadas as peculiaridades entre as diversas reformas.

Harold Laski, inglês liberal com influências socialistas, mostra que o Liberalismo "surgiu como o inimigo dos privilégios conferidos a qualquer classe, na comunidade, em virtude de nascimento ou credo", mas lembra que "não tinha foros de universalidade, visto que sua prática estava limitada aos homens que tinham propriedade a defender"; e resume: o "a ideia de liberalismo está historicamente vinculada, de um modo inevitável, à da posse de propriedade" (LASKI, 1973, p. 11 – 13).

Assim definido, pode-se continuar a rastrear o surgimento do Liberalismo e sua ligação com o protestantismo que chegou ao Brasil.

Historiadores falam da importância das ideias inglesas de liberdade para o Iluminismo, a Revolução Francesa e a independência das colônias inglesas da América do Norte. Franco Venturi, importante historiador italiano do Iluminismo, diz que muitos intelectuais do continente europeu buscaram "cada vez mais nas liberdades inglesas um modelo próprio e um ideal" (VENTURI, 2003, p. 84). Todo o capítulo segundo desse seu livro é dedicado aos republicanos ingleses. Nesta passagem do livro o autor aponta que "a pesquisa histórica dos últimos decênios esteve particularmente preocupada com a ligação existente entre a Revolução Puritana e o Iluminismo" (VENTURI, 2003, p. 101). As ideias republicanas, de pessoas livres perante um governo que mantém essas liberdades, não são estranhas aos europeus. Entretanto, é a Revolução Puritana que desenvolveu e aplicou o direito e a liberdade de modo mais amplo, pelo menos assim foi visto por boa parte dos intelectuais dos setecentos. É claro que isso não inclui a ditadura do puritano Cromwell, considerado pelos ingleses, colonos e europeus continentais como exemplo negativo, por ser opressor dos direitos e das liberdades. Porém, foi por liberdade ou, mais propriamente, liberdade religiosa da forma como a entendiam, que Cromwell e os puritanos lutaram. O presbiterianismo

brasileiro é herdeiro desse puritanismo inglês, destacando-se o surgimento, na última década do século XX, de uma revista e uma editora com o nome *Os Puritanos*, dirigidas por alguns líderes regionais da IPB.

Christopher Hill, relevante historiador acerca do século XVII britânico, é enfático ao afirmar a importância das ideias religiosas no período da Revolução Puritana. Em *O mundo de ponta-cabeça* analisa as diversas especulações, especialmente as religiosas ou teológicas, no período em que ocorreu a guerra civil, o domínio puritano sobre o Parlamento e a ditadura de Oliver Cromwell. Em *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII* destaca as leituras da Escritura para o pensamento de liberdade do povo inglês. A biografia do Cromwell, *O eleito de Deus*, mostra como a teologia influenciou o pensamento e a ação dos puritanos em busca de liberdade, mormente a religiosa. No livro *Origens intelectuais da revolução inglesa*, Hill afirma:

> A Bíblia, em especial a Bíblia de Genebra, com suas notas marginais extremamente politizadas, esteve bem perto de se converter, e não pela última vez, num manual revolucionário. [...] O republicano Henry Nevile referia-se ao "honesto João Calvino" como fonte de suas ideias e das de seus pares (HILL, 1992, p. 8 – 9).

Ainda, quando a guerra contra o rei se iniciava, comentando o sentimento de liberdade no período do Longo Parlamento, comandado pelos puritanos, ressalta:

> 1642 foi 'ano das descobertas'. Quando os sectários saíram da clandestinidade e passaram a se reunir publicamente, tão logo a hierarquia entrou em colapso e a censura laudiana foi suprimida, as obras de Bacon, Coke, Ralegh e muitas mais passaram a ser publicadas, discutidas e comentadas livremente. Os cidadãos londrinos e os 'setores médios' já vinham havia quase um século discutindo as novas ideias científicas e reivindicando o direito de eleger os ministros. Eles haviam aprendido a rejeitar tanto a autoridade de Aristóteles quanto a dos bispos, a confiar nos experimentos científicos, na experiência religiosa e na comprovação independente de seu próprio senso crítico. Não acreditam em nada, a não ser naquilo que vêem', dizia Dury sobre os independentes (HILL, 1992, p. 162).

O historiador Edward Thompson, bem conhecido no Brasil, representante de uma historiografia marxista inglesa bastante consistente, embora veja no metodismo uma força de regressão ou, quando muito, de estabilidade social que depois destruiria os fundamentos democráticos, percebe também que Wesley[39] conseguiu organizar "sociedades metodistas

[39]John Wesley (1703 – 1791) cresceu em ambiente familiar cheio de piedade, leitura da Bíblia, orações e práticas de devoção, sustentado pelo pai, pastor anglicano, e pela mãe, extremamente devota. Estudou Teologia na Universidade de Oxford e se tornou pastor anglicano. Em Oxford fundou com colegas o "Clube Santo" que buscava desenvolver a verdadeira piedade e prática cristãs, elaborando um "método" de ação cotidiana. Buscou uma experiência intensa da fé que julgava ainda não possuir e o contato com o pietismo alemão, através dos morávios, deu-lhe a experiência religiosa profunda que buscava. A partir de então, liderou o movimento metodista que só se retirou da Igreja Anglicana, formando uma nova denominação, depois da morte de Wesley.

autossubsistentes em centros comerciais e comunidades mineiras, têxteis e operárias em geral, com uma participação democrática de seus membros na vida da igreja" e, ainda, que "o metodismo foi indiretamente responsável por um aumento na autoconfiança e capacidade de organização do operariado" (THOMPSON, 1987, p. 38, 42).

O metodismo foi o caldo teológico em que as denominações na América do Norte estavam imersas ao final do século XVIII e no século XIX, quando o movimento missionário avança e chega ao nosso país. Os colonos ingleses aplicaram os valores trazidos do passado britânico e os levaram às últimas consequências, no sentido de abolir a monarquia e a nobreza, criando a república em que os direitos individuais e as liberdades seriam respeitados contra qualquer opressão e tentativas de destruição, mesmo que viessem do poder político.

Os motivos religiosos para a colonização da América pelos ingleses são sobejamente conhecidos. Ambições financeiras e políticas de aventureiros também estiveram presentes e a própria metrópole sabia que tal colonização lhe traria benefícios de formas variadas. Nesse contexto, interessa destacar a motivação religiosa desse empreendimento, presente desde o começo. Hill aponta para o fato de que a colonização da Virgínia teve "uma campanha publicitária conduzida por pastores (em sua maior parte puritanos)" (HILL, 1992, p. 220).

O francês Alexis de Tocqueville estudou a sociedade norte-americana no início do século XIX. O trabalho que apresenta suas avaliações tornou-se o clássico *Democracia na América*, no qual percebe com acuidade que o puritanismo é muito mais do que mero aspecto religioso e estava presente de modo amplo na vida da nova nação:

> Os imigrantes ou, como eles merecidamente se denominavam, os peregrinos, pertenciam à seita inglesa cuja austeridade de princípios lhes havia granjeado o nome de puritanos. O puritanismo não era meramente uma doutrina religiosa, mas correspondia, em muitos pontos, às teorias democráticas e republicanas mais absolutas. (TOCQUEVILLE, 1969, p. 53).
> A religião é o caminho do conhecimento, e a observância das leis divinas leva o homem à liberdade civil [...]. Dois elementos distintos que em outros lugares estão em hostilidade frequente, mas na América se incorporam e combinaram admiravelmente um com o outro. Faço alusão ao espírito da Religião e ao espírito da Liberdade (TOCQUEVILLE, 1969, p. 58).

Fica claro que não se podia destacar, distinguir e diferenciar aspectos religiosos e aspectos sociais e políticos na sociedade norte-americana. A religiosidade que impregnava todos os setores da sociedade era acompanhada pela ideia de liberdade que também se fazia presente de modo claro e perene. Ora, os missionários ao saírem para outras terras levariam esse padrão consigo, ensinando-o como constituinte da verdadeira religião.

Em livro considerado divisor de águas na historiografia norte-americana, o historiador Bernard Baylin traça *As origens ideológicas da Revolução Americana*. O autor fez um

prefácio especial para a edição brasileira, mostrando como as ideias liberais estiveram presentes no Brasil, por exemplo, na Inconfidência Mineira, e como os inconfidentes davam importância não apenas às ideias liberais europeias, mas tiveram muito respeito e motivação com a independência norte-americana. Olhar para os Estados Unidos da América como modelo não foi algo só de protestantes do século XIX, mas foi também um comportamento que acompanhou boa parte da elite liberal do país. Baylin aponta para as ideias gerais dos que lutaram pela independência da colônia:

> Numa época ou outra, um ou outro deles argumentava a favor do sufrágio da população masculina adulta; da eliminação do sistema dos burgos podres e sua substituição por unidades regulares de representação sistematicamente relacionadas à distribuição da população; da vinculação dos representantes a seus distritos eleitorais por meio de exigências residenciais e por instruções; das alterações na definição de libelo sedicioso a fim de permitir plena liberdade para a imprensa criticar o governo; da total retirada do controle do governo sobre a prática da religião (BAILYN, 2003, p. 61).

Se tais ideias circularam também em nosso país, entre uma elite intelectual que favoreceu a entrada de um tipo de protestantismo liberal, muito maior circulação tiveram esses conceitos entre os protestantes que recebem dos missionários tais pensamentos sobre como a sociedade deveria ser constituída, especialmente com ênfase nas liberdades que devem ser dadas e garantidas à imprensa, ao pensamento e sua circulação, e à religião.

Quando a nova nação norte-americana tornou-se independente e precisou definir questões religiosas, a ideia vitoriosa foi a da completa separação entre Igreja e Estado e total e ampla liberdade para as diversas igrejas. Ainda um pouco antes da independência, foi apresentado um projeto de lei, em 1772, que promovia certas limitações às igrejas dissidentes, obrigando-as a jurar pelos artigos da Igreja anglicana. Isso gerou reiterados protestos e a lei não foi aprovada, retomando-se o tema da liberdade religiosa, já no período da guerra pela independência:

> Uma delegação de dissidentes de três condados salientava que agora que o governo deveria ser remodelado, considerações de justiça, de boa política e da necessidade de unidade na luta militar por "nossa liberdade, pela de TODOS", exigiam a concessão de "privilégios iguais" – na religião como em assuntos civis – para todos: seria uma grande injustiça se uma única confissão religiosa devesse ser estabelecida entre as pessoas "cultuando o mesmo Deus e lutando a mesma causa comum". No condado Príncipe Edward, os dissidentes rejubilaram-se que a Carta de Direitos os tinha livrado "de uma longa noite de escravidão eclesiástica" e requisitaram à Câmara que "erguesse a liberdade religiosa bem como a civil ao zênite da glória e... (sic) que sem demora toda igreja oficial pudesse ser derrubada, bem como abolido todo tributo sobre a consciência e opinião particular" (BAILYN, 2003, p. 235).

Assim, vemos que as diversas igrejas norte-americanas, herdeiras das ideias inglesas de liberdade, defenderam-nas ardorosamente no que concernem à liberdade de culto e completa separação entre igrejas e Estado. Baylin (2003, p. 224 - 234) demonstra ainda que entre esses diversos grupos, o que mais lutou por ampla e total separação entre igrejas e Estado e completa liberdade religiosa foram os presbiterianos. Os missionários que ingressaram no Brasil trouxeram um evangelho de liberdade, embora liberdades burguesas como muitas vezes se tem afiançado. Vejamos como essas ideias se mostraram aqui, principalmente como liberdades pessoais de culto e de pensamento.

Nos estudos sobre a América Latina predomina a tese de que setores intelectuais dominantes fizeram a opção pelo Liberalismo. Portanto, o protestantismo teria encontrado uma porta aberta para sua inserção, visto enquadrar-se dentro desse prisma liberal das classes modernizadoras. No Brasil, um grupo de liberais, taxados de moderados, organizou a "Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência", sob a liderança do padre Diogo Antônio Feijó e de Evaristo da Veiga. Os liberais, chamados de exaltados, propunham mudanças mais profundas do que os anteriores, como o fim do poder Moderador, o fim da vitaliciedade do Senado e do fortalecimento do poder local. No entanto, bem mostra Emília Viotti da Costa (1990, p. 46 – 125) que o liberalismo brasileiro era bastante limitado. Primeiro, porque as ideias liberais, importadas da Europa, encontraram aqui uma estrutura sócio-econômica muito diferente, com predominância de uma "aristocracia rural" (que defendia a escravidão) e uma "débil e pouco expressiva burguesia." Segundo, porque a ligação do liberalismo com a Igreja, em que parte do clero era revolucionária, também era fator limitante. Desse modo, "liberalismo significava nesta fase a liquidação dos laços coloniais" e nada mais que isso, nada que dissesse respeito à estrutura social do país.

Roberto Schwarz (1992, p. 15 - 22) aponta para a instituição escravagista como o desmentido das ideias liberais no Brasil, bem como outra instituição cara à tradicional sociedade brasileira que é o favorecimento. Diz ele que o favor é justificado de modo racional, sendo apenas neste aspecto o seu liberalismo que, no Brasil do século XIX, não passava de um ornamento para provar distinção e modernidade, sendo capaz de usar a razão para justificar a escravidão pelo lucro proporcionado. Critica tal postura afirmando que "o Brasil põe e repõe ideais europeias sempre em sentido impróprio" (SCHWARZ, 1992, p. 24).

Vemos que o liberalismo presente na sociedade brasileira era limitado e estanque, esvaziado de aprofundamento que as ideias iluministas e liberais poderiam produzir para transformar uma sociedade escravista em outra liberal, enfatizando a individualidade, o poder, a autonomia e as liberdades pessoais. Usando o pensamento europeu em sentido impróprio,

como diz Schwarz, a elite brasileira não era capaz de fazer nada que transformasse de fato o país. Entretanto, eram ideais liberais que se aproximavam do ideário liberal dos protestantes. Havia também o desejo de transformar o país nos moldes que podiam ser vistos em países protestantes, onde as liberdades religiosa e de pensamento caminhavam juntas com o progresso do país. A entrada do protestantismo na América Latina seria um avanço moderno no continente. Segundo Alvarez (1977, p. 44), "o protestantismo legitima com símbolos, doutrina e prática o projeto liberal, para desta maneira preparar o caminho para os agentes econômicos e políticos do liberalismo". A religião é um subcampo que, como qualquer outro, não funciona de modo autônomo; é necessário tomar em consideração as condições sociais nas quais ela está inserida, exercida, desfrutada pelos fiéis. A presença do liberalismo no ambiente latino-americano não era recente e, nesse caso, tornou-se um importante elo com o protestantismo que se expandiu no século XIX, compartilhando ideias semelhantes**.**

O liberalismo é mais abrangente do que a apropriação reducionista pelo protestantismo brasileiro, que se apegou muito mais às ideias de liberdade individual, especialmente liberdade religiosa e de pensamento, como já afirmado. Muitas vezes, e principalmente nas primeiras décadas, o impulso foi meramente de proteção, defesa e segurança próprias. De fato, a grande luta liberal dos protestantes foi a luta pela liberdade religiosa. O cientista político Robinson Cavalcanti (CAVALCANTI, 1994, p. 189) diz acerca do período de implantação do protestantismo no Brasil que "a maior preocupação política do protestantismo brasileiro de então era o cumprimento da Lei que assegurava a liberdade de culto." Assim, é possível entender o apoio ao governo militar como motivado pelo desejo de acesso ao poder político a fim de garantir as liberdades essenciais, mormente a liberdade religiosa.

O jornal mais importante dos presbiterianos na primeira metade do século XX, *O Puritano*, em 1953, publicava "A Conquista da Liberdade Religiosa no Brasil", em cujo artigo o autor se expressava assim: "Cremos que esta foi a primeira grande contribuição de valor do Protestantismo à cultura brasileira. Sem ela seriam impossíveis outros movimentos fecundos na História do Brasil" (O PURITANO, 10 de fevereiro, p. 4). Preocupado em defender a liberdade religiosa, esse jornal publicava e traduzia artigos. Alguns recebiam destaque e eram estampados em primeira página, tais como: "Pela liberdade religiosa", no qual o autor se dizia preocupado "com a ação agressiva e francamente hostil da Igreja Romana à letra e ao espírito da nossa Constituição com o apoio franco das autoridades civis". Traduziu um artigo de missionário presbiteriano do final do século XIX, sobre o progresso da liberdade religiosa no Brasil em sua época, fruto da ação protestante e do contato que "alguns dos principais homens do pais" tiveram com países protestantes (O PURITANO, 10 de outubro de 1918, p. 3). Ainda

nessa linha, foram escritos os artigos: "A Liberdade de Consciência em Perigo" (O PURITANO, 27 de agosto de 1925, p.1), "A vitória do espírito liberal" (O PURITANO, outubro de 1925, p. 2) e "Estejam alertas Liberais" (O PURITANO, 20 de abril de 1932, p. 4).

A revisão da Constituição proposta pelo governo de Artur Bernardes, em 1924, mostrou que não podia haver nenhum descuido por parte dos protestantes. O perigo de se perder a liberdade religiosa alcançada com a República e, pior, ver o retorno do catolicismo como religião oficial, parecia grande e os presbiterianos reagiram. Naquele ano, o jornal *O Puritano*, ao comentar a mensagem do Presidente da República ao Parlamento solicitando a reforma da Constituição, enaltece a iniciativa, mas critica, porém, o fato de que nessa reforma "não se acha focado um ponto que nos interessa muito de perto e de cuja revisão muito se tem falado. Queremos referir-nos à liberdade religiosa" (O PURITANO, 5 de junho de 1924, p. 2). Nesse mesmo contexto, o jornal publicou em sua primeira página excertos da Confissão de Fé de Westminster, cujos capítulos falam da liberdade, do magistrado civil e do governo da Igreja (24 de julho de 1924). Em 1925, bradou-se na primeira página do jornal, com letra graúda: "O protestantismo precisa agir":

> já não é mais segredo para ninguém que forte e coesa está a igreja católica, dentro da Câmara dos Deputados, a fomentar sua política imperialista, tendo conseguido que certo deputado apresentasse duas emendas ao projeto da revisão constitucional, com o fim de se reconhecer a religião de Roma a religião da maioria do povo brasileiro e facultar o ensino religioso (católico) nas escolas do país. A cúria agitou-se. Do Norte até o Sul, não houve bispo, não houve padre, não houve beato que não interviesse no plano sinistro de amarrar, de acorrentar, de matar a liberdade da consciência alheia (O PURITANO, 27 de agosto, p. 1).

Os evangélicos foram orientados para que enviassem telegramas, do qual se apresentou modelo no jornal, transcrevendo-se mensagens já enviadas por presidentes de presbitérios e sínodos da IPB. Havia disputa pela hegemonia no campo religioso. No contexto da sociedade brasileira, majoritariamente católica romana, isto é cristã, o protestantismo estaria aparecendo como uma heresia que deveria ser combatida. No entanto, também o protestantismo se propunha a participar desse campo legitimando o poder político como já fazia a Igreja Católica. Recorrer ao poder, nesse sentido, significava reconhecer e legitimar. Os conflitos eventuais são, assim, momentos de legitimação. Ao apresentar seu protesto, confrontar, os presbiterianos legitimam sua participação na sociedade brasileira, diante de si mesmos, dos católicos e do Estado (Cf. BOURDIEU, 2005, p. 62 – 73).

Não muito depois, surge novo confronto durante o governo Getúlio Vargas, quando há entre católico-romanos um esforço para se organizar um partido católico, conforme artigo de

O Globo, transcrito em *O Puritano*. Lutam e se defendem os protestantes:

> Desde que o clero meteu o bedelho nas coisas políticas, após a Revolução Brasileira, os fatos, diariamente, vêm patenteando, com clamante rudeza, que a igreja romana quer apossar-se de nosso arbítrio de cidadãos, de nossa vida republicanamente executável e desejável.
> É tempo de os liberais sinceros abrirem os olhos e pugnarem pelos direitos de consciência e de igualdade de cultos no Brasil. Dormir, agora, será crime de lesa-pátria (O PURITANO, 20 de abril de 1932, p. 4).

No início de 1933, Benjamin Moraes, pastor presbiteriano e advogado, confrontou pela imprensa secular o programa político da Liga Eleitoral Católica elaborado por Tristão de Athayde. O jornal eclesiástico transcreveu o artigo e a crítica do pastor: "Nem um só princípio liberal contido no programa. Não lhe interessou a liberdade do pensamento, a liberdade de crítica, a liberdade de imprensa, de reunião, de locomoção, etc. Só e tão só princípios que favorecessem a religião católica romana" (O PURITANO, 25 de março de 1933, p.1).

Na situação política intrincada, no início de 1937, o jornal ofereceu aos leitores uma comparação entre Comunismo, Integralismo e Cristianismo. O comunismo "sufoca a liberdade, o direito e a democracia"; o Integralismo "é confuso, é intolerante [...] é partidário de concordatas, ligação disfarçada entre a Igreja e o Estado", enquanto o Cristianismo é o oposto de todas essas posições (O PURITANO, 25 de janeiro de 1937, p.3).

Uma das instituições mais importantes do protestantismo missionário brasileiro desde seu início é a Escola Dominical. Nas primeiras décadas do século XX, os brasileiros começaram a produzir seus próprios livros ou revistas de lições. A Confederação Evangélica do Brasil contava com elementos das diversas denominações membros para preparar as lições oferecidas às igrejas. Mais do que os jornais, as lições para a Escola Dominical atingiam um público maior, pois, mesmo sem a revista em mãos, as pessoas acompanhavam as discussões nas classes da Escola Dominical. Em 1938, uma lição sobre a Igreja e o Estado diz que "os cristãos estão prontos a dar ao Estado tudo quanto é justo, e não pedem ao Estado senão respeito aos direitos de consciência: culto e liberdade de pregação" (CURSO SUPERIOR, 4º.trimestre de 1938, p. 28). Em 1945, outra lição cita textos bíblicos onde "se fixam também os deveres do Estado para com seus súditos – proteção, liberdade, segurança, paz, trabalho, respeito, honra, ordem e justiça reta" (CURSO POPULAR, 25 de novembro de 1945, p. 25).

Em 1962, período das grandes discussões nacionalistas e revolucionárias, o tema Igreja e Estado continua aparecendo, afirmando que diante da Bíblia:

> [...] os deveres do governo são claros: proteção, justiça, assistência, paz, ordem e liberdade pública e de consciência. A verdadeira ordem é a Igreja soberana e livre no Estado soberano e livre.[...] O estado deve à Igreja toda a liberdade de culto e de consciência, de ação espiritual, de tarefas morais e

> missionárias, e, sobretudo, proteção para o livre exercício de cultos e de crença (CURSO POPULAR, outubro-dezembro de 1962, p. 34 – 35).

Em geral, todas as discussões sobre liberdade sempre estiveram ligadas à questão da liberdade religiosa e de pensamento. Embora outros temas aparecessem, como questões de ética e moralidade, doutrinas e vida cristã, apenas na edição do terceiro trimestre de 1963 vai se encontrar uma revista inteira com um tema plenamente social: "O significado da Justiça para a Vida." A quinta lição trata da Justiça e da Liberdade. Nessa lição, verifica-se a partir do profeta Amós que a injustiça está relacionada ao pecado e fala-se de justiça social. "É por causa do pecado, da ganância, da ambição de alguns, que os levam a praticar a injustiça, a opressão e a tirar a liberdade do povo." Mesmo falando-se em justiça social e liberdade, na conclusão o texto começa informando que "a verdadeira liberdade é a espiritual, a libertação de nosso espírito" (CURSO POPULAR, julho-setembro de 1963, p. 25).

Fica claro que liberdade, entendida principalmente como liberdade religiosa e, depois, como garantia de algumas liberdades pessoais, foi tema que ocupou o pensamento dos presbiterianos. O assunto era visto teologicamente também, pois liberdade é consequência da salvação. Porém, salvação era entendida como algo essencialmente individual e subjetivo, tal e qual a ideia de liberdade foi também compreendida. Esse pensamento foi fundamental para que o presbiterianismo apoiasse o golpe militar.

2.2 Protestantismo e Fundamentalismo

Algumas considerações sobre o fundamentalismo poderão dar uma melhor compreensão do nosso objeto. Em geral, entendido negativamente, deve-se notar, inicialmente, que o fundamentalismo oferece uma possibilidade de relação com o sagrado que faz sentido para o crente.

O fundamentalismo não é necessariamente fenômeno religioso. É, acima de tudo, dentro da sociedade moderna, "a tentativa de proporcionar aos indivíduos desenraizados e inseguros novamente o apoio psíquico" (TÜRCKE, 1995, p. 51) de que necessitam para a sobrevivência num mundo cujas respostas não atendem mais suas necessidades. É uma reação dentro da cultura em seus diversos aspectos, não só na religião. Arnold Künzli diz que é a própria cultura doente que, através do fundamentalismo, tenta fazer sua autoterapia buscando o passado, a história e a tradição, como esteio de salvação, por isso chama o fundamentalismo de "passagem de volta da história" (KÜNZLI, 1995, p. 51). É mais abrangente, porém se mostra de modo claro e contundente na religião. Quando Osvaldo Guariglia diz que o

fundamentalismo enfrenta um dos itens centrais da modernidade, a liberdade subjetiva, pretendendo reintroduzir um controle asfixiante da responsabilidade individual, impondo um "paternalismo autoritário" (GUARIGLIA, 1995, p. 51), nos ajuda a entender como é que na religião o movimento se apresenta de modo mais objetivo.

O historiador Martin Dreher (2002, p. 80) enfatiza que o fundamentalismo protestante é uma "contra-ofensiva a um modernismo que, assim diziam, havia se apossado do mundo protestante". As transformações da religião propostas pela modernidade são recusadas e procura-se retornar aos fundamentos históricos da fé. O teólogo argentino Miguez Bonino (2002, p. 36 – 37) destaca esse caráter de reação da religião em relação à modernidade, especialmente negação da ciência, pois esta, sem poder explicar, prefere recusar a realidade sobrenatural. Isso, porém, evolui para uma rejeição ampla de tudo que na ciência parece discordar de uma leitura literal da Escritura.

Embora o termo fundamentalismo seja usado de modo pejorativo, de uma fala acerca do outro, de alguém que critica, condena, aponta defeitos, nas disputas religiosas norte-americanas os termos fundamentalismo e fundamentalista foram adotados num sentido positivo, e usados pelos próprios líderes do movimento, como destaca Ahlstrom (1972, p. 806). Esse autor apresenta o movimento como um dos tantos que surgiram entre o final do século XIX e início do século XX, dispostos a enfrentar o tipo de religiosidade norte-americana de então: "o protestantismo evangélico americano estava extraordinariamente bem adaptado às ideias e modelos da vida americana. Patriotismo, destino manifesto, autoconfiança anglo-saxônica, aspirações sociais e econômicas do homem comum, vida social, a Declaração de Independência e a Constituição – tudo estava acomodado e apoiado em seu amplo sistema de crenças" (AHLSTROM, 1972, p. 805, tradução nossa). O fundamentalismo se preocupava especialmente com as inovações e o declínio da vida americana e da antiga religião. Com isso em mente, alguns protestantes iniciaram uma série de congressos de estudos bíblicos que se tornariam o encontro anual chamado Conferências Bíblicas Niágara, devido ao lugar onde se realizavam a maioria das reuniões. Estavam certos de que o cristianismo mundial se inclinava à heresia e apostasia, de tal modo que só se explicava tal situação pela chegada dos "Últimos Dias". Era necessário, portanto, fazer algo para salvar o máximo possível da Igreja e das pessoas.

Apesar de o fundamentalismo ser moldado nessas Conferências do Niágara, cujo enfoque era a Bíblia, encontramos no clássico de James Barr, *Fundamentalism*, a percepção de que "o coração do fundamentalismo não é a Bíblia, mas é uma forma particular de religião", que se descreve a partir da experiência dos avivamentos que varreram os Estados

Unidos nos século XVIII e XIX (BARR, 1978, p. 11). Para esse estudioso, a ênfase na conversão, característica dos Avivamentos, é uma característica essencial do fundamentalismo. O que torna a pessoa uma verdadeira cristã é a experiência pessoal e íntima de conversão; essa é a linha divisória entre falsos e verdadeiros cristãos, claramente definida. Para garantir essa linha demarcatória, o fundamentalismo, ainda de acordo com Barr, insiste na manutenção da sã doutrina. Aqui podemos nos referir ao já clássico trabalho de Rubem Alves que não cita Barr, mas parece concordar com a ideia do escocês, quando demonstra a existência na igreja protestante brasileira, especialmente a presbiteriana, do Protestantismo da Reta Doutrina, o PRD. Alves (2005) imagina três tipos de protestantismos no Brasil: o do espírito, que privilegia as manifestações extáticas; o do sacramento, privilegiando a participação emocional e mística na liturgia e nos sacramentos; e o protestantismo da reta doutrina, no qual a concordância com as formulações dogmáticas como expressão absoluta da verdade é exigida dos fiéis. Alves também confirma as ideias de Barr quanto à importância da conversão. O segundo capítulo da obra a que estamos nos referindo trata exatamente do fenômeno da conversão, uma experiência emocional que insere o indivíduo na comunidade de fé, reestrutura a realidade e muda sua linguagem. Como Barr, Alves também percebe que não é exatamente a Bíblia a questão que norteia o fundamentalismo, mas certa forma religiosa, como vimos acima. Tanto assim, que Alves não tem nenhum capítulo em seu livro que trate especificamente da Bíblia.[40]

Para Paul Tillich (1986, p. 39), uma leitura leiga e piedosa da Bíblia pode ter poder salvador para o fiel, não o capacitando, porém, à formulação de dogmas pela ignorância da situação em que o texto bíblico se apresentou pela primeira vez; mas é exatamente isso que faz o fundamentalismo. Isto é, o fundamentalismo é um modelo religioso que tem leitura própria da Bíblia. Para o teólogo alemão, é importante "distinguir entre ortodoxia e fundamentalismo. O período ortodoxo no protestantismo tem muito pouco a ver com o que se chama de fundamentalismo nos Estados Unidos" (TILLICH, 1986, p. 35). A ortodoxia protestante tinha um caráter construtivo diferente do fundamentalismo. Enquanto a ortodoxia clássica dialogava com todo o pensamento cristão antigo, escolástico e contemporâneo, possuía capacidade filosófica e linguística, o fundamentalismo é muito diferente, impreciso e frágil nessas áreas, baseado em aspectos pietistas, avivalistas e em um biblicismo laico. (TILLICH, 1986, p. 35 - 36).

[40] *Protestantismo e Repressão* é trabalho de livre docência de Rubem Alves (UNICAMP) e foi publicado pela Editora Ática, em 1979. Em 2005 o livro foi reeditado com um texto introdutório do autor intitulado "Trinta anos depois", onde explica o contexto da confecção do livro e por que a nova edição recebeu também um novo nome: "Religião e Repressão", já que o modelo estudado serve para explicar ambientes religiosos ou não.

O fundamentalismo tem sido estudado também como parte da ideologia de uma classe dominante para a manutenção do *status quo*. Assim, César Camargo assevera que o fundamentalismo é um "instrumento de sacralização da ordem social capitalista" (CAMARGO, 1989, p. 119) tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, quando o capitalismo se estabelecia hegemonicamente no fim do século XIX. Para esse autor, o fundamentalismo é muito mais uma reação às ideias socialistas e às críticas ao modelo capitalista do que propriamente à teologia liberal, como se crê comumente. A religião fundamentalista serviu para legitimar a estrutura social capitalista e o poder dominante dentro dessa sociedade.

Procurando demonstrar como o discurso fundamentalista funciona em uma denominação especifica, no caso a própria IPB e suas igrejas locais, Breno Campos apresentou a dissertação "Protestantismo e poder: uma análise da ética puritana e do discurso fundamentalista na Igreja Presbiteriana do Brasil". Campos (2000) afirma que o fundamentalismo é um modo objetivo de se manter a dominação, seja na congregação local onde os pastores e presbíteros, com o discurso fundamentalista, apresentam o mundo pronto, acabado e sem questionamentos, seja ao se tratar da denominação em sua estrutura nacional, onde o mesmo discurso fundamentalista permitiu a legitimação, por exemplo, do apoio ao governo militar. O fundamentalismo sempre está ao lado do poder.

Pedro Oro (1995, p. 37 – 50) diz que o fato de os fundamentalistas pregarem submissão ao Estado e à ordem estabelecida, tornaram-nos objetos de apoio e sustentação dos governos de direita e ditaduras militares na América Latina que tinham ligação estreita com os EUA, país que, conforme esse autor, sempre levou em conta o que ele chama de "seitas", em sua política para a América Latina. Oro lança, portanto, luz ao tema do apoio de religiosos às ditaduras na região, o que deve ser mais e melhor investigado, esforço ao qual este trabalho se junta.

Bonino percebeu uma mutação histórica no fundamentalismo norte-americano. No começo havia uma preocupação com a teologia liberal, a defesa da fé e a defesa da Escritura. Porém, após a primeira Guerra, houve uma transformação, pois o fundamentalismo tornou-se "a defesa de uma cultura: a defesa da América cristã" (BONINO, 2003, p. 39). A afirmação do teólogo argentino é corroborada por Barr (1978, p. 108 – 110) quando este diz que, para o fundamentalista, as questões políticas e sociais são secundárias diante do que é absolutamente essencial no evangelho, isto é, a salvação da alma do ser humano. Questões políticas devem ficar para apreciação individual e esforço pessoal.

Porém, o que tem sido omitido muitas vezes no discurso e nos estudos sobre o fundamentalismo é sua capacidade de produzir sentido para o ser humano. Martin Dreher (2002, p. 90) conclui seu livro com este parágrafo:

> O Fundamentalismo experimenta a sociedade que o cerca em decadência moral e anômica, sem lei e sem normas. Por isso, a comunidade fundamentalista lhe concede descanso e segurança em virtude de suas regras severas e normativas. Com isso o Fundamentalismo se torna convidativo e atraente para uma parcela significativa da humanidade, pois oferece segurança em meio a pluralidades, a relativizações e dissoluções das certezas antigas. Assim, o Fundamentalismo torna-se instrumento de verificação para uma Modernidade que laborou em equívoco e que produziu monstros em nome de uma outra divindade, que não é Javé, nem o Pai de Jesus, nem Alá, mas o Mercado. Nosso mundo busca, desesperadamente, por uma nova ordem de valores.

O mundo moderno se tornou hostil para o indivíduo. O Estado laico deve garantir um mundo plural e concorrente, inclusive na religião. Nesse ambiente de escolhas múltiplas, o indivíduo sente-se oprimido e imerso em dúvidas. Porém, o fundamentalismo tem a capacidade de oferecer as respostas que eliminem as dúvidas e a insegurança, traduzidas em definições claras de papéis em cada esfera da vida: na comunidade de fé, na família, no trabalho e nas opções sociais e políticas. Bonino afirma, igualmente, que "o Fundamentalismo se lhes apresentava como uma resposta segura, como um baluarte inexpugnável e como uma arma poderosa no combate pela verdadeira fé" (BONINO, 2003, p. 48).

Na obra já citada de Rubem Alves, há o que o escritor chamou de "Protestantismo da Reta Doutrina". Alves estudou a IPB, na qual o fundamentalismo se alojou de modo profundo. Não sendo essa denominação baseada no sacramento, nem religião do espírito, sobrou o protestantismo da reta doutrina, cujo discurso traz ao fiel a paz no coração, segurança e certeza, quando ele é capaz de compreender e cumprir o discurso correto.

A reação contra a perda do específico religioso, contra a perda da sacralidade, fez surgir o fundamentalismo. Berger procurou interpretar a religião e percebeu como o cristianismo, especialmente o protestantismo, participou da dessacralização do mundo moderno. A religião deixa de dar respostas finais e definitivas para a origem o e o fim do ser humano, bem como de oferecer respostas para a vida de modo geral, embora funcione, ainda, na intimidade. A igreja deve se preocupar com questões da alma, mais do que com questões terrenas. Porém, ao se postar desse modo como a sociedade moderna lhe permitiu, a religião deixa de dar a sustentação ao mundo que é socialmente criado, abalando a humanidade ocidental, pois o ser humano, pessoalmente responsável por todas as suas escolhas, desarraigado, fragilizado e ansioso, não consegue resolver essas questões.

Berger (1996) analisa, então, o retorno do sagrado ao cenário ocidental, para dar novamente sentido e sustentabilidade à sociedade humana. O sagrado nunca esteve totalmente morto, realmente. Intelectuais e acadêmicos o imaginavam morto sem se aperceberem da necessidade do sagrado para a manutenção da coerência da vida humana, algo inerente à humanidade como bem falaram Schleiermacher[41] e Rudolf Otto.[42] O primeiro, a partir da filosofia romântica que reagiu ao idealismo alemão, apontou a importância da religião na vida humana não como garantia da moralidade ou como útil para alguns aspectos da vida, porém, como fundamental para o ser humano que é possuído pelo sagrado. Não são os dogmas, as regras de moralidade que constituem a religião, mas o sentimento de ser dominado e dependente da força sagrada que não se explica simplesmente de modo racional. Era a explicação unicamente racional que fazia o Iluminismo negar a religião, acusava. Esse retorno se deu de diversas maneiras no Ocidente e entre estas, temos o fundamentalismo. Otto escreveu uma das obras mais influentes nos estudos da religião no século XX, *O Sagrado*. Nesse livro, Otto também fala de religião como aquilo que não precisa ser provado por pesquisas e avaliação racional, iluminista, mas que é uma força importante na vida humana. O sagrado está presente no mundo e no ser humano de forma que o toma e o possui. Criou o termo "numinoso", da palavra latina "numen" (divino) para identificar o sagrado como aquilo que ao mesmo tempo apavora e atrai o ser humano e do qual não se pode escapar. Deste modo, esses autores tratam da religião como algo inalienável da vida humana. Mesmo que as reações racionalistas no decorrer do tempo tenham procurado desqualificá-la, jamais deixará de estar presente, pois trata das necessidades e ânsias últimas do ser humano.

A liderança e burocracia eclesiásticas se apoiaram na teologia fundamentalista para dominar a comunidade de fé e apoiar o governo militar. Porém, a comunidade, o conjunto de fiéis, também deu apoio ao regime militar, bem como ao grupo que deteve o poder eclesiástico. O pensamento fundamentalista deu-lhe plausibilidade, para usar um termo de Berger. As questões políticas eram vistas a partir da hegemonia do pensamento fundamentalista, mas provavelmente, não só isso. Há sempre relações simultâneas de concorrência e transação. Esta se dá entre os especialistas, isto é, aqueles que detêm o poder sobre o sagrado por um lado e os leigos por outro lado. A mensagem dos especialistas deve interessar a um grupo determinado de leigos se for capaz de interpretar e legitimar sua posição

[41]A obra na qual o teólogo alemão enfoca a especificidade da religião, publicado em 1799, foi traduzida para o português como *Sobre a Religião*. Schleiermacher nasceu em 1768 e morreu em 1834.
Um interessante estudo de autor brasileiro sobre a teologia de Schleiermacher apresenta como apêndice a primeira parte da obra citada acima: *O Método teológico de Friedrich Schleiermacher*, de Luis Dreher.

[42]Rudolf Otto nasceu em 1869 e morreu em 1937. O livro *O Sagrado* foi publicado em 1917 e está em português.

na estrutura social. A circulação necessária e inerente da mensagem não se dá sem que esta sofra reinterpretações, as quais ocorrerão com maior ou menor intensidade na medida em que a distância, seja cultural, geográfica, social ou econômica, for maior ou menor entre os produtores, os divulgadores e os receptores da mensagem. A concorrência entre os especialistas, os produtores da mensagem, é o que provoca as disputas entre ortodoxia e heresia. A transação e a concorrência dependem do "capital religioso" de que um grupo dispõe, o que, por sua vez, depende da força material e simbólica que se consegue mobilizar. Na manipulação desse capital religioso há, entre os especialistas concorrentes, uma disputa pelo monopólio que aparece mais para os especialistas e menos para os leigos como uma disputa pela verdade e correção teológica, isto é, uma disputa entre ortodoxia e heresia. Essa disputa acontece no ambiente interno do grupo sendo, em geral, pouco perceptível por aqueles que estão fora daquela esfera religiosa.

O golpe militar, em 1964, permitiu que as forças teológicas conservadoras que viam o comunismo como anticristão, opositor da Igreja e das liberdades pessoais, vislumbrassem a possibilidade de também na Igreja combater-se o comunismo, representado na teologia de responsabilidade social cristã, segundo seu pensamento.

2.3 No impacto do golpe

O golpe militar recebeu o apoio de muitas pessoas que logo se decepcionaram com os rumos tomados pelo novo governo. Antonio Callado, imediatamente após dar apoio ao golpe, escreveu artigo condenatório que chegou a ser recusado pelo *Jornal do Brasil*, mas acabou publicado no *Correio da Manhã*, no dia 12 de abril de 1964. Além disso, "destacados jornalistas deram apoio à intervenção militar; e muitos se tornariam adversários do regime em questões de dias ou meses" (COLEÇÕES CAROS AMIGOS, 2007, p. 91). Setores da Igreja Católica tiveram posturas semelhantes, como, por exemplo, o bispo Dom Paulo Evaristo Arns, que relata seu encontro com o General Mourão Filho no próprio trinta e um de março, quando suas tropas já estavam em marcha, saindo da reunião "com a simpatia de que não entraria nem a anarquia nem o comunismo" (COLEÇÕES CAROS AMIGOS, 2007, p. 83). No entanto, como é conhecido, tornar-se-ia um dos mais importantes nomes na luta pelos direitos humanos e na crítica à ditadura.

A propaganda anticomunista, o medo da anarquia com a entrega do país aos sindicalistas e aos comunistas, unia pessoas com ideologias muito diferentes na saudação do golpe que salvaria a nação. Outros tinham projetos pessoais muito mais claros para a política

do país e saudaram o golpe como uma oportunidade de alcançar o que ainda não haviam obtido nas urnas. Lacerda, como se sabe, um dos principais baluartes a clamar contra Jango, participou da marcha pela vitória. Depois, cassado, chegou a confabular com Brizola e Goulart para uma frente de redemocratização do Brasil. Casos como esses não foram os únicos e, provavelmente, nem foram em pequeno número. Mesmo dentro do aparelho militar, é conhecida a divisão entre os que desejavam um rápido retorno à legalidade, ao estado de direito, e à chamada linha-dura. Esta, como é do conhecimento geral, foi a que venceu a disputa interna dos militares e, dessa forma, o país viveu mais de vinte anos sob seu governo.

O campo religioso também recebeu o impacto do golpe e, como em toda a sociedade, teve pessoas que imediatamente se manifestaram contra; outras, saudaram o golpe, mas logo perceberam algumas falácias e mudaram a postura; os demais deram apoio integral até o período final da ditadura. Já se tem escrito sobre o apoio dos evangélicos ao governo militar e o que se percebe é que, em geral, as lideranças foram ávidas em apoiar o novo regime. Por isso, os jornais das Igrejas, as decisões conciliares e os pronunciamentos da hierarquia estiveram marcando claramente que, como bons brasileiros, era mister que se apoiasse o novo governo, como sinal de amor à Pátria e de obediência a Deus. Os verdadeiros cristãos deveriam orar pelos governantes e abominar os inimigos. Isso aconteceu nitidamente com a IPB. Verificando-se o jornal oficial da Igreja, podemos observar como a liderança eclesiástica usou esse importante meio de comunicação com os fiéis, e também com os de fora, para delimitar sua relação com a política nesse período. O texto epigrafado no topo deste capítulo faz parte do primeiro número redigido após o golpe onde se saúda a chegada dos militares ao poder.

Outro artigo publicado após o golpe, deixou claro o caminho que seria seguido pela denominação:

> Pastores, Seminaristas, Presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na Igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem à jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. Uma coisa ou outra. Ou Cristo ou Belial (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 7).

O jornal adquiriu essa tônica após mudar sua direção e orientação. O redator até abril de 1964 era Domício Pereira de Matos, fichado por órgãos de repressão como comunista. O editorial do *BP*, sob o impacto inicial do golpe militar, na primeira quinzena de abril de 1964, procurava interpretar o país e a situação da Igreja, quando o antigo redator ainda estava em ação, com a edição praticamente pronta à época do golpe:

> Transformou-se completamente a face política da Nação. O alto comando

> militar assumiu as rédeas do País, deu-lhe certos aspectos constitucionais [...] revestiu de poderes especiais e está fazendo a 'limpeza' para que comunistas, agitadores e peculatários fiquem de fora. [...] Com a mudança da fisionomia política da Nação muitos mudaram a sua própria fisionomia. [...] Nós não precisamos mudar. Graças a Deus estamos tranqüilos e prontos a recomeçar a nossa pregação e a insistir nos pontos que temos ferido a respeito do Brasil e da necessidade de reformas estruturais para que haja melhores condições de vida para o nosso povo (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1964, p.2).

Mesmo o redator, que futuramente seria descrito como comunista, estava disposto a apoiar a limpeza que o novo governo pretendia realizar no país. Acreditava naquele momento que continuar a mesma pregação de ação social da Igreja e de mudanças na sociedade significava cooperar com os desejos comuns dos novos ocupantes do poder. O texto ainda chama o cristianismo protestante para auxiliar o governo a resolver os problemas, lembrando que as tradições da Igreja Presbiteriana devem levar seus membros à firmeza na vocação e na proclamação da mensagem de Cristo, que se interessou pelos pobres e sofredores. Falava isso, mesmo sendo acusado de esquerdista, mas prometia continuar "dentro desta reafirmação de princípios" (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1964, p.2).

O jornal mudou logo a seguir. Novo redator foi nomeado e Boanerges Ribeiro, que já era diretor do jornal, passou a acumular a chefia editorial do jornal, cargo que ocuparia por vários anos, mesmo depois de ser eleito presidente do Supremo Concílio da IPB, em 1966, o mais alto cargo na hierarquia da denominação. Ocupando essas funções fundamentais, Boanerges Ribeiro pôde usar o jornal para divulgar o que ele mesmo chamou de "o pensamento da Igreja", não de uma só pessoa, como seria o caso do redator anterior, em uma velada acusação, mas de toda a Igreja, da qual, naquele momento ele se fazia representante e porta-voz.

O uso da imprensa pela religião foi abordado na Introdução deste trabalho. O jornal denominacional é um órgão militante e lido em família. Os fiéis o recebem com reverência e com interesse pelo progresso da denominação, que significa o progresso do próprio Reino de Deus. O discurso do jornal não é, certamente, palavra divina como a Bíblia o é, mas, sendo discurso de homens consagrados por Deus, tem também um caráter sacralizado nalguma medida.

A disputa pela direção do órgão de imprensa da denominação, que chegou a um ponto sem retorno após o golpe militar, vinha se avolumando. Domício Pereira de Mattos manteve uma postura de abertura, liberdade e promovia debates, principalmente em relação à responsabilidade social da igreja. Isso gerou um descontentamento por parte da cúpula da denominação, o que fez com que o presidente do Supremo Concílio, entre 1962 e 1966, e

diretor do jornal, Amantino Adorno Vassão, se queixasse junto à Comissão Executiva do Supremo Concílio. O próprio redator o relata pelo jornal em março de 1964; logo depois, perderia seu cargo:

> O rev. Amantino Adôrno Vassão afirmando que o jornal não reflete o pensamento da Igreja. Criticou severamente o redator-responsável e afirmou que, continuando o órgão oficial naquela linha, não poderia continuar como seu diretor. Pediu exoneração do cargo. A Comissão Executiva do Supremo Concílio atendeu . Manteve o redator-responsável no cargo para o qual o SC o havia designado e nomeou-o, agora também, diretor do jornal. Cremos valer a resolução da CE-SC como aprovação à orientação do BP, que a vai transformando como num pulmão da Igreja, para dar a ela livre respiração contra os espíritos ditatoriais que desejam sufocar o pensamento dos outros (BRASIL PRESBITERIANO, 1ª. Quinzena de março, 1964, p. 3).[43]

Aquele momento pareceu uma importante vitória do redator, afinal o embate era com o próprio presidente do Supremo Concílio. Mas, o incidente, sério, mostra que a discussão entre diferentes facções da Igreja era duro, com palavras fortes e francas. Na mesma página, nas colunas ao lado, estão dois textos interessantes a propósito deste debate. A carta de um presbítero, Abdênego Lisboa, diz que "há muita gente revoltada com a tendência esquerdista" do jornal, reclamando que já mandara artigos sobre a reforma agrária que "devem ter ido para a cesta" e pede a publicação do artigo "Jeca-Tatu", refutando artigo de Rubem Alves com o mesmo título. O missivista achava melhor ser Jeca-Tatu do que viver nas cidades:

> contenta-se com o que tem, sem saber que é subdesenvolvido ou desnutrido. É ignorante, mas tem o temor de Deus, que é o princípio da sabedoria. [...] Não mora em confortável casa forrada e taqueada mas vive satisfeito em sua casinha de sapé, cantada pelos poetas e desejada pelos "week-endistas". Jeca-Tatu também gosta duma casinha de adobes ou de pau trançado, entrelaçado de barro, de chão batido, de grande e acolhedora cozinha de fogão de lenha que prepara comida gostosa, ou de páteo hospitaleiro à frente, onde a sanfona, o violão e as conversas à beira do fogo se fazem ouvir (BRASIL PRESBITERIANO, 1ª. Quinzena de março, 1964, p. 3).

O segundo texto referido é a resposta do redator; e foi dura:

> Este jornal é tão corajoso que publica, neste número, o seu artigo 'JECA-TATU por outro prisma', que é, por si só, definição do seu espírito reacionário. E nós ficamos aqui pedindo a Deus que atenda à sua súplica e o seu desejo de ser "jeca-tatu", só para você ver como é bom mesmo!... (BRASIL PRESBITERIANO, 1ª. Quinzena de março, 1964, p. 3).

Após o golpe militar e a ascensão do grupo fundamentalista, o jornal se voltou para a divulgação das atividades da Igreja, não para o debate. Portanto, as notícias seriam prioridades. "Notícias serão bemvindas, e de todo o território nacional." A proposta é clara:

[43]No texto, CE: Comissão Executiva, SC: Supremo Concílio.

> havendo em nossa igreja (felizmente) mais membros-de-igreja que pastores, o jornal será feito para os primeiros. Os pastores poderão socorrer-se da **Revista Teológica** (sic), ou de publicação análoga, para debaterem aqueles assuntos que, apaixonantes para nós, e vitais para a Igreja, contudo são considerados pela maioria dos crentes com tédio (BRASIL PRESBITERIANO, maio, 1964, p. 2).

O novo diretor esperava que os irmãos continuassem a opinar, porém, "no exercício de nossa função, teremos, alguma vez, de cortar ou rejeitar colaboração." Isso não poderia ser considerado censura, apenas que "o artigo não se enquadrava no programa do mês (ou do ano)." O compromisso do diretor seria sempre "interpretar o país e a Igreja do ponto de vista presbiteriano" e promover "uma Reforma no Brasil, com a contribuição presbiteriana" (BRASIL PRESBITERIANO, maio, 1964, p. 2). Em junho de 1964, o Presidente do Supremo Concílio, Amantino Vassão, lembrou que o jornal tinha sido chamado de pulmão, em referência ao artigo de Domício Pereira de Mattos que o criticara. Então comenta:

> Damos graças a Deus porque a medicina eclesiástica da IPB chegou a tempo de dominar o germe da demagogia, da calúnia e dos ataques pessoais que, por alguns meses debilitaram o órgão oficial da IPB. E, agora, ultrapassada a grave crise, irá o sangue regenerado percorrendo as veias e os órgãos vitais da amada Igreja Presbiteriana do Brasil, de tal sorte que, abençoada por Deus, prosseguirá ela em sua marcha vitoriosa para bem servir a Deus e à Pátria (BRASIL PRESBITERIANO, junho, 1964, p. 2).

O novo diretor era Boanerges Ribeiro, que já vinha atuando como diretor da Casa Editora Presbiteriana e fora nomeado provisoriamente para o jornal. Em fevereiro de 1965, foi eleito pela Comissão Executiva diretor e redator-chefe do *BP*. Ele havia se preparado para a tarefa: escritor,[44] ocupou diversos cargos na Igreja, fez cursos no exterior e era pastor desde 1943. Comprometeu-se a fazer do jornal sentinela da Igreja e incentivar para que nas reuniões do Sínodo, em julho de 1965, se elegesse uma "cúpula varonil, firme, dedicada totalmente a Cristo na IPB", que seria a maneira de consolidar as vitórias da Igreja em 1964 e 1965 (BRASIL PRESBITERIANO, maio, 1965, p. 2). Depois, orienta os presbitérios, que se reuniriam em janeiro de 1966, a terem seriedade e firmeza para eleger os representantes para o Supremo Concílio, "homens de Deus, serenos, isentos, cheios do Espírito Santo e de fé. Homens que não se deixem iludir nem pelo espírito faccioso, nem por ambições pessoais." A escolha correta firmaria a "IPB no rumo histórico que a Providência lhe vem dando desde Simonton, o Estadista Presbiteriano, desde Conceição, o ex-padre Reformador" (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro, 1965, p. 2).

[44]Até então Boanerges Ribeiro havia escrito: *O Apóstolo dos pés sangrentos*, história de um cristão perseguido na China, *Seara em fogo*, história de um evangelista nos Estados Unidos e *O padre protestante*, história de José Manoel da Conceição.

Boanerges Ribeiro, nascido em 1919, era da quarta geração de uma família presbiteriana evangelizada ainda nos primórdios da presença da denominação no Brasil. O pai, Adiron Justiniano Ribeiro Sobrinho, e um tio, Américo Justiniano Ribeiro (1911 – 1998), foram pastores presbiterianos. O tio foi por muitos anos pastor da Igreja de Campinas, professor e capelão do Seminário Presbiteriano do Sul, também em Campinas; nos anos de mandato de Boanerges estiveram em posições opostas nas lutas eclesiásticas. Na cidade de Lavras - MG, para onde a família se mudara para que o pai, futuro pastor, retomasse os estudos secundários, Boanerges fez o ginásio no Instituto Gammon, da Missão Presbiteriana. Já em Campinas, onde o pai estudava no Seminário, Boanerges cursou o secundário. Criado na igreja e acompanhando as atividades intensas que se preparavam para as crianças e os jovens, tendo o pai pastor, não tardou em se interessar, ele próprio, pelo pastorado. Assim, entrou no Seminário aos dezessete anos e, concluído os estudos foi ordenado ao pastorado presbiteriano em 1943. Pastoreou igrejas pelo interior de São Paulo e na Baixada Santista até se fixar na capital, onde participou da organização da Igreja do Calvário, no Brooklin Paulista, em 1953, sendo seu pastor até 1987 e, depois, pastor emérito. Ocupou muitos cargos desde o Presbitério até, como vimos, a presidência do Supremo Concílio. Foi o líder da criação da Casa Editora Presbiteriana e seu primeiro diretor. Suas funções e atividades o levaram a morar no início dos anos sessenta nos Estados Unidos da América, a serviço da IPB e da Igreja norte-americana. Ao retornar, não teria como deixar de ser percebido como líder competente e intelectual de escol, por isso foi lecionar no Seminário Presbiteriano do Sul.

O pastor foi um intelectual que se preocupou em estudar a fé e sua denominação e apresentar o resultado em diversos livros. Escreveu, aos 24 anos, *O Apóstolo dos pés sangrentos*, sobre um místico cristão indiano. Depois publicou: *O Padre protestante*; *Seara em fogo; Protestantismo no Brasil monárquico (1822-1888): aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil*; *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*; *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da autonomia ao cisma*; *Igreja Evangélica e República Brasileira: 1889-1930*; *José Manoel da Conceição e a reforma evangélica*; *Terra da Promessa*, uma compilação de artigos e crônicas publicados em periódicos diversos; *O Senhor que se fez Servo*; *O culto em Corinto e o nosso culto*. As primeiras e as últimas obras são de cunho mais literário e enlevo espiritual e educação religiosa, enquanto as obras de seu período mais maduro e de atividades conciliares são de interpretação do protestantismo, especialmente do presbiterianismo brasileiro, como os próprios títulos indicam. Alguns desses livros têm sido reeditados, inclusive pela maior

editora pentecostal do país. Não resta dúvida que Boanerges Ribeiro pode ser considerado um "intelectual orgânico", como definia Gramsci.

Tendo feito a digressão até aqui para apresentar e situar Boanerges Ribeiro nesse contexto, deve-se voltar, agora, ao modo como se articulou pelo jornal denominacional o apoio ao golpe militar. A edição da segunda quinzena de abril de 1964, correspondente ao número 8, publicado, portanto, após o golpe, foi cancelada pela Comissão Executiva do Supremo Concílio, em reunião extraordinária, que exonerou o redator Domício Pereira de Matos e nomeou Boanerges Ribeiro redator-chefe. Sem editorial, a edição que foi cancelada trazia uma explicação do redator, que estava de saída, sobre a situação, mostrando a luta interna que ocorria. Foi republicado, então, o número 8, agora oficial, transcrevendo, na primeira página, a decisão daquela reunião da Comissão Executiva da Igreja, da qual destacamos estes pontos:

> 1º) Que o jornal procure refletir o pensamento oficial da Igreja ;
> 4º) Que se declare que a edição do jornal que traz o Nº 8, do ano VII, 2ª quinzena de abril, não é publicação da Igreja Presbiteriana do Brasil, nem é seu Órgão Oficial, mas é de exclusiva responsabilidade do ex-redator; (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1964, p. 1).

Nessa mesma edição, sob o novo redator, também em primeira página e em negrito, destaca-se a "Representação ao Sr. Presidente da República", escrita pelo Secretário para Atividades Cívico-Sociais do Sínodo Oeste do Brasil. A mensagem foi apresentada à Câmara dos Deputados por Lauro Monteiro, deputado pela UDN, e entregue ao Secretário particular do Presidente, conforme informa a reportagem. Eis a conclusão da representação:

> O Brasil, ilustre Marechal, odeia o comunismo, - mas com a mesma generosidade e altivez de sentimentos - odeia, igualmente, toda e qualquer forma totalitária ou fascista de governo. Na certeza irrebatível de que "a justiça exalta as Nações e de que o Pecado é o opróbrio dos Povos", - hipotecam, Senhor Presidente, - respeitosa e patrioticamente, enorme soma de confiança em seu Governo (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1964, p. 1).

O ideário liberal, conforme visto acima, está claramente demonstrado nessa manifestação. Ódio ao comunismo, totalitarismo e fascismo. Como em outros momentos, os presbiterianos defenderam os princípios liberais. Houve manifestações no jornal *O Puritano* quando da Intentona Comunista e da Ação Integralista. Por outro lado, há um enorme desejo de demonstrar patriotismo para uma sociedade que duvidava do ardor patriótico de uma comunidade tão ligada aos Estados Unidos da América, se bem que para muitos a nação do Norte, também como já comentado aqui, era vista como modelar para as nações em busca de desenvolvimento. Havia essa bipolaridade na sociedade brasileira e a esquerda, obviamente, tinha severas críticas ao modelo capitalista, do qual os Estados Unidos se mostravam ser um

dos maiores defensores. Os presbiterianos, inseridos na sociedade, também se dividiam, como demonstrado por Souza (2005).

Verificar os editoriais de 1964 ajuda a entender como houve ruptura na postura da Igreja em relação aos anos anteriores, ao mesmo tempo em que se percebe a permanência na teologia de caráter fundamentalista que animava a maioria do clero e dos leigos. Eram rupturas em relação à discussão presente nos jornais, mas que também estavam na Igreja através de outros meios, como as revistas da Escola Dominical e as decisões dos concílios eclesiásticos. Discutiam-se o comunismo e a participação do crente e da Igreja no processo social; a ação social e a filantropia; o significado de agir pontualmente nas graves questões sociais ou atacar politicamente de forma global, exigindo as soluções da sociedade e do poder público. Porém, a permanência do caráter fundamentalista, com sua justificação teológica, alia-se à direita política na América do Norte, de onde foi recebida sua teologia. A crítica ao comunismo e a defesa das liberdades individuais eram justificadas teologicamente, com demonstração bíblica cabal e definitiva, como é a característica do fundamentalismo (SOUZA, 2005, p. 137 – 159).

Ao iniciar o ano 1964, o editorial do *BP* (2ª. quinzena de janeiro, p. 3) enfatizava "a supremacia do cristianismo", visto que este ensina que os bens pessoais devem ser usados para o bem comum e a Igreja deve estar a serviço do bem-estar social; isso demonstra a superioridade do cristianismo sobre o comunismo, que tem mais justiça social, porém menos liberdade; e superioridade também sobre a liberal democracia, que tem mais liberdade, porém, menos justiça social. O cristianismo, portanto, não se identifica com nenhum sistema político-social, antes os supera.

Já no calor da primeira hora do golpe, o editorial anterior à intervenção da Comissão Executiva do Supremo Concílio não se furtou de comentar a situação de que o alto comando militar assumira as rédeas da nação providenciando certos "aspectos constitucionais para fazer 'limpeza'", usando aspas na palavra "limpeza" para denotar crítica e desconfiança acerca do que estava acontecendo. Afirmava, entretanto, que enquanto muitos mudaram para se adaptar à nova ordem, os que confiam em Deus não precisavam mudar. Viu-se algo positivo no golpe militar que baniu os extremados, e, com isso, os reacionários de direita não teriam também mais motivos para acusar de comunista todos os que desejavam reforma e justiça sociais, mesmo porque, essa bandeira não era do marxismo, mas do cristianismo (2ª. quinzena de março de 1964, p. 3). O discurso sobre política estava impregnado de aspectos da fé e o poder simbólico dá condição de se acreditar no que se diz, isto é, de entender que a luta é religiosa, não política ou de classes, e não contempla "interesses temporais" em linguagem "pagã",

como diz Bourdieu. A edição seguinte, a segunda depois do golpe militar, dedica-se exclusivamente ao anteprojeto de Reforma da Constituição da Igreja que se propunha à época e que não teve continuidade, evitando qualquer manifestação política, como se os papéis não devessem se confundir ou se misturar. A Igreja passava a cumprir sua obrigação maior que era cuidar dos interesses divinos na terra, o que importava dizer que deveria cuidar, também, de seus interesses internos. Como diz Lyndon Araújo Santos, em apresentação no "V Congresso Internacional de História" da Universidade Estadual de Maringá em que discutiu a "ideia de democracia e cultura política no protestantismo":

> O discurso teológico se traduz em visão e numa postura política, porquanto legitima as práticas e reproduz as estruturas, encobre as estratégias colocadas e as reforça de maneira incisiva. Aqui encontramos um diferencial do espaço religioso em suas práticas políticas, o seu quadro de referência sagrado, transcendental, mágico e mítico, que se traduz em ações concretas nas relações sociais e de poder (SANTOS, 2011, p. 2401).

Quando Boanerges Ribeiro passou a ser diretor e redator do jornal, a Comissão Executiva da Igreja passou a investir fortemente no periódico que adquiriu novo formato, nova estrutura e nova diagramação, ficando mais apresentável e de mais fácil leitura. Isto é, investiu-se com vistas a uma melhora substancial no aspecto físico que garantiria melhor presença nas igrejas locais, conquistando maior quantidade de leitores. Um jornal mais bem apresentado significava a prosperidade da Igreja, isto é, Deus estava abençoando a comunidade por sua fidelidade à Bíblia. No primeiro número sob a nova direção não havia editorial, mas uma nova seção, "Dois dedos de prosa", que parecia substituir o editorial, embora pouco tempo depois tenha havido o retorno do editorial, mantendo-se também aquela seção. Assim, o editor passou a redigir mais textos do que anteriormente, pois é ele mesmo quem escreve as duas seções algumas vezes sem identificação, outras vezes, identificado.

A promessa inicial é de que os assuntos do jornal deveriam abarcar especialmente as questões internas da igreja e sua tarefa de evangelização e de que os editoriais tentariam "interpretar o país e a Igreja do ponto de vista presbiteriano" (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 2). Isso reflete a decisão da Comissão Executiva de que o jornal deveria apresentar o pensamento da igreja. Nega-se, assim, que os textos publicados até então fossem o pensamento da denominação. Os pensamentos anteriores veiculados pelo jornal, apesar de escritos por líderes eclesiásticos, pastores e leigos, passariam a ser vistos como desvios antibíblicos e falsa teologia. Portanto, ao ser definido pela Comissão Executiva, assumido pelo editor e formalmente declarado pensamento oficial, passou-se a dizer à Igreja, isto é, aos crentes, qual era o pensamento correto e, assim, o que cada crente deveria também pensar.

Sem o título de editorial, mas na posição a ele destinada, a edição de junho de 1964 fala do "Novo Governo", elogiando o senso de oportunidade dos militares que em boa hora fizeram a intervenção. Reconhece a grandeza da tarefa e chama os crentes à participação: "Cremos que os presbiterianos, seja qual for o seu partido político, devem a si mesmos, a Cristo e à nação, uma atitude positiva de participação nas tarefas imensas que aguardam o país", mas lembra que a participação principal é "pregar a Grande Reforma, a Reforma da Matriz de nossa cultura: Reforma na Religião" (BRASIL PRESBITERIANO, junho, 1964 p. 2). A tarefa da Igreja não pode ser misturada com questões menores, temporais, como a política. A partir de então, e até findar o ano de 1964, os editoriais e os "Dois dedos de prosa" só tratam de assuntos domésticos. Procura-se evitar, desse modo, o que se poderia confundir com interesses temporais. Há uma apropriação do discurso religioso por uma elite eclesiástica que acumula capital simbólico em torno dos que desejam uma igreja mais pura, sem transigir com interesses que prejudiquem ou neguem a fé.

Há uma declaração importante em agosto: "Em bom jornalismo, noticiar não é opinar. A notícia é fornecida sem comentários ao leitor" (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1964, p. 2). É sobejamente sabido que esse tipo de discurso esconde práticas outras. Donald Mckenzie (1999) em *Bibliography and Sociology of Texts* enfatiza que o formato, a disposição das páginas, o padrão tipográfico, a organização do texto, enfim, uma diversidade de aspectos que envolvem uma publicação, visam intencionalmente dar um rumo ao receptor, controlar como o texto é lido e interpretado. Usou-se esse padrão de bom jornalismo para divulgar notícias, como participação de pastores em eventos ecumênicos, por exemplo, inclusive com fotos, e sem nenhum comentário negativo na mesma reportagem. No entanto, o jornal criticava abertamente o ecumenismo, considerado prejudicial à sã teologia e ligado ao comunismo internacional, comunismo já rechaçado pelo povo brasileiro e pela Igreja. A crítica do jornal ao ecumenismo refletia a nova postura da denominação, opondo-se abertamente às manifestações ecumênicas. Tanto os Presbitérios quanto os Sínodos, mas, principalmente, o Supremo Concílio, vinham tomando medidas que declaravam a incompatibilidade com o catolicismo e com igrejas que tivessem relações ecumênicas, além de proibir a presença de pastores em eventos ecumênicos e de prever a instalação de tribunais eclesiásticos e punições. De fato, tribunais e punições ocorreram e assim será visto no momento próprio. O apego fundamentalista à doutrina correta colocou a igreja nessa direção. Os tribunais e punições eram noticiados no jornal *BP* para informação da igreja. Foi-se solidificando o pensamento da necessidade de isolar a denominação. O jornal foi instrumento

importante para a circulação dessas ideias, como vimos acima, no tocante à importância da imprensa confessional analisada por Aline Coutrot.

O esforço fundamentalista no combate ao ecumenismo está inserido no debate mais amplo das sociedades, principalmente nos Estado Unidos da América, sobre o multiculturalismo. Não nos cabe aqui aprofundar a questão do multiculturalismo até porque é possível que ainda seja válida a afirmação do final do século XX feita por Cynthia Willet: "o multiculturalismo não foi ainda completamente teorizado" (WILLET, 1998, p1). Portanto, apenas pontuamos o tema. O mundo do pós-guerra e a globalização das décadas seguintes colocaram grandes parcelas de povos e grupos diferentes em contato. Em países de emigração mais recente e abundante como a Austrália, o Canadá e o próprio Estados Unidos da América, esse debate era crucial. Como uma sociedade poderia funcionar e se desenvolver com culturas tão distintas habitando seu interior? Os grupos, principalmente e primeiramente étnicos, depois outros segmentos, reagiram contra a dominação e a marginalização a eles impostas. A proposta multicultural tratava exatamente de dar importância aos grupos, às minorias e respeitar as diferenças. Gonçalves (2006, p. 17) afirma que "o multiculturalismo desde sua origem aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados". Shohat e Stam (2006, p. 13) dizem que o multiculturalismo "defende a ideia de que as diversas culturas devem perceber as suas limitação no cotejo com as respectivas alteridades, e deve saber reconhecer-se no estranhamento". Esses autores ainda apontam para o fato que não se pretendia rejeitar a civilização ocidental, mas apenas questionar "uma perspectiva paradigmática que vê a Europa como a origem única dos significados" (SHOHAT; STAM, 2006, p. 20). Charles Taylor (1994) trabalha com a questão do "reconhecimento" como fundamental no multiculturalismo. Ser reconhecido e reconhecer as diferenças, assumir e compreender a alteridade e ter garantido o direito a uma identidade é crucial nesse debate.

O ecumenismo antecipou, em certo sentido, este debate, pois desde seu início procurou encontrar e enfatizar os pontos comuns da fé cristã presentes em cada opção teológica, das mais antigas às mais recentes, respeitando a autonomia e a liberdade que cada um tem. Muitas reações surgiram contra a proposta multiculturalista, pois os grupos hegemônicos temiam não só perder o poder, mas perder a própria identidade. No caso das igrejas, essa perda significava descaracterizar a própria fé.

Além do mais, o multiculturalismo não só advoga o respeito pela diferença como deseja promover as diferenças como caminho possível de enriquecimento cultural da sociedade. No movimento ecumênico, as diferenças litúrgicas, por exemplo, entre europeus e

africanos, não seriam vistas como problemas, mas como um cadinho capaz de elevar o culto e a adoração, usando a cultura e a arte.

Em julho de 1964, foi publicado no *BP* um artigo traduzido de revista norte-americana, de caráter fundamentalista, cujo título critica os que querem "Misturar o Evangelho com Política": "Será que nossa igreja vai-se enredar com as exterioridades – esquerda e direita – ou exterioridades tais, a tal ponto que, quando afinal entrar no assunto do Evangelho, já estará sem fôlego e ninguém conseguirá ouvi-la?" (julho de 1964, p. 7). Porém, contrariando esse mesmo discurso, deu-se espaço para os que propunham "expurgos" dos hereges, dos comunistas e dos ecumenistas, pois, nesse caso, a defesa da fé indicava que a verdadeira teologia fosse defendida pela Igreja, condenando o comunismo, inimigo da fé e das liberdades:

> Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão se regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo de comunistas, e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil. [...] Deus agiu na hora certa [...] A raiz da erva daninha, porém, será difícil de ser extirpada. Em todos os setores está ela infiltrada, inclusive nas Igrejas. [...] Daí o título de nosso arrazoado: 'O Outro Expurgo'. Sim, ele se faz necessário. As igrejas têm de se mostrar enérgicas e vigilantes. [...] O Supremo Concílio precisa encarar este assunto tão sério e importante [...] se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem à jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. [...] É preciso o expurgo (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 7).

O articulista do texto anterior voltaria a criticar o que chamava de "uma tendência perigosa", que era, para ele, dar ênfase exagerada à obra social da igreja, concluindo assim:

> Quem achar que a missão da Igreja é dar pão material ao povo e fazer obra social, que o faça, já que tem recursos para isso. Mas deixe em paz aquelas igrejas que estão pregando o evangelho aos pobres, que estão trazendo das trevas almas para a luz e recuperando centenas de perdidos. Essas igrejas agem assim porque acreditam, como Paulo, que "o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz e alegria no Espírito Santo" (Rom. 14: 17) (BRASIL PRESBITERIANO, setembro de 1964, p.5).

Mais alguns exemplos demonstram o rompimento com o discurso da responsabilidade social. Em 1966, o artigo "Outro Evangelho" condena "Os 'mestres' de agora" que, "atendendo aos da corrente moderna, querem dar ao Evangelho uma outra estrutura" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de setembro de 1966, p.7). A reportagem sobre o "I Congresso Mundial de Evangelização", realizado em setembro de 1966 em Berlim Ocidental, aponta o "conceito bíblico" de evangelização do evento em oposição ao conceito "cripto-marxista" de "renovação das estruturas sociais, políticas e econômicas". Conclui afirmando: "A posição do I Congresso foi a Evangélica, onde se situa nossa IPB" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de dezembro de 1966, p.1 - 2).

Domício Pereira de Mattos (1965), o ex-redator do *BP*, publicou o livro *Posição social da Igreja*, no qual defende o envolvimento social e político da Igreja como parte de sua missão e prega transformações do país. Para combater esse livro, foi publicado *O "Evangelho Social" e a Igreja de Cristo,* por Alcides Nogueira (1965), livro que foi alvo de grande destaque no *BP*. Por exemplo, na última página do jornal (ANEXO 4), abaixo do endereço do destinatário e junto de uma ficha de inscrição para a Reunião do Supremo Concílio que ocorreria em dois meses foi apresentado como "análise documentada" de coisas que "precisam de ser conhecidas e meditadas". A propaganda desafia os leitores:

> Se você é pastor adquira esse livro, distribua-o entre os membros da sua igreja, e estará, assim, fazendo um trabalho da profilaxia espiritual entre o seu rebanho e o orientando, com segurança, no tocante à fé cristã e quanto à obra social que lhe cabe realizar. Se é crente, compre-o, e leia-o com atenção (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de maio de 1966, p.8).

A capa do livro (ANEXO 5) é uma mensagem clara para os crentes. Na parte superior, o versículo bíblico: "Eis que o semeador saiu a semear" e a figura de uma mão semeando corações. Na parte inferior, o versículo: "veio o inimigo e semeou o joio no meio do trigo" e a mão semeando a foice e martelo. O "Evangelho Social" é comunista, portanto, ateu, herético, não prega o Evangelho verdadeiro do amor e da salvação da alma.

A teologia está a serviço da explicação ideológica, mas ainda havia vozes discordantes como a de outro articulista que, numa espécie de resposta ao texto anterior, afirmava que a maioria dos cristãos compreende que a tarefa da igreja abarca tanto a obra missionária como a ação social; a igreja que assim compreende é a que está certa (BRASIL PRESBITERIANO, novembro-dezembro de 1964, p. 6).

As mesmas disputas que dividiam a sociedade estavam presentes na Igreja, parte desta mesma sociedade. Se logo alguém se manifestou pelo expurgo, isso não significa que todos os expurgos desejados foram prontamente realizados, pois o próprio país conviveu com dissidências dentro das Forças Armadas. Uns desejavam maior limpeza da nação com uma linha mais dura; outros acreditavam em um retorno rápido ao estado de direito.

O alinhamento às forças governamentais está curiosamente expresso em transcrição de uma reportagem de *O Estado de São Paulo* sobre o funcionamento do governo em Brasília, a localização da sede do governo e dos ministérios. Apenas isso, sem comentários ou alguma reflexão sobre o assunto, cobrindo dois terços da última página. A matéria apresenta aos crentes a capital federal como um lugar asséptico, apenas dedicado às tarefas comezinhas da administração pública, numa vida sem tramas, sem dramas, sem problemas e sem opção política. O jornal mantinha aquela ideia de que informar não é opinar. Ao transcrever a

reportagem, os editores estavam apenas demonstrando como funciona o governo federal, totalmente isento de opções políticas. Além do mais, demonstraria patriotismo, desejo de que o crente presbiteriano passasse a conhecer melhor seu país, assumindo sua responsabilidade de mudá-lo com o Evangelho e com a mudança da matriz da cultura brasileira que é a religião. Para realizar tal tarefa, a Igreja prescinde de opções ideológicas. Portanto, não interessa ao cristão perguntar quem ocupa aqueles edifícios, quem trabalha nos ministérios, desde que ele se conscientize de que são escolhas divinas, são autoridades ungidas por Deus para tal tarefa. Teológica e biblicamente se justifica usando textos como o do primeiro livro de Samuel, no Antigo Testamento, quando Davi não ousa matar o rei Saul, do qual Davi já sabia que seria seu sucessor, e justifica: "O Senhor me guarde de que eu faça tal coisa ao meu senhor, isto é, que eu estenda a mão contra ele, pois é o ungido do Senhor" (capítulo 24, versículo 6). Um texto do Novo Testamento comumente usado é do Apóstolo Paulo na epístola aos Romanos: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas" (capítulo 13, versículo 1). O versículo seguinte deixa o crente mais assustado ainda: "de modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação" (capítulo 13, versículo 2). Utilizo dois textos, um do Antigo, outro do Novo Testamento, apenas para exemplificar o uso que se fazia, e ainda se faz, do texto que se considera sagrado, Palavra divina, que impõe e obriga o fiel. Existem explicações para o texto. A exegese e a hermenêutica podem levar a conclusões distintas dessa explicação tão simples. No entanto, os responsáveis pela teologia eclesiástica, os especialistas como chama Bourdieu, não estavam interessados em outras explicações e muito menos que outras possibilidades fossem apresentadas aos membros da Igreja. Os jornais e as revistas para a Escola Dominical serviram fundamentalmente para a circulação daquilo que se considerou o pensamento da Igreja.

Enquanto os interesses temporais estão ocultos tanto para o agente religioso como para o leigo, há outra ocultação para este último. Como vimos, Bourdieu fala de uma luta que ocorre no que chama de "subcampo autônomo dos sábios" (BOURDIEU, 2005, p. 63), que fica restrita aos teólogos e ao meio acadêmico, não chegando, na maioria das vezes, a interferir diretamente na vida e na prática religiosa dos fiéis. Esse parece ser o caso de boa parte das discussões que se travaram pelas páginas dos jornais. No entanto, havia um capital simbólico sendo acumulado pelos especialistas que se pretendiam defensores da doutrina correta, propondo uma volta às origens, outra característica das disputas entre os teólogos que remetem seu pensamento à pureza da origem.

2.4 O Supremo Concílio de 1966

A reunião ordinária do Supremo Concílio foi bem preparada e conduzida pelas forças fundamentalistas e o jornal, em suas mãos, prestou-se perfeitamente para a divulgação dos interesses de quem o comandava. Em março de 1966, o nome de Boanerges Ribeiro apareceu duas vezes na primeira página: abaixo do título, como Diretor, e assinando o texto "Supremo Concílio Assunto Vital", no qual apresenta o que considera ser fundamental discutir-se na reunião. Aparece como pessoa de conhecimento, decisão e firmeza. No editorial assinado comenta a crise da igreja afirmando que será possível corrigir um grande erro na estrutura, que era a ausência de presbíteros, o que permitiria a igreja caminhar muito melhor (BRASIL PRESBITERIANO, março de 1966, p. 2). Dando continuidade à campanha, assina o editorial de abril com o título "Ser Ordeiro Não é Sinal de Fraqueza" (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1966, p. 2) e, em junho, o editorial assinado celebrava: "Fim da Crise à Vista". A crise vinha de longe, mas "a IPB já se reencontrou" (BRASIL PRESBITERIANO, junho de 1966, p. 2). Nessa edição, Oscar Chaves, defensor de expurgos na Igreja (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 7), escrevia sobre "O Próximo Presidente do Supremo Concílio." Seriam os seus traços: oração, firmeza doutrinária, que "combata com ardor e não dê tréguas ao modernismo teológico", e pulso forte "para enfrentar o problema da indisciplina que está invadindo a Igreja" (BRASIL PRESBITERIANO, junho de 1966, p. 2).

Boanerges Ribeiro queria mais participação de Presbíteros nos cargos eclesiásticos e conseguiu. Colocou-os em várias funções, como na direção do Seminário em Campinas. Assim, Boanerges Ribeiro consolida o presbítero como parte da administração da igreja. Breno Campos, usando as categorias de dominação de Weber, diz: "Apesar de os presbíteros não serem nomeados, mas eleitos, e de não receberem remuneração monetária pelo seu trabalho, pode-se dizer que eles são o quadro burocrático-administrativo da igreja, uma vez que são eleitos para exercerem o governo da igreja" (CAMPOS, 2006, p. 3)

O presbiterianismo tem sua origem doutrinária no sistema teológico calvinista, porém, a forma de governo foi estabelecida na Escócia, quando John Knox dirigiu a reforma religiosa, estabelecendo uma Igreja com o sistema de governo presbiteriano. Esse sistema de governo representou um avanço democrático naquela época, dando voz aos membros comuns das igrejas locais, no lugar do episcopalismo católico ou protestante. No entanto, o próprio Calvino não deu um caráter tão democrático às comunidades locais pelo fato fundamental de que as reformas protestantes ocorreram mantendo-se a mesma visão de Igreja ligada ao Estado. A ideia básica do governo presbiteriano é que este deve partir da congregação. Como

já vimos na Introdução, o presbitério é composto pelos pastores de uma determinada região, normalmente delimitada geograficamente e por um representante de cada Conselho. O presbitério pode também tecer procedimentos teológicos e litúrgicos, desde que não firam as decisões dos concílios maiores. As discussões e decisões dos presbitérios são passíveis de julgamentos pelos concílios superiores, constituídos por representantes eleitos pelos presbitérios.

O Supremo Concílio é órgão nacional e, atualmente, se reúne a cada quatro anos, embora possa se reunir outras vezes de modo extraordinário, se a mesa diretora achar conveniente. É no Supremo Concílio que se tomam as decisões que deverão afetar a vida de cada comunidade, especialmente com determinações teológicas, litúrgicas, de educação teológica e questões financeiras, pois cada igreja local deve contribuir com a tesouraria do concílio nacional. A representação ao Supremo Concílio, como dito acima, é feita pelos presbitérios, de modo que estes têm participação bastante igualitária em termos de representação, apesar de haver possibilidade de ampliação representativa proporcional à quantidade de membros, que é bem pouco utilizada por não se atingir a quantidade necessária de participantes. As igrejas locais são, deste modo, indiretamente representadas no Supremo Concílio. O sistema representativo advogado e usado pelos presbiterianos, assim, aparenta ser bastante democrático e, de fato, parece ser essa a visão dos membros das igrejas. Certamente há os que se perguntam se, de fato, é isso que acontece.

Lyndon Santos vê no protestantismo brasileiro um início democrático, dada sua constituição histórica como herança oriunda da Inglaterra e dos Estados Unidos, mas entende que esse protestantismo foi perdendo seu caráter democrático na medida em que seus membros se tornaram mais presos à cultura política brasileira passiva, clientelista e patrimonialista (SANTOS, 2011, p. 2398 – 2409). O ideário da democracia liberal é constituinte do protestantismo missionário, como visto. Souza (2005) procura demonstrar o discurso articulado do protestantismo na primeira metade do século XX, que defendia as liberdades democráticas, especialmente a religiosa; o estado e o ensino absolutamente laicos; a ênfase na educação como meio para a conquista dessas liberdades e do progresso. A mudança foi se acentuando no decorrer do século XX e o golpe militar foi um momento fundamental na consolidação da mudança. Embora Santos não se refira à questão do golpe militar, é nesse momento que o autoritarismo e a perda total do caráter democrático, característico das origens do protestantismo, se definem mais claramente. Esse autor diz o seguinte:

> Institui-se uma atitude oposta à vocação da desobediência civil e da autonomia nutridas por certas linhagens protestantes como a do anabatismo, à luz da doutrina do sacerdócio universal, germe para o sentido de democracia na igualdade radical de todos perante a divindade. Ao contrário, reproduz-se a obediência irrestrita à autoridade religiosa desde um conceito de autoridade que fora estabelecida por Deus, retomando-se o sentido sacerdotal pré-moderno e vétero-testamentário de teocracia. Desobedecê-la representa transgredir a própria vontade divina, inserindo outro paradoxo com relação à perspectiva ideológica de fundo protestante em questionar o estatuto das autoridades humanas em qualquer esfera, seja religiosa, seja política (SANTOS, 2011, p. 2401).

A avaliação de Lyndon Santos se mostra objetivamente na Igreja Presbiteriana e nos ajuda a demonstrar a importância de gastar as páginas anteriores e parte da Introdução para entender o funcionamento interno da organização. Daí ver a importância da reunião do Supremo Concílio de 1966, a partir da qual o apoio ao regime militar se consolidaria e os expurgos das dissidências se ampliariam até a vigência de um pensamento único e da obediência irrestrita ao clero. Esse autor afirma ainda que "a submissão e a impossibilidade de questionamentos são repassadas à comunidade como atos de obediência irrestrita à liderança *ungida*. O gesto contrário estará sujeito às ameaças, perseguição, demonização e ao extremo do expurgo" (SANTOS, 2011. P. 2400). Assim, então, chegamos à reunião em tela.

Na Reunião do Supremo Concílio em 1966, na cidade de Fortaleza - CE, o grupo conservador, fundamentalista em termos teológicos e de direita em termos políticos, assumiu todos os cargos do poder institucional. A IPB se definiu no rumo do fundamentalismo e deixou de lado parte da produção teológica acerca da responsabilidade social do cristão e de algumas práticas de ação social, por considerar desvio teológico. Tudo que pudesse ser encaixado no padrão comunista, ou que pudesse ser tingido com cores vermelhas era também considerado erro doutrinário, pois se definiu que a Bíblia e, portanto, a teologia calvinista, era necessariamente capitalista. A fé se tornou questão de foro íntimo com implicações para moral individual, especialmente a sexualidade. (ALVES, 1979, 2005).

Houve nessa reunião uma preocupação em enaltecer a presença dos militares, de modo que o *BP* destaca assim a participação deles: "dois Generais, um Capitão de Mar e Guerra, um Major, um Capitão-Capelão, um Tenente" (outubro de 1969, p. 5). Anteriormente, já havia militares membros da Igreja Presbiteriana; no entanto, não se observam declarações, artigos ou fotografias que enfatizassem isso. A partir dessa reunião, não apenas passou-se a destacar a presença dos militares, em número crescente, como muitos Presbíteros que eram das Forças Armadas começaram a ocupar posições na hierarquia eclesiástica. Exemplo disso é o fato ocorrido em 1974, quando foi publicado o *Curriculum Vitae,* com fotografia, de um desses

militares, o Coronel Renato Guimarães, como se o fato de um Coronel ser presbítero de uma igreja local fosse motivo de destaque; não havia qualquer motivação jornalística que justificasse essa publicação. Ainda em 1969, Renato Guimarães foi nomeado Secretário Municipal dos Transportes da Prefeitura de São Paulo, no governo de Paulo Maluf, e o jornal oficial da Igreja registra o fato dizendo que o Coronel "participou ativamente da Revolução Democrática de 1964" (1º. e 15 de abril de 1969, p. 1). No ano seguinte, ele seria eleito Vice-Presidente do Supremo Concílio, ocasião em que o Rev. Boanerges Ribeiro foi reeleito para um segundo mandato na presidência. É necessário informar que o Coronel era Presbítero da Igreja pastoreada por Boanerges Ribeiro, na capital paulista. A rendição aos encantos da limpeza que os militares vinham fazendo desde 1964 completava-se. Os diversos campos em que a sociedade se subdivide não são completa e absolutamente autônomos, sem relação entre si. Ao contrário, as lutas de um campo interferem em outro e interagem entre si. Como a religião cumpre, em geral, uma função legitimadora do poder político, comprovando ainda a interdependência dos campos, não é de se estranhar, em um momento específico e dramático da sociedade brasileira, no qual as forças em jogo buscavam espaço e legitimação, que militares aparecessem fortemente nas instâncias eclesiásticas. Certamente, isso não significa que se está defendendo aqui apenas o uso consciente da religião, no caso do presbiterianismo, que também aconteceu. Muitos desses militares eram membros antigos das igrejas locais; alguns já exerciam o presbiterato e atividades nas instâncias nacionais da Igreja. Não se está colocando em questão a piedade pessoal dessas pessoas ao enfatizar sua condição militar e pertença à denominação. Essa piedade, contudo, é um *habitus* incorporado e moldado conforme a herança teológica que já vimos. O que se quer destacar é o crescimento da presença dos militares nas atividades da Igreja e em suas instâncias regionais e nacionais, e a importância que foi dada, destaque que não ocorria anteriormente.

Um exemplo do aumento da presença das autoridades militares nas instâncias eclesiásticas se encontra na administração da educação teológica da Igreja. A educação teológica é da maior relevância para uma instituição religiosa e, nesse período, o tema foi tratado intensamente. Os presbiterianos do Brasil foram pioneiros no estabelecimento da educação teológica na América Latina, criando uma primeira escola que durou poucos anos devido à morte prematura do primeiro missionário, Simonton, e às exigências gerais do trabalho. Logo depois, foi criado o Seminário da Igreja, o qual no início do século XX foi transferido para Campinas - SP. Essa escola se tornou importante dentro e fora do país, contribuindo para a educação teológica de outras denominações, além dos presbiterianos. Em meados do século XX, a IPB tinha três Seminários: esse em Campinas, um em Recife e outro

funcionando em Vitória - ES. A produção intelectual dessas escolas era notável e, como costuma acontecer, os seminários abrigavam boa parte da vanguarda intelectual presbiteriana. Toda a discussão sobre a responsabilidade social do cristão e da Igreja passava pelas casas de educação teológica, embora não só por elas. Isso fazia com que os Seminários fossem motivos constantes de disputas (SOUZA, 2005).

Nessa reunião de 1966, foi criada a Comissão Especial dos Seminários. Sua função era dirigir os seminários, determinando o que era bom e correto teologicamente; contratar e demitir professores, bem como interferir na rotina e decisões administrativas das escolas, inclusive afastando estudantes e professores, quando necessário. O presidente da Comissão não era teólogo, nem pastor, era um presbítero, um perfeito seguidor da legislação eclesiástica, e era um militar, oficial do Exército Brasileiro. A praxe era que um órgão como esse fosse ocupado por pastores e presbíteros, sempre com preocupação pastoral e teológica, o que fazia com que a direção fosse encetada por alguém da área teológica, mormente um pastor. Agora são outras as preocupações a reger os destinos da educação teológica, onde se poderiam encontrar comunistas, ecumênicos e adeptos do chamado Evangelho Social. Um militar parecia estar mais afeito ao trabalho de adequar os seminários para os novos tempos.

A confiança e o apoio ao governo militar na primeira reunião nacional depois do golpe estão claras em algumas decisões exemplares. Primeiramente, o “Pronunciamento Social” de 1962, comentado no capítulo primeiro, foi revisto com a resolução SC 66-116: "Quanto ao Doc. 138 - publicação do pronunciamento social da Igreja, o SC resolve: Nomear uma comissão que acompanhe a evolução dos problemas sociais apresentando relatório ao SC, de modo a permitir a atualização do pronunciamento". O Pronunciamento falava da obrigação da Igreja em manifestar-se acerca da sociedade, do Estado e de sistemas políticos a partir da fé cristã. Enfatizava a dignidade de todos os homens e condenava todo o tipo de opressão, discriminação e restrições às liberdades. Pontuava questões sociais, destacando-se: participação nos sindicatos, partidos, associações estudantis e de classe; condenação das injustiças sociais; dignidade do trabalho; condenação de erros dos poderes públicos; melhor distribuição da riqueza e da terra. Diante dessas questões, viu-se o comunismo misturado às questões teológicas. A Igreja estaria se afastando de sua prerrogativa principal e deveria retomar o rumo correto. A Comissão iria procurar corrigir os erros do pronunciamento aprovado quatro anos antes. Até onde se conseguiu pesquisar, tal comissão jamais apresentou seu relatório.

Muitos anos mais tarde, um artigo com o título “Jesus e o poder político” ensinava que “não é propondo este ou aquele sistema econômico, esta ou aquela ideologia política, esta ou

aquela forma de governo, que a Igreja cristã realiza sua missão" (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1982, p. 3). Isto é, não cabe à religião imiscuir-se em outras questões que não a puramente espiritual.

Para um segundo exemplo, apresenta-se a decisão respondendo a uma consulta sobre "Obreiro Comunista", que tinha o seguinte teor:

> 1) Reafirmar ser indispensável a qualquer pessoa que deseja filiar-se à IPB, em especial aos seus oficiais e ministros, a aceitação da Palavra de Deus como única regra de fé e prática, e seus símbolos de fé. Quando qualquer prova se possa fazer contra membro ou membros da IPB de que já não mais aceitam a Palavra de Deus e seus símbolos de fé, por adotarem uma filosofia em choque com os princípios cristãos, no todo ou em parte, a mesma prova deve ser apresentada ao Conselho competente para os devidos fins; 2) Reafirmar a resolução da Assembléia Geral de 1936 que declara: "Compete ao cristão obedecer as autoridades legitimamente constituídas e realizar os deveres do cidadão, nunca devendo adotar qualquer ideologia que atente contra os princípios evangélicos da liberdade civil e de consciência e de ordem e paz sociais" (DIGESTO PRESBITERIANO, SC-66-074).

Discurso que velando, revela. Um estudioso do protestantismo brasileiro e do período militar, Leonildo Campos, fala da necessidade de se fazer "uma leitura cuidadosa do discurso elaborado" e valorizar "também os não ditos daquela retórica, até porque em um regime ditatorial o que não se fala muitas vezes é mais importante" (CAMPOS, 2004, p. 23). Os "devidos fins" significavam o estabelecimento de um tribunal eclesiástico que, após julgar o réu, o comunista no caso, determinaria uma pena, mui provavelmente de despojamento do ministério, isto é, perderia as condições e prerrogativas de pastor presbiteriano. Anos depois, um artigo que ensinava sobre a missão e a responsabilidade da Igreja, disse o seguinte: "A Igreja se vê embaraçada em sua marcha missionária, porque há vozes estranhas a chamá-la para a esquerda" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de novembro de 1969, p. 3). Portanto, a decisão do Supremo Concílio de 1966 não havia conseguido ainda eliminar todos os comunistas da IPB três anos depois. A caça e os expurgos deveriam continuar a bem da sanidade espiritual da comunidade. O anticomunismo e a campanha no jornal serão abordados em subitem específico à frente.

Um último exemplo da atitude do Concílio de 1966 em relação aos militares está na resolução que cria a Comissão Especial dos Seminários acima citada:

> 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda a sorte de dúvidas e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelem as

> matrículas de todos os alunos cujas ideias ou cuja conduta sejam havidas pelas Congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execução às providências desta resolução, podendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo-os aos seus concílios de origem; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com a Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação (DIGESTO PRESBITERIANO, SC-66-091).

A resolução deixa clara a intenção de não aceitar mais os questionamentos e as discussões que ocorriam nos diversos setores da Igreja, especialmente nos Seminários, casa de intelectuais e necessariamente local de troca de ideias, propício a experimentos teológicos, litúrgicos e de práticas comunitárias de exercício da fé. A declaração inicial dá conta de que existem problemas e o futuro da Igreja corre perigo se a situação não for tratada. Como os militares que temiam pela nação e tomaram a condução política para que o futuro do país fosse garantido, a liderança eclesiástica reunida queria mudar o rumo para garantir que a Igreja continuasse firme na sua tarefa espiritual. Desde a Reforma Protestante, o lema do livre exame das Escrituras passou a fazer parte do imaginário do protestantismo, porém, a resolução garantia que a "liberdade de exame" não significava liberdade para adotar qualquer dúvida ou heresia. É revelador da teologia esposada o pensamento de que a dúvida não deve fazer parte. O fundamentalismo é espaço das verdades impassíveis, incontornáveis e sólidas, não deixando margem para dúvidas, o que justificaria a ausência de discussões. Rubem Alves lembra que se pergunta a um candidato à profissão de fé na IPB se ele tem certeza da salvação. "A pergunta não é acidental. Ela revela o motivo fundamental da racionalidade protestante: o estabelecimento de certezas" (ALVES, 2005, p. 114). Esse Protestantismo da Reta Doutrina, como Alves o chama, resolve os dilemas humanos com respostas prontas, proposicionais, que são extraídas da Bíblia, lida literalmente.

A questão da certeza da salvação foi tratada na Introdução, mas é importante retornar brevemente a ela, citando Christopher Hill em seu interessante trabalho sobre Cromwell. Hill estuda a teologia também para entender o homem, seu tempo e sua ação. Esse autor percebe bem que "o único modo pelo qual o indivíduo poderia ter certeza da própria salvação seria examinar cuidadosamente seu comportamento noite e dia, a fim de ver se ele, de fato, resultava em obras dignas de salvação" (HILL, 1988, p.196). Entende que a explicação é parcial e incompleta e aventa outra, não contraditória, mas, eu diria, complementar. "Um homem sabia que estava salvo por sentir, em algum momento de sua vida, uma satisfação

interior, um lampejo, que lhe dizia que ele se encontrava em comunhão direta com Deus" (HILL, 1988, p. 197). Esses aspectos aparecem igualmente no livro de Rubem Alves citado aqui. Embora as obras para Calvino não tenham esse mesmo valor e importância, essa modificação puritana do calvinismo foi importante herança para os presbiterianos brasileiros. As obras corretas do cristão e a experiência interna do evangelho são garantia de sua salvação. Não é apenas isto. Essa certeza da salvação, de serem escolhidos para uma determinada obra, além da salvação, traduzia-se em força para lutar contra os poderes do mal. Conforme Hill, "essa coragem e confiança capacitavam-nos a lutar, por meio de armas econômicas, políticas ou militares, a criar um novo mundo digno daquele Deus que os abençoara por meio de tantos sinais, um mundo remodelado segundo a imagem deles, e, portanto, à do Criador" (HILL, 1988, p. 197). Os presbiterianos brasileiros estavam prontos para lutar, certos da salvação e do lugar deles no mundo. Pretendiam participar da transformação do país como tarefa imposta por Deus. Para isso, todo empecilho deveria ser retirado, sem lugar para dúvidas.

Voltando ao documento conciliar em tela, importante para a nossa discussão, e ponto central no documento, é o item três da decisão, que exige que os professores dos Seminários "se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas", com dedicação exclusiva apenas ao que for intelectual e espiritual. As discussões sobre ecumenismo foram acentuadas na primeira metade do século XX no mundo protestante, discussões que tiveram início nas reuniões missionárias mundiais no século XIX e se consolidaram no estabelecimento do Conselho Mundial de Igrejas, CMI, em 1948. A partir desse movimento, surgiram questões acerca das possibilidades e práticas das missões cristãs que levaram a questões políticas e ideológicas, pois muitos entenderam ser tarefa missionária transformar a vida das pessoas, atendendo às suas necessidades e, para isso, poderia ser preciso a adoção de posturas políticas. O CMI enfatizou desde sua primeira reunião o conceito da responsabilidade social da Igreja e do cristão. Portanto, o movimento ecumênico sempre esteve ligado a posturas políticas. A responsabilidade social levava a pensar a vida dos mais necessitados, trabalhar na transformação da sociedade para diminuir as injustiças. Ora, isso levou muitas pessoas a adotarem posturas "ideológico-políticas" de esquerda, ou pelo menos foram assim acusados. O concílio maior da IPB entendeu a necessidade de não permitir desvios ideológicos o que, no contexto, obviamente, se refere à postura comunista. Sendo a tarefa da Igreja primordialmente espiritual, a mistura com coisas terrenas não deveria ser tolerada.

A seguir, a legislação, zelosa da limpeza a ser efetuada, determina que qualquer autoridade superior da Igreja pode vetar a matrícula nos Seminários de alunos que tenham

ideias e atitudes "incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB". Essa determinação vem ao encontro do estabelecido anteriormente com relação a um padrão fechado, que estava se estabelecendo a partir de então. Para finalizar a breve análise do documento, há que se destacar o item seis que garante "direitos amplos de defesa aos incriminados." O pensamento teológico diferente, a atitude divergente do padrão então determinado e qualquer semelhança com o pensamento comunista estavam ganhando a condição de crime. Na IPB não havia nada parecido com isso até aquele momento, mas a conclusão é taxativa: a situação, agora, é de crime. Isso deveria ser julgado e condenado. Foi o que aconteceu nos anos seguintes.

Essa disputa em torno da educação teológica nem sempre poderia ser compreendida em sua plenitude e complexidade pelos membros comuns das comunidades locais. Havia uma disputa entre especialistas pelo controle eclesiástico que as pessoas comuns não apreendiam completamente. Depois da reunião do Supremo Concílio, o jornal da Igreja passou alguns meses divulgando as decisões e comentando alguns desdobramentos. Desse modo, a direção eclesiástica procurava fazer chegar até os membros o que era considerado adequado para que a Igreja seguisse cumprindo sua missão. Por outro lado, há necessidades entre os crentes que não seriam atendidas por essas questões. As pessoas buscam a religião não apenas para resolver o futuro da alma, mas para atender necessidades cotidianas também, além de lhes justificar a própria existência na terra. As igrejas locais publicam boletins dominicais para uso interno das comunidades. Nesses boletins (cf ANEXO 10), há uma preocupação constante com situações da vida; são temas recorrentes: enfermidades, família (nascimento, morte, mudanças, etc.), viagens, estudos, vestibulares e provas. Os fiéis, membros comuns das igrejas, não buscavam mais do que respostas aos problemas cotidianos e nem sempre estavam prontos ou dispostos para disputas teológicas que lhes pareciam distantes e inócuas. Assim, o impacto das decisões conciliares como as que estamos analisando costuma ser pequeno na vida do crente de modo imediato, maior com o decorrer do tempo; pois pastores seriam afastados, certas práticas litúrgicas e temas de sermões deixados de lado, e o contato com outras denominações seria sufocado, já que poderia trazer coisas nocivas para dentro da comunidade presbiteriana.

Voltando aos documentos conciliares, a mesma Comissão que tratou do assunto anterior relatou, ainda, uma proposta de participação de representante do corpo discente nas reuniões da diretoria dos Seminários. A decisão declara "que acha inconveniente a

participação de alunos nas congregações do SPC[45] e SPS[46], especialmente, levando em conta a presente situação dos seminários" (DIGESTO PRESBITERIANO, SC-66-094). Os estudantes brasileiros com suas organizações, nacional e estaduais, foram um dos grupos mais visados pelos militares porque se manifestavam politicamente. Queriam participar da transformação do país, lutar contra as injustiças e questionar a própria educação; coisas que um governo como o que se instalou não podia aceitar. Na IPB não podia ser diferente, afinal, os jovens seminaristas eram também estudantes e foram, anteriormente, incentivados a participar das organizações estudantis, como a UNE, segundo deliberação da própria Igreja através do Pronunciamento Social. Nessa fase, a participação dos jovens estudantes seria vedada.

2.5 "A afirmação de respeito à lei e à ordem" após 1966

A Reunião Ordinária do Supremo Concílio, em 1966, deu os passos decisivos e definitivos para o alinhamento da IPB com o governo. As notícias de eventos e as nomeações ou eleições para os mais diversos cargos da Igreja mostravam claramente a presença de militares. Já no jornal do mês de outubro de 1966, pouco depois dessa assembleia geral, encontram-se três notícias de temas políticos, sendo duas delas na primeira página: a primeira é a informação de que Benjamin Moraes, pastor presbiteriano, era o Secretário da Educação do Estado da Guanabara. A segunda, uma reportagem sobre a eleição ao Governo do Estado do Rio, pela Arena, do Deputado Federal Geremias Fontes, membro da Igreja Presbiteriana de São Gonçalo. A terceira matéria era a transcrição, na última página, do discurso do Presidente da República, Castelo Branco, por ocasião da criação do "Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social". Todas as reportagens apareceram com destaque na diagramação do jornal. Geremias Fontes apareceu no jornal cerca de um ano depois, falando na Câmara de Vereadores de Valença e "testemunhou" o Evangelho, com a leitura da Bíblia, além de enaltecer "a revolução feita pelas Forças Armadas" e a "responsabilidade do eleitorado, que não sabendo votar, sofre por quatro anos" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de novembro de 1967, p. 5). No ano seguinte, outra notícia, com a foto do personagem e o título "Governador na Igreja," informando que Geremias Fontes fora empossado presbítero na Igreja de Nilópolis. Assim, um político presbiteriano ajuda a legitimar o golpe militar que foi conduzido por pessoas que se apresentavam como tutores do povo, da gente simples e pobre, que sofria por não saber votar. O historiador inglês Christopher Hill mostra como os puritanos

[45]SPC – Seminário Presbiteriano do Centenário, Vitória – ES.
[46]SPS – Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas, SP.

e presbiterianos entendiam sua participação política, sempre pensando que a maioria da população não tinha capacidade para participar do governo, tornando-se necessário, por isso, que fosse tutelada. Os puritanos e presbiterianos, hegemônicos na Câmara dos Comuns na época da Revolução Inglesa, não queriam que a vitória do Parlamento sobre o Rei fosse contundente, pois "esperavam que o rei os salvaria da 'democracia herética,' isto é, a liberdade de discussão e organização para as classes baixas que o Exército advogava" (HILL, 1988, p. 92).

Sem jamais ter noticiado cassações políticas ou tecido qualquer comentário eventual sobre os atos institucionais, o *BP* publicou, em 1969, uma destacada reportagem na primeira página relatando que a "IPB comemora o 7 de setembro". Não foi a primeira vez que as igrejas fizeram suas manifestações em datas nacionais. Contudo, nesse caso, é necessário observar que a reportagem divulgava o culto em que o Presidente do Supremo Concílio foi o pregador e enfatizava que em todo o território nacional se realizaram cultos semelhantes. A reportagem ainda mencionava: "destaca-se, nas comemorações presbiterianas, a intercessão pelas autoridades e a afirmação de respeito à lei e à ordem."

Embora o calvinismo tenha sido considerado o ramo da Reforma com uma ética social e política mais aguda e com potencial revolucionário, o que se constata é a submissão absoluta ao poder constituído. Nada se questiona, mas há apego pleno "à lei e à ordem". Como vimos, o apego à lei e à ordem também foi o desejo dos presbiterianos do século XVII na Inglaterra. Naquela nação, os presbiterianos participaram do Parlamento que se opôs ao rei, que foi preso, julgado e condenado à morte, considerado inimigo do povo inglês. As teologias se adaptam respondendo no seu tempo às necessidades da comunidade. Na Inglaterra, os presbiterianos eram proprietários e defendiam mudanças nas atitudes do rei, porém não queriam compartilhar democraticamente o governo com a população inferior da pirâmide social. A mesma teologia que chegou ao Brasil, depois de passar pela América do Norte, pode ser usada para defender a lei e a ordem, apoiando o governo militar capaz de garantir a vida social estabelecida.

O jornal *BP* passa a transcrever reportagens, muitas vezes extensas, de outros órgãos de imprensa do país, sobretudo as de *O Estado de São Paulo*. As reportagens giram em torno de críticas à subversão, condenação do catolicismo e da Teologia da Libertação, a qual ainda não aparece com esse nome, e elogiam as atividades como o Projeto Rondon. O jornal *O Estado de São Paulo* foi fundado em 1875, quando as forças liberais e republicanas tomavam vulto no Império. O pensamento liberal foi sempre o mote do jornal, do modo parcial e truncado como se entendia no Brasil. Em 1964, um editorial criticou as reformas de base em

um dos pontos sobre a ampliação do direito do voto aos analfabetos: "conceder o voto ao analfabeto seria tornar extensiva a todo o País a mentalidade reinante na Baixa do Sapateiro, na periferia de Recife e Fortaleza e nos morros da Guanabara monstruoso atentado ao pundonor nacional" (05/2/1964, p. 3). Para Maria Aparecida de Aquino, "apesar de defender a democracia, OESP, entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos" (AQUINO, 1999, p. 39). Esse liberalismo que luta pela liberdade das elites para dirigirem o país é que determinava a linha do jornal. Como o comunismo seria contrário às liberdades individuais, sua linha editorial incluía o combate às esquerdas e a defesa da democracia. O jornal foi coerente com seu princípio e com as críticas que sempre fez ao governo de João Goulart, colocando-se na oposição ao governo militar quando percebe agressão aos direitos e liberdades individuais. Aquino diz que

> compreendendo-se as opiniões expressas por OESP em 1964, são claras suas posições professadas em 1968, já em franca oposição a aspectos do desenvolvimento político do movimento militar. Daí tornar-se possível entender sem hiatos a sua passagem de defensor para crítico do regime que ajudara a criar, circunstância assumida coerentemente com seus princípios (AQUINO, 1999, p. 49).

Dentro dessa coerência do antigo jornal paulista, embora criticando os desvios que teriam tomado os dirigentes militares, o periódico continuou a criticar as esquerdas, o regime comunista e teve, como um dos alvos principais, os católicos progressistas e da Teologia da Libertação. Em tudo isso é possível identificar a unidade do pensamento liberal que animava tanto OESP como o presbiterianismo.

Em fevereiro de 1969, um texto sobre "A Igreja e as injustiças sociais" destaca que "não poderá a Igreja ocupar o lugar dos governantes, porque dessa forma estaria incorrendo no erro de subtrair o que de direito pertença a César."[47] O artigo continua argumentando que "rebelar-se contra as autoridades constituídas implicaria em rebelar-se contra a soberania de Deus." A doutrina da soberania divina é uma das mais importantes características do calvinismo e é dela que se desenvolve a doutrina da predestinação. Todavia, deve-se registrar que essa doutrina, como é fartamente conhecida, é agostiniana e não é defendida apenas pelos calvinistas, mas também por luteranos e católicos, dentre outros. No decorrer do tempo, a doutrina da soberania tem sido alvo de discussões e separações. Na Revolução Inglesa, foi fundamental para animar os puritanos envolvidos na luta (HILL, 1987, 1988, 1992, 2003). Na

[47]Referência óbvia ao texto bíblico onde Jesus é perguntado sobre a licitude de se pagar imposto. A resposta, apontando para uma moeda com a imagem de César é "dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mateus cap. 22, versículo 21; Lucas cap. 20, versículo 25).

ocupação da América do Norte pelos ingleses, foi determinante para o desenvolvimento das colônias. Em ambos os casos anteriores, a doutrina tornou os crentes ativos política e socialmente sob a noção de que a soberania divina os dirigia. No caso dos presbiterianos do Brasil, nesse momento em estudo, a doutrina tornou os crentes passivos diante do Estado autoritário. Voltando ao artigo, sua conclusão é de que "a Igreja de Cristo precisa pregar o evangelho de arrependimento [...] a solução para o problema do homem *[que]* fará mudar o caráter [...] e, então *[mudará]* a distribuição das riquezas e as injustiças sociais" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º, e 15 de fevereiro de 1969, p. 3). A preocupação é com o indivíduo. Uma pessoa salva passa a colaborar para a transformação do mundo ao seu redor. Portanto, quanto maior for o número de convertidos, mais rapidamente a sociedade será transformada.

A questão do individualismo é marcante no protestantismo brasileiro. Rubem Alves (2005, p. 257 – 283) analisou esse aspecto da ideologia protestante no livro "Religião e Repressão," no capítulo "Converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará - A Ética Social Protestante." Na religião, o individualismo mantém as pessoas a sós com Deus, apesar das reuniões que se realizam e, além disso, o crente olha mais para o céu, para onde pretende ir ao viver adequadamente sua fé, do que para as questões terrenas. Isso facilita o controle da liderança sobre a comunidade, pois são os líderes, os sacerdotes, os que têm o poder simbólico de indicar o caminho do céu para cada um que seguir os passos corretos.

Assim, os presbiterianos colocaram-se ao lado das autoridades pela defesa da lei, da ordem e de um Estado legítimo. Um Estado que defendia o direito à liberdade religiosa e combatia o comunismo ateu. Fizeram isso com o sentimento patriótico e o sentimento maior de estar cumprindo o que preceitua a Escritura Sagrada de honrar, obedecer e interceder pelos governantes. Além do mais, estavam conscientes de que a soberania divina os encaminhava nessa postura. Como havia destacado Barr, posturas fundamentalistas tendem a se aliar e a defender os governos e, no mundo ocidental, os governos de direita, preferencialmente.

2.6 A consolidação do apoio

A consolidação do apoio que os presbiterianos deram seguiu a consolidação da chamada linha dura no poder do país. A edição do Ato Institucional número 5 não recebeu nenhum tratamento nem foi noticiado no *BP*. No entanto, conforme abordaremos, o combate ao comunismo através do jornal oficial da denominação tornou-se muito mais amplo e decidido, assim como a condenação de qualquer teologia esquerdista. O jornal ainda trazia notícias acerca do país, que melhorava sob o governo dos militares. Em janeiro de 1966, o

jornal noticiava em sua capa que, pela primeira vez, uma instituição protestante assumiu responsabilidade de primeira grandeza na renovação brasileira. Tratava-se de uma grande campanha de alfabetização; um milhão de nordestinos em cinco anos, dirigida pelo Colégio Agnes, antiga escola presbiteriana de Recife. A reportagem anunciava que desde 1965 os presbiterianos foram "chamados a exercer altas e variadas funções na vida nacional, seja na Economia, nos órgãos de classe, na Política e na Administração Pública, em todo o território nacional." A liderança eclesiástica e, especialmente, o redator do *BP* entendiam que o governo militar era uma ótima oportunidade para a IPB ocupar o espaço que sempre se imaginou para o protestantismo brasileiro, de dirigir a transformação da sociedade com o Evangelho.

O esforço para demonstrar patriotismo, que nesse caso significava também honrar o governo, levou a liderança a propor que se colocasse a bandeira nacional nas instituições da IPB. O *BP* publicou a convocação para uma reunião extraordinária do Supremo Concílio, em 1969. Essa reunião, pela constituição da Igreja, tem a pauta fechada, isto é, só pode tratar exata e especificamente dos assuntos listados na convocação. A reunião convocada tinha um assunto peculiar: deliberar sobre a necessidade de se ter a bandeira nacional em todas as instituições da IPB. Nessa reunião decidiu-se:

> recomendar a todas as instituições educativas e assistenciais da IPB, bem como a todas as instituições a ela associadas, que seja nelas colocadas em lugar de honra a Bandeira Nacional, respeitada a legislação vigente. Quanto à colocação da Bandeira nos templos ou salões de culto, o assunto fica ao critério de cada Igreja (DIGESTO PRESBITERIANO, SC 69E1-006).

Tal atitude pretendia demonstrar à sociedade que a Igreja estava colaborando com a transformação do país. Governos autoritários, como teologias fundamentalistas, costumam ser maniqueístas: ou se está do lado do bem ou do lado do mal. Um texto jornalístico sobre a ditadura militar no Brasil expressa essa situação: "após o golpe de 1964, a ideologia de segurança nacional dividiu o povo em 'verdadeiros cidadãos' e, de outro lado, 'subversivos', 'terroristas' e 'marginais'. Estes, os 'inimigos internos', deveriam ser derrotados" (COLEÇÕES CAROS AMIGOS, 2007, p. 195). Assim, era necessário deixar bem claro de que lado se estava. Em uma época de propagandas, adesivos, cartazes e músicas que divulgavam *slogans* como: "Brasil: ame-o ou deixe-o", parecia fundamental deixar notória a escolha feita. Cuidadosamente, a decisão não obriga as comunidades locais a colocarem a bandeira em seus templos. Tal decisão provocaria constrangimentos, já que a Igreja sempre pregou total e absoluta separação entre Igreja e Estado. No sistema presbiteriano, um presbitério tem mais poder para submeter uma comunidade local do que o Sínodo e o próprio

Supremo Concílio. A autonomia dos presbitérios, especialmente naquela época, permitiu que alguns concílios não cumprissem certas deliberações do Supremo Concílio, ou as cumprissem em parte, sem que o concílio maior da Igreja tivesse condições de intervir. Além do mais, em 1969, ainda havia conflitos na Igreja e a oposição poderia contestar uma decisão mais abrangente de se colocar a bandeira também nos templos. No entanto, como veremos posteriormente, mesmo essa autonomia conciliar foi bastante atingida.

Os presbiterianos optaram por se manter ao lado da lei e da ordem. O editorial de outubro de 1970 do *BP* (p. 2) exemplifica essa opção ao apresentar reflexões sobre a morte de um militar, colocando sob o título "O Tenente foi morto a coronhadas". O texto dessa matéria condenava os chamados "presos políticos" e ironizava as atividades que os levaram à prisão, pois, o editor argumentava que matar, roubar, dinamitar, já não eram atividades vistas como crimes, mas "atividades políticas". Duvidando da existência de tortura no país, embora declarando total oposição a essa prática, o *BP* teceu crítica aos que denunciavam a tortura no Brasil, por considerá-la inexistente, já que mesmo "o Presidente da República justificando o apreço e o respeito que pede de todos os brasileiros, explicitamente condena a tortura de presos". Com indignação, então, o editorial clamava que não ficaria mais calado diante dessas acusações de existência de perseguição e tortura no país: "Chega. Já não é possível esperar mais, em silêncio." As autoridades eclesiásticas se viam na obrigação de defender o governo ao qual davam apoio.

De fato, o jornal passou a dedicar mais espaço para criticar os esquerdistas, os ecumenistas e o clero católico progressista. Os ecumênicos e os teólogos progressistas e da Teologia da Libertação eram considerados comunistas, portanto, inimigos do Estado e da Igreja. A maior parte da crítica ao clero romano era feita com transcrições de reportagens de outros jornais do país, especialmente OESP, como no texto "As relações entre Estado e Igreja", acusando padres e parte da cúpula da CNBB "que se metem em política" (BRASIL PRESBITERIANO, novembro de 1970, p. 4 – 5). Outro texto transcrito de OESP foi "Ecumenistas contra o Brasil", em que informa que a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos encaminhou denúncia à ONU sobre torturas em países da América Latina, informação passada pelos grupos ecumênicos com os quais a igreja norte-americana tinha contato. Tais informações eram, obviamente, falsas (BRASIL PRESBITERIANO, junho de 1971, p. 1). Também foi transcrita a matéria "Denúncias de Dom Waldir não foram confirmadas", que critica o bispo de Volta Redonda por fazer denúncia de torturas no país, as quais não foram confirmadas pelos órgãos competentes. A promotoria, então, pediu à liderança da Igreja Católica que afastasse o bispo, enquanto apresentava denúncia contra ele e outros padres.

Como no Brasil a tortura era inexistente, e o editor prometera não ficar mais em silêncio diante de tais acusações, essas reportagens estavam cumprindo o prometido.

Fica claro o desejo de demonstrar apoio ao governo em reportagem que exalta a participação política dos presbiterianos, ao apresentar os membros da Igreja eleitos para a Câmara Federal em 1970. São quatro deputados, todos presbíteros. Lysâneas Dias Maciel era do MDB e os outros três da ARENA: Athos Vieira de Andrade, Henrique Fanstone e Paulo Abreu (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro de 1970, p. 1). Três quartos dos eleitos eram filiados ao partido governamental, o que mostra o significado do apoio ao regime. Nessa mesma edição, registra-se a formatura do Seminário Presbiteriano do Sul e o discurso do Vice-Presidente do Supremo Concílio, Presbítero Paulo Breda, no qual cita o Mobral e o Ministro do Planejamento Reis Veloso, elogiando os sucessos do governo federal (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro de 1970, p. 4 - 5).

A Igreja Presbiteriana sentia cada vez mais seu compromisso de participar da transformação do país e acreditava estar preparada para tanto. Tinha entre seus membros elementos capazes de atuar em todas as áreas, inclusive na política. Além do mais, tinha na Educação um dos destaques de sua participação social, com diversas escolas no país e, especialmente o Mackenzie, que havia se tornado a primeira Universidade protestante do país no início dos anos cinquenta. Para melhor preparo dos que quisessem participar da vida pública brasileira, incentivou-se os homens presbiterianos a participarem dos cursos da Escola Superior de Guerra. Em texto que relacionava a segurança ao desenvolvimento da nação, as Forças Armadas foram apresentadas como esteios da unidade nacional e a ESG como ideal para os que querem se adestrar nos padrões de excelência, nos campos do desenvolvimento e da segurança da pátria (BRASIL PRESBITERIANO, setembro de 1974, p. 2). Para cumprir tal alvo, a reunião da Comissão Executiva do Supremo Concílio aprovou, em fevereiro de 1975, apoio ao envio de pastores para cursos na Escola Superior de Guerra, ESG:

> Doc. XXXV - Sugestão no sentido de aproveitamento por ministros presbiterianos do Curso Intensivo mantido pela Escola Superior de Guerra.
> Considerando a importância da orientação filosófico-doutrinária da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (sic) para os líderes brasileiros;
> Considerando a possibilidade de pleitear uma vaga junto à Escola Superior de Guerra para os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil no curso de pós-graduação da referida Escola;
> Considerando a oportunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil estar presente no ambiente do mais alto nível cultural do País em assuntos econômico-político e psico-social;
> A Comissão Executiva do Supremo Concílio resolve:
> a) Entrar em contato com a Escola Superior de Guerra para estudar a possibilidade de conseguir uma vaga anualmente em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil;

> b) Que os futuros pastores estagiários sejam indicados pela própria Comissão Executiva do Supremo Concílio;
> c) Que a IPB, através da Fundação Educacional, conceda bolsa de estudo ao estagiário visto ser o curso de dedicação exclusiva no período de um ano (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-75-070).

Afirma-se a importância da "orientação filosófico-doutrinária" emanada pela ESG, considerada "ambiente de mais alto nível cultural do País." Seria destinada uma vaga oficial em nome da Igreja e os participantes seriam indicados pela própria Comissão Executiva, o que restringiria a lista de candidatos. Finalmente, seria concedida bolsa para o indicado a fazer o curso. Com isso, a Igreja dava sinais objetivos do que pensava e do que queria para si e para o país. Pouco depois, publicou-se o "Credo Cívico" que traz entre seus itens a expressão "creio no patriotismo" e, a seguir, dá "crédito a confiança aos atuais detentores do poder público em nossa pátria" (BRASIL PRESBITERIANO, 15 dezembro de 1975, p. 4).

Esse modo de colocar as coisas estava plenamente adequado para aquele período, quando o patriotismo era confundido com submissão aos governantes e quando criticar o governo significava não amar o país. Além do mais, fazia um contraponto com o Pronunciamento Social de 1962, agora abandonado. A concordância ideológica com o governo aparece também em elogio feito ao discurso de Geisel, na celebração do décimo segundo aniversário da revolução, "o décimo segundo ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado". A seguir, garantia-se que "as Igrejas presbiterianas, em toda a extensão do território pátrio, oferecem preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes últimos doze anos" (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de abril de 1976, p. 1).

Em 1972, foi comemorado o sesquicentenário da independência nacional. O jornal publicou, em destaque, decisão da Comissão Executiva com orientações para que se comemorasse a data na Igreja: deveriam ocorrer ações solenes em todas as igrejas e congregações; seria oficiado ao Presidente da República, informando o ato; o jornal deveria divulgar os frutos da independência, especialmente a liberdade de culto; encarregava-se o presidente do Supremo Concílio de redigir uma pastoral para toda a Igreja (BRASIL PRESBITERIANO, março de 1972, p. 1). Registram-se os cultos que se realizaram pelo país com sermões que enfatizavam a soberania divina sobre as nações e a primazia de Deus na vida da nossa pátria. Os sermões desenvolveram o tema do respeito à vida, ao trabalho, aos bens, à reputação, à família e aos concidadãos (BRASIL PRESBITERIANO, agosto e setembro de 1972, p. 1). Esses temas faziam parte do discurso ideológico dos militares. Em nome desses ideais é que se promoveu o golpe militar; estavam também presentes no discurso

das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Assim, não é por acaso que uma Igreja de classe média que buscava seu espaço na sociedade brasileira os esposasse.

Era comum que o Presidente da República fosse apresentado pelo jornal como pessoa possuidora dos mais elevados dotes intelectuais, morais e administrativos. Um texto falava do “iminente estadista brasileiro, General Emílio Médici” (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro de 1972, p. 3). Na sucessão de 1974, o discurso de um pastor celebrava “um homem probo, honesto, operoso e capaz deixa o poder e assume o seu lugar outro homem público com folha de serviço relevante e personalidade definida e, sobretudo isso um evangélico”. O texto finaliza apresentando “ao General Emílio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no governo” (BRASIL PRESBITERIANO, março e abril de 1974, p. 6). Geisel recebeu palavras elogiosas ao se afirmar que ele era “um homem humano (sic) e incapaz de ferir o respeito à pessoa humana” (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de fevereiro de 1976, p. 1). Pouco depois, registra-se que em um discurso de Geisel houve “uma aula sobre o Brasil” (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de maio de 1976, p. 8). A condição de evangélico de Ernesto Geisel, que era luterano, foi lembrada e enaltecida algumas vezes, como na reportagem de um encontro de oração, quando foi dito que “Bíblia na mão, voz pausada e solene o Presidente Ernesto Geisel leu” determinado texto bíblico (BRASIL PRESBITERIANO, 1 de novembro de 1975, p. 1).

Um dos fatos mais marcantes no governo militar com repercussão internacional foi a morte de Vladimir Herzog, que não mereceu comentário algum nas páginas do jornal oficial da denominação, embora no número de dezembro de 1975 tenha havido um manifesto criticando os bispos, transcrito do *Jornal da Tarde*, e outro artigo sobre os católicos e os comunistas, transcrito de OESP. Publicar a crítica aos bispos e omitir o caso de Herzog está de acordo com a declaração que já tinha sido feita anos antes, de que o jornal não ficaria mais em silêncio acerca das injustas acusações de perseguições e torturas no país.

Nessa mesma edição, há a informação importante de que o discurso de posse de Boanerges Ribeiro (ANEXO 6), em sua reeleição para a presidência do Supremo Concílio, fora um “monumental discurso” que havia sido gravado e que “todo o mundo disputava uma cópia”. Conclui o texto que, “aliás, alguns dias depois haveríamos de ouvi-lo, transmitido pela Rádio Nacional, na ‘Voz do Brasil’” (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1970, p. 6). Na página seguinte, informa-se que o discurso foi lido por um deputado de Pernambuco, já que a reunião foi realizada em Garanhuns, naquele Estado, enviado ao Presidente da República e divulgado na íntegra na “Voz do Brasil”. O discurso é transcrito na íntegra, na edição de agosto de 1970. Se fosse necessária uma prova do apoio e ligação da IPB com o

governo militar não se poderia encontrar uma evidência mais contundente. Questiona-se como um discurso religioso de um grupo que historicamente defendeu a absoluta separação entre Igreja e Estado fora parar no programa noticioso do governo. A Igreja Presbiteriana buscava legitimação na sociedade em que a hegemonia era do catolicismo. Por outro lado, os militares vinham perdendo o apoio da população e aquela que poderia ser sua grande aliada, a Igreja Católica, não só estava cada vez mais recuada, como vários de seus líderes acusavam firmemente o autoritarismo, as injustiças, perseguições e torturas cometidas, acusações que se fortaleciam especialmente com o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

O discurso de Boanerges Ribeiro (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1970, p. 3). Começa com a lembrança de que todos os presbíteros e pastores ali presentes só foram ordenados depois de prometerem fidelidade à Bíblia, à Constituição da Igreja e aos Símbolos de Fé, isto é, a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos maior e menor. Os presbitérios que nos ordenaram, dizia, "jogavam em nossa honradês, na seriedade de nossa palavra." Dizendo-se afeito a ouvir e respeitar as opiniões, afirma: "Contudo, meus irmãos, (não creio que fosse necessário dizê-lo, mas perdoai se o repito), a Mesa que elegestes, vós a elegestes porque a conheceis e conheceis os seus compromissos e a segurança com que está disposta a cumpri-los. Ela os cumprirá com toda certeza." Continua o discurso desafiando os insubordinados: "Não há, na Igreja Presbiteriana do Brasil, lugar para insubordinação que desborde daqueles planos de lei que nós aceitamos com liberdade. Ninguém nos obriga a ser Presbiterianos. Mas, se queremos sê-lo, sejamo-lo honradamente." Discurso afinado com o "Brasil, ame-o ou deixe-o". Não é, portanto, por acaso que vai aparecer no programa "A Voz do Brasil" e lido em Assembleia Legislativa. Continuando o tom de desafio afirma: "Esta Igreja não é horda. Esta Igreja não é caterva. Ela é povo: Povo de Deus, organizado. Ela tem lei. Esta Igreja continuará a ser Igreja e não se transformará em horda solta."

Desejava-se o pensamento único de uma comunidade que sabia ser "Igreja", isto é, todos com o mesmo pensamento, ideal de evangelização da alma, salvação pessoal, sem outras preocupações mundanas ou com o mundo, o que deve ser deixado aos políticos. Os fieis respeitam as regras e a direção. Ao terminar em tom provocante contra os insubordinados diz: "não desejamos que haja ilusão em alguém, imaginando que o fato de estarmos sempre abertos à compreensão, à exposição do que ocorre, significa que haverá concessões doutrinárias e que haverá concessões à insubordinação e à desordem." Para a Igreja continuar a ser Igreja, deve continuar atenta ao livro sagrado e à interpretação correta dele, sem "concessões doutrinárias".

Tudo o que a igreja vinha condenando desde 1966 está aí incluído, como o movimento ecumênico e o desrespeito ao governo brasileiro. Pode ser incluído também o pentecostalismo, do qual falaremos a seguir. Não haveria concessões à insubordinação e à desordem, foi dito. No entanto, um pouco antes, havia afirmado que "não possuímos meios de coação. A Igreja, graças a Deus, não tem poder de polícia." Como seria realizado esse projeto de não fazer concessões sem poder de coação não entraria no discurso de qualquer modo; mas, já estavam em curso práticas e processos eclesiásticos sobre pastores e concílios, despojando uns e dissolvendo outros.

2.7 Pentecostalismo e reação presbiteriana

Os presbiterianos que buscavam sua legitimação no campo religioso, juntamente com os demais grupos protestantes históricos, começaram a se dar conta de que o pentecostalismo já ocupava espaços na sociedade brasileira. É importante destacar algumas palavras sobre o pentecostalismo, para traçar alguns pontos sobre a relação entre protestantes e pentecostais e como a IPB reagiu a essas circunstâncias, bem como o seu significado no desenvolvimento do nosso tema. O pentecostalismo moderno surgiu na primeira década do século XX nos Estados Unidos da América e logo chegou ao Brasil trazendo sua principal característica: receber o batismo do Espírito Santo com a evidência de falar línguas estranhas. Logo depois, foram acrescentadas a pregação da cura divina e outras manifestações espirituais. Para muitos, o pentecostalismo pode se inserir no país por favorecer-se da matriz cultural e religiosa, que é mística, mágica e sensual, funcionando com uma racionalidade diferente da racionalidade moderna do protestantismo. Essa adaptação cultural propiciou o crescimento pentecostal que levou não só grande número de pessoas para suas igrejas, mas invadiu as igrejas do protestantismo histórico e provocou diversas cisões em comunidades protestantes, fazendo surgir novas denominações e diversas pequenas igrejas autônomas.

O presbiterianismo foi um dos grupos protestantes mais afetados pelo pentecostalismo; no entanto, não foi desde a chegada desse grupo que houve alteração no cenário do campo religioso nacional. Primeiro, a característica básica inicial da relação dos presbiterianos, como do protestantismo histórico em geral, com o pentecostalismo é de desconhecimento ou ignorância, como o foi nos EUA e na Europa em seu início. Os manuais de História da Igreja nada ou pouco falam do assunto, ou melhor, poucas páginas, dois ou três parágrafos apenas foram usados para se falar do movimento pentecostal desde sua origem. Dicionários biográficos protestantes e enciclopédias teológicas do século XX ignoram os principais nomes

pentecostais. As primeiras manifestações pentecostais foram vistas como exóticas e sem futuro, e isso durou algumas décadas. Uma das colunas mais antigas do *BP* é o "Consultório Bíblico", que traz perguntas variadas, além de consultas sobre textos da Bíblia propriamente dita. Em 1962, encontramos o seguinte:

> PERGUNTA No. 5946 – *Quando e onde começa a seita evangélica chamada dos Pentecostais?*
> Salvo melhores informações, esse grupo moderno começou em 1922, em Cleveland e Springfiel, nos Estados Unidos da América do Norte. Havia a "Igreja de Deus" com o líder A. J. Tombinson à frente, a qual se dividiu em vários grupos – Assembléias de Deus, Igrejas Holiness (Santificadas) e por fim Pentecostais. Os irmãos dessas comunidades mantêm as doutrinas bíblicas básicas, embora deem maior ênfase ao batismo no Espírito Santo, às "línguas estranhas" e a certos ritos secundários. Em regra, são bons crentes, de conduta cristã exemplar. Também, às vezes, um ou outro grupo pentecostal fica irrequieto e exagerado nos seus princípios de fé, mas, são inofensivos (BRASIL PRESBITERIANO, janeiro de 1962, p. 8).

Há um desconhecimento histórico, procurando-se demonstrar certa simpatia pelo grupo, embora chamado de seita na pergunta e, ao final, a declaração de alguém que se considera superior, detentor de melhor teologia, dizendo que os tais são inofensivos. Mais tarde, outra consulta quer saber se o Pentecostes[48] se repete. A resposta oferecida ao consulente é que não, que Atos 2 foi único e o ser cheio do Espírito Santo é experiência constante do cristão (BRASIL PRESBITERIANO, novembro de 1963, p. 5). Mas não há referência qualquer ao movimento pentecostal, sua história e teologia, por sentir que o grupo não ofereceria perigo devido a simplicidade de seu povo, de sua teologia e de sua interpretação bíblica ingênua.

Num segundo momento, já se encontra alguma preocupação e algum desconforto com relação ao pentecostalismo. Em 1964, a coluna "Consultório Bíblico" traz duas perguntas sobre o dom de línguas, nas edições de janeiro e de fevereiro, ainda com a afirmação de que, apesar dos erros, os pentecostais devem ser respeitados porque querem servir ao Senhor (BRASIL PRESBITERIANO, janeiro de 1964, p. 5; fevereiro de 1964, p. 5). No entanto, em agosto desse ano, aparece, pela primeira vez no jornal, um artigo, "O Dom de Línguas", debatendo a doutrina, já que "há certas seitas que reclamam a propriedade desse dom" e "verdadeiros crentes têm sido enganados por esses pentecostais". Já aparece uma acusação de prática enganosa e de heresia. Depois de alistar oito itens sobre o dom de línguas na Escritura, conclui: "Igrejas que habitual e deliberadamente desobedecem aos mandamentos do Senhor, até gloriar-se na sua desobediência, não podem ser espirituais, e crentes fieis não deviam unir-

[48]Referência ao episódio narrado no livro bíblico de Atos, capítulo 2, quando o Espírito Santo desceu sobre os cristãos reunidos, como um fogo sobre suas cabeças, e passaram a falar línguas desconhecidas deles.

se com elas em procura de qualquer 'dom', ou ficarem enganados com esse 'fogo falso' do pentecostismo" (sic) (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1964, p. 8).

No ano seguinte, 1965, houve um alerta aos três perigos que a igreja cristã enfrentava: o evangelho social, o ecumenismo e o "movimento pietista de caráter pentecostal". Assim, o *BP* conclama: "a IPB deve pronunciar-se, condenando todos os extremos perigosos e deformadores do Evangelho" (BRASIL PRESBITERIANO, setembro de 1965, p. 7). Vê-se que, já sentindo de perto a ameaça pentecostal, não há mais aquela cordialidade, pois o pentecostalismo é enganador e possui, sim, um "fogo falso" e deformador do Evangelho. Abre-se uma nova frente de batalhas.

Atingimos, agora, o terceiro momento que é o da reação formal da instituição. Já vimos que a IPB é constituída de presbitérios (que se reúnem uma ou mais vezes no ano, conforme a necessidade), Sínodos e o chamado Supremo Concílio, a assembleia geral da Igreja, que se reúne a cada quatro anos. Em 1966, na reunião de Fortaleza foi tomada a seguinte decisão com relação ao pentecostalismo:

> MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO (Doc. XLVII)
> Recomendar aos Concílios que, em problemas dessa natureza, envidem esforços de amor no sentido da orientação doutrinária e recuperação espiritual de seus membros. Declarar ao SFL[49] que, nos casos isolados de perturbação persistente e comprovada, cabe ao conselho aplicar o art. 23, letra "a" da CI[50] e, quando se tratar de movimento coletivo que importe em ameaça de cisão, cabe ao Presbitério, nos termos do art. 88 letra "n", tomar as providências cabíveis (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de julho e 1º. e 15 de agosto de 1966, p. 15).

A partir desse momento, teremos artigos cada vez mais severos contra o pentecostalismo, mesmo no "Consultório Bíblico", que inicialmente tratava com alguma simpatia a piedade dos pentecostais. Aparecerão outras resoluções da Comissão Executiva do Supremo Concílio, bem como resoluções de um ou outro presbitério, sobre batismo no Espírito Santo, dom de línguas, profecias e questões litúrgicas.

Aquele pentecostalismo "inofensivo" do início da década de 1960, começou a dividir comunidades presbiterianas e o ataque, então, é virulento: "campos foram estraçalhados pela fúria inconsciente e semi-bárbara da 'Renovação' pentecostista, na região de Cianorte e Campo Mourão" (BRASIL PRESBITERIANO, janeiro/fevereiro de 1972, p. 1). Essas palavras apareceram em reportagem de capa, dada sua importância. O protestantismo histórico perdia para o pentecostalismo o poder simbólico da manipulação do sagrado. Os

[49]SFL – Sínodo Fluminense.
[50]CI – Constituição da Igreja.

pentecostais evidenciavam a presença divina pelas manifestações espirituais em seus cultos, falando línguas, expulsando demônios, curando e exercendo o dom da profecia, todas as atitudes condenadas pelos grupos protestantes históricos.

No entanto, a proximidade com o poder político agregava outra forma de poder simbólico. O destino da Igreja em transformar o país estava sendo concretizado agora que os militares sanearam a nação, moralizaram a política e combateram as injustiças, tudo com a ajuda de presbiterianos que chegavam ao poder em governos estaduais, Câmara Federal, legislativos estaduais e municipais, Forças Armadas e outros setores. A experiência religiosa pentecostal representava uma relação aguda e próxima do sagrado em comparação com o presbiterianismo racional e moderno. Porém, os presbiterianos tinham o trunfo de estarem mais perto do poder político participando das transformações que se faziam no país.

2.8 O jornal *Brasil Presbiteriano* e o discurso anticomunista

Após o golpe militar, a luta contra o comunismo passou a fazer parte essencial da linha editorial do jornal. Esse combate não era novidade na igreja cristã em geral, no protestantismo brasileiro ou no presbiterianismo em especial. Em outras oportunidades, articulistas já haviam se manifestado contra o comunismo, argumentando que essa ideologia proporia o ateísmo e que nenhum cristão sincero poderia participar de associações, organizações ou partidos comunistas, nem defender a ideologia materialista. Outros, porém, viram algo de positivo em ideias comunistas ou socialistas, embora condenando o ideal ateísta (SOUZA, 2005, p. 71 – 73, 111 – 114). Agora, na nova proposta da igreja para o jornal, a preocupação seria em só "refletir o pensamento oficial da Igreja", o que significava também combater formalmente o comunismo, de acordo com a decisão da Comissão Executiva do Supremo Concílio.

Conforme já relatado, um conflito ideológico se fazia presente na igreja desde a década anterior ao golpe. Na verdade, um discurso de reprovação do comunismo estivera presente na imprensa presbiteriana, nos sermões e nas lições para a Escola Dominical desde há muito tempo, pois o comunismo identificado com o ateísmo jamais poderia fazer parte do pensamento cristão. Em 1919, o jornal *O Puritano*, publicação que antecedeu o *BP*, dizia: "reprovamos a revolta que, no fim do ano próximo passado aqui no Rio, planejaram alguns operários estrangeiros e nacionais, de ideias bolchevistas." E afirmava que "contra o

socialismo temos o Evangelho de Cristo" (O PURITANO, 10 de abril de 1919, p.1).[51] Notoriamente, a reprovação vai em direção aos estrangeiros em primeiro lugar, defendendo-se da acusação que os católicos faziam de que o protestantismo era estrangeiro e não tinha relação com a cultura nacional. Essa polêmica entre católicos e protestantes durou algumas décadas, envolvendo autoridades religiosas, como o Padre Leonel Franca e o Bispo Agnello Rossi, do lado católico; Eduardo Carlos Pereira, Ernesto Luis de Oliveira e Otoniel Campos, do lado protestante, estes presbiterianos independentes.

Mudanças sociais, nova geração de teólogos, influência de teologias europeias e norte-americanas permitiram aos protestantes enxergar a fé e sua relação com a sociedade de modo diferente. Discutiu-se isso nos Seminários e, principalmente, pelo jornal. Os aguerridos defensores da ideia de responsabilidade social da Igreja e do cristão começaram a usar instrumental das ciências sociais para interpretar o mundo e ajustar a fé. Seus oponentes também queriam defender a fé dos desvios comunistas e ateístas. Exemplo do debate e de seu clima encontra-se na edição de abril de 1964 do *BP*, o último número dirigido por Domício Mattos, que publicou na seção "Cartas à Redação" uma crítica ao trabalho do redator e ao jornal, afirmando que se estava "imprimindo ao jornal tendência esquerdista que vai da cor de rosa até o vermelho" (abril de 1964, p. 2). Essa situação foi transformada pela vitória militar e mudanças que a direção eclesiástica fez no jornal. Logo no primeiro número, após as mudanças, apareceu o artigo ao qual nos referimos anteriormente, pedindo que também na igreja se fizesse o expurgo dos comunistas, dos vermelhos. A cor vermelha perderia espaço no jornal como na Igreja, do mesmo modo que acontecia na sociedade como um todo.

Em julho de 1964, um pastor do interior do Estado de São Paulo publicou um texto em que exaltava o golpe militar, lembrando, porém, que "o perigo agora, afastada a ameaça, é que o pêndulo torne longe demais, na direção oposta sob o pretexto de erradicação, extirpações e expurgos, termos, aliás, que os periódicos vêm recheados." A ênfase do texto, no entanto, era elogiar e incentivar o combate ao comunismo, pois "ninguém, que verdadeiramente ame este país e aprecie o regime da liberdade, terá deixado de aplaudir, com entusiasmo, a reviravolta que, de um momento para outro, nos livrou do caos e impediu que o Brasil caísse nas mãos dos comunistas" (BRASIL PRESBITERIANO, julho de 1964, p. 4).

Na grande edição que juntou três números no ano de 1966, em que aparecem reportagens acerca da reunião do Supremo Concílio e são transcritas as decisões da Assembleia, há um artigo de Jorge Goulart, antigo professor do Seminário Presbiteriano do

[51]Entre 1917 e 1918 várias manifestações do incipiente movimento operário e anarquistas realizaram atos e greves especialmente no Rio e em São Paulo.

Sul, comentando texto de John Mackay, traduzido para o português por outro pastor presbiteriano, Eudaldo Lima. O artigo "América Latina e Revolução," apresenta posições do conhecido missionário escocês na América Latina que findou seu ministério e magistério na Universidade de Princeton e na Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos EUA. Goulart acusa Mackay de ter "pendores ecumênicos" e "ilusões católico-romanas" e que, por isso, interpreta mal a igreja e a política brasileira. Diz, ainda, que Mackay foi "tendenciosamente orientado por elementos atingidos pela revolução e que não se conformam com a ação saneadora que ela empreendeu." O antigo professor lamentou a acusação que o destacado missionário fazia da intervenção norte-americana no golpe militar brasileiro e diz que "a revolução começou com o povo", mas que "dentro da própria Igreja há esquerdistas e inocentes úteis, incapazes de ver e de ler" (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de julho, 1º. e 15 de agosto de 1966, p. 23). Mackay estivera no Brasil alguns anos antes, tendo sido muito bem recebido e foi um dos oradores oficiais na Assembleia Geral da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, realizada em 1959, no Brasil, como parte das comemorações do centenário do presbiterianismo nacional. Naquela época, foi saudado como líder presbiteriano mundial, respeitado e honrado. Depois do golpe, passou a ser visto como alguém próximo à heresia, no mínimo.

Outro texto chama o Evangelho Social de "Outro Evangelho", definindo que "o evangelho social quer fazer da Igreja casa de pasto ou pensão de amplitude universal, pensão popular gratuita. Mas a grande comissão dada por Cristo a seus discípulos não inclui esse estranho meio de evangelização". A seguir, ensina como a igreja pode pretender mudar a sociedade, mudando cada pessoa:

> A tarefa da Igreja de Cristo é pregar o Evangelho para salvação dos pecadores. Os homens salvos, restaurados no corpo e na alma, sentir-se-ão capacitados para pelejar por um mundo melhor. Ponha-se o Evangelho nos corações, porque os homens remidos por Cristo irão dedicar-se também à solução dos problemas sociais. Assim a Igreja estará agindo socialmente, sem declarar-se socialista (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de setembro de 1966, p. 7).

O pensamento: "Converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará", título que Rubem Alves (2005) dá a um dos capítulos de *Religião e Repressão*, era amplamente difundido mesmo no período em que os defensores da responsabilidade social tinham bastante espaço na imprensa e em outros setores eclesiásticos. A crítica ao individualismo já vinha sendo realizada por outros, como João Del Nero, responsável pela seção de Problemas Sociais da Revista *Fé e Vida*, mais de duas décadas antes daquele artigo do *BP*. Del Nero percebe a falácia daquele tipo de argumentação e faz a crítica:

> Acham que unicamente pela conversão do indivíduo se poderá ter uma sociedade melhor. A sociedade não é apenas a soma dos indivíduos que a compõem. Nela há tradições, leis, sistemas econômicos, que não se explicam apenas pela atuação dos indivíduos. Ao lado da transformação dos indivíduos, é necessário transformar a sociedade, isto é proceder-se a um ataque, em larga escala aos males sociais Se não se fizer isso, os indivíduos transformados, quando muito poderão cair no ascetismo ou na filantropia, o que não resolve o problema (FÉ E VIDA, janeiro de 1942, p. 13 – 14).

Assim, confirma-se uma mudança importante de postura e, embora seja certo que o discurso de Del Nero não fosse hegemônico, era possível ser dito e ouvido, ainda que o fosse de um ponto de vista liberal, não propriamente comunista; mas, certamente representou grande avanço teológico em sua época e em seu contexto. Essas ideias, no entanto, encontrarão oposição na igreja e fartas críticas nos meios de comunicação denominacional e serão totalmente rechaçadas após o golpe militar. Nos dois últimos números do *BP* de 1966, temos exemplos que confirmam e clarificam esse dado.

Nessas edições, noticiou-se, na primeira página e com destaque, evento realizado em Berlim, patrocinado por duas instituições evangélicas de teologia conservadora dos Estados Unidos da América, a Christianity Today e a Associação Billy Graham. A matéria destaca a alta qualidade bíblica e espiritual do congresso e enaltece o conceito de evangelização que foi exposto no evento: "ao conceito cripto-marxista de evangelização como renovação das estruturas sociais, políticas e econômicas, contrapôs o congresso o conceito bíblico de evangelização." O texto continua criticando o comunismo e a impossibilidade da fé cristã ter alguma afinidade com a ideologia marxista, afirmando que "os evangélicos não entendem que a fermentação marxista-revolucionária, materialista, seja sua aliada, ou possa ditar o rumo e a missão da Igreja." A publicação define clara, objetiva e taxativamente o que é a missão da Igreja, com palavras que, certamente, qualquer dos lados em confronto poderia usar, mas aqui está obviamente espiritualizando a tarefa da Igreja ao dizer que "a missão da Igreja no mundo é pregar Cristo - e Cristo crucificado." O Cristo crucificado era imagem que o Evangelho Social, a Teologia da Libertação mais tarde e qualquer pensamento de responsabilidade social poderia usar, o que poderia apontar para o compromisso da Igreja de se comprometer até o ponto de enfrentar a cruz, como Cristo o fez. Isso significava compromisso com as questões sociais e políticas nas teologias progressistas. No entanto, nesse contexto da reportagem do *BP*, a imagem se refere à cruz que purga os pecados, salva a alma e remete ao céu, ou seja, nada de misturar as tarefas espirituais de salvação da alma com as tarefas materiais. A conclusão quer deixar tudo bem claro: "A posição do I Congresso foi a Evangélica, onde se situa nossa IPB" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de dezembro de 1966, p. 1). Isto é, a

IPB está plenamente afinada com as forças fundamentalistas do protestantismo mundial e defende o capitalismo liberal, colocando-se do lado certo da Guerra Fria, contra o comunismo ateu e desagregador e o ecumenismo partidário da esquerda.

A partir de 1968, intensificaram-se as transcrições de reportagens do jornal liberal, com tendências de direita, que apoiara o golpe militar, *O Estado de São Paulo*, especialmente com críticas ao clero católico progressista. Desse modo, os presbiterianos apresentavam sua crítica e condenação aos dois inimigos, quais sejam, o romanismo e o comunismo, em defesa da fé e do verdadeiro Evangelho. Em dezembro, foi transcrita a reportagem "Ativista Denuncia Subversão no Clero" com a seguinte introdução em destaque:

> Denunciando a participação de determinada parcela do clero nos movimentos estudantis, evidenciada principalmente, pela ação do bispo de Santo André e pelo apoio de d. Helder Câmara entre outros, o ex-estudante Ermelino Dias da Paixão, que fora preso por elementos da Secretaria de Segurança da Guanabara, prestou depoimento na DOPS carioca, no dia 8 de agosto passado (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de dezembro de 1968, p. 7).

A transcrição de "Religião e Subversão" apontou a descoberta de um plano de subversão continental para implantar o comunismo na América Latina, "usando como base o clero progressista e como agentes principais os estudantes das universidades católicas" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de outubro de 1969, p. 6). Na edição seguinte, um artigo fez uma avaliação da real responsabilidade missionária da Igreja, no qual menciona: "a Igreja se vê embaraçada em sua marcha missionária, porque há vozes estranhas a chamá-la para a esquerda" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de novembro de 1969, p. 3).

Em 1970, outra transcrição de OESP é a reportagem "A Sociedade Traumatizada", sobre a morte do guerrilheiro Marighela, em que se critica o apoio dos padres progressistas à guerrilha (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de janeiro de 1970, p. 2). Artigos do mesmo jornal paulista são encontrados em toda a década de 70, sempre criticando especialmente o clero progressista católico, de modo a mostrar que esse erro é fruto de uma teologia equivocada e só se encontra no meio protestante a partir de elementos infiéis. Um texto em formato de carta critica os protestantes que cooperam com o catolicismo, dizendo que esses protestantes são hipócritas ou heréticos, ou dolosos, ou negativistas, ou tudo isso ao mesmo tempo, pois não se pode compactuar com tantos erros do romanismo, já que quem é ecumênico é "inimigo de Cristo" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de fevereiro de 1970, p. 3). Pouco depois, se enaltecem os "Crentes fiéis decididos dedicados ao Supremo Concílio" (sic), que não seguiram "morro abaixo, para a esquerda hodierna aplaudida pelos demônios, com base num evangelho social de esdrúxulo ecumenismo" (BRASIL PRESBITERIANO,

maio de dezembro de 1970, p. 7). É imprescindível notar que o texto elogia os que são fiéis à Igreja, instituição, quando todo o histórico do protestantismo, desde a Reforma do século XVI, mostra que o ensino era de fidelidade a Jesus Cristo, não a uma instituição. Essa foi a motivação profunda de Lutero e era o ensino dos reformadores, Calvino entre eles. Foi isso, aliás, que estimulou o desligamento de tantos europeus da Igreja Católica Apostólica Romana para criar novas Igrejas pelo continente. Há aqui um aspecto que é característico de ditaduras e governos autoritários, a confusão entre pessoas, isto é, a liderança, e instituição.

Mas, retornando às transcrições, houve a publicação de parte do editorial que criticava D. Pedro Casaldáliga e D. Ivo Lorscheider, afirmando que "a má-fé, a evidente intenção de provocar o governo ficam claramente configuradas". E adverte: "o múnus de governar a sociedade civil pertence aos políticos, assim como o de governar a sociedade religiosa pertence aos ministros da Igreja. Não se confundam s. exas. (sic) Reverendíssimas" (BRASIL PRESBITERIANO, novembro de 1971, p. 5). Novamente a ênfase é dada na tarefa espiritual da Igreja, que não pode querer se referir à tarefa política, realizada pelas pessoas específicas que devem ser respeitadas. Uma crítica severa foi transcrita em reportagem sobre o "I Encontro Latino-Americano de Cristãos pelo socialismo", que propunha a união dos cristãos revolucionários com os marxistas, a fim de libertar o continente (BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1972, p. 7). Não haveria possibilidade, absolutamente, de que a fé cristã se envolvesse minimamente com a ideologia de esquerda, a partir do ponto de vista teológico que se professava. Nesse mesmo ano, uma reportagem transcrita com destaque tem o título "Vai Recomeçar?" Apresenta duras críticas ao clero católico progressista e aos protestantes da instituição chamada "Igreja e Sociedade na América Latina" – ISAL[52] (BRASIL PRESBITERIANO, agosto-setembro de 1972, p. 6). Em "Igrejas que tratam de política", o jornal critica posturas do Conselho Mundial de Igrejas por condenar a opressão em outros países e se calar sobre a opressão nos países comunistas (outubro-novembro de 1972, p. 5). Sucedem-se títulos como estes: "Igreja Católica, uma organização a serviço do comunismo internacional" (setembro de 1974, p. 2), "A Roma do Papa já é vermelha" (julho de 1975, p. 6); "O comunismo na Igreja" que acusa a doutrina marxista na Igreja Católica (1º. de outubro de 1975, p 1); e, com a mesma acusação, "Os católicos e os comunistas" (1º. de dezembro de 1975, p. 5).

[52]ISAL: Igreja e Sociedade na América Latina, organização que congregou intelectuais protestantes ecumênicos, entre eles Rubem Alves e Miguez Bonino, e que se propunha a estudar as possibilidades de mudanças no continente e a ação da igreja cristã nessas transformações.

Em 1975, no artigo "O Cardeal dos Direitos Humanos", tecem-se críticas a Dom Evaristo Arns por defender os comunistas e, na mesma edição, outro texto aponta para "Uma tardia preocupação do Vaticano", sobre a possibilidade de serem eleitos comunistas em Roma e o fato de a Igreja Católica estar desatenta a isso (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de janeiro de 1975, p. 1 e 4). No ano seguinte, o artigo "O Radical D. Aloísio" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de maio de 1976, p. 7) discutiu uma afirmação de que o bispo vinha tomando atitudes de radicalismo anticomunista. A reportagem tratava ironicamente o fato, pois a Igreja Católica não se entendia: havia bispos comunistas de um lado, enquanto outros se mostravam preocupados com a infiltração marxista na América Latina e na Igreja. Dom Eugênio Sales, por exemplo, "denunciou o perigo marxista." No entanto, o bispo teria denunciado a si próprio, já que sua denúncia era "com palavras brotadas de uma mentalidade marxista, chegando até ao absurdo de estabelecer indevidos paralelos entre o messianismo cristão e o comunista".

A crítica à Igreja Católica mascarava o que acontecia internamente no presbiterianismo, que também tinha os grupos de oposição ao governo militar e à administração eclesiástica. Aos leitores mais desinformados passava a imagem de uma igreja coesa e unida. Do *Jornal da Tarde* são transcritos dois artigos: "Um Bispo subversivo" (1º. de setembro de 1976, p. 4), destacando o livro "A Igreja ante a escalada da ameaça comunista", com críticas a Pedro Casaldáliga, e "O marxismo primário dos bispos da CNBB" (15 de dezembro de 1976, p. 4), condenando "os tardios discípulos de Marx alojados na Comissão Representativa da CNBB", que publicou documento prometendo divulgar fatos comprobatórios das perseguições políticas no país.

Pelos fatos expostos, constatamos que o jornal transmitia o pensamento da liderança eclesiástica que negava cabalmente a existência de perseguição política, injustiça, violência e tortura. Além do mais, na Igreja Católica, os bispos comunistas só poderiam ser, de fato, inimigos do Brasil e inimigos da verdadeira fé cristã. Obviamente, na IPB, esses desvios não ocorriam, pois nela o verdadeiro evangelho, da cruz de Cristo, voltado para a salvação da alma e para o céu, estava presente, como se entendia e se ensinava na IPB.

Quando um bispo da ala conservadora da Igreja Católica, dom Geraldo Proença Sigaud, manifestou sua oposição ao clero progressista, o *BP* transcreveu novamente texto do jornal OESP. O bispo conservador fazia críticas contundentes aos bispos Casaldáliga e Tomás Balduíno acusando-os de atuarem no sentido de gerar conflitos e intrigas entre a população brasileira. Por fim, sugeria que o governo brasileiro deveria se esforçar para que a Santa Sé retirasse do país o estrangeiro dom Pedro Casaldáliga (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de

junho de 1977, p. 7). Logo mais, outra transcrição ironizava o que teria sido uma derrota de dom Hélder em debate com um dissidente soviético, realizado em Paris, quando o bispo não soube explicar como poderia falar em transgressão dos direitos humanos no Brasil, se ele tinha condições de entrar e sair do país sem maiores dificuldades (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de julho de 1977, p. 2). Essas reportagens davam o tom do anticomunismo dos presbiterianos e, ao mesmo tempo, combatia o catolicismo numa disputa pelo espaço no campo religioso brasileiro.

É preciso destacar que, enquanto publicava essas reportagens acusando o esquerdismo adotado por parte do clero da Igreja Católica e condenando sua atitude marxista e revolucionária, havia reportagens que mostravam outras guerras nas quais os combatentes se colocavam ao lado do bem. A morte dos comunistas se justificava por serem eles não só heréticos, mas também bandidos ou marginais que se propunham a desafiar os poderes legalmente constituídos e a lei vigente. Por outro lado, havia os que lutavam contra o comunismo, que eram vistos como aqueles que faziam a vontade de Deus. Em janeiro de 1976, em "O Homem que trocou a Bíblia pela metralhadora", o *BP* falava de um coronel, Dean Hess, que deixou o pastorado em igreja do interior dos Estados Unidos para se fazer soldado e lutar na Segunda Guerra e, em seguida, participar da guerra da Coréia. Afirma que "ele se projetou no mundo como uma figura verdadeiramente histórica, não apenas pelo seu heroísmo no campo de batalha, mas por uma missão que acreditava ter-lhe sido reservada por Deus". Ao descrever o homem como portador de um "sorriso meigo e bondoso", com "mais aparência de ministro, do que de um herói guerreiro" e com "algo místico" em torno de si, o artigo falava de sua luta contra o comunismo coreano, cheio de mazelas, e que os norte-americanos tentavam oferecer uma ajuda verdadeira e cristã (15 de janeiro de 1976, p. 2). Constata-se, então, uma postura claramente maniqueísta, como acontece nos fundamentalismos. De um lado, o comunismo mau, ateu, demoníaco; do outro, a democracia liberal capitalista, mesmo que defendida por generais autoritários, porém, fiel à palavra divina, fazendo o bem.

Em 1977, visitou o Brasil o Rev. Richard Wurmbrand, pastor que ficara preso por quatorze anos em país comunista, exatamente por ser um líder cristão. O livro de sua autoria, *Torturado por amor a Cristo*, foi traduzido para o português, com grande circulação nas igrejas evangélicas do país. São quatro reportagens publicadas em edições seguidas do *BP*, com títulos como "Os comunistas ainda perseguem cristãos" e "O comunismo sem disfarces: mensagem do Pr. R. Wurmbrand no Ginásio da Portuguesa, em São Paulo." (15 de março de 1977, p.1; 15 de maio de 1977, p. 1; 1º. de junho de 1977, p. 1; 15 de junho de 1977, p. 4). As

reportagens são dramáticas, ilustradas com fotos, marcando firmemente o comunismo que persegue, tortura, mata e é muito diferente dos regimes em que há liberdade, como é o caso dos países de maioria protestante e do Brasil, é claro, que ainda não é protestante, mas que com os presbiterianos ocupando parcelas importantes do poder, caminha a passos largos para o progresso e para a verdadeira religião da fé em Cristo. Esse aspecto fica claro no registro que o *BP* faz sobre o aniversário da Revolução:

> Avaliando todas as conquistas alcançadas pelo movimento revolucionário de 31 de março de 1964, o povo brasileiro festejou o 12º segundo ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado. Igrejas presbiterianas em toda a extensão do território pátrio ofereceram preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e de desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes 12 últimos anos. O Presidente Geisel foi objeto de orações para que Deus o preserve com sabedoria e prudência no comando da nação brasileira (15 de abril de 1976, p.1).

2.9 O fim do governo militar

Conforme ocorria a "abertura lenta, gradual e segura", prometida por Ernesto Geisel, a situação da Igreja Presbiteriana também iria lenta, gradual e seguramente sendo transformada. As questões políticas, como vistas anteriormente, começam a aparecer menos e a condenação do comunismo e do ecumenismo também vai sendo reduzida, por não ser mais tão necessária. Todavia, nos últimos anos da década de setenta e primeiros anos da década seguinte, encontramos ainda diversos artigos com críticas ácidas sobre a Teologia da Libertação e o clero progressista da Igreja Católica, já que se imaginava o protestantismo livre desse mal.

Em dezembro de 1979, uma reportagem de OESP é transcrita com críticas aos progressistas do clero católico, que causava cisão interna naquela Igreja (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de dezembro de 1979, p. 1). No ano seguinte, a crítica à Teologia da Libertação e à Igreja Católica continua, como demonstram os artigos: "A aliada do PCB" (1º. de fevereiro de 1980, p.8), transcrito do *Jornal da Tarde*; "Os bispos brasileiros negam apoio ao papa" (1º. e 15 de março de 1980, p. 13), sobre a luta entre os progressistas e os conservadores. O *BP* procurava passar a imagem de inexistência desse conflito na vida interna da IPB. Em 1981, uma declaração condenatória foi expressa assim: "mimetismo católico acompanha as ondulações sociais, políticas e religiosas do mundo. Cuidado!" (fevereiro de 1981, p. 4). O catolicismo foi condenado por imitar os acontecimentos ao seu redor. O Protestantismo estaria livre desse mal, não mudava ao sabor da sociedade, mas se mantinha firme na fé em Jesus.

Uma relevante declaração apareceu na reportagem "Pastor volta a criticar a Teologia da Libertação", na qual se entrevista Carl McIntire[53] que defende o presidente Ronald Reagan ao opinar: "estou muito satisfeito com a decisão do presidente de deixar essa política dos direitos humanos de lado para combater a guerrilha" (BRASIL PRESBITERIANO, março de 1981, p. 6). Reagan, como se sabe, foi o nome responsável pela mudança importante que ocorreu nos Estados Unidos, levando o fundamentalismo religioso, de extrema direita, para o discurso político e para a plataforma eleitoral. Aliás, embora não fosse de família originalmente presbiteriana era, quando presidente, presbiteriano. Em 1982, o *BP* chama a Teologia da Libertação de "Teologia Bastarda" (abril de 1982, p. 7) e, a seguir, apresenta artigo com o título "Jesus e a política", defendendo que "não é propondo este ou aquele sistema econômico, esta ou aquela ideologia política, esta ou aquela forma de governo, que a Igreja cristã realiza sua missão divina" (maio de 1982, p. 3). Tais artigos demonstram a busca de espaço na disputa pelo campo religioso no país, condenando a Igreja Católica e se apresentando acima dessas disputas mesquinhas da política, como uma opção mais adequada para as questões religiosas e espirituais.

Em contraste com o catolicismo, os presbiterianos imaginavam entender muito bem o que é democracia, como mostra a análise da reunião do Supremo Concílio ocorrida em 1982, cujo título é "A democracia presbiteriana" (BRASIL PRESBITERIANO, setembro de 1982, p. 3). A mesma ideia é retomada no artigo "Os evangélicos e as eleições" (BRASIL PRESBITERIANO, outubro de 1982, p. 3), defendendo que "o presbiterianismo é o pai da democracia moderna" de tal forma que até a Revolução Francesa inspirou-se no governo dos Estados Unidos da América. A nação norte-americana aparece como modelo de uma sociedade criada pelo protestantismo, na qual o progresso, a liberdade e a democracia são virtudes que se devem ao protestantismo que fundou a nação e ainda a dirige. A democracia presbiteriana, como vimos, é representativa, nunca direta. As comunidades elegem representantes e estes vão elegendo novos representantes até se chegar ao concílio nacional. Desse modo, as eleições indiretas que ocorreram no país no governo militar, desde prefeitos de capitais e outras cidades até a presidência da República, não pareciam estranhas ao pensamento e à prática presbiteriana. O sistema democrático presbiteriano, copiado por outros e, agora, de certa forma, pelos militares, parecia ser sinal de sucesso para o país.

[53]Carl McIntire (1906 – 2002) foi um pastor norte-americano que, rompido com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América, fundou a Igreja Presbiteriana Bíblica, de caráter conservador. Tornou-se líder do movimento fundamentalista mundial e liderou a fundação do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs que se propunha a combater o ecumenismo e liberalismo teológico do Conselho Mundial de Igrejas. Em visita ao Brasil, na década de 1940, estimulou a criação da Igreja Presbiteriana Fundamentalista por parte de pastores e comunidades que deixaram a IPB.

A única referência à Campanha das Diretas, em 1984, é o título de um pequeno artigo que usa o "Diretas Já" como pretexto para falar de coisas como as respostas "diretas já" que o homem deve dar a Deus. Não se fala do fim do governo militar, nem da transição para um presidente civil. Aparecerá, em janeiro de 1986, reportagem acompanhada de foto do Presidente José Sarney, cumprimentando o pastor presbiteriano Guilhermino Cunha, também advogado, que era representante dos evangélicos na Comissão de Estudos Constitucionais, transcrevendo as propostas que o pastor havia feito para estudos da nova Constituição do país.

CAPÍTULO 3
UMA IGREJA AMEAÇADA

Ainda outra ameaça sofre a Igreja:
é a indiferença face aos desafios do mundo de hoje
(*Jornal Presbiteriano*, novembro de 1974, p. 3)

Iniciamos o primeiro capítulo com a afirmação de que os protestantes brasileiros, no início dos anos trinta do século XX, pretendiam agir na sociedade buscando as mudanças para a nação se transformar em um país melhor para todos. Apresentamos o "Memorial" (ANEXO 1) de 1932, no qual os protestantes faziam propaganda do ideal de nação que queriam e os líderes que assinaram o texto orientavam os membros das igrejas a votarem corretamente. A apresentação do manifesto no jornal *O Puritano* parecia demonstrar que havia homogeneidade do pensamento dos evangélicos. A criação da Confederação Evangélica do Brasil, CEB, em 1934, confirma essa impressão. No tocante ao segmento presbiteriano, deve-se destacar que das vinte assinaturas do "Memorial", 14 eram de presbiterianos e, na CEB, a liderança presbiteriana era incontestável. Esse pensamento de ação política e social, no entanto, iria provocar oposição dos setores mais conservadores. Quando ocorreu o golpe militar, o pensamento de responsabilidade social da Igreja e do cristão foi condenado como erro comunista e desvio doutrinário, como demonstrado no capítulo anterior.

No entanto, veremos neste capítulo que houve um grupo de presbiterianos com posturas teológicas e ideológicas distintas da postura fundamentalista de direita, conforme demonstrado no capítulo dois deste trabalho. Para introduzir este capítulo serão apresentados dois personagens expondo a divisão interna na IPB, mostrando que, como na sociedade, houve o grupo que se postou de forma contrária ao grupo que dominou a política eclesiástica e apoiou o regime militar.

O primeiro nome é o de Paulo Stuart Wright.[54] Ele se tornou conhecido por sua participação política, cassação e clandestinidade. Foi membro da "Ação Popular" e desapareceu durante a ditadura. Paulo Wright era filho de missionários presbiterianos que vieram para o Brasil dez anos antes de seu nascimento, em 1933, em Joaçaba, SC. Os pais

[54]Existem diversos esboços biográficos de Paulo Stuart Wright facilmente encontrados na "Internet". Uso aqui a biografia escrita por sua sobrinha, Delora Jan Wright (1993), filha do irmão mais velho de Paulo, Jaime Nelson Wright, pastor presbiteriano que ficou conhecido por suas posturas ecumênicas e luta pelos direitos humanos, sendo um dos idealizadores e articuladores do "Projeto Brasil Nunca Mais", juntamente com dom Paulo Evaristo Arns. Jaime não era pastor da IPB, mas missionário da Igreja norte-americana, embora tenha assumido a cidadania brasileira. Nos anos setenta colocou-se ao lado dos que se opunham ao governo de Boanerges Ribeiro e ajudou a fundar a Igreja Presbiteriana Unida.

deixaram o exemplo de preocupações sociais como parte do compromisso cristão, como o esforço da mãe para estabelecer um posto de puericultura no interior de Santa Catarina onde trabalhavam. No início da década de 1950, Paulo, pela condição de filho de missionários, foi para os Estados Unidos da América, onde estudou Sociologia e Política. Delora Wright diz que "na Universidade da Flórida, depois de ter organizado um grupo de estudantes contra a discriminação racial, Paulo sofre sua primeira perseguição: O FBI quer saber por que ele ainda não tinha se alistado nas Forças Armadas" (WRIGHT, 1993, p. 23). Abandonando a cidadania norte-americana e saindo clandestinamente do país, retorna ao Brasil.

Ao chegar, casa-se, e com registro profissional como "servente" se junta ao grupo liderado por Richard Shaull, inspirado nos "padres operários" franceses. Precisava viver como os operários para poder evangelizar e transformar suas vidas para transformar o país que agora era o da sua única nacionalidade. Enquanto trabalhava nas fábricas, escrevia no jornal "Mocidade", órgão oficial da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana, assinando sessão intitulada "Jesus é Senhor", na qual discutia questões sobre ação social e participação política do cristão (SOUZA, 2005, p. 167). Em 1960, aos 27 anos, foi candidato a prefeito em Joaçaba, SC, tendo perdido por pouco para o candidato da UDN que o acusava de comunista. Envolveu-se com a organização de sindicatos e cooperativas como a FECOPESCA, federação que congregava 27 cooperativas de pescadores do Estado de Santa Catarina. Em 1962 foi eleito Deputado Estadual. Nesse período, jovens oriundos da Juventude Universitária Católica, JUC, organizariam a AP – Ação Popular, com o desafio de organizar e mobilizar o povo para as transformações nacionais. O ideal da AP se combinaria perfeitamente com o discurso de Paulo que se envolveria cada vez mais com a organização até ser um dos diretores. Em maio de 1964 foi cassado, acusado de subversão e pregação de ideias comunistas. Optou por viver na clandestinidade e viajou para Cuba. Lá deu cursos, fez palestras e, acima de tudo, preparou-se para o confronto armado no Brasil. Nas palestras que fez em Cuba, Paulo Wright mantinha o idealismo revolucionário e a fé cristã:

> Creio que a fé cristã não se identifica com nenhum sistema político-econômico em particular. Ao mesmo tempo o homem pode ser socialista e os fatos dizem que existem muitos cristãos que o são. Entendo que nós, como cristãos, temos a obrigação de reagir precisamente na hora que nos toca viver. No mundo de hoje se vislumbram uma coincidência entre as aspirações dos cristãos e dos socialistas quanto à vida humana, isto é, justiça e bem-estar do homem.
> Os termos "dê a cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades, aquele que não trabalha não come, com o suor de tua fronte viverás", são expressões comuns a cristãos e a socialistas (WRIGHT, 1993, p. 61).

Paulo retornou ao Brasil e viveu na clandestinidade atuando na organização da luta contra a ditadura. Viajou para a China e discutiu muito internamente sobre os rumos do país e a ação da AP. Em 1967 voltou a Cuba para participar da Conferência da "Olas", Organização Latino-Americana de Solidariedade, que reuniu esquerdistas e revolucionários de 22 países; quatro pessoas representavam o Brasil, entre eles, Paulo Wright (MAGALHÃES, 2012, p. 348). Em 1973 foi capturado pelas forças repressivas e dado como desaparecido.

O segundo personagem é Lysâneas Dias Maciel. Não foi para a clandestinidade tendo optado por trabalhar dentro da "oposição consentida", fundando o MDB, fazendo parte, futuramente, do grupo que se chamaria dentro do partido de "autênticos". Lysâneas Maciel era mineiro, nascido em 1926, filho de um advogado e presbiteriano ativo, o que levou algumas pessoas a imaginarem-no pastor. Descendia de uma família de projeção e recursos, sendo seu bisavô paterno, o Barão de Araguari, e o tio-avô, presidente de Minas Gerais. A família mudou-se para o Rio de Janeiro onde estudou e constituiu família e carreira profissional e política. Advogado, passou a dedicar-se à política em torno dos quarenta anos de idade. Hebe Guimarães registra o surgimento da vocação política de Maciel:

> Seu despertar para a política partidária ocorreu aos 40 anos. Deu-se pelo viés do cristianismo, num processo natural que se iniciou a partir da descoberta dos princípios religiosos da nova teologia da libertação, de profunda preocupação com a justiça na sociedade e com a defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo em que adotava a nova linha de reflexão, sua atividade de advogado o levou à defesa de presos políticos, entre eles, amigos da igreja e trabalhadores. Começa aí a gradativa conversão de Lysâneas a ideias progressistas e a um compromisso maior com a causa dos perseguidos e excluídos. A transformação marcou profundamente seu engajamento social e político (GUIMARÃES, 2008, p. 17).

Ao discursar em oposição à cassação de Amaury Müller e Nadyr Rosseti, em 1976, pronunciou palavras duras contra a ditadura: "Estamos quase que inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar, podem torturar, podem até matar. Mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o tempo e a história" (GUIMARÃES, 2008, p. 17). Foi o bastante para sua cassação e exílio.

Elio Gaspari enfatiza a combatividade de Maciel: "era um deputado que recitava nomes de torturadores. Chamava de 'assassinos' os assassinos e de 'maluco' o brigadeiro João Paulo Burnier, condestável da repressão na FAB até a primeira metade do governo Médici" (GASPARI, 2004, p. 264). Parecendo surpreso, o jornalista informa que Lysâneas era "caso raro de evangélico com militância na esquerda, não era quadro do PCB, mas dele recebera apoio." Sua campanha e eleição em 1974, com apoio da esquerda, foi assim descrita:

"Sua militância em defesa de presos políticos e o entusiasmo da juventude universitária deram-lhe 98 mil votos, tonando-o o terceiro mais votado da bancada carioca. Refletindo a extensão da vitória do MDB no estado, nenhuma arenista o igualara" (GASPARI, 2004, p. 265). Gaspari relata que, ao ser informado da cassação, ainda em plenário, discursou: "Esta casa perdeu a altivez e a compostura." Foi interrompido por um arenista e retrucou que não daria aparte a "assassino, torturador de estudantes, membro do Esquadrão da Morte" (GASPARI, 2004, p. 266).

Lysâneas Maciel retornou ao país participando da fundação do PDT, porém, logo voltou ao PMDB e coligou-se com o PT para eleição ao governo do Rio. Morreu vitimado por um câncer em 1999.

O jornal oficial da IPB noticiou que os presbiterianos estavam atuando ativamente da construção do novo país e uma das mais importantes demonstrações disso foi a eleição, em 1970, de quatro Deputados Federais. Lysâneas Dias Maciel, do MDB; e outros três da ARENA: Athos Vieira de Andrade, representando Minas Gerais; Henrique Fanstone, representando Goiás; e Paulo Abreu, por São Paulo (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro de 1970, p. 1). Não são tecidos outros comentários nem tampouco é registrado o fato de um dos eleitos ser do partido de oposição.

3.1 Uma oposição "pouca e rouca"

Certamente as sociedades se dividem e subdividem em inúmeros grupos de interesses, classes, religião, arte e outros itens. Mesmo dentro dos menores grupos há opiniões e interesses que colocam seus membros em posições antagônicas em algum momento. No ambiente dinâmico da religião tal fato é facilmente observável. Prova disto é a criação de inúmeras igrejas a partir de dissidências de igrejas maiores, característica do campo religioso brasileiro, especialmente do subcampo evangélico. Alguns conflitos que surgem no ambiente eclesiástico são, como já vimos, o tipo que Bourdieu chama de conflitos entre "uma forma particular da luta pelo monopólio", que é a oposição entre a ortodoxia e a heresia, conflito que se estabelece no subcampo dos sábios, isto é os teólogos e a elite intelectual da denominação (BOURDIEU, 2005, p. 63). Valdinei Ferreira lembra que, para Bourdieu, "as vanguardas representam dessacralizações sacralizantes que nunca escandalizam senão os crentes" (FERREIRA, 2010, p. 228). Os grupos que defendiam as reformas sociais consideravam as mudanças das estruturas eclesiásticas também necessárias para o bom andamento dos projetos de transformações. Ocupavam um espaço de vanguarda, nem sempre fácil de perceber para os

que estavam fora da igreja e, muitas vezes, difícil de perceber até mesmo pelos membros da igreja pouco afeitos às questões e discussões teológicas. Muitas vezes essa posição de vanguarda levou pessoas a romperem com a denominação, como exemplifica Ferreira usando as histórias de Richard Shaull, Rubem Alves e João Dias de Araújo (FERREIRA, 2010, p. 226). Outro sociólogo que Ferreira cita é Jean Paul-Willaime, que estuda os conflitos ideológicos nas instituições simbólicas:

> É também uma importante característica das instituições simbólicas o fato de serem estorvadas por conflitos ideológicos: quando se gera um capital simbólico, com o objetivo de desenvolver esse capital, é inevitável que diversas opções se expressem e que a vida da instituição seja cruzada por conflitos latentes ou manifestos em que está em jogo a própria compreensão dessa herança simbólica nos tempos atuais (apud FERREIRA, 2010, p. 151).

Na IPB, a liderança da Igreja tratou de dar divulgação do conflito com o objetivo de mostrar a verdadeira face do erro dentro das comunidades presbiterianas e, por outro lado, mostrar quem estava ao lado da verdade e da defesa da fé. A oposição à administração eclesiástica esteve estampada nas páginas do *BP*. Ao noticiar a reunião da Comissão Executiva do Supremo Concílio do ano de 1969, a manchete do jornal procura dar uma mensagem clara e objetiva do ambiente perfeito que existia na Igreja: "Supremo Concílio – Reune-se a CE – Ambiente de trabalho e harmonia" e, no entanto, o texto trai a informação de harmonia ao dizer que "já são poucas e roucas as vozes dos que tentam apenas perturbar, e nada trazem de construtivo" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de março de 1969, p.1). Anteriormente, debatendo-se com a crise interna provocada pela presença de uma oposição insinuante e trabalhadora, a liderança perguntava: "Paz a que preço?" ao negar os apelos pela paz que esta vinha fazendo, já que ao preço de negar verdades da fé e renunciar a teologia bíblica correta essa paz seria capitulação diante do erro. (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de junho de 1967, p.1). Artigos como "Crise dissecada" (BRASIL PRESBITERIANO, 1 de julho de 1967) e "Vigilância necessária" (BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1971) demonstram a luta pela correta doutrina e pela extirpação de toda e qualquer ameaça para a igreja, especialmente do ecumenismo e do comunismo.

Grupos que contestaram a nova postura da Igreja se espalhavam pelas diversas regiões do país. Por sua característica de produção e divulgação do pensamento teológico para a Igreja, os Seminários, como vimos no capítulo anterior, foram os alvos principais nos primeiros tempos após o Supremo Concílio de 1966. Professores foram demitidos dos três Seminários então existentes, sendo o Seminário do Centenário, de Vitória - ES, fechado logo depois por não cumprir as decisões de abstenção de movimentos ecumênicos e de

movimentos comunistas. O Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife – PE, teve interferência na Diretoria e professores demitidos; o Seminário do Sul, em Campinas - SP, enfrentou severa crise nos anos que se seguiram, até meados dos anos setenta, com professores entrando na Justiça do Trabalho contra as decisões eclesiásticas. Além dos Seminários, alguns presbitérios e Sínodos também se mostraram descontentes com as atitudes da administração da Igreja, encetando lutas nos concílios, apresentando propostas, moções, voto de dissentimento e protestos. Rio de Janeiro, Espírito Santo, a região de Campinas e algumas regiões de Minas Gerais se envolveram em debates e lutas dentro dos concílios, com palavras pesadas trocadas entre os oponentes e, outras vezes, ações na Justiça secular.

Para a finalidade deste trabalho será focalizado o Presbitério de Campinas como estudo de caso desta divergência, particularmente pela criação de um jornal oposicionista. O *Jornal Presbiteriano*, órgão de imprensa nascido para veicular as propostas da oposição, trazia reportagens, notícias e artigos, sem deixar de mencionar eventos, documentos e personagens de outras regiões e pessoas de fora de Campinas.

O Presbitério de Campinas englobava, àquela época, um grande número de municípios da região e sua importância na denominação é facilmente verificável no período. Campinas foi uma das primeiras cidades brasileiras a receber missionários presbiterianos residentes, o que fez com que na cidade e na região houvesse uma densidade demográfica presbiteriana considerável em relação às demais regiões do país. A presença de vários imigrantes na região foi um fator determinante na escolha dos missionários pela cidade. Muitos imigrantes fixaram-se no município de Santa Bárbara d'Oeste, dando origem à cidade de Americana.

Os missionários fundaram o Colégio Internacional na cidade de Campinas, o qual sofreu solução de continuidade devido à febre amarela e à morte do missionário Eduardo Lane, fundador da Igreja e do Colégio, que foi transferido para Lavras - MG. De grande importância também foi a presença sólida do Seminário em Campinas, desde 1907. Nessa instituição, ensinou-se e se desenvolveu o pensamento de responsabilidade social nos anos cinquenta, fomentado pela presença de Richard Shaull (que na década seguinte se ligaria ao Seminário do Centenário) e de alunos muito capazes intelectualmente, fator de unidade da região, mas também, de conflitos com a direção da igreja. Destacar tais aspectos não desvaloriza outras regiões, apenas indica a importância desse contexto e sua escolha para o estudo da dissidência denominacional.

O Presbitério de Campinas aprovou em reunião oficial, em novembro de 1968, e fez circular pelos demais concílios da IPB um "Manifesto" (ANEXO 8), no qual declarava fidelidade à IPB, mas apontava erros e conclamava por mudanças.

3.2 O *Jornal Presbiteriano*

O *JP* começou a circular em novembro de 1974, fruto do esforço de um grupo de presbíteros e pastores do Presbitério de Campinas, e sob a direção de Eduardo Lane, de fato, formalmente o proprietário do novo veículo de comunicação para os presbiterianos.

O *JP* procurou apresentar os seus diretores e articulistas como bons presbiterianos interessados na fé e na pureza da Igreja de Cristo. No entanto, teve o cuidado de mostrar como pessoas capacitadas, honradas, intelectualmente aptas e independentes da Igreja, dela não precisavam para a sobrevivência, nem dela faziam uso para angariar dinheiro. Assim, em julho de 1975, noticia-se que "EX-PROFESSOR DO SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE CAMPINAS (sic) assume funções no Departamento de Línguas Clássicas" da Unicamp, de modo que "o Seminário perdeu um mestre e a Universidade ganha uma autoridade." Comenta a nota que o pastor preferiria continuar seu trabalho na escola teológica, mas "por questões pessoais e capricho dos dirigentes" fora demitido, pois "sua posição assumida contra o presidente do SC[55] não agradou à equipe dirigente da IPB." (JORNAL PRESBITERIANO, julho de 1975, p.7). Trata-se de Waldyr Carvalho Luz.

Em uma nota com fotografias e título "UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – Diplomação de Presbiterianos" informa-se que os irmãos Eduardo Lane e John Cook Lane foram diplomados. O primeiro como Doutor e o segundo como Doutor e Livre Docente, dizendo que ambos "com dignidade preservam a rica herança que receberam, exercendo suas elevadas atividades profissionais com brilho, espírito cristão e humanidade" (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, p. 8). Assim, demonstra-se a presença efetiva na sociedade de pessoas que não têm outros interesses na Igreja, além de exercer o Evangelho genuíno e leva-la para os caminhos corretos.

Comentando a decisão da Justiça do Trabalho em favor dos pastores e professores dos Seminários da Igreja, um articulista diz: "Todos eles gozam de situação privilegiada – graças ao seu valor intelectual, moral e social – e nenhum deles precisou recorrer à caridade pública." Cita três pastores: um músico ilustre, Eliseu Narciso, professor do Conservatório Musical de São Paulo, além de outras atividades; Júlio Andrade Ferreira, professor público do Estado de São Paulo; Samuel Martins Barbosa, o qual "é não só professor universitário, lecionando em algumas Faculdades, mas também brilhante e culto ministro da Igreja Presbiteriana Jardim das Oliveiras" e, ainda comenta que esta comunidade, "sem favor

[55]SC: Supremo Concílio

nenhum, é presentemente a agremiação evangélica que encerra o que há de melhor em nossa elite paulistana de evangélicos" (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1975, p. 2).

Os presbiterianos da região estiveram na linha de frente oposicionista ao governo eclesiástico, já nos primeiros embates no Supremo Concílio de Fortaleza, em 1966. Votos contrários, termos de dissentimento e protesto foram apresentados durante aquela reunião e, depois, o Presbitério de Campinas continuou a apresentar avaliação, críticas e propostas. Em 1974, Boanerges Ribeiro foi eleito pela terceira vez, a segunda reeleição para um mandato de quatro anos. Nessa reunião, realizada em Belo Horizonte - MG, o Presbitério de Campinas lançou a candidatura de Eduardo Lane à presidência do Supremo Concílio.

O nome escolhido era referencial importante no presbiterianismo. Em primeiro lugar, Eduardo Lane não era pastor, mas presbítero. A IPB jamais tivera na presidência de seu concílio maior um presbítero, líder leigo da denominação e, mesmo nos presbitérios, concílio inferior, a presença de presbíteros na presidência era diminuta; no conselho da igreja local a presidência é sempre, obrigatória e estatutariamente, de um pastor. No entanto, isto era perfeitamente cabível e era uma tentativa de ampliar o escopo da liderança e da ideia do presbiterianismo. O pastor tem a ordem para os sacramentos, mas isso não significa grau de superioridade, e os presbíteros devem reger a igreja ao lado do pastor. Trazer os leigos para a liderança e o debate já vinha sendo feito por Boanerges Ribeiro, que, em 1959 fez discurso enaltecendo a presença do leigo ao se inaugurar o "Instituto do Leigo". A figura de Lane também trazia um prestígio do ambiente externo à denominação para dentro da comunidade e certamente muitos veriam com bons olhos a presença de um professor da Unicamp. Embora nova ainda, já era das mais renomadas universidades do país. Eduardo Lane era médico, teve clínica em Campinas e liderou o setor de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade.

Porém, o mais importante, é que Lane era neto do primeiro missionário a residir em Campinas, Eduardo Lane, o pastor fundador da Igreja na cidade e do Colégio Internacional, morto em 1892, vítima da epidemia de febre amarela que assolou a região naquele ano. Seu pai, também Eduardo Lane, também pastor e também missionário no Brasil, começou o pastorado nos Estados Unidos, mas viveu a maior parte do tempo como missionário em terras brasileiras. Seu nome trazia a respeitabilidade da tradição e da nobreza daquele que morrera proclamando o Evangelho. Era, sem dúvida, importante capital simbólico acumulado, agora capitalizado na disputa pelos cargos na administração eclesiástica.

Depois do Supremo Concílio de 1974, derrotado, o presbitério de Campinas continuou sua luta em busca de mudanças na Igreja. Uma de suas estratégias foi a criação de um jornal de oposição que fizesse frente ao *Brasil Presbiteriano*, jornal oficial da denominação. O

jornal criado, *Jornal Presbiteriano*, não era oficialmente do presbitério, mas propriedade pessoal de Eduardo Lane, que contava, no entanto, com apoio e contribuições de todos os membros do presbitério e suas igrejas, como atestam decisões e articulistas do jornal.

A duração do periódico não foi longa, mas também não pode ser considerado um tempo insignificante, principalmente considerando as condições do país e da própria Igreja, sendo publicado de novembro de 1974 a abril de 1978. Um levantamento mais acurado do primeiro número demonstra as preocupações e os objetivos. O jornal desejava oferecer uma visão diferente da Igreja do ponto de vista apresentado no *BP*. Queria também demonstrar que existia oposição à administração da Igreja naquele período específico, e não se tratava de oposição à IPB. Por isso, escrevia-se para jovens, mulheres e se noticiava sobre eventos, como inauguração de templo, além de estudos bíblicos e poesias para preservar o caráter evangélico e piedoso do impresso.

O editorial do primeiro número, na página um, coluna à esquerda, apresentava os objetivos do novo jornal, no qual se destaca primeiramente: "edificar a família da fé pela doutrinação, exortação, testemunhos, mensagens estimulantes, informações exatas e variadas, exemplos dignos." Duas coisas de forma clara podem ser destacadas aqui, pois o discurso revela além das palavras escritas: ao pretender o novo jornal oferecer "informações exatas" e "exemplos dignos", o jornal antecipa o ponto de vista de seus executores de que não haveria na IPB informações corretas, que estas estavam sendo manipuladas, cerceadas ou corrompidas de algum modo e também que não estaria a liderança eclesiástica oficial dando exemplos adequados, porém, indignos do povo evangélico.

Informa que pretende "colaborar na dinamização dos recursos potenciais dos nossos campos e estreitar a unidade entre os que pertencem a este ramo de tão altas tradições do movimento Reformado", isto é, a IPB tinha um potencial que não estava sendo aproveitado por culpa da desunião que apresentava nesse tempo.

Quer ainda o editorial desfazer algum equívoco, pois não se considera oposição negativista de gente em busca do poder somente. Por isso, enfatiza que "não nasce com intenção polêmica" e "não pretende rivalizar" com outros órgãos da imprensa evangélica, certamente fazendo referência ao jornal oficial da IPB, o *Brasil Presbiteriano*. Garante ainda, que pretende "desempenhar, com equilíbrio e serenidade, o importante papel de oposição construtiva, que tem sido sempre característica distintiva de todo o regime lidimamente democrático, do qual o sistema presbiteriano é uma das mais altas expressões históricas". Com essas palavras, o novo jornal se apresenta como oposição ao governo eclesiástico, mas

enfatiza a seguir, também para não deixar equívoco, que compreende bem a situação e a forma como a liderança do momento agia:

> É testemunho incontestável da história que todas as vezes que o partido da situação pretende sufocar ou eliminar a oposição, ainda que o faça por meios de recursos solertes e habilmente disfarçados, ela se resvala sempre no sentido de manifestar traços cada vez mais nítidos de crescente absolutismo autoritário (JORNAL PRESBITERIANO, novembro de 1974, p. 1).

O primeiro número do *JP* apresenta no alto da primeira página a chamada para o artigo "Lausanne: uma chamada à evangelização", com a foto do local onde se realizou o "Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial", afirmando que foi "a mais importante reunião da Igreja de Cristo para e evangelização do mundo no século XX" (JORNAL PRESBITERIANO, p.1). A reportagem informa que o congresso representou

> um desafio ao povo de Deus no sentido de reconsiderar o significado de "missão", "evangelização", "salvação" e "conversão" e de que as orações da Igreja de Cristo clamam por novos ventos de um genuíno avivamento espiritual e de um avanço evangelístico (JORNAL PRESBITERIANO, p.4).

A importância desta citação está no contraponto que faz com a citação do *BP* a que voltaremos a seguir e no significado do próprio congresso para os evangélicos. O Congresso de Lausanne, nome pelo qual o evento se tornou conhecido, reuniu cristãos evangélicos de 150 países, no mês de julho de 1974, e produziu declarações sobre diversos pontos que vinham instigando os evangélicos no século XX. O conceito mais abrangente de evangelização e a concepção de ação social da Igreja foram temas que provocaram constrangimento em alguns setores mais conservadores. Falou-se da "missão integral da igreja" e da necessidade da "contextualização" do evangelho. Não era manifestação do movimento ecumênico, mas uma espécie de reação mais conservadora, sem ser fundamentalista e sem deixar de tratar de questões sociais e da unidade dos cristãos nas tarefas missionárias da Igreja, a qual deve incluir, necessariamente, a preocupação social. Um dos líderes do movimento na América Latina, o brasileiro Robinson Cavalcanti, assim se expressou sobre o Congresso:

> Preocupados com a ausência de maior ênfase evangelística por parte do Conselho Mundial de Igrejas, os evangélicos/evangelicais do Primeiro Mundo convocaram o histórico Congresso Internacional de Evangelismo para Berlim, em 1966 revelando, porém, então, certa debilidade teológica quanto ao social. Seguiram-se congressos continentais. Finalmente, em julho de 1974, em Lausanne, Suíça, todo esse movimento teve um desaguadouro e, ao contrário de Berlim, a voz do Terceiro Mundo deu ali a tônica (BOLETIM TEOLÓGICO, 1990, p. 30 – 31).

Dois latino-americanos estavam entre os principais palestrantes, por isso Cavalcanti diz que o Terceiro Mundo deu a tônica - Samuel Escobar e René Padilha. O peruano Escobar é um dos mais importantes teólogos batistas do campo evangelical na defesa da chamada missão integral. Entre seus escritos podem ser citados como exemplos: *Diálogo entre Cristo y Marx* (1967); *Decadencia de la religión* (1973); *Evangelio y realidad social* (1988); *La fe evangélica y las teologías de la liberación* (1987); *Paulo Freire: una pedagogía latinoamericana* (1993), *Tiempo de misión* (1999), *Changing Tides: Latin America and Christian Mission* (2002), *The New Global Mission* (2003), *La Palabra: vida de la iglesia* (2006). O equatoriano Padilha participa das discussões sobre a missão da Igreja desde a juventude. Alguns de seus livros são: *Deus e Mamon*[56] (2011); *Hacer el amor en todo lo que se hace* (1996); *Missão Integral: ensaios sobre o Reino e a Igreja* (2005); *O que é Missão Integral* (2009). René Padilha apresentou a conferência com o título "A evangelização e o mundo", na qual criticou o pragmatismo norte-americano e o imperialismo do Primeiro Mundo ao fazer missão. Escobar discursou sobre "A evangelização e a busca de liberdade, de justiça e de realização pelo homem" e desafiava os missionários a deixarem o paternalismo e lutar por transformações sociais e políticas como tarefas inalienáveis da missão cristã.

A única menção do *BP* ao Congresso de Lausanne é uma pequena reportagem de uma mulher, Celly Moraes Garcia, nomeada pelo Supremo Concílio como Secretária do Trabalho Feminino e Infância. A reportagem enaltece a beleza do lugar, a alegria do encontro interdenominacional e as aulas práticas sobre técnicas de evangelização. (BRASIL PRESBITERIANO, dezembro de 1977, p. 7). Percebe-se que ela não tinha condições de entender o alcance teológico do evento. Por outro lado, não há outra informação, comentários ou menção ao Congresso no jornal. A Igreja manteve-se calada sobre o tema.

A realização de Lausanne II, nas Filipinas em 1989, mostrou a reação das forças mais conservadoras das Igrejas evangélicas, capitaneadas pelos fundamentalistas dos Estados Unidos da América. Diversos participantes de teologia progressista, afinada com o conceito mais amplo de evangelização e com a responsabilidade social da Igreja, demonstraram seu descontentamento. Representantes da América Latina manifestaram, de modo oficial, em plenário, que aquele segundo congresso seria um retrocesso. Esses latino-americanos compunham um vigoroso movimento em torno da FTL, Fraternidade Teológica Latino-Americana.[57] Esta instituição procurou congregar teólogos, pastores e intelectuais do mundo

[56]Mamon: palavra bíblica de origem aramaica, com o sentido de dinheiro, riqueza, que pode se tornar um ídolo.

[57]Aqui se deve considerar uma tipologia do protestantismo latino-americano usada por sociólogos e historiadores do protestantismo: Fundamentalistas, Ecumênicos, Evangelicais, além dos Pentecostais que não se enquadram

evangélico da América Latina para discutir a Igreja e sua relação com a sociedade. No entanto, sua disposição era fugir do isolacionismo e literalismo bíblico do fundamentalismo, bem como esquivar-se dos exageros e relativismo teológico do ecumenismo. Desejava manter a centralidade da Bíblia com um profundo interesse nas questões sociais. A severa crítica desse grupo ao segundo encontro, Lausanne II, foi formalmente divulgada pelo setor brasileiro da FTL em seu Boletim Teológico, número 12, 1990.

Viu-se no capítulo anterior deste trabalho que nas duas últimas edições de 1966 do jornal oficial da Igreja foi noticiado, em matéria de capa, o evento realizado em Berlim, patrocinado por duas instituições evangélicas de teologia conservadora dos Estados Unidos da América, a Christianity Today e a Associação Billy Graham[58]. Oito anos antes do evento de Lausanne, ainda sob o impacto do golpe militar e da eleição de uma administração fundamentalista na Igreja, ambas tendo como inimigo comum o comunismo, o jornal ensinava que esse congresso apresentava um conceito adequado de evangelização para combater o "conceito cripto-marxista de evangelização como renovação das estruturas sociais, políticas e econômicas." A reportagem afirma ainda "que a fermentação marxista-revolucionária" não pode "ditar o rumo e a missão da Igreja." Porém, "a missão da Igreja no mundo é pregar Cristo - e Cristo crucificado" que foi entendido pelos conservadores como excludente das questões sociais e políticas. Como visto anteriormente, a conclusão do texto afirma claramente: "A posição do I Congresso foi a Evangélica, onde se situa nossa IPB" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. e 15 de dezembro de 1966, p. 1). Como registrado acima, Robinson Cavalcanti apontou para a debilidade quanto às questões sociais presente em Berlim.

Convém alistar as demais matérias do *JP* em seu primeiro número a fim de verificar o que animava o grupo, aquilo que o diferenciava do então partido dominante e o que os assemelhava. Na capa, além do editorial e da chamada para o artigo sobre o Congresso de Lausanne, a notícia mais importante, notada pela diagramação, é sobre a formatura do Seminário de Campinas a ser realizada no dia 14 de dezembro. Diz a notícia que "num clima dos melhores, chega-se ao fim do ano letivo, observando um aproveitamento muito bom" e informa que o "orador sacro" seria o Rev. Américo J. Ribeiro, o paraninfo daquele ano. Deve-se notar que Eduardo Lane foi diretor do Seminário, entre 1966 e 1974, e Américo Ribeiro assinava o editorial deste primeiro número do novo jornal. Assim, anotar que o ambiente da escola dirigida pelo candidato derrotado no Supremo Concílio de 1974 era bom e que o

---

nesse estudo (Cf MENDONÇA, VELASQUES FILHO, 2002; LONGUINI, 2002; MENDONÇA, 2008). Os evangelicais latino-americanos estabeleceram um espaço de diálogo interdenominacional na instituição Fraternidade Teológica Latino-americana, a FTL.

[58]Esta também foi responsável pela convocação do Congresso de Lausanne.

homenageado da turma era também um dos oposicionistas à administração da Igreja tinha objetivos além da simples informação. As poucas e roucas vozes não estavam perturbando o ambiente da Igreja, mas colaborando com o seu progresso. Eles não poderiam ser acusados de desagregadores e desobedientes.

A presença de Lane na direção do Seminário, a partir de agosto de 1966, está de acordo com a estratégia de Boanerges Ribeiro de integrar cada vez mais os leigos na administração das diversas instâncias da Igreja. Essa prática foi amplamente divulgada em seus sermões, discursos[59] e textos. Na reunião do Supremo Concílio de 1966, quando Ribeiro foi eleito, a prática de nomeações de Presbíteros foi aplicada. Eduardo Lane foi nomeado diretor do Seminário, no qual ficou até dezembro de 1974, sendo retirado agora como oposicionista declarado, após ter concorrido à presidência da Igreja.

Mais duas informações estão presentes na primeira página: Um necrológio, de uma missionária que, com o esposo, viveu 38 anos no Brasil. Outra notícia foi a divulgação, com foto, da inauguração do novo templo da Igreja de Campinas. Na página 5, há a notícia completa sobre a inauguração do templo e a comemoração do aniversário daquela igreja. O pregador foi o Rev. José Borges dos Santos Júnior, ex-pastor da igreja e um dos que se tornaram bastante criticados pelo grupo dominante devido às posturas ecumênicas e sociais que adotava. É necessário anotar que esse pastor foi por dois mandatos presidente do Supremo Concílio, entre 1954 e 1962, professor do Seminário de Campinas e o primeiro presbiteriano a apresentar um programa de rádio. Essas duas notícias na primeira página também demonstram um esforço para apresentar a região de Campinas como dinâmica e plenamente integrada ao presbiterianismo nacional. Necrológios e notícias de novos templos sempre fizeram parte dos jornais não só presbiterianos, mas das demais denominações. O necrológio procura enfatizar a fidelidade da pessoa, o amor à missão e à Igreja. Notícias de construções e novos templos dão ao fiel a sensação de uma igreja pujante que cresce física e espiritualmente.

O *BP* mantinha sua seção necrológica e apresentava com abundância de informações e fotos notícias de construções e inaugurações de novos templos. Uma campanha nacional foi deflagrada e o *BP* era o porta-voz incentivando as igrejas a evangelizarem a fim de se construir mil templos em dez anos. Desse modo, havia edição do jornal da Igreja que apresentava duas ou três páginas com fotos de construções ou inaugurações de templos nas

[59]Como parte das comemorações do centenário da presença presbiteriana no Brasil foi celebrada solenidade de apresentação e dedicação de um terreno, na cidade de Brasília que se construía, onde seria edificado o Instituto Nacional do Leigo. O discurso principal foi proferido por Boanerges Ribeiro, que enaltece a presença do leigo na história do presbiterianismo e, nessa ocasião, apresenta a plataforma de integrar os leigos amplamente nas mais diversas funções da administração eclesiástica. (Cópia parcial do áudio em posse do autor).

mais distantes regiões do país. A Igreja crescia de norte a sul e de leste a oeste. Estava presente no dinâmico e industrializado sudeste bem como na Transamazônica, no sertão nordestino e no interior da região sul, apesar de alguns insistirem na crítica e tentarem atrapalhar o avanço do Evangelho, como o *BP* sempre dizia ou insinuava. O *JP* queria se mostrar como parte deste movimento, não apenas como oposição. Seu objetivo era demonstrar o avanço da Igreja nessa e em outras regiões oposicionista, não como consequência da oposição, mas como resultado da fidelidade a Jesus e à IPB.

Eduardo Lane assina o artigo que aparece no título deste capítulo e do qual se extraem as palavras epigrafadas. Impresso na página três, ocupando um terço da página em colunas à margem externa da folha, apresenta-se como um estudo bíblico, um estudo de passagem do capítulo quatro do livro de Atos dos Apóstolos que apresenta a prisão de dois apóstolos ameaçados pelas autoridades. A partir desse texto bíblico, Lane fala das três ameaças que a Igreja sofre em todos os tempos. A primeira é a ameaça de não compreender ou se afastar de sua missão de proclamar com intrepidez, clareza e lógica o Evangelho. A segunda ameaça é deturpar sua estrutura, especialmente na perda do caráter representativo do presbiterianismo, prevalência dos interesses pessoais e uso da Igreja para outros interesses que não o Evangelho. Por fim, há o perigo de que a Igreja se torne indiferente aos desafios do mundo, se tornando "aguada", racionalizada e moldada de acordo com as forma humanas.

Torna-se importante, nesse primeiro número do *JP*, o artigo "ESTA HORA CRUCIAL" (sic) na página quatro. O autor foi Waldyr Carvalho Luz, catarinense que estudou teologia no Seminário Presbiteriano do Sul e doutorou-se foi pela Universidade de Princeton. Depois de lecionar muitos anos no Seminário de Campinas, lecionou grego e latim na Unicamp. Sua saída do Seminário tem a ver com a nova postura oposicionista que tomou, bem expressa no presente artigo. Nas eleições de 1966 e 1970, Waldyr Luz apoiou Boanerges Ribeiro. O professor do Seminário era figura extremamente respeitada na Igreja por sua integridade e acuidade intelectual. Não sem razão, recebeu insistentes pedidos para lecionar na Unicamp, em seu período inicial, pois o grau de Doutor em Princeton garantiria excelência nos estudos linguísticos da Universidade. Acreditava que Boanerges Ribeiro seria a pessoa adequada naquele período do país e da Igreja para manter a IPB em rumo seguro e fiel à Escritura Sagrada. Mesmo estando no Presbitério de Campinas, que se posicionou contra desde os primeiros momentos da nova administração, Waldyr Luz manteve posição própria e independente de apoio a Boanerges. Daí se depreende a importância de sua posição apresentada neste primeiro número do jornal. Com grande conhecimento da língua portuguesa, amante das palavras menos usuais e redação peculiar, introduz assim seu texto:

> Presbiterianos extremosos, angustiamo-nos sobremaneira com a pouca alvissareira situação em que braveja nossa grei nestes dias conturbados, dias que reclamam a serena reflexão e soluções construtivas. Sentimos ao vivo a situação da IPB e é com alma quebrantada de pressentimentos e o coração ferido de preocupações que lhe antevemos a senda do porvir, pejadas de perigo e ameaças, inçadas de problemas e dificuldades, que lhe importa conjurar, atassalhada de dissensões e desencontros que a poderão levar ao caos, em pasmosa demonstração de insipiência e temeridade com que agem corifeus e mentores neste momento assaz delicado. Complexa em demasia é a tessitura da problemática, logo, difícil de equacionar-se devidamente.

Primeiro, afirma sua "constatação decepcionante" por ter apoiado alguém que parecia ser o que traria a harmonia à Igreja. Depois, apresenta "um anseio insopitável" de que a Igreja volte a ter paz e harmonia para poder se dedicar à tarefa de evangelizar a pátria. Em terceiro lugar, elogia "uma iniciativa meritória" que é realizada por este grupo que cria o *JP* para mudar a situação da IPB. Neste último item, declara que em muitos locais há presbiterianos esquecidos, ignorados, silentes, mas que também não concordam com o que se vem fazendo no âmbito da denominação, asseverando que "tais aberrações precisam ser corrigidas." Para isso, a iniciativa do novo jornal se reveste de relevância e nobreza.

Há mais um artigo com referência direta à crise que a denominação vivia. Está na "Coluna dos Homens", seção dedicada ao trabalho masculino dentro da Igreja. O Presidente do Sínodo da Guanabara, um dos concílios dissidentes do governo eclesiástico do período, assina um texto sobre o trabalho do homem na História da Igreja cristã. José Vieira Simões não era pastor, mas um presbítero, isto é, era um dos líderes leigos da IPB e que vinha trabalhando há alguns anos na tarefa de congregar e estruturar um movimento dos homens leigos da Igreja. Alinhavando a importância do homem na construção e consolidação do cristianismo, desafia os homens presbiterianos:

> E hoje, quando vivemos uma hora de imprevisíveis consequências, cabe, ainda, ao homem presbiteriano, lutar, com denodo, pela expansão da Causa de Cristo em terras brasileiras, lutando, por outro lado, pela estabilidade da nossa Igreja Presbiteriana do Brasil. Evidentemente, vivemos um tempo pouco tranquilo em nossa comunidade. Essa intranquilidade, todavia, é fruto de incompreensões e, também, deve ser proclamado, pelo desejo que muitos têm de produzi-la. Nossa vocação é fazer e não desfazer; unir e não desunir; multiplicar e não dividir; criar e não dissolver. (JORNAL PRESBITERIANO, novembro de 1974, p. 5).

Com este artigo, procura-se passar a ideia de ligação com outras regiões e a afinidade de interesses e ambições pelo bem da IPB e pela salvação do Brasil. Cria-se um sentimento de pertença e de unidade na luta comum. Todos deveriam se juntar para trazer novamente a paz à Igreja, embora muitos tenham interesses no conflito, na desunião. Quando diz que se deve "criar e não dissolver", usa-se a mesma palavra retirada dos estatutos da IPB em que um

concílio superior pode "dissolver" outros concílios menores, tornando-os inexistentes, nulos, prática esta, aplicada constantemente.

Uma curiosa seção é "Receituário Jurídico" onde, ao final, informa-se que os leitores poderão enviar consultas sobre diversas áreas do direito que merecerão resposta na seção. Não seria propriamente um tema para se tratar em um periódico religioso; no entanto, veremos que faz todo o sentido a presença desta seção, pois havia luta na Justiça Comum entre partes da Igreja em conflito. Neste primeiro número, o autor, Orlando Cordeiro, resenha o livro *A luta pelo Direito*, de Rudolf Von Jhering. Afirma que "o direito só existe quando lutamos por ele" e que "a afirmação do direito é um dever do indivíduo para consigo mesmo e para com a sociedade". Incentiva os leitores a lutar por qualquer direito que julguem ter, por menor que seja, porque isto não é um benefício pessoal e individual unicamente, mas gera um ganho para toda a sociedade que aprende a construir a justiça. Ao final, aplica o uso do direito aos cristãos. Pergunta se é lícito aos "servos do Senhor" procurar o socorro das "autoridades seculares" e responde prontamente que "não há dúvida que assim nos aconselham as próprias Escrituras." Transcreve, para comprovar a afirmação, o texto bíblico da epístola aos Romanos, capítulo 13, versículos um ao quatro, onde se diz que todos estão sujeitos às autoridades e resisti-las é receber a condenação divina. Esta interpretação está em oposição direta ao que se ensinava e inclusive de decisões dos concílios da IPB. O ensino tradicional das diversas igrejas dita que questões eclesiásticas devem ser decididas nesse âmbito e a IPB aprovara regulamentação que tentava impedir os pastores presbiterianos de entrarem na justiça contra a Igreja, o que já vinha ocorrendo:

> a) Responder ao SOP[60] que sempre estiveram assegurados todos os direitos dos Reverendos Júlio Andrade Ferreira, Samuel Martins Barbosa, Francisco Penha Alves e Elizeu Narciso de se dirigirem à Assembléia do SPS com o fim de apresentarem, em forma de 164 documentos, as alegadas "falhas que tornaram irrita (sic) e nula a medida" tomada pela dita Assembléia, que resultou no afastamento dos referidos professores da docência do SPS, para uma eventual reconsideração da matéria. Também está assegurado a esses ilustres ministros o direito de recurso contra a deliberação da Assembléia do SPS, em segunda instância pela Comissão Especial de Seminários, e ainda em última instância pelo SC, seguindo os trâmites legais estabelecidos pelo Supremo Concílio de Fortaleza. b) Estranhar a decisão do SOP de "determinar que o Presbitério de Campinas patrocine a causa de seus obreiros atingidos por aquelas medidas, perante a justiça comum". c) Responsabilizar o SOP pelas conseqüências desta decisão, sem eximir de responsabilidade qualquer concílio inferior que der cumprimento a tal medida. d) Reafirmar que não foi fechada a porta do SPS para os alunos que dele se afastaram, podendo ser readmitidos, tão cedo quanto se disponham a submeter-se à ordem e disciplina condicentes com as normas, éticas do

[60]SOP: Sínodo Oeste de São Paulo, ao qual o Presbitério de Campinas era jurisdicionado.

> Evangelho, esposadas pelas tradições espirituais da Igreja Presbiteriana. e) Observar ao SOP que é de todo conveniente e necessário reconsiderar sua resolução neste assunto. (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-67E1-005).

Como se vê, diversos professores do Seminário de Campinas entraram na Justiça do Trabalho contra a demissão. A Igreja ameaçou o Sínodo e o Presbitério mostrando a inconveniência da atitude. Mais tarde, o Supremo Concílio tomaria medidas mais drásticas:

> 2) Determinar que os concílios coloquem na categoria de ministros em licença para tratar de interesses particulares e apliquem sucessivamente todo o disposto no Art.42 da CI/IPB a todo e qualquer ministro que intente perante a Justiça secular, causas contra a IPB, suas Autarquias, Juntas, Organizações e quaisquer outras entidades da mesma. 3) Conceder o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta resolução no "Brasil Presbiteriano" aos Concílios que tenham presentemente ministros pleiteando causas como as mencionadas no item anterior, para darem cumprimento ao que dispõe o item nº 2 desta resolução (DIGESTO PRESBITERIANO, SC-69E1-004).

O Art. 42, ainda em vigor, permite ao pastor uma licença de um ano para interesses particulares, renováveis por mais um ano; findo os dois anos, se o pastor não retornar às atividades pastorais, sofre o despojamento do pastorado, perdendo, assim, sua condição de pastor da IPB. Portanto, fica claro que a motivação da explicação era justificar perante a comunidade presbiteriana a atitude de irmãos que não resolveram suas pendências internamente, mas levaram a vida eclesiástica para os tribunais seculares.

Os demais textos deste primeiro número do *JP* têm caráter devocional acima de tudo. Na página dois, um artigo discute a autoria do livro de Apocalipse. Não parece haver outros objetivos, além do ensino sobre a Bíblia, embora o livro em pauta tenha sido entendido por estudiosos como um livro de conforto e ânimo em época de opressão e perseguição. O texto não dá nenhuma pista nesse sentido, a não ser, de fato, expor a opinião, bastante conservadora inclusive, de que o João do Apocalipse é o mesmo João do Evangelho.

Na página três, dois artigos, “Gôtas de Doutrina” e “Discernindo o corpo do Senhor”, tratam de estudos doutrinários para a edificação da comunidade. O primeiro, curto, fala da importância da doutrina e da prática da fé. O segundo discute questões relativas ao sacramento da Santa Ceia. O que deve ser destacado é que os dois articulistas, os pastores Odayr Olivetti e Júlio Andrade Ferreira, eram professores do Seminário de Campinas e dois dos mais combativos líderes na oposição aos dirigentes eclesiásticos daquele período. Ao apresentar esses artigos, colocam-se em posição de pessoas que querem a edificação espiritual da Igreja acima de tudo; mostram que seu objetivo não é a luta pelo poder ou o antagonismo

por qualquer outra questão pessoal ou qualquer que seja outro objetivo. Ao contrário, estão interessados no bem-estar espiritual dos membros das igrejas.

Destaca-se que Júlio Andrade Ferreira praticamente não escreveu sobre os dilemas internos da IPB e outros pontos que levantassem mais polêmicas. Seus textos, em cada número, eram meditações e sermões para a edificação da Igreja. Ferreira nasceu em família presbiteriana no ano de 1912 e faleceu em 2001. Estudou no Seminário de Campinas e foi pastor em Franca, onde foi aprovado em concurso público como professor de Sociologia do Estado de São Paulo, em 1944. Logo depois se tornou professor do Seminário de Campinas e fez curso de especialização em Teologia na Universidade de Estrasburgo. Atuou na Confederação Evangélica do Brasil sendo ativo nas reuniões de estudo sobre a responsabilidade social do cristão. Foi um dos fundadores e presidente da ASTE, Associação dos Seminários de Teologia Evangélica, que buscava realizar uma teologia contextualizada para o país, publicava clássicos da Teologia e da História da Igreja e outros ramos de interesses teológicos e religiosos. Como Reitor do SPS, defendeu o trabalho de Richard Shaull quando foi acusado de heterodoxia. Como professor de Teologia, apresentava teólogos como Karl Barth, Emil Brunner, os irmãos Niebuhr e outros nomes de ponta da teologia protestante. Talvez sua militância anterior deva ter provocado nele mesmo e nos dirigentes do *JP* certa reclusão para não parecer como provocação ou para não ser alvo de acusações.

Odayr Olivetti foi missionário no Chile e liderou a Comissão de Missões da IPB. Foi professor do Seminário de Campinas e Capelão da Universidade Mackenzie. Esses fatos demonstram o respeito que gozou na IPB. Culto, traduziu diversas obras, inclusive uma das edições da *Instituição da Religião Cristã* de Calvino. Nos anos setenta, foi autor de um texto encaminhado como proposta ao Supremo Concílio, defendendo a ordenação feminina aos ofícios da Igreja. A defesa da ordenação feminina é um dos pontos mais dramáticos que coloca uma pessoa na lista de teólogos liberais, heréticos, pois, o fundamentalismo, com uma leitura literal da Bíblia, entende que o lugar subalterno da mulher na Igreja está claramente definido no livro sagrado. Na seção "cartas" da Revista *Ultimato*[61], muitos anos depois do período a que se dedica este estudo, apareceu uma crítica a Odayr Olivetti no sentido de sua simpatia ao catolicismo: "Até o artigo do presbiteriano Odayr Olivetti (p. 63) eivado demais de referências a personalidades e entidades católico-romanas como se estivesse envolvido"

[61] *Ultimato* é atualmente uma revista, mas começou a ser publicado como jornal, em 1968. Seu esforço sempre foi no sentido de contextualizar a mensagem evangélica e apresentar uma linguagem contemporânea e atual. Está ligada ao movimento evangelical, de onde vêm a maioria de seus articulistas, como Padilha e Escobar aqui citados, além de brasileiros.

com os católicos (ULTIMATO, edição 311, março – abril de 2008[62]), o que mostra abertura teológica e eclesiológica. No entanto, Olivetti não se manifestou, no *JP*, sobre esse ou outros pontos teológicos controversos, por não ser mesmo um teólogo liberal e para não fomentar discussões que pudessem indicar qualquer compromisso com uma teologia heterodoxa.

Caminham na mesma direção as resenhas da "Seção Bibliográfica", na página quatro, escritas por Silas de Campos, pastor e advogado, também um dos líderes que se posicionaram firmemente contra a administração de Boanerges Ribeiro. Os livros são de edificação e de estudos. Um, trata da "retórica sagrada" e orienta na preparação de sermões; outro, é sobre a vida do evangelista norte-americano Billy Graham; e o último, ensina os cristãos acerca da educação de filhos. Cada edição segue sempre na mesma linha. Silas de Campos é pastor e advogado atuante em Campinas, considerado um dos grandes conhecedores da Constituição da Igreja, de sua jurisprudência e de seu funcionamento. Respeitado na IPB como homem erudito e fiel às tradições eclesiásticas, foi muito importante na defesa do grupo oposicionista.

Ainda há, no primeiro número, uma curta reportagem sobre a "Escola de Evangelismo Billy Graham" que ofereceu cursos no Rio de Janeiro e uma "Seção das Senhoras", escrita por Nelly Bolliger Lane, esposa de Eduardo Lane, que incentiva as mulheres presbiterianas ao ministério da oração. Ambos os artigos estão na quinta página, que ainda conta com uma pequena poesia sobre a primavera. Na página 6, a última, encontram-se outros temas de testemunho e edificação espiritual como uma reportagem sobre as bodas de ouro do casal Donald Covil Gordon e Helen C. Gordon, médico e enfermeira, missionários que estavam no Brasil desde 1930, a maior parte do tempo em Rio Verde, GO. A notícia diz que sabia estar levando ao leitor "a inspiração das vidas desse consagrado médico cristão e sua esposa." Finalmente, há uma pequena coluna com uma poesia dedicada à Mocidade e um curto trecho entre aspas, que parece ser retirado de algum livro não indicado, com o título "Namoro, Noivado e Casamento", certamente um dos temas mais preocupantes das Igrejas que desejam fazer de seus jovens pessoas corretas e puras, inclusive, talvez principalmente, na área sexual.

Vê-se, assim, que o *JP* está interessado na instrução e na edificação espiritual do povo presbiteriano e de quantos se tornarem seus leitores. A situação da Igreja, a crise nela implantada, embora fundamental na elaboração do jornal, não impede o desejo de ver a comunidade presbiteriana crescer saudavelmente, em número e espiritualmente. No mesmo sentido dos textos anteriores poderia ser colocado o artigo sobre "O Dia da Bíblia", que os protestantes celebram no segundo domingo de dezembro, também na última página do jornal.

[62]Acesso online em 9 de março de 2013 http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/311/cartas.

3.3 A discussão sobre a Bíblia e suas traduções

A Bíblia é um dos temas centrais e fundamentais do protestantismo, pois desde a Reforma Protestante líderes como Lutero e Calvino se interessaram pelo dever de levá-la a todas as pessoas. Falar sobre a importância da Escritura Sagrada e do dia que a celebra é, como diz o artigo referido, "tão caro ao coração evangélico". O texto enaltece a ação da Sociedade Bíblica do Brasil, SBB, e aqui é possível perceber divergências com a postura mais conservadora que a direção eclesiástica estava imprimindo à IPB.

A Sociedade Bíblica do Brasil vinha sendo alvo de desconfiança de parte dos evangélicos do país, a ponto de ser fundada outra organização, a Sociedade Bíblica Trinitariana, em 1968, a fim de preservar a pureza das traduções da Bíblia. Desde 1968, havia na IPB muitas incertezas acerca da retidão teológica e castidade evangélica da SBB. A resolução de 1968 sobre uma possível tradução que a entidade estaria procedendo e a resposta recebida na reunião seguinte, em 1969, mostram a situação:

> CE-68-080[63] - TRADUÇÃO CONJUNTA DE TEXTO BÍBLICO - Doc. LXXXVIII - Quanto ao Doc. 73 - Tradução conjunta de texto bíblico em cooperação com a Igreja Católica Romana, a CE-SC/IPB, resolve solicitar da SBB informações sobre o assunto incluindo a nômina dos elementos que constituem a comissão tradutora, e referir o assunto à comissão que estuda o ecumenismo.
> CE-69-051 - CARTA DA SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL - Doc. XXIX - Quanto ao Doc. 52, carta da Sociedade Bíblica do Brasil em resposta a uma consulta da CE-SC/IPB, sobre a tradução conjunta ao Novo testamento, por elementos católicos e protestantes, informando que a Sociedade Bíblica "até o presente momento nada decidiu quanto a fazer uma tradução do Novo testamento com a Igreja Católica", resolve: Tomar conhecimento, agradecer e arquivar. (A carta da Sociedade Bíblica foi datada de 3/ 5/ 68). (DIGESTO PRESBITERIANO).

Há uma clara preocupação com a sanidade espiritual da SBB e os presbiterianos não queriam nenhuma comunhão com a Igreja Católica Romana. O ecumenismo estava riscado e, como vimos no capítulo anterior, havia decisões claras e objetivas quanto às práticas ecumênicas por presbiterianos. Por isso solicitar a nômina dos componentes da comissão de tradução para identificar os católicos, os ecumênicos (ecumenistas, termo corrente e o *BP* por vezes grafava) e os teólogos liberais. A resposta da entidade cuidadosamente aponta para o fato que ainda não havia decisão formal acerca da tradução sob consulta.

No entanto, foi publicada posteriormente uma tradução chamada *A Bíblia na Linguagem de Hoje*, primeiramente apenas o Novo Testamento e, posteriormente, toda a

[63]CE: Comissão Executiva. 68: ano da reunião. 080: número do documento.

Bíblia. Essa tradução provocou diversas manifestações contrárias, com críticas como ser favorável ao catolicismo, dentre outras. A IPB continuou sua tarefa de preservar a pureza doutrinária, as relações com os evangélicos que conservassem sua fidelidade à versão antiga da Bíblia e posturas não ecumênicas. No mesmo ano de 1974, quando começou a circular o JP, o assunto foi debatido na reunião da Comissão Executiva, reunida no mês de março e no Supremo Concílio, em sua reunião de julho, ocasião em que o Presbítero Eduardo Lane foi candidato à presidência. A decisão foi a seguinte:

> CE-74-045 - Doc. LXX - Quanto ao Doc. 20 - CONSULTA QUANTO A VERSÃO DO NOVO TESTAMENTO POSTA EM CIRCULAÇÃO PELA SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL SOB O TÍTULO: "ESCRITURAS SAGRADAS - A BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE - O NOVO TESTAMENTO" - a CE-SC/IPB considerando: 1) Que a referida versão é em extremo discrepante das versões do Novo Testamento usadas na Igreja até esta data; 2) Que a mesma interpola algumas vezes no texto, sem qualquer indicação disto, interpolações, que, ou limitam o ensino, ou ampliam, ou o desviam para determinar linha doutrinária com a conseqüência de se eliminarem justificativas legítimas para a fé e prática evangélicas. Exemplos: Mt.16:18-19; Mt.5:41; Atos 20:17-28; Tm 3:1-2; Tito 1:5-7; 3) Que a pretexto de "linguagem de hoje", difama uma profissão honrada, necessária e protegida pelas nossas leis (Mt.18:17), além de fazer o mesmo contra os estrangeiros, sempre bem vindos no Brasil (Mat. 18: 17); 5) Que faz do Apóstolo Paulo um praticante do pentecostismo (1Co.14:18); 6) Que estabelece a doutrina do sofrimento do pecador com valor expiatório de suas faltas (sem que deixe claro se quer sustentar a doutrina do purgatório ou da reencarnação (2Pe.2:13). RESOLVE: 1) Determinar aos Presbitérios que baixem instruções aos seus ministros e Igrejas, informando que a referida obra, diversamente do que promete na "APRESENTAÇÃO", nem é sempre fiel à "língua do povo", nem ao "sentido do texto original", razão pela qual não pode nem deve ser recebida como "SAGRADAS ESCRITURAS". 2) Pedir pronunciamento do SC sobre o assunto. 3) Apreciar o zelo e vigilância do Conselho da Igreja Presbiteriana do Calvário, de onde se origina o documento" (DIGESTO PRESBITERIANO).
>
> SC-74-001[64] - "Doc. XC - Quanto ao Doc. 59 - ANEXO VI - RELATÓRIO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, SOBRE A EDIÇÃO DA "BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE – NOVO TESTAMENTO" - O Supremo Concílio resolve: 1) Ratificar em seus termos a resolução CE-74- 045. 2) Recomendar às Igrejas jurisdicionadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil que transfiram as verbas e/ou ofertas votadas e/ou feitas à Sociedade Bíblica do Brasil, para a Sociedade Bíblica Trinitária (sic) por ser esta fiel aos mesmos princípios de doutrina esposados pela Igreja Presbiteriana do Brasil" (DIGESTO PRESBITERIANO).

Voltando ao artigo do *JP* sobre a Bíblia, tema caro ao coração, que une os cristãos e edifica os fiéis, há claramente uma demonstração de independência e de divergências com o que estava ocorrendo na Igreja. Sem uma palavra sequer de crítica às decisões e às posturas antiecumênicas e conservadoras, marca posição contrária ao que foi decidido na reunião de

[64]SC – Supremo Concílio; 74 – ano da reunião.

julho, estampado no documento transcrito acima, que recomenda que não se contribua financeiramente com a SBB, mas com Sociedade Bíblica Trinitária, "por ser esta fiel aos mesmos princípios de doutrina" da IPB:

> Por estes e por muitos outros fatos merecedores dos mais entusiásticos aplausos da família evangélica brasileira, merece a Sociedade Bíblica do Brasil não apenas o nosso generoso apoio financeiro, mas também as nossas sinceras orações para que Deus lhe permita prosseguir, com a mesma fidelidade a vocação para qual foi fundada, levar a efeito a missão sublime de distribuir copiosamente a Bíblia em todos os rincões de nossa querida Pátria. (JORNAL PRESBITERIANO, novembro de 1974, p. 6)

Fica bem claro que no âmbito do Presbitério de Campinas, bem como de outros campos discordantes, não se cumpriria a decisão de deixar de apoiar e contribuir com a SBB para apoiar e contribuir com a outra. Para esse grupo, a SBB continuava a ser fiel a Deus e às Escrituras, fazendo trabalho digno de ser exaltado, respeitado e apoiado por todos quantos desejavam a Bíblia esparramada pelo país. Apoiar a SBB significava também estar ao lado dos ecumênicos e dos que, por isso mesmo, defendiam o pensamento de ação social do cristianismo que era acusado de esquerdismo.

A tradução da Bíblia sempre foi um tema especial para os protestantes. Colocar a Bíblia na linguagem do povo é um desafio que os acompanha desde a Reforma, pois se um dos lemas de Lutero é "sola scriptura", eis que ela deve estar à mão dos leitores. Havia indisposição com *A Bíblia na Linguagem de Hoje* e a IPB determinou o rompimento com a SBB. No entanto, muitos presbiterianos continuaram a dar apoio à SBB, exaltando a tradução da *Bíblia na Linguagem de Hoje* e colaborando financeiramente com a editora. Pastor culto e abalizado, Aristeu de Oliveira Pires, escreveu comentário sobre essa nova tradução da Bíblia e considerou importante "a tese de que a Bíblia deve estar em linguagem atual", mas criticou a versão brasileira como versão do inglês e falta de fidelidade com os textos originais. Finaliza dizendo que não se deve "apedrejar a Sociedade Bíblica do Brasil", mas que "vale a pena que os conhecedores deem apoio aos que trabalham" (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, p. 3 e 7). Deste modo, mesmo com as críticas, não parece disposto a fazer como a Igreja fez, condenando a tradução e direcionando o apoio para outro segmento.

No mês seguinte, Oswaldo Alves, pastor presbiteriano e membro da Comissão de Tradução da versão *A Bíblia na Linguagem de Hoje*, comentou as críticas de Aristeu Pires. Defendeu a tradução sob a teoria da "tradução dinâmica" que procura adaptar a versão bíblica no tempo e no espaço, já que todas as línguas são dinâmicas e se transformam no decorrer desse tempo (JORNAL PRESBITERIANO, setembro de 1975, p. 2).

Outras vezes apareceram notícias relativas à *Bíblia na Linguagem de Hoje*. Em março de 1976, o mesmo Oswaldo Alves apresenta artigo, na capa do mensário, anunciando o lançamento da segunda edição do Novo Testamento e fornece explicações e mudanças de "uma edição revisada e, em todos os sentidos, bem melhorada." Mostrando que mesmo a edição, tão querida pelos crentes brasileiros, chamada "Almeida", também passou por diversas mudanças no decorrer do tempo, diz: "Conforme tem acontecido com Almeida por dezenas de anos, as próximas edições irão se aperfeiçoando cada vez mais." Finalmente, demonstra humildade ao reconhecer e agradecer as críticas recebidas, "o que tem ajudado muito no aprimoramento do texto sagrado da Bíblia na Linguagem de Hoje" (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 1). No mês seguinte, o Presbítero Walter Faustini, da Igreja Presbiteriana Independente, tem seu artigo de apreciação a essa versão da Bíblia, publicado na Revista da própria SBB, transcrito no *JP*. Considera que "foi bem sucedido o importante trabalho" e, na argumentação, critica os depreciadores da tradução que acham as traduções antigas melhores e comenta que com relação à fidelidade aos textos originais todas as traduções devem se preocupar, mas, no caso presente, "a fidelidade tem sido também estendida à tradução anterior, como se Almeida e Figueiredo tivessem sido alçadas ao cânone" (JORNAL PRESBITERIANO, abril de 1976, p. 2).

Oswaldo Alves volta a defender a versão popular da Bíblia em outubro deste mesmo ano. Usando a história introduz o assunto lembrando que "encontramos reações, preconceitos e ódios mortais contra traduções e tradutores". Lembra que John Wycliffe fora desenterrado e queimado em 1428 após sua tradução da Bíblia para o inglês ter sido queimada em 1415, embora fosse uma "tradução quase literal da vulgata Latina." O problema do ser humano é a sacralização de coisas e pessoas e é isto o que se tem feito com o texto bíblico. A Bíblia "como Palavra de Deus é que é sagrada", não as letras, as palavras, mas, "sagrada é a mensagem revestida pelas palavras numa determinada linguagem que é a roupa do pensamento, do sentido." E mais, "a linguagem só serve enquanto comunica a mensagem, podendo, em certos casos, tornar-se um obstáculo", por isso, "é necessário conservar o recado de Deus embora revestido de uma nova linguagem. É a fidelidade ao sentido do texto que é sagrado e não deve sofrer modificações." Depois, elogia os que criticam inteligentemente, apontam falhas, ajudam a melhorar e divergem racionalmente, sem paixão e que não querem queimar ninguém. Infelizmente, "há os que se aproveitam dos sacralizadores e da sacralização para fins políticos e eclesiásticos" (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1976, p. 9). Critica, assim, o uso da boa fé do povo e de sua sacralização ingênua, que seria realizada

pelos líderes eclesiásticos que ao criticarem a nova tradução da Bíblia aparentam estar defendendo a sã doutrina, como teria feito a direção da IPB na defesa da fé fundamentalista.

Encerramos, assim, a avaliação do conteúdo do primeiro número do *JP*, embora com apontamentos de números posteriores para melhor entendimento de algum aspecto, principalmente no caso de *A Bíblia na Linguagem de Hoje*. Os números seguintes do jornal continuam a apresentar o mesmo formato e conteúdo básico. Não parece necessário verificar todo o conteúdo de cada número, mas fazer uma subdivisão temática trará mais clareza das disputas e posturas do grupo de Campinas.

A polêmica acirrada contra a situação permanecia sendo o mais importante para o periódico, embora em alguns números houvesse domínio de questões pastorais. O segundo número foi apresentado em dezembro de 1974, pois sua periodicidade seria mensal. Esse mês é destacado como o período da celebração natalina, festa cristã que se tornou a mais importante nos últimos tempos, apesar de não ser a festa central do calendário litúrgico e teológico. Esta edição do JP destacou, então, o Natal. Uma poesia e sete artigos sobre o Natal com textos instrutivos, pastorais, teológicos e piedosos. No entanto, o caráter apologético do jornal continuava presente.

3.4 "O Supremo Concílio que eu vi"

Em quatro números consecutivos (dezembro de 1974, janeiro, fevereiro e março de 1975), Joás Dias de Araújo descreveu e avaliou a Reunião do Supremo Concílio de 1974. Esse pastor foi figura destacada na IPB durante algumas décadas. Nasceu em 1938, neto de presbiterianos e filho de pastor. Seu pai era também militar do Exército, o que levou a família para Cuiabá, onde nasceu Joás Araújo e depois para o interior da Bahia, onde foi criado tendo experiências de perseguição religiosa e apedrejamento da própria casa. Isso não o fez rancoroso com o catolicismo ou qualquer outra religião, mas ao contrário, desenvolveu espírito ecumênico e de respeito para com todos, uma das características marcantes de sua personalidade, enfatizada por muitos que o conheceram. Foi membro do CEBEP, Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais e do CELEP, Centro Latino-Americano de Estudos Pastorais, organizações evangelicais com propostas de abertura ecumênica que normalmente os evangelicais não tinham. Também participou de reuniões do CLAI, Conselho Latino-Americano de Igrejas, como membro individual, já que a IPB não participava e orientava a não participação de seus membros, como vimos, principalmente porque a Igreja Católica era também filiada. Estudou primeiramente no Instituto José Manoel da Conceição

fazendo o colegial e o curso bíblico, como preparatório para o Seminário. No Seminário de Campinas foi aluno de Richard Shaull, de quem conservou muitas das ideias de missão e evangelização. Por isso, incentivava os pastores mais jovens a não buscarem formação fora do Brasil, mas que aqui aprofundassem os conhecimentos não só teológicos, mas também do país, contextualizando a mensagem evangélica na linguagem do povo. Pastoreou por pouco tempo no sul do Brasil até ir para Venezuela, como missionário. Retornando ao Brasil, foi pastor da Igreja Presbiteriana do Jardim Guanabara, em Campinas, por 14 anos, e da Igreja de Americana por 23 anos, até sua morte em 2003. Nesse período, foi professor no Seminário de Campinas e do Seminário Simonton, criado pelo grupo de oposição ao governo eclesiástico, tendo funcionado por poucos anos na cidade de São Carlos - SP. Além do curso de Teologia, Araújo graduou-se em Filosofia e era um estudioso da literatura brasileira. Seus sermões e palestras demonstravam grande conhecimento teológico, de cultura geral e do Brasil, especialmente da literatura, sendo comum que citasse poetas e escritores brasileiros. O pastor Joás, como preferia ser chamado em lugar de Reverendo Joás, destacava-se pela paixão pastoral, isto é, pelo trato com as pessoas e o cuidado de suas almas. Notabilizava-se, na visão dos que o circundavam, pela piedade pessoal. No entanto, essa permanente preocupação não o impedia de se dedicar aos estudos nem o levava a espiritualizar a tarefa pastoral. Alguns de seus colegas lembram que costumava dizer que os pastores devem ser pastores para a cidade, não apenas para determinado grupo denominacional. Em 1974, quando começou a circular o *JP*, seu irmão, o também pastor João Dias de Araújo, já havia sido demitido do magistério do Seminário Presbiteriano do Norte, mas ainda não falava em deixar a IPB, o que ocorreria poucos anos depois.

Retornando à série de artigos do pastor, encontramo-lo preocupado pastoralmente com os crentes, questionando a pertinência das reflexões; porém, entendia também que muitos gostariam de saber o outro lado dos acontecimentos. O *BP* dava a versão oficial e seria importante que as pessoas tomassem conhecimento do outro lado da história. Destaca as negociações entre as delegações dos Presbitérios que chegavam; o uso do *BP* para a propaganda da situação com farta distribuição; e a reunião inusitada da Comissão Executiva no dia anterior ao início da Reunião Ordinária do Supremo Concílio, que tomou decisões importantes que afetariam o *quorum* da reunião do Supremo Concílio. A decisão principal foi a dissolução do Sínodo Bahia-Sergipe, o que impediria o voto dos quatro Presbitérios que compunham o Sínodo (JORNAL PRESBITERIANO, dezembro de 1974, p. 1 e 2).

O número seguinte do jornal traz a continuação da visão de Joás Araújo sobre a reunião em questão. A tensa situação levou o grupo de oposição a buscar na Justiça a garantia

de seus direitos, suspeitando-se da atuação da situação. Uma medida cautelar foi concedida por um dos Juízes de Belo Horizonte, embora o grupo não estivesse homogêneo nesse assunto, havendo os que entendiam não ser benéfica para o próprio grupo e para a Igreja a intervenção da Justiça Comum. A situação tensa e as conversas anteriores à abertura da reunião convenceram os mais renitentes a aceitarem tal posição. O culto que abriu a reunião demonstrou aos oposicionistas que seus maiores temores poderiam se confirmar. Isto se deveu especialmente ao sermão que foi pregado naquele momento. Joás Dias Araújo tinha uma paixão peculiar pela pregação e foi professor de homilética e prática de pregação no Seminário de Campinas, por isso destaca com horror o que considerou uso equivocado da Bíblia pelo pregador que abriu as atividades do Supremo Concílio. O texto bíblico usado foi 1Samuel 15. 3 e 18[65] e o sermão versou sobre a matança dos amalequitas, inimigos do povo de Deus, que deveriam, por isso, ser exterminados. A aplicação foi contundente: A oposição à administração da IPB era composta por "amalequitas" que deveriam ser extirpados da IPB. Deve-se registrar que este evento se tornou folclórico na IPB e, de quando em quando, alguém faz referência ao sermão dos amalequitas, inclusive Araújo, em suas aulas no SPS, que fazia desse uso um exemplo de má conduta ao púlpito. O *JP* faz chamada na primeira página da edição de janeiro de 1975 (ANEXO 7). Como os jornais dispõem as matérias por diversos interesses, inclusive orientando a interpretação que se deseja, deve-se notar que o quadro sobre o sermão ganha destaque na capa do jornal, no alto, praticamente centralizado, em um espaço com pouca matéria muito próxima. Além disso, há uma pequena nota ao lado direito com o título "Leia a Bíblia" e diz o seguinte:

> Leia a Bíblia e por este meio você entrará em contato com os mais nobres vultos que jamais viveram. Você se sentirá ao lado de Moisés, e aprenderá a mansidão; de Jó, e aprenderá a paciência; de Abraão, e crescerá na fé; de Daniel, e sentirá coragem para fazer o que é reto; de Isaías, e aprenderá a sentir indignação santa diante da piedade; de Paulo, e contagiar-se-á com o seu entusiasmo; de Cristo, e neste contato você sentirá o Seu amor (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 1).

O texto citado é atribuído a Charles H. Spurgeon, o que é muito significativo no imaginário protestante, especialmente entre os calvinistas e puritanos. Spurgeon foi pastor batista na Inglaterra na segunda metade do século XIX, ardente calvinista e puritano convicto. Criou escolas e obras assistenciais. O mais importante aqui é que foi chamado de "O Príncipe dos Pregadores". Seus sermões, além de atraírem grande número de ouvintes, eram

[65]Os versículos bíblicos em questão são: "Vai, pois, agora, e fere a Amaleque, e destrói totalmente a tudo o que tiver, e nada lhe poupes; porém matarás homem e mulher, meninos e crianças de peito, bois e ovelhas, camelos e jumentos"; "Enviou-te o SENHOR a este caminho e disse: Vai, e destrói totalmente estes pecadores, os amalequitas, e peleja contra eles, até exterminá-los".

publicados e, antes mesmo de sua morte, podiam ser lidos em uma dezena de línguas, juntamente com outros livros e comentários bíblicos que produziu. Tudo isto o tornou conhecido nas igrejas de origem missionária anglo-saxônica e era comum ouvir-se falar dele em sermões ou em aulas de Teologia. Seu discurso dizia que ler a Bíblia e se colocar ao lado de grandes personagens trariam ao leitor coisas como mansidão, fé, retidão e até "indignação santa diante da impiedade." O sermão, lendo corretamente a Bíblia, obviamente deveria levar essas coisas aos ouvintes. Não foi o caso do sermão da abertura do Supremo Concílio.

Alguns meses depois, Joás retoma "O Supremo Concílio que eu vi" com a crítica ao sermão (JORNAL PRESBITERIANO, julho de 1975, p. 4). Neste novo comentário, há mais informações e detalhamento com o registro de diversos outros textos bíblicos lidos, anotação fundamental para um professor de Hermenêutica, oratória e prática de pregação. Há, principalmente, a informação de que "enquanto o Rev. Boanerges lia seus textos bíblicos", isto é, o próprio presidente do Supremo Concílio, que findava o segundo mandato e seria reeleito, foi o pregador. Esclarece-se que o orador afirmou serem três os perigos que a IPB deveria combater: "pastores-professores reclamando na Justiça, o Novo Testamento na Linguagem de Hoje e o Ecumenismo." Para combater tais perigos uma conclusão: votar no candidato de continuação, o próprio pregador.

O sermão em pauta foi analisado no *JP* por um dos mais afamados pregadores que o presbiterianismo brasileiro já teve, Rev. Eudaldo Lima[66]. Diz que "a história do púlpito presbiteriano no Brasil neste mais de um século de ministério da prédica, é contada por gloriosos fastos e relevante pompa sacra" e lamenta que em seus dias "empobrece-se e empana-se dia-a-dia." Se em passado recente ouvir a pregação em reunião conciliar da Igreja era sorver "oratória sagrada da maior relevância e significado e de peregrina beleza de forma e profundidade de conteúdo", nesses novos tempos, a prédica "vem sendo servida por vocabulário áspero, deselegante, nada cortez, sem entranhas e pobre de afeto, o que é uma pena envolvendo nisto o santo nome de Jesus". Os irmãos que apresentaram o candidato de oposição foram taxados de "esses pecadores amalequitas". "O pregador preconizava nada menos do que a matança sem dó nem piedade". O articulista encerra com um canto de esperança, no qual, imagina um dia em que a pregação tornará a anunciar a graça divina e o amor transbordará das palavras proferidas na prédica. "Hão de pregar no espírito de Isaías 26:

[66]Eudaldo Silva Lima (1909-1988) recebeu homenagem em peça laudatória: "Nenhum cristão se retirou, jamais, impune dos sermões de Eudaldo Silva Lima", escrita pelo professor Euzébio Cardozo Neto, que recorda a brilhante carreira e o prestígio como pregador presbiteriano. Teve intensa atividade como pastor no interior da Bahia e em Salvador; criou escolas, foi o primeiro pastor presbiteriano em Brasília, professor de Latim e Português, vereador e Prefeito em Campo Formoso, Bahia, e membro do Conselho de Educação do Distrito Federal. (NETO, http://www.mundonovoba.com.br/eudaldo-silva-lima/, acesso em 9 de outubro de 2012).

19[67], a Ressurreição dos Amalequitas" (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 2). Na IPB havia os que faziam coro com Chico Buarque e sua canção "Apesar de você".

A importância da pregação nas religiões é conhecida. O sacerdote, em qualquer religião, quando fala o faz em nome de determinada divindade. Mais do que isso, há experiências religiosas em que o sacerdote fala no lugar de Deus ou até mesmo é apenas a boca pela qual o próprio Deus fala. No cristianismo, o modo como isto é percebido pode variar sobremaneira. Essas questões não podem ser aprofundadas aqui por fugir ao escopo, mas devem ser mencionadas para o assunto que se trata neste momento. No protestantismo, ouvir uma pregação se reveste de reverência porque o que fala o faz em nome de Deus, dirigido pelo próprio Deus através do Espírito Santo. Não acontece como em outras religiões nas quais a pessoa perde a própria identidade e individualidade sendo possuída pela divindade específica, mas há a presença divina se manifestando através do pregador, o qual mantém, entretanto, seu ser, sua personalidade e sua individualidade. Todo sermão deve partir e findar na própria Bíblia. Quem a explica não fala a sua palavra, mas sempre a Palavra de Deus. Um conhecido teólogo e professor de liturgia nos Estados Unidos da América, o metodista James White,[68] assim se expressa:

> Pregar é uma forma de comunicação baseada na convicção de que Deus é central no processo de pregação. O/A pregador/a fala *por* Deus, *a partir* das Escrituras, *por meio* da autoridade da igreja, *para* as pessoas. Quatro elementos são vitais no conceito de pregação: o poder de Deus, a fonte na Escritura, a autoridade a partir da igreja e a relação com as pessoas. Deus usa as nossas vozes para proferir a sua palavra por intermédio do poder de Deus nossas vozes tem o poder de curar e reconciliar. (WHITE, 1997, p. 124 – 125).

Von Allmen[69], teólogo calvinista que também escreveu acerca da teologia do culto cristão, diz o seguinte:

> A pregação é, nas mãos de Deus, um instrumento importantíssimo de intervenção direta e profética na vida dos fiéis e na vida da Igreja, a fim de consolar, corrigir, reformar, pôr em xeque. Mostra que a Palavra de Deus não pode tornar-se prisioneira da Igreja mas que, ao contrário, ela é algo que se coloca fora da Igreja, atingindo-a a partir do exterior da Igreja, algo vivo.

---

[67] "Os teus mortos viverão, os seus corpos ressuscitarão; despertai e exultai, vós que habitais no pó; porque o teu orvalho é orvalho de luz, e sobre a terra das sombras fá-lo-ás cair".

[68] James Floyd White (1932-2004). Estudou na Universidade de Harvard e em um dos mais importantes Seminários dos Estados Unidos, o Union Theological Seminary, em Nova York até se tornar pastor metodista. Em carreira acadêmica brilhante estudou ainda na Universidade de Cambridge e por quase vinte anos foi professor de Teologia na Universidade de Notre Dame, uma das mais importantes instituições católicas dos EUA, no Estado de Indiana. Sua versatilidade e erudição fizeram com que circulasse entre protestantes e católicos. No Brasil, o livro do qual se extrai citação para este trabalho foi publicado por uma editora luterana.

[69] Jean-Jacques Von Allmen (1917-1994) estudou e trabalhou em Basiléia e Neuchatel, importantes escolas calvinistas. Um dos mais importantes estudiosos de liturgia e culto cristão. Relacionou-se com diversos segmentos do cristianismo e sua obra foi relevante em muitas denominações.

> O mistério da pregação é um reflexo da concepção e nascimento de Jesus. Por isso, para a espiritualidade do pregador não pode haver exemplo mais significativo que o da virgem Maria, que acolhe, reveste de sua carne e entrega ao mundo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, o Verbo eterno de Deus. (VON ALLMEN, 1968, 169 – 170).

Portanto, sem aprofundar na questão, demonstra-se com os textos do *JP* e com teólogos de tradições diferentes, a importância que se dá ao sermão proferido no culto protestante. A piedade evangélica espera desse espaço alimento espiritual e não ameaças e pendengas pessoais.

O sermão em consideração não foi o único caso do mesmo tipo a ser comentado nas páginas do *JP*. Em um congresso masculino, em Ponta Grossa, Paraná, os sermões e estudos seguiram linha semelhante. Diz que era "lamentável, profundamente lamentável, o que ouvimos desse Congresso." Informa que um dos preletores, Paulo Breda Filho[70], presidente do Conselho de Imprensa da Igreja, corrigiu o tema do encontro, que era "Fidelidade a Cristo ou à Igreja?" para "Fidelidade a Cristo e à Igreja", pois, "neste campo as duas coisas se confundem." Breda teria usado o texto bíblico do Apocalipse comparando o pastor da Igreja de Esmirna[71] com Boanerges Ribeiro e a Igreja de Esmirna com a IPB, "enaltecendo as qualidades do Presidente e taxando de infiéis (e outros adjetivos), àqueles que se lhe opõem". Outro preletor, também usando Apocalipse, cita a Igreja de Laodicéia[72] e "procurou, aos berros, enquadrar à Igreja de Laodicéia, todos os crentes, pastores e Igrejas que não se submetem às autoridades da IPB" (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1976, p. 5). As ilações são claras: Boanerges Ribeiro seria o que sofria tribulação por causa dos inimigos de dentro da própria igreja que se constituíam em "sinagoga de Satanás", como ocorria em

[70]Paulo Breda Filho (1924 – 1991) fez parte do grupo mais íntimo de Boanerges Ribeiro. Foi eleito presidente do SC duas vezes, em 1978 e em 1982. Foi Chanceler e Reitor da Universidade Mackenzie.

[71]O texto bíblico de Apocalipse 2, versículos 8 – 11: "Ao anjo da igreja em Esmirna escreve: Isto diz o primeiro e o último, que foi morto e reviveu: Conheço a tua tribulação e a tua pobreza (mas tu és rico), e a blasfêmia dos que dizem ser judeus, e não o são, porém são sinagoga de Satanás. Não temas o que hás de padecer. Eis que o Diabo está para lançar alguns de vós na prisão, para que sejais provados; e tereis uma tribulação de dez dias. Sê fiel até a morte, e dar-te-ei a coroa da vida. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas. O que vencer, de modo algum sofrerá o dano da segunda morte."

[72]Apocalipse 3.14–22: "Ao anjo da igreja em Laodicéia escreve: Isto diz o Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o princípio da criação de Deus: Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente; oxalá foras frio ou quente! Assim, porque és morno, e não és quente nem frio, vomitar-te-ei da minha boca. Porquanto dizes: rico sou, e estou enriquecido, e de nada tenho falta; e não sabes que és um coitado, e miserável, e pobre, e cego, e nu; aconselho-te que de mim compres ouro refinado no fogo, para que te enriqueças; e vestes brancas, para que te vistas, e não seja manifesta a vergonha da tua nudez; e colírio, a fim de ungires os teus olhos, para que vejas. Eu repreendo e castigo a todos quantos amo: sê pois zeloso, e arrepende-te. Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz, e abrir a porta, entrarei em sua casa, e com ele cearei, e ele comigo. Ao que vencer, eu lhe concederei que se assente comigo no meu trono. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas."

Esmirna, sendo os que não concordavam com a direção eclesiástica aqueles que estariam perto de serem vomitados da boca divina, como em Laodicéia.

Depois dessa digressão para entender a força e a luta interna que a Igreja vivia, considerando a importância do sermão pregado, deve-se retornar à avaliação que Joás Araújo fez da reunião: "O Supremo Concílio que eu vi". Diz que se não conhecesse o Presbítero Eduardo Lane, "diante do quadro pintado, penderia para o *status quo*" (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 2). Na edição seguinte, destaca que "foi com real angústia e desapontamento que vi meu advogado e amigo apresentar a medida cautelar" (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1975, p. 3). Mesmo frustrado por ver a ação judicial na vida interna da IPB, o pastor acaba por sucumbir aos fatos, declarando que no decorrer dos trabalhos percebeu que o advogado havia agido de forma correta, pois os Presbitérios de Campo Formoso, Itabuna e Sergipe foram totalmente prejudicados e não puderam votar. O outro Presbitério, o de Salvador, já havia recebido punição anterior, transferido do Sínodo Bahia-Sergipe e, punido, não participaria da reunião. Argumenta e faz contas procurando demonstrar que, em um colégio eleitoral de 292 votantes, com a diferença de 15 votos a favor do vitorioso, Boanerges Ribeiro, a presença dos presbitérios impedidos de votar poderia mudar o resultado. Se os presbitérios estivessem com a delegação completa, teriam ao menos mais 16 votos, pois são quatro votos por presbitério, com a possibilidade de se ter mais dois representantes no caso de a membresia ultrapassar a cota de dois mil membros.[73] Isso poderia, no mínimo, empatar o pleito. De qualquer modo, vê-se que a IPB estava, neste momento, bem dividida.

No número dez do JP aparece a sexta edição da visão de Joás Dias de Araújo sobre o Supremo Concílio. Derrotados na eleição presidencial do Supremo Concílio, com os fatos apontados aqui, como a dissolução de concílios, o sermão aterrador e as declarações oficiais da Igreja, o grupo cresceu ao redor de Eduardo Lane e procurou um lugar para se encontrar. Foram acolhidos pela Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e seu pastor, Márcio Moreira. A reunião foi presidida pelo próprio Joás Araújo e por Joaquim Beato: "Tive o privilégio de, ao lado do ilustre teólogo e ministro da Palavra, Rev. Joaquim Beato, orientar aquela reunião de irmãos marcada por fortes emoções." Relata no texto que um dos presbíteros da igreja local chegou à reunião carregando uma pesada corrente e ouviram

[73] A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil foi estabelecida em 1950, sendo a que regia as atividades eclesiásticas na época estudada e ainda vigente. Estabelece o seu Artigo 90: "A representação do Presbitério ao Supremo Concílio será constituída de dois ministros e dois presbíteros, até dois mil membros e mais um ministro e um presbítero para cada grupo de dois mil membros".

estarrecidos que fora colocada por autoridades da IPB para fechar o templo e impossibilitar que qualquer reunião acontecesse lá. (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, p. 5).

3.5 Divulgação de Documentos Conciliares

O *JP* começou, em janeiro de 1975, a noticiar as tentativas conciliares e legais no sistema eclesiástico por parte dos Sínodos e presbitérios oposicionistas de interferirem e mudar a situação que consideravam incorretas. Nessa edição, foi transcrito o documento do Sínodo Espírito–Santense, com o título "Sínodo toma posição". São vinte "considerandos" que embasam e justificam a decisão do Sínodo, dissolvido pela Igreja. Consideram-se "a natureza claramente punitiva de tal resolução", a ausência do devido processo para a dissolução, a falta do direito de defesa, a falta de observância de diversos artigos da Constituição da Igreja (que são alistados), o fato de o concílio jamais ter sido "obstinado e intransigente". A resolução declara "nula de pleno direito" a dissolução do Sínodo; declara que os Presbitérios jurisdicionados pelo Sínodo Espírito-Santense não atenderão a convocação de qualquer outro Sínodo; e, por fim, conclama toda a Igreja, através de seus concílios, a defender "a legalidade e a ordem"; a se colocar em pé "contra o abuso do poder pessoal e autocrático" e "contra o reinado da difamação, da vingança pessoal, da delação, da perseguição, da opressão, do ódio e do terror." Finalmente, conclama os presbiterianos a defenderem "a vida comum na paz e na unidade do Espírito Santo", o "reinado do amor fraterno" e o "direito de obediência e submissão, sem reservas, à vontade soberana de Deus." (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 4).

Na mesma edição, surge a seção "DOCUMENTÁRIO" (sic), que transcreve resolução do Presbitério do Rio de Janeiro, outro importante foco de resistência. O Presbitério comenta à luz da Constituição da Igreja algumas resoluções tomadas pela Comissão Executiva e pelo Supremo Concílio na reunião de Belo Horizonte. Primeiramente, considera ilegal a dissolução do Sínodo Bahia-Sergipe por ter sido tomada pela Comissão Executiva, contrariando o que preceituam os documentos constitucionais que determinam o fórum adequado para tal decisão. A seguir, considera ilegal o "Ato de Verificação de Poderes" para a reunião ordinária do Supremo Concílio, apontando diversas irregularidades, pois a Mesa da Comissão Executiva estabeleceu critérios de representação sinodal quando a representação ao Supremo Concílio deve ser presbiterial; portanto, "só este fato torna ilegal a constituição da Magna Assembleia." A terceira resolução do Presbitério do Rio de Janeiro contesta e pronuncia como ilegal a decisão do Supremo Concílio de tornar passíveis de "disciplina os membros da Igreja

que participarem, como testemunhas, em casamentos realizados pela Igreja Católica Apostólica Romana", considerando que infringe o artigo das Constituição da Igreja que determina que nenhum concílio pode tomar decisões "contrárias à Palavra de Deus" e que "obriguem a consciência dos crentes." O Sínodo contesta ainda outras resoluções como autoritárias e casuísticas (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 5).

Pode-se perceber que algumas das críticas que eram feitas ao regime militar estavam também presentes no ambiente interno da IPB. O autoritarismo, os casuísmos, a manipulação das leis e o personalismo corrupto eram críticas feitas aos militares e estão presentes na discussão interna dos presbiterianos. Deve ser destacado que aparece nos documentos do Presbitério do Rio de Janeiro o tema do ecumenismo. A posição fortalecida e sólida não apenas critica o ecumenismo, como fizera anteriormente, mas decide e define regras para impedir até o contato social dos crentes com o catolicismo. O ecumenismo era como pedra de toque para avaliar a pureza doutrinária dos membros e pastores.

Os representantes do Presbitério de Campinas que foram à Reunião Ordinária do Supremo Concílio na cidade de Belo Horizonte, em julho de 1974, apresentaram relatório ao Presbitério, em sua reunião de janeiro de 1975. O relatório foi transcrito no *JP* historiando desde a véspera da abertura do Supremo Concílio, os votos de protesto e o sentimento de que "foi a reunião de Belo Horizonte lamentável reflexo do estado de coisas que a atual direção implantou na IPB, reunião estéril, prejudicada e inoperante, o plenário apreciando matéria relevante apenas por dois períodos." Deseja que o Presbitério faça "cuidadoso exame e pronunciamento", pois as resoluções "refletem linhas tendenciosas." Informa-se que os representantes do Presbitério votaram contra a censura à SBB e à edição de *A Bíblia na Linguagem de Hoje*, exceto Waldyr Luz, que se absteve declarando "insuficiência de informações" para se posicionar (JORNAL PRESBITERIANO, julho de 1975, p. 8).

A dissolução de concílios provocou a necessidade de rearranjo, pois as Igrejas locais continuariam a existir com seus membros, presbíteros e pastores e deviam estar ligadas a um presbitério. Se o próprio presbitério foi dissolvido, as Igrejas locais ou deveriam ser transferidas ou reagrupadas em novos presbitérios. A Comissão Executiva do Supremo Concílio, reunida extraordinariamente em outubro de 1974, precisou resolver questões pendentes das dissoluções ocorridas na reunião de Belo Horizonte. Parte do Presbitério de Vitória tomou posição e a Ata da Comissão Executiva registra que um grupo "tratara de registrar em Vitória, Espírito Santo, uma sociedade civil à qual denominaram 'Sínodo Espiritossantense". O documento da IPB esclarece que "não existe na Igreja Presbiteriana do Brasil Sínodo algum com esta denominação visto que o 'Sínodo Espiritossantense' foi

dissolvido." Resolve "declarar que não possui qualquer relação com o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, uma Sociedade Civil organizada em Vitória, Espírito Santo, com o nome de 'Sínodo Espiritossantense', em data de 1 de agosto de 1974, conforme o Diário Oficial do Espírito Santo, de 03 de agosto de 1974, página 12". A seguir, promove a redistribuição de Igrejas entre outros Sínodos determinando divulgação ampla por carta e pelo *BP* "bem como em órgãos da imprensa secular da região." (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-74E3-002).

Os Presbitérios de Vitória e de Colatina sofreram mais um golpe em 1975. A decisão da Comissão Executiva que criava e reorganizava Sínodos e presbitérios trouxe em um de seus itens: "Transferir à jurisdição do Sínodo de São Paulo os concílios eclesiásticos Presbitério de Vitória e Presbitério de Colatina" (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-75E1-001). Como a organização de Presbitérios e Sínodos sempre obedeceu a situação geográfica, de modo que um Sínodo é composto por concílios próximos e limítrofes territorialmente, ocorre a estranha situação na qual um presbitério passa a pertencer a um Sínodo distante de sua região geográfica. Quando o Presbitério de Colatina protestou perante a Comissão Executiva sobre a estranha situação, recebeu como resposta: "tomar conhecimento e encaminhar ao Sínodo de São Paulo, para as devidas providências". (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-76-047). Essa distribuição era política, não geográfica.

Como o Presbitério de Vitória promoveu alterações em seu estatuto procurando safar-se de outras interferências da alta direção da IPB, a Comissão Executiva reconhece a decisão do Sínodo de São Paulo de encarar o fato como desligamento voluntário daquele Presbitério. A argumentação é que "o Presbitério de Vitória, de fato e de direito, desvinculou-se da Igreja Presbiteriana do Brasil, ao registrar as alterações de seu Estatuto." (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-76-050). Essa decisão foi motivada por interpelação do Presbitério de Campinas que apresentou formalmente pedido de reconsideração da matéria. O Presbitério criticava a argumentação de desligamento por alteração do Estatuto por constar claramente nesse estatuto que "O Presbitério de Vitória é filiado à Igreja Presbiteriana do Brasil". Entende o Presbitério de Campinas ser "injustificável que resolução tão séria, de eliminar do seio da IPB um concílio inteiro, com história e tradição formadas, sem que tal ato se baseie sobre um único artigo da C.I ou do C.D."[74] A Comissão Executiva critica o Presbitério de Campinas, no qual "o assunto foi abordado de forma nitidamente parcial." A solicitação do

[74]C.I. – Constituição da Igreja; C.D. – Código de Disciplina da Igreja

Presbitério e a resposta foram integralmente transcritas no *JP*. (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 8).

O Presbitério de Campinas, em julho de 1975, resolveu solicitar esclarecimentos sobre dois de seus membros, os pastores Waldyr Carvalho Luz e Américo Ribeiro, demitidos do Seminário. Na ordem interna da IPB, os professores dos Seminários são eleitos pelo plenário do Supremo Concílio para a função e, sem ocorrência de falta grave por parte dos professores, não se poderia modificar a decisão anterior. O Presbitério quer saber se há alguma falta a fim de tomar medidas cabíveis disciplinares. Se não há nada a ser declarado neste sentido que se apresentasse, "com a máxima urgência", uma "completa exposição dos motivos e razões que determinaram o afastamento dos professores do exercício da docência do SPS." A lacônica resposta foi "encaminhar ao Conselho Deliberativo do Seminário Presbiteriano do Sul, solicitando que preste as informações solicitadas pelo Presbitério de Campinas, quando julgar oportuno." O *JP* grifa esse final do documento, "quando julgar oportuno", comparando com outras decisões com prazo estabelecido para o cumprimento, entendendo que "é patente a displicência intencional." (JORNAL PRESBITERIANO, abril de 1976, p. 8).

A questão de demissões no Seminário Presbiteriano do Sul era uma questão que vinha se estendendo desde anos anteriores e mostra o conflito ideológico e teológico instalado no seio da IPB, bem antes do Supremo Concílio de 1966. Ao final da década de 1950, uma crise nas relações do Seminário com Richard Shaull provocou a preparação de um dossiê pelo Reitor e intensa troca de correspondências entre as partes envolvidas, quais sejam, o Reitor, Júlio Andrade Ferreira, o missionário Richard Shaull, o Presidente do Supremo Concílio, José Borges, o representante da Missão Brasil Central, Raymond Pittman, além de outras autoridades eclesiásticas. No dossiê, Ferreira enuncia que há "um brilho excepcional do rev. Shaull como professor" (DOSSIÊ, MUSEU E ARQUIVO PRESBITERIANO REV. JÚLIO ANDRADE FERREIRA, p. 6) e para confirmar inclui no documento a edição especial do jornal estudantil, CAOS,[75] publicado em homenagem ao professor. Um dos escritores era Rubem Alves que disse assim: "Não há colega que se sinta tranquilo após sofrer, durante os cincoenta minutos de aula, o bombardeio da realidade cristã, que nos atinge a medula dos ossos, que nos vem através deste professor-apóstolo" (DOSSIÊ, MUSEU E ARQUIVO PRESBITERIANO REV. JÚLIO ANDRADE FERREIRA, p. 13). No entanto, apesar de defendê-lo no "Dossiê", o próprio Reitor afirma o "problema de suspeitas sobre a

[75]CAOS, "Centro Acadêmico Oito de Setembro". A data faz referência ao dia da criação do Seminário, 08/09/1888, e ao "Dia do Seminarista", 08/09. A palavra formada, caos, é brincadeira peculiar de estudantes.

legitimidade e conveniências dos métodos de evangelização preconizados por ele" (DOSSIÊ, MUSEU E ARQUIVO PRESBITERIANO REV. JÚLIO ANDRADE FERREIRA, p. 5).

Quais são esses métodos? A resposta não parece difícil, pois Shaull é considerado um dos precursores da Teologia da Libertação. Um livro publicado sobre isso traz, no título, o que o teólogo significou para a teologia latino-americana: *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação* (SHAULL, 1985), organizado por Rubem Alves e, sintomaticamente, publicado em conjunto por CEDI[76], CLAI e Programa de Ecumênico de Pós-Graduação em Ciência da Religião.[77] Suas ideias afinavam-se com o pensamento de responsabilidade social, porém, usava a análise marxista da sociedade e instrumental das ciências humanas para interpretar o mundo. Suas leituras indicavam que poderia ser facilmente acusado de liberalismo. Jovelino Ramos fala sobre suas aulas:

> tínhamos de ler uma infinidade de livros de gente viva – Karl Barth, Emil Brunner, Rudolph Bultmann, C.H. Dodd, D.T. Niles, Reinhold Niebuhr, Richard Niebuhr, Miguez Bonino, Gutierrez Marin, além dos obras do mártir Bonhoeffer, dos livros de Kafka e de uma multidão de ensaios católicos. (SHAULL, 1985, p. 27).

Ler "gente viva" como Ramos dizia, significava fazer da teologia algo presente, contextualizado, não apenas a repetição do que se falou nos antigos períodos da história e da teologia, mas o que a teologia significa para o presente. Trazendo suas discussões teóricas para a prática, levou estudantes para trabalhar em fábricas na cidade de São Paulo, procurando novas linguagens, mais próximas do povo, para apresentar o evangelho transformador que transforma a sociedade também. Foi um dos precursores de atividades ecumênicas práticas como reuniões conjuntas entre protestantes e católicos. Tais coisas levaram Shaull a uma série de dificuldades com líderes presbiterianos que viam nele falta de ortodoxia, posições teológicas modernistas e pensamento marxista, itens a corroer a teologia sadia.

Quando o Supremo Concílio aprovou a criação da Comissão Especial de Seminários e desconsiderou documentação encaminhada pelo SPS, em 1966, houve reação da direção e do corpo docente. Júlio A. Ferreira, Eliseu Narciso, Francisco P. Alves e Samuel M. Barbosa foram demitidos e requereram direitos junto à Justiça do Trabalho. O Sínodo Oeste de São Paulo, que jurisdicionava o Presbitério de Campinas, levou à Comissão Executiva do Supremo Concílio do ano seguinte o assunto relativo aos professores. Solicitou-se aos professores "se dirigirem à Assembléia do SPS com o fim de apresentarem, em forma de 164

[76]CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Foi criado por grupo ecumênico de diversas denominações, em geral, já sem ligação com suas igrejas por ideias ecumênicas e de responsabilidade social.
[77]Mais informações sobre Richard Shaull em: SHAULL, 2003; FARIA, 2002; e SOUZA, 2005.

documentos, as alegadas 'falhas que tornaram irrita e nula a medida' tomada pela dita Assembléia." Diz o documento da Comissão Executiva que todos os direitos estariam assegurados aos ministros, mas estranha "a decisão do SOP[78] de 'determinar que o Presbitério de Campinas patrocine a causa de seus obreiros atingidos por aquela medida, perante a justiça comum'." O Sínodo se colocou ao lado do Presbitério sob sua jurisdição e ao lado dos pastores defendidos pelo Presbitério. A decisão da Comissão Executiva tratou também dos alunos que tinham sido afastados do Seminário, informando que poderiam voltar "tão cedo quanto" se dispusessem a "submeter-se à ordem e disciplina condizentes com as normas, éticas do Evangelho, esposadas pelas tradições espirituais da Igreja Presbiteriana." Por fim, ameaçou o Sínodo e o Presbitério de outras sanções se continuassem a defender os ministros e os ex-alunos rebeldes. (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-67E1-005)

Um longo texto aprovado em Assembleia Geral pela IP do Ibes, do Presbitério de Vitória, foi publicado em quatro números consecutivos do jornal (JORNAL PRESBITERIANO, agosto, setembro, outubro de 1976 e janeiro de 1977). É uma "Proclamação" endereçada à Igreja Presbiteriana no Brasil. Analisa a crise, entendendo ser parte da vida humana e da Igreja. No entanto, a solução para os problemas não vinha mais respeitando as hierarquias conciliares, uma vez que é no presbitério que se deve encontrar a fonte do sistema presbiteriano, não no Supremo Concílio, como vinha acontecendo. Demonstrando coragem e ousadia pouco comum para a época, o texto continua sua avaliação dizendo que a crise da IPB não era coisa isolada, mas "produto de circunstâncias" e "ligada à crise existente em nosso próprio país e no próprio mundo de hoje. Quando oramos pela Igreja, pela Pátria e por todo o mundo, estamos reconhecendo nossa consciência do interligamento todo que vivemos." A Igreja deveria auxiliar a Pátria na solução de seus problemas, mas, para ter autoridade e moral para isso, deveria, primeiramente, resolver seus graves problemas internos. Esses problemas se agravaram muito com as imposições que feriam o funcionamento do sistema presbiteriano. "Esta tendência de imposições tem sido marcantemente observada a partir de 1966, quando da eleição do Rev. Boanerges Ribeiro à presidência do Supremo Concílio." (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1976, p. 8).

Em 1977 o Presbitério de Jundiaí decidiu-se pelo desligamento da IPB. O *JP* traz, na capa, a notícia e os documentos prolatados, documentação que ocupa ainda quase toda a última página. O Presbitério deu as razões, alistando as dissoluções de Sínodos e presbitérios e as transferências de igrejas e de presbitérios para outros concílios sem justificativas

[78]SOP – Sínodo Oeste de São Paulo

cabíveis. Todas essas atitudes poderiam ser tomadas após processos regulares, mas foram estabelecidas apenas com informações da presidência do Supremo Concílio. O Presbitério de Jundiaí acabara de ser também atingido por tais medidas. Igrejas foram transferidas para outro Sínodo, sem nenhuma comunicação prévia com o Presbitério.

É importante registrar que, no sistema de governo presbiteriano, essa é uma situação absolutamente anômala. Algumas igrejas do Presbitério de Jundiaí foram transferidas para o Sínodo de São Paulo, quando igreja local não é membro de Sínodo, mas de presbitério. O documento também lembra isto ao perguntar: "Em que dispositivo legal se basearam as autoridades da Igreja para transferir Igrejas de um Presbitério para um Sínodo? Sínodos não jurisdicionam Igrejas, mas Presbitérios". A resolução do Presbitério assim se expressa:

> a) Desligar-se oficialmente da Igreja Presbiteriano do Brasil e constituir-se em Concílio autônomo e independente, enquanto perdurar esse estado de cousas e para isso resolve modificar seus Estatutos de acordo com sua nova organização;
> b) Resolve ainda comunicar essa resolução aos Concílios Superiores dos quais se desliga nesta data, deixando de reconhecer neles qualquer autoridade e direito de intervenção dentro dos limites de sua jurisdição.
> E para que este documento produza efeito legal, determina que seja registrado em Cartório.
> O PJDI[79] nomeia seu bastante procurador, o Rev. Dr. ENOS RIBEIRO DE BARROS, com plenos poderes para representá-lo em Juízo ou fora dele. (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1977, p. 1 e 8).

Em setembro de 1977 o *JP* noticia a Reunião do Presbitério de Vitória que foi realizada à revelia da IPB, já que o Presbitério havia sido transferido e que depois da mudança de estatutos foi considerado desligado da Igreja. Nessa reunião, o Presbitério de Vitória recebe representantes do Presbitério de Jundiaí que acabara de se desligar da IPB. Resolveu-se, então, convocar uma "Reunião Preparatória visando reorganização do trabalho presbiteriano" que deveria ocorrer de "29 a 31 de outubro de 1977", na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória - ES. (JORNAL PRESBITERIANO, setembro de 1977, p. 1).

O *JP*, na edição seguinte, noticia o "Encontro de Presbiterianos – A Igreja do Futuro", sobre a reunião convocada e realizada. Não se trata de um documento conciliar, mas discute a reunião. Nota-se que a data escolhida para sua realização foi o final do mês de outubro, data simbólica para o protestantismo mundial, na qual se comemora o aniversário da Reforma Protestante, quando Lutero afixou as 95 Teses e libertou os crentes das amarras do catolicismo, como a data é lembrada. Liberdade de consciência e livre expressão do pensamento estão no imaginário protestante como conquistas da Reforma do século XVI.

[79]PJDI – Presbitério de Jundiaí

A reportagem, no entanto, mostra uma divergência. Enquanto uma convocação dizia que seria reunião para organizar novo concílio, outra convocação chamava para celebrar a Reforma Protestante. “Isto refletia uma diversidade de perspectivas”, diz Ferreira, o autor da matéria, mas é possível que refletisse mais do que isso e demonstrasse as dificuldades do grupo, as divergências e a dúvida quanto à viabilidade de se organizar um concílio fora da IPB. A notícia informa que a reunião contou com pessoas de “Pernambuco, Distrito Federal, Minas, Goiás, Rio, Bahia, Espírito Santo e S. Paulo” e “eram 36 pastores, 23 presbíteros, 7 diáconos, 9 senhoras com cargos em igreja, 14 presbitérios, fora igrejas autônomas. Isso, da lista inicial, pois durante o encontro, muitas outras pessoas vieram.” Destaca-se que a cada movimento, “a cada nova faceta das ideias e sentimentos emergidos foi-se verificando o acordo fundamental: **o desejo de ser igreja reformada no Brasil”**, com o destaque do próprio jornal. (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1977, p. 1).

A reportagem indica que os discursos e sermões foram apresentados por João Dias de Araújo, Samuel Martins Barbosa, Aureo Bispo dos Santos, Joaquim Beato, Celso Loula Dourado, José Borges dos Santos Júnior e Júlio Andrade Ferreira. “Essa gente conhece Bíblia, teologia e sociedade contemporânea. E como!” (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1977, p. 7). O destaque de Ferreira sobre a capacidade e o conhecimento desses líderes tinha razão de ser. O próprio Júlio A. Ferreira era, além de pastor, professor de Sociologia no Estado de São Paulo. Araújo, Barbosa, Santos, Beato e Dourado foram professores em universidades privadas e públicas. Joaquim Beato e Celso Loula Dourado tiveram mandatos eletivos de Vereador à Senador. Os nomes são de pessoas que vinham se dedicando ao ecumenismo, ação social e reflexão sobre a responsabilidade social. Enfim, eram os ecumenistas e esquerdistas que a IPB pretendia expurgar.

3.6 Embates na Justiça

Viu-se que o Presbitério de Campinas usou o recurso jurídico de uma medida cautelar para garantir o seu direito de tomar assento na Reunião Ordinária do Supremo Concílio de 1974. O uso da Justiça comum para resolver entraves e disputas não era novidade na IPB. Em 1903, quando ocorreu a divisão dos presbiterianos em dois grupos e surgiu o Presbitério Independente, a futura Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em diversas cidades ocorreram disputas judiciais, especialmente pela posse do templo. O grupo que permanecia fiel ao Sínodo Presbiteriano e o grupo que se retirara disputavam a posse da propriedade e, algumas vezes, a disputa se dava em torno do pastorado, pois tanto os independentes como o

Sínodo haviam indicado pastor para um mesmo campo. No entanto, esse recurso sempre foi tido como causador de mais males do que benefícios, tanto para quem perde como para quem ganha. A Igreja sempre apregoou a necessidade de se resolver todas as questões em seus fóruns internos, sem recorrer à Justiça comum, até como testemunho perante a sociedade a ser alcançada e evangelizada. Como evangelizar se a igreja se apresenta dividida e usando recursos que o mundo[80] usa? No entanto, um grupo que se sentisse injustiçado não deixaria de recorrer ao Poder Judiciário. Os dois lados fizeram uso desse recurso.

No terceiro número do jornal, janeiro de 1975, aparece o primeiro caso de disputa levado à Justiça. A reportagem "Justiça Cível do DF compele SC a apresentar livro e documentos". A ação foi movida pelo Presbitério de Vitória contra a Comissão Executiva do Supremo Concílio por causa da dissolução do Sínodo Espírito-santense, assunto já mencionado neste trabalho. (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1975, p. 6).

Nas edições de maio e de junho de 1975, João Dias de Araújo apresentou à IPB, através do *JP*, o motivo de ter levado a Igreja à Justiça. A última página inteira de cada uma das edições foi usada para cumprir a finalidade, com transcrição de documentos e comentários do próprio João Dias.

> Fui obrigado pela direção da Igreja. Fui constrangido, fui empurrado, fui forçado porque certos órgãos da administração da IPB não queriam obedecer às leis de nossa Pátria. Se eu não levasse a IPB à Justiça do Trabalho, estaria sendo conivente com as injustiças que vêm sendo praticadas contra professores dos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, desde 1966. (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1975, p. 1).

João Dias transcreve diversas correspondências trocadas começando com a que recebeu da Diretoria do Seminário Presbiteriano do Norte, informando de sua demissão, fruto de decisão da Comissão Especial dos Seminários. A Comissão fora criada para gerir a vida dos três Seminários então existentes, especialmente preocupada com a infiltração ecumênica e comunista. João Dias historia os acontecimentos, desde a primeira notificação de sua demissão, em dezembro de 1970, até a decisão final favorável a ele da Justiça do Trabalho, em abril de 1975. A injustiça que o professor do Seminário sofreu foi a tônica dos textos. Não há informações complementares, não existem mais explicações e não se comenta nada além da informação básica oferecida. O pastor e professor, após a demissão, buscou informações sobre o que lhe acontecera. Conversou inclusive com Boanerges Ribeiro e ouviu, conforme

[80] A palavra mundo é usada, em geral, pejorativamente. O mundo social é visto como domínio do diabo. A Igreja deve estar presente para minorar a ação demoníaca no mundo enquanto evangeliza para retirar as pessoas dessa influência e, ao mesmo tempo, aguarda o fim dos tempos e o Reino de Deus futuro, no céu. A Igreja não deve fazer uso de recursos mundanos. O uso da justiça comum entre irmãos é visto como uma das mais negativas práticas mundanas que podem impedir a Igreja de dar testemunho fiel, eficaz e transformador.

relata o próprio Araújo, que o presidente "concordou que a Comissão Especial dos Seminários tinha errado em não me convocar e me aconselhou que solicitasse uma audiência dessa Comissão." Isso foi feito e assim registrado no texto do *JP*: "Compareci à reunião da CES e fui informado das supostas e vagas acusações sem provas que levaram a comissão a determinar minha demissão do SPN." Ninguém prestou qualquer esclarecimento sobre as "supostas e vagas acusações." No entanto, é possível verificar que as acusações, embora não escritas ou oficialmente denunciadas, não eram tão vagas.

João Dias de Araújo era pastor, membro de terceira geração de conhecida família presbiteriana. Filho e irmão de pastor, estudou nos Estados Unidos da América para lecionar no Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife - PE. De tradição presbiteriana, desenvolveu a piedade que pode ser depreendida da composição de sua autoria, a seguir. O título do hino é "Nas mãos de Deus":

> Nas mãos de Deus eu vou sereno e calmo.
> Nas mãos de Deus eu gozo plena paz.
> Vou sossegado até o fim,
> bem sei, Deus cuidará de mim;
> seguro estou nas Suas mãos.
>
> Nas mãos de Deus encontro segurança,
> Nas mãos de Deus certeza eu posso ter.
> De libertar-me de aflições,
> angústias, mágoas e tensões;
> seguro estou nas Suas mãos.
>
> Nas mãos de Deus eu posso ter vitória,
> aqui no mundo, enfim, glória herdar.
> Estou sereno e calmo assim,
> bem sei, quem cuidará de mim;
> seguro estou nas suas mãos. (NOVA CANÇÃO, 1987, p. 109)

Esse tipo de experiência religiosa está inserido na tradição protestante, mas vem de uma nova piedade desenvolvida na Idade Média, que influenciou os principais reformadores. Eckhart de Hocheim, mais conhecido como Mestre Eckhart, intelectual dominicano falecido em 1328, professor na Universidade de Paris, escreveu textos que, sem deixar de demonstrar agudeza intelectual, tratavam da comunhão do crente com Deus, em linguagem teológica, a "união mística" entre Cristo e os membros da Igreja. Próximo de sua morte, foi condenado como herege; porém, seus textos influenciaram muitos cristãos nos séculos seguintes. Outro importante texto foi "Imitação de Cristo", do monge Tomás de Kempis, escrito na primeira metade do século XV. Destinado principalmente aos monges, acabou se tornando um manual sobre a comunhão do crente com Deus lido por cristãos até os dias atuais.

Os principais reformadores foram leitores desses e de outros místicos. Na história do protestantismo o pensamento de comunhão com um Deus presente e atuante nas mais diversas situações da vida humana esteve sempre presente, aparecendo, recorrentemente, de forma ainda mais forte em movimentos como o pietismo alemão e o puritanismo inglês. Esses movimentos estão na origem do protestantismo missionário e, muito claramente, no presbiterianismo que foi trazido para o Brasil, já descrito. O hino composto por João Dias demonstra sua piedade pessoal e o coloca como um fiel absolutamente normal dentro da experiência religiosa do presbiterianismo brasileiro. Deste ponto de vista, o pastor não poderia ser considerado nenhum herege; não há nenhuma doutrina desviante.

O teólogo, escritor, poeta e autor de diversas letras de músicas sacras, escreveu a letra desse hino em 1952. No entanto, as mudanças sociais pelas quais o país passava, o engajamento de João Dias com a população e as questões sociais e a pesquisa teológica sempre presente na vida do intelectual protestante fez com que o pastor estivesse profundamente envolvido com o movimento de responsabilidade social da Igreja e do cristão. Outras letras de hinos compostas, anos depois, já apresentam características muito mais claras e amplas de preocupações sociais. Os dois hinos a seguir foram escritos em 1967, embora só musicados em 1974. A data da composição é um elemento importante e esclarecedor do momento em que foi produzida. O primeiro hino é “Megalópolis”:

> Nesta grande cidade vivemos,
> Onde muitos estão a lutar;
> Entre insônia e o trabalho constante
> Para o pão cotidiano ganhar
>
> Nesta grande cidade que cresce,
> Há milhares sem fé sem amor,
> Que precisam da graça de Cristo
> Pra viver uma vida melhor
>
> Nesta grande cidade
> Há milhares sedentos de luz;
> Multidões sem ouvir a mensagem
> Do poder salvador de Jesus
>
> Cresce, cresce cidade gigante!
> Crescem fábricas, arranha-céus!
> Mas não podes crescer desprezando
> O Evangelho do Cristo de Deus
>
> Nesta grande cidade onde há crimes
> Onde há fome dinheiro e desilusão,
> Nós, os filhos de Deus, fomos postos
> Como luz a indicar salvação. (NOVA CANÇÃO, 1987, p. 136)

A segunda, mais contundente, recebe o título da primeira frase, “Que estou fazendo”:

> Que estou fazendo se sou cristão,
> Se Cristo deu-me o seu perdão?
> Há muitos pobres sem lar, sem pão,
> Há muitas vidas sem salvação.
> Mas Cristo veio pra nos remir,
> O homem todo, sem dividir:
> Não só a alma do mal salvar,
> Também o corpo ressuscitar.
>
> Há muita fome no meu país,
> Há tanta gente que é infeliz,
> Há criancinhas que vão morrer,
> Há tantos velhos a padecer.
> Milhões não sabem como escrever,
> Milhões de pobres não sabem ler:
> Nas trevas vivem sem perceber
> Que são escravos de um outro ser.
>
> Que estou fazendo se sou cristão,
> Se Cristo deu-me o seu perdão?
> Há muitos pobres sem lar, sem pão,
> Há muitas vidas sem salvação.
> Aos poderosos eu vou pregar,
> Aos homens ricos vou proclamar
> Que a injustiça é contra Deus
> E a vil miséria insulta os céus. (NOVA CANÇÃO, 1987, p. 113)

Vê-se, portanto, que João Dias de Araújo, não negando necessariamente a piedade demonstrada no hino composto quinze anos antes, desenvolve uma preocupação piedosa e teológica com as questões sociais, estando plenamente enquadrado nos desenvolvimentos teológicos dos movimentos missionário e ecumênico, bem como do protestantismo europeu e norte-americano, mais ainda nos primórdios da Teologia da Libertação. Sua atuação no magistério teológico e suas reflexões acerca das questões sociais o levaram a participar como um dos palestrantes da Conferência do Nordeste de 1962. Esta Conferência, com participação de pessoas dos diversos continentes, foi organizada pela Confederação Evangélica do Brasil e seu tema foi “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, tendo produzido dois livros com a mesma capa em estilo de literatura de cordel (ANEXO 2). O tema e a capa demonstram a preocupação com as lutas sociais. A palestra de João Dias tinha como título “A Revolução no Reino de Deus: conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sobre o Reino de Deus” (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p 33 – 57). Nessa palestra, o autor critica a postura fundamentalista:

> A tarefa da Igreja seria entrar, por exemplo, nos mocambos e dizer: “Jesus é o Salvador”. A tarefa terminaria na simples proclamação. O resto não compete à Igreja, mas ao governo e às instituições de caridade. Uma das

> maiores heresias afirmadas abertamente por muitos cristãos chamados ortodoxos e fundamentalistas é que a "Igreja nada tem a ver com os problemas sociais". Dizer isto é mutilar o Evangelho de Cristo e a mensagem do Reino de Deus. (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p. 44).

Pouco depois, cita importante filósofo e teólogo alemão: "Como afirma Ernest (sic) Troeltsch[81]: 'contudo, um dos permanentes do ensino de Jesus foi esta ideia de um Comunismo de Amor. Esta ideia contém um elemento revolucionário..." Comenta a interpretação que se deu tradicionalmente às palavras de Jesus quando diz que "os pobres sempre os tendes convosco" (Mateus capítulo 26, versículo 11). "Muitos têm usado estas palavras para apoiar sistemas econômicos injustos, desprezar os miseráveis. Jesus não estava defendendo a eternidade da pobreza" (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p. 46). Na sequência desse pensamento, conclui que "melhorar a condição humana em todos os sentidos foi o anelo constante de Jesus". (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p. 48).

João Dias avalia que a justiça é um dos mais importantes aspectos do conceito de Reino de Deus. Jesus lutou pela justiça, criticando a sociedade, os políticos e os sacerdotes de sua época. No entanto, "a igreja tem apoiado sistemas econômicos e políticos opressores, ou se tem silenciado pecaminosamente, muitas vezes diante da injustiça, da opressão do homem pelo homem. Chegou ao ponto de, quando um cristão começa a falar em justiça, ser considerado inimigo do cristianismo e elemento perigoso para a 'sociedade cristã democrática.' Mas o Reino de Deus, anunciado por Jesus, é o grande Reino da Justiça, por isso é um Reino revolucionário." (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p. 48 - 49). O teólogo conclui sua palestra assim:

> Como filhos do Reino de Deus somos parte da rebelião dos tempos atuais. Devemos estar na vanguarda dos movimentos de transformação do mundo contemporâneo. O clima revolucionário do Século XX é percebido através da revolução marxista-leninista, da revolução do proletariado, da revolução racista, da revolução nacionalista, da revolução da autodeterminação, etc. Dentro desse vulcão em ebulição está operando a revolução do Reino de Deus, isto é, a soberania de Deus sobre a História, dando a diretriz segura para a humanidade no presente e no porvir. . (CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, 1962, p 57).

[81]Ernst Troeltsch (1865 – 1923), filósofo, teólogo e sociólogo alemão, desenvolveu o pensamento de Weber sobre Igreja e Seita. Estudou, entre outros temas, as questões sociais e a Igreja. A obra considerada referência para os estudos históricos do cristianismo é *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen*, traduzido para o inglês como *The Social Teachings of the Christian Church*, dois volumes com mais de mil páginas.

3.7 Questões teológicas

Ao se expor a demissão de João Dias de Araújo, vê-se que as questões teológicas são claras nas disputas internas do presbiterianismo, embora nem sempre evidenciadas. A teologia implica uma ideologia, um ambiente onde é produzida; tem um lugar social. Essas questões eram candentes antes de 1964. Após o Supremo Concílio de Fortaleza, em 1966, as decisões deixariam cada vez mais clara e objetiva a luta contra os ecumenistas e os esquerdistas.[82]

Apesar da dissolução de concílios e despojamento de pastores, os atingidos continuaram a manter as atividades eclesiásticas fora da IPB. Assim, mesmo após a dissolução do Sínodo Bahia-Sergipe e do Presbitério de Salvador, o *JP* noticia a continuação das atividades. Uma das Igrejas do Presbitério de Salvador, a I.P. Valério Silva, na capital baiana, celebrou aniversário de organização que foi noticiado, com um pequeno histórico e descrição de atividades realizadas. A reportagem narra o trabalho ativo e diz que a liderança é coesa com "a grande administração do Rev. Celso Loula Dourado." Esse pastor foi despojado do pastorado da IPB e recebeu palavras de desagravo: "Temos a imensa satisfação de continuarmos contando com o Reverendo Celso Loula Dourado. Reconhecendo que o Reverendo pela sua fidelidade ao evangelho muito tem contribuído com suas palavras e atitudes para a missão profética da Igreja de Cristo" (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 3).

A locução "missão profética" foi fartamente utilizada pelo movimento ecumênico, pelos evangelicais e pela Teologia da Libertação com o significado da tarefa que a Igreja tem de falar à sociedade e aos poderosos sobre as injustiças e o desejo divino pela justiça. A fala deve ser acompanhada de ação, agindo-se politicamente, se necessário. A reportagem citada informa que o pastor era "servo dedicado e solidário com os mais humildes, ajudando a tirar documentos de vários irmãos que viviam dependendo economicamente da Igreja"; que já havia conseguido aposentadoria para várias pessoas; reporta ainda seu depoimento ao relatar sobre a criação de "um Ambulatório onde estamos assistindo os nossos irmãos e as pessoas mais pobres do bairro." No entanto, é importante destacar o final do texto, pois contém uma reflexão teológica que, por singela que seja, não perde seu valor, expressa um ponto de vista sobre eclesiologia e missiologia, isto é, o que é ser igreja e qual sua missão. Tais cogitações teológicas estão na base do conflito estabelecido como já foi visto. Vejamos a argumentação:

[82]O capítulo quatro do livro *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro* mostra tal disputa antes de 1964 e a conformação que tomou entre 1964 e 1966 (SOUZA, 2005).

> Com efeito, o Deus que conhecemos na Bíblia é um libertador que destrói os mitos e as alienações. Um Deus que intervém na história para quebrar as estruturas de injustiça e suscita profetas para assinalar o caminho da justiça e da misericórdia.
> O que nos diz a Bíblia? A Bíblia vaticina uma era de justiça para os oprimidos, quando o homem na terra não fará violência; O Senhor fará brotar justiça, e as nações a verão. E que o Senhor pede de ti, ó homem, senão que pratiques a justiça?
> Esta foi a pregação dos profetas e de Jesus; de Jesus e dos apóstolos. Justiça foi o tema do Monte,[83] onde o Senhor lançou os distintivos do Reino e suas condições de cidadania (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 3).

A reportagem é assinada pelo Secretário do Conselho da Igreja, Antidio Oliveira Santos. Em um curso de especialização em História da UFB encontramos um trabalho sobre o uso de imagens para estudar o "Comitê de Desempregados em Salvador em outubro e novembro de 1983." Entre os militantes aparece o nome de Antidio Oliveira Santos, representando o "Centro Comunitário Valério Silva" e identificado como "Presbítero". Isto é, seu papel, anos mais tarde, ainda seria entendido como uma tarefa oriunda da fé evangélica.[84]

Eudaldo Lima, de quem já nos ocupamos nas páginas anteriores, volta ao *JP* e critica o desconhecimento que a direção da Igreja e muitos presbiterianos demonstram do verdadeiro calvinismo, estando inseridos em "um certo calvinismo de segunda mão, um tipo insulso de pietismo que veio desaguar no atual fundamentalismo que promete ao homem angustiado, faminto, analfabeto e doente, um lugar no céu, mas tudo lhe nega nesta vida." (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 4). Argumenta que a IPB teria deixado a mensagem profética de transformação do mundo e de mudança na vida do povo sofredor desde 1966.

Ao lado do artigo de Eudaldo Lima, outro levanta "A questão das Diaconisas." O pastor Cícero Sathler defende a ordenação feminina para diaconisas, mas deixa espaço para interpretar-se que as mulheres deveriam ter acesso a todos os ofícios dos ministérios eclesiásticos, inclusive o pastorado. Diz o articulista:

> Cremos que não seríamos infiéis à História e Realidade da Igreja caso também admitíssimos o diaconato feminino. As mulheres sempre tiveram participação proeminente na vida da Igreja. Jesus sempre esteve cercado de servidoras, da mesma forma os apóstolos e muito mais ainda os modernos obreiros. Os róis de membros das Igrejas são na sua maioria femininos, isto é, predomina na Igreja o elemento feminino. Existem Igrejas Evangélicas que já concederam às mulheres até a dignidade do Ministério da Palavra;[85] tudo isto nos leva a crer que a mulher tem o direito e a necessidade de participar mais diretamente e mais objetivamente da vida da Igreja. (JORNAL PRESBITERIANO, março de 1976, p. 4).

---

[83]Referência ao Sermão do Monte, Evangelho de Mateus, capítulo 5.
[84]http://www.institutobuzios.org.br/comitedesempregadosssa.html - acesso em 6 de novembro de 2012.
[85]Ministério da Palavra, isto é, a dignidade da pregação, função precípua do pastorado. Portanto, são pastoras.

Cabe aqui uma observação. O Presbitério de Campinas já tinha se manifestado a favor da ordenação feminina para os ofícios da Igreja, diaconato, presbiterato e pastorado. Odayr Olivetty foi autor de um texto de defesa da ordenação feminina, texto que foi encaminhado para apreciação do Sínodo de Campinas, como já nos referimos. Waldyr Carvalho Luz, mesmo considerado bastante conservador, também foi defensor da ordenação das mulheres. A defesa do ministério feminino é outro assunto sempre ligado ao movimento ecumênico e à teologia liberal. A leitura fundamentalista da Bíblia interpreta de forma literal textos bíblicos que proíbem a mulher de exercer ministérios na igreja, sem considerar o contexto patriarcal do período bíblico. Essa é a argumentação de Waldyr Luz.

3.8 Outras avaliações e crítica da situação

O *JP* manteve o objetivo de apresentar permanentemente avaliação e crítica da situação. Os textos vinham de diversas regiões do país. Waldir Carvalho Luz no artigo "Saber perder ou não saber ganhar?" discute a acusação que a oposição recebia por não ter reconhecido a derrota eleitoral e não saber lidar com isso, não saber perder. Diz que essa maneira de entender é "ingênua e simplista", pois os derrotados agiram com "virtuosa atitude" sem receberem reciprocidade. Entende que qualquer um que observar a condição da Igreja "não poderá deixar de concluir que a presente administração longe está de fazer-se credora de respeito." Diz, então, que "a tese está mal formulada", já que não se trata de não saber perder, mas "os empalmadores do poder é que não souberam ou não sabem ganhar." Falta aos vencedores atitudes básicas dos ganhadores: respeito, generosidade e amor (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1975, p. 1).

Benjamin César, pastor jubilado[86], ainda com atividades pastorais no interior do Rio de Janeiro, comenta a crise da igreja, embora fosse "bem mais cômodo, velho jubilado que sou, não me envolver nesses tristes assuntos." Muitos têm suas razões para manter um "mutismo irreversível", por concordarem com o que acontece ou por crer que os que são contra a cúpula da Igreja são "modernistas, liberais, ou mesmo ecumenistas ou até comunistas." Pode ser que o mutismo seja fruto de indiferença e comodismo ou, quem sabe, há os que "receiam perder os seus proventos." Talvez um dos mais graves motivos do mutismo é que só leiam o *BP*, de notícias auspiciosas e indicações de que "vai tudo bem." No jornal oficial é enfatizada a

[86]Conforme a Constituição da IPB, Art. 49, § 2º., "ao completar setenta anos de idade a jubilação será compulsória." E § 4º., "A jubilação põe fim ao exercício pastoral; não importa, porém, na perda dos privilégios de ministro, a saber: pregar o evangelho, ministrar os sacramentos, presidir o Conselho, quando convidado e ser eleito secretário executivo ou tesoureiro de concílio."

necessidade de se manter vigilância contra os erros e contra os inimigos da Igreja e alguém chega a escrever sobre a necessidade de se ter "um presidente da linha dura." Muitos creem "sinceramente que é a Providência que levou a três mandatos sucessivos um homem enérgico, que se não entibia." Nessa reflexão do velho pastor aparece, pela primeira vez, uma declaração de que pode haver interferência do poder político dos militares na IPB:

> Outros ainda chegam a afirmar que foi o Governo Federal que, há uns dez anos, recomendou aos líderes das Igrejas protestantes rigorosa fiscalização contra a penetração sorrateira, nelas, de elementos comunistas, como tem acontecido na velha Europa (JORNAL PRESBITERIANO, maio de 1975, p. 4).

Dois meses depois, o velho pastor continua. Logo de início, afirma que "não tenho a veleidade de julgar haver somente santos na ala contrária. Deste lado conheço companheiros a cujas doutrinas e costumes não me acostumaria jamais." Em jogo, as questões que aqui têm sido comentadas como o ecumenismo, a teologia liberal e a responsabilidade social da Igreja (JORNAL PRESBITERIANO, julho de 1975, p. 4). Logo mais critica a imprensa presbiteriana, dirigida pelo Presidente do Supremo Concílio que, "aliás, dirige tudo – Comissões, Comissão Executiva, Mackenzie, Tesouraria, Secretaria." Não há liberdade, pois "ministros, igrejas e concílios não simpáticos à Cúpula não têm lugar no jornal da denominação." Compara com a liberdade que existe no *Jornal Batista* e na imprensa secular, citando o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil,* grandes jornais interessados na liberdade de opinião, publicando "longos artigos antagônicos ao Governo." Não há nenhum comentário ao processo de censura da imprensa no governo militar. Critica que "sem a necessária imparcialidade, nas vésperas das eleições, prestou-se à propaganda pessoal de um único candidato" e lembra "que o candidato oficial era o Diretor do B.P. O órgão oficial a serviço eleitoral do próprio Diretor!" (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, p. 6).

Um presbítero de Olinda, PE, Torquato dos Santos, usa palavras contundentes para descrever a atitude dos dirigentes eclesiásticos, especialmente de Boanerges Ribeiro: "Nunca me dobrei a homem algum, não considero o atual presidente do Supremo Concílio, Rev. Boanerges Ribeiro, senhor de minha consciência a quem devo me curvar como a um verdadeiro deus." Condenando o autoritarismo e as arbitrariedades, compara Boanerges Ribeiro aos mais notórios ditadores do século XX e diz com esperança: "Mas tudo passa. E a era boanergista passará também. Já tenho alguma vivência. Vi Mussolini, Hitler, Stalin e tantos outros caírem e se não vier a ver a queda fragorosa de Boanerges, os meus filhos e netos o verão." (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1975, p. 6).

Waldyr Luz denuncia o uso de um texto que fora escrito por ele anos antes e republicado no *BP* em abril de 1975, com o fim de demonstrar o apoio de parte do Presbitério de Campinas. Trata-se de um texto dirigido ao Sínodo Oeste de São Paulo que, naquela época, era presidido por ele mesmo. O pastor dava razões para apoiar a direção da IPB e reconhece: "naqueles longínquos tempos em que ainda confiávamos na sinceridade de propósitos e nas boas intenções do presidente do Supremo Concílio". Depois, afirma que o antigo texto "é coisa do passado, revisada e revogada, em que pese o anacronismo dos necrófilos da administração corrente" e afirma sentir-se digno por "lutar pela moralização desta Igreja a que amamos", acusando os métodos "rasteiros e desleais" e pronto para "combater o desvirtuamento do governo da IPB operado pelo atual mandatário e sua esguia politiquice, personalista e interesseira." (JORNAL PRESBITERIANO, maio de 1975, p. 3).

As palavras que Luz usava eram duras. Na edição seguinte às considerações acima, comenta uma reunião entre líderes da Igreja da região de Campinas com "altos dignatários da cúpula administrativa." Foi o "crepúsculo da esperança", conforme o título que deu ao artigo. Comentando a insatisfação evidente, fala da palavra de Joás Araújo e de Lane, insistindo na reconciliação, na paz e na unidade. No entanto, "com ineludível mordacidade, replicou o roboanesco (sic) presidente em termos que fazem lembrar o papa Gregório VII a humilhar Henrique IV em Canossa. Vão, se o querem, até onde Ele está. De sua parte não dará um só passo." Finaliza perguntando se "valeria a pena nutrir tanta ambição, amar tanto o poder, proceder com tanta virulência, causar tantos sofrimentos, deixar tão sombria lembrança?" (JORNAL PRESBITERIANO, junho de 1975, p. 3). O professor Waldyr Carvalho Luz, depois de anos apoiando Boanerges Ribeiro, frustrado partiu para a oposição manifestando-se claramente na reunião de 1974. Após isso, foi demitido do Seminário Presbiteriano do Sul.

Acerca da reunião da cúpula, Otávio Ferraz Brochado de Almeida, presbítero, comenta: "começou o espetáculo [...] com o Estado Maior dos anti-amalequitas posando de cara feia (por que será que eles nunca sorriem?), lá na frente no tablado." Ironiza a reunião como circense ao usar termos como espetáculo e tablado e critica a direção da Igreja em sutil comparação com o governo militar falando em Estado Maior. Os dirigentes da nação, assim como os dirigentes da Igreja, são tão graves que nunca se permitem o sorriso, marca dos ditadores e dirigentes autoritários (JORNAL PRESBITERIANO, junho de 1975, p. 4). Temos, assim, uma segunda referência negativa à ditadura militar, talvez sutil, mas presente.

Benjamin César voltou para falar do ecumenismo. A primeira oração do texto é clara, inequívoca: "Eu não sou ecumenista". Critica qualquer participação com o catolicismo romano e diz não compreender como pastores presbiterianos parecem estar tão abertos a esse

contato. “Receio que eles avancem demais.” Humildemente, no entanto, diz que gostaria conhecer melhor esses pastores. Registra que já tinha feito algumas viagens e presenciado algumas das atividades nas igrejas ecumênicas. Aponta a alegria reinante, a ênfase na Bíblia, o testemunho sério e dinâmico na sociedade, “noto sinais robustos de puro cristianismo, de obras de fé, de coragem, de piedade.” Compara, a seguir, com o outro lado. “Nada de ecumenismo do lado de cá, mas há algo que não pode corresponder ao espírito de Cristo.” E a crítica é dura: “muitos dos nossos companheiros parecem-se com os fariseus e escribas. Ortodoxos, mas intrigantes, caluniadores, maldosos, perseguidores, truculentos.” (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1976, p. 2).

3.9 O Pentecostalismo

Alguns dos temas e seções do *Jornal Presbiteriano* não se referiam diretamente aos embates contra a direção eclesiástica. Já demonstramos a presença de temas de edificação espiritual e a seção permanente de resenhas bibliográficas e as seções das mulheres, por exemplo. Assim como o *BP* noticiou e comentou o tema do pentecostalismo, o *JP* igualmente o fez. No entanto, enquanto um representava a “voz oficial”, inclusive divulgando documentos conciliares e disciplinares contra os pentecostais, o outro era a visão do grupo oposicionista. Pretendia o jornal ser veículo de edificação, de orientação e ensino. Preocupado com o povo presbiteriano diante do pentecostalismo, que já não era novidade entre os membros das igrejas do protestantismo histórico, há um primeiro texto ensinando sobre “O verdadeiro e o falso Pentecostismo”. Foi escrito por um dos mais notáveis pastores presbiterianos, ex-presidente do Supremo Concílio, Benjamin Moraes. Vários concílios vinham debatendo e tomando decisões pertinentes ao assunto. Os dois lados em confronto na IPB percebiam que a disputa no campo religioso brasileiro envolvia enfrentar clara e decididamente o pentecostalismo. Já não era mais possível olhar apenas para o catolicismo romano, mas novos atores sociais disputavam o cenário religioso brasileiro.

O texto de Benjamin Moraes ensina que o protestantismo é caracterizado por quatro pontos fundamentais: “autoridade única e infalível da Bíblia, em matéria de fé e prática; salvação pela fé em Jesus Cristo; sacerdócio universal dos crentes; livre-exame das Escrituras”. O pentecostismo tem essa mesma visão, “são portanto nossos irmãos.” Enaltece o “fervor evangelístico” e o “amor comunitário” deles. Há, porém, um falso pentecostismo, assim caracterizado: “espírito de mortificação, orgulho isolacionista, divisionismo na Igreja, expansionismo inter-eclesiástico e eclesiologia desagregadora”. Enfatizam exageradamente o

pecado, mortificam-se com isso, entendem que o Espírito Santo só está neles e assediam outros cristãos em vez de evangelizar não convertidos e assim desagregam os crentes. (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1976, p. 4).

No mês seguinte, o jornal continua a abordar a questão do pentecostalismo com dois artigos. O primeiro procura apresentar "uma nova visão do fenômeno pentecostal", avaliando pontos positivos como o sentimento da presença divina em todas as coisas (JORNAL PRESBITERIANO, setembro de 1976, p. 5). O segundo é um estudo bíblico sobre a doutrina do "batismo com o Espírito Santo" (JORNAL PRESBITERIANO, setembro de 1976, p. 7).

A "Proclamação" da IP do Ibes, Salvador, já citada, ao comentar a deplorável situação em que se encontrava a IPB, com liderança autocrática e sem a firme orientação teológica característica do presbiterianismo, avalia que "não é de se admirar a apelação para um néo-pentcostalismo caracterizado nos movimentos de renovação espiritual". (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1976, p. 10). Interessante avaliação produzida naquela época de grandes conflitos internos. Talvez sem a clareza necessária, mas intuitivamente, ao menos, percebe que, perdida em lutas intestinas, a IPB não conseguia levar ao seu próprio povo a teologia e a piedade que lhe alimentasse a alma. O pentecostalismo seria a saída para o crente que não mais percebia em sua igreja a espiritualidade capaz de lhe dar plena vivência cristã.

Em reportagem de página inteira, apresenta-se a comemoração do Jubileu de Prata da Igreja de Jundiaí. Em um pequeno parágrafo está o problema do pentecostalismo nas comunidades locais. Apresentando os pastores que já trabalharam na Igreja com um esboço de suas principais atividades, um pastor que assumiu o pastorado em 1969 fez um grande esforço para reavivar a comunidade. "Deste esforço de reavivamento, valeram-se os que denomino 'neo-pentecostais' para se introduzirem na vida da Igreja e fazerem seu trabalho costumeiro de solapa das bases do que chamam 'as igrejas tradicionais'." Assim, em diversas regiões do país, membros das igrejas, preocupados com sua vida espiritual, buscavam no pentecostalismo novas possibilidades para a experiência religiosa.

O terceiro Congresso da Confederação de Mocidade do Sínodo da Guanabara foi anunciado nas páginas do jornal com o tema "O Espírito Santo", clara preocupação com o movimento pentecostal. Conhecer quem é e a ação do Espírito Santo é necessário para que não se caia no erro pentecostal. As palestras seriam: "O Espírito Santo na Bíblia", a ser proferida por Joaquim Beato; "A Doutrina do Espírito Santo", por Júlio Andrade Ferreira e "A Ação do Espírito Santo na Igreja", apresentada por José Borges dos Santos Júnior. (JORNAL PRESBITERIANO, abril e maio de 1977, p. 1). Além da educação dos jovens na correta doutrina calvinista, há algo importante com relação aos palestrantes - eram oposição

declarada à direção da IPB, com posturas ecumênicas claras e ligados ao pensamento de responsabilidade social. Eram figuras de destaque não só no presbiterianismo como no protestantismo brasileiro. Borges foi Presidente do Supremo Concílio por dois mandatos, entre 1954 e 1958; Beato chegou ao Senado Federal; e Ferreira, professor do SPS. Na edição de agosto noticia-se a realização do evento. Enaltece a "presença dos presidentes de todas as federações presbiteriais e presidentes das UMPs", além de "cerca de 200 delegados" e relata que "a vibração era intensa, não só pelos cânticos e grupos de estudos, mas pelo interesse e participação nas conferências e parlamentos". Explica o motivo do grande encontro: "Como o grande problema das igrejas presbiterianas da região vem sendo o movimento de Renovação Espiritual, que não é mais do que uma confusão sobre o conceito e a obra do Espírito Santo – o tema escolhido foi o Espírito" (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1977, p. 2).

Para a luta no campo religioso essa era outra frente de batalha. A direção eclesiástica marginalizava a dissidência interna, enquanto dava claro apoio ao militares. Esse apoio era visto como tarefa da igreja para transformar a nação, auxiliando o governo na condução do país. Isso fazia parte da conquista de espaço na sociedade e no campo religioso em disputa com o catolicismo. Agora nova frente de combate se abria na concorrência religiosa: o pentecostalismo. Enquanto a liderança oficial teceu críticas e apresentou os pentecostais como inimigos da doutrina sadia, o grupo oposicionista, sem concordar com o pentecostalismo, teve palavras mais amenas, fruto da visão mais aberta do ecumenismo e da ação social em favor dos mais pobres, os que mais eram atraídos pelas igrejas pentecostais.

3.10 Também o anticomunismo

Quando a Justiça do Trabalho deu ganho de causa a João Dias Araújo, Torquato Marques enviou carta ao corpo discente do Seminário Presbiteriano do Norte cumprimentando pela vitória de Araújo. A carta foi publicada no *Jornal Presbiteriano*. O presbítero enaltece as garantias trabalhistas que o governo militar cada vez mais assegurava (JORNAL PRESBITERIANO, maio de 1975, p. 5). Ao lado, publica-se outra carta do mesmo presbítero ao Diretor do Seminário, o missionário holandês Francisco Leonardo Schalkwijk, que o acusara de fascista e comunista por ter defendido João Dias. Repudiando as acusações, afirma ser "democrata, revolucionário de 1964 e brasileiro." Portanto, pela democracia e melhoria da vida do brasileiro, das liberdades individuais e garantias sociais, o inimigo da administração da Igreja era também apoiador do governo militar. A disputa aqui aparece como refrega entre um poder autoritário e a democracia dentro da IPB. O Presbítero Torquato

Marques ocupava um cargo na IPB, embora não cargo diretivo do Supremo Concílio, mas cargo nomeado por este, como Presidente do Conselho Deliberativo do Colégio Evangélico XV de Novembro, de Garanhuns, antiga escola criada por missionários (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, p. 4). Assim, temos que a posição contrária à administração não se dava por causa do apoio ao governo militar, afinal, a luta contra o comunismo ateu e cerceador das liberdades tão caras aos presbiterianos era comum a ambos.

Exemplo da presença do pensamento anticomunista está na "Seção Bibliográfica". Em maio de 1975, resenha um livro de importante pregação anticomunista, "Torturado por amor a Cristo." No capítulo anterior, mostrou-se como o *BP* apresentou com grandes reportagens, ilustrações e fotografias a presença de Richard Wurbrand, o autor, no Brasil. As palestras no Brasil divulgaram ainda mais sua história e seu livro. A prisão do pastor romeno e as torturas que sofreu por ser cristão alimentavam o anticomunismo presente entre os presbiterianos brasileiros. Nisto os dois lados da querela estavam de acordo: o comunismo é absolutamente anticristão e não há como pactuar com sua ideologia. Richard Shaull, ao responder, no *BP*, a acusação de ser comunista, defende-se: "Qualquer pessoa, que realmente quer saber o que penso, pode ler o que tenho escrito e ver que essa acusação não tem fundamento." Essa entrevista foi em 1963, portanto, anterior mesmo ao golpe militar (BRASIL PRESBITERIANO, 1 – 15 de julho de 1963, p. 1). Outro autor, Lauro Bretones, reconhece coisas boas no comunismo, como podemos ver em artigo na Revista Unitas, de inspiração e liderança presbiterianas. No entanto, não deixa de se defender, temeroso, cinco anos antes do golpe:

> nos países comunistas - força é reconhecer - as novas gerações estudam, trabalham, produzem, e estão construindo uma civilização que nos vai suplantar, totalmente dentro de alguns anos. Nesses países não há literatura infantil para corromper e desviar os novos corações. Não há jogo, corrida de cavalo e vícios degeneradores do caráter. Só os que podem construir e inspirar ações criadoras. Não há programas de televisão para alimentar os instintos baixos da personalidade. Todos os meios de educação, informação, instrução e inspiração estão a serviço de um ideal, que todos podemos discutir e repudiar. O que não podemos discutir nem negar é que em tal sociedade está se produzindo um mundo novo superior ao nosso. Confio em que nenhum dos meus leitores me ponha, depois disso, o rótulo de comunista. (BRETONES, 1959, p 40)

3.11 Ação social

Não houve preocupação muito grande em apresentar discussões teológicas acerca de questões sociais e políticas no *JP*. O clima de embates internos na Igreja tomava praticamente todo o esforço jornalístico dividindo espaço com um ou outro texto de edificação espiritual e

ensino, como alguns estudos bíblicos, sermões e a seção permanente de resenhas bibliográficas. O clima do país também colaborava para que as questões políticas e sociais fossem deixadas em segundo plano. O pensamento de responsabilidade social e mesmo a Teologia da Libertação aparecem indiretamente como demonstrado acima, mesmo porque essas ideais estavam presentes no ambiente ecumênico. No entanto, para demonstrar que a Igreja estava inserida na sociedade, com preocupação sincera acerca do mundo dos homens, aparecem notícias e comentários. Em fevereiro de 1975, comenta reportagem do jornal campineiro "Correio do Povo" sobre a luta do vereador Ciro Teixeira de Souza, membro da Igreja Adventista, contra fumo e o álcool. A Câmara de Campinas aprovara moções a serem encaminhadas ao Governo Federal a fim de se acabar com as propagandas de cigarro e bebidas alcoólicas em todo o país. "O JORNAL PRESBITERIANO aplaude a iniciativa do esforçado edil adventista, que deveria contar com o apoio de todos os evangélicos e quantos reconhecem que o tabagismo e o alcoolismo constituem vícios sociais de tão deletérios efeitos e tão deploráveis consequências" (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro de 1975, p. 2).

Uma notícia sobre o aniversário da Igreja de Feira de Santana, na Bahia, chama a atenção para o trabalho social por ela desenvolvido. "É uma das poucas Igrejas Presbiterianas que está preocupada com a presença da Igreja de Cristo no contexto histórico em que vivemos e tem lutado para que esta presença não seja apenas feita com palavras." Apresenta o A.F.A.S. – Associação Feirense de Assistência Social - e seu lema "um mendigo a menos, um trabalhador a mais." Outra instituição criada por aquela Igreja era o S.I.M. – Serviço de Integração de Migrantes – que "tem capacidade de integrar quatro mil jovens por ano, tirando-os do anonimato, da marginalização, para uma vida consciente e de trabalho." A Igreja ainda era a mantenedora da Escola Erasmo Braga em convênio com o Estado. "Apesar das crises a nossa Igreja sente-se desafiada a realizar algo em prol da libertação total do homem", afirma o pastor da Igreja, Nilton Loula. (JORNAL PRESBITERIANO, junho de 1975, p. 7).

Essa preocupação com a "libertação total do homem" era uma expressão corrente nos movimentos ecumênicos e nos movimentos dos grupos não fundamentalistas como os chamados "evangelicais". A notícia dava conta de que o pregador convidado para a data festiva foi Josué da Silva Mello, sergipano que fora pastor daquela comunidade anteriormente. Josué Mello, nos anos noventa do século XX, seria Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana. O jornal noticia que a A.F.A.S. havia sido criada e dirigida durante sete anos por Josué Mello, quando pastor da Igreja. A reportagem cita a presença de diversos pastores e representantes de Igreja de Salvador, dentre eles a do Presidente do Presbitério, o pastor Celso Loula Dourado. Como Josué da Silva Mello, Dourado se

preocupou com o pensamento de responsabilidade social da Igreja atuando politicamente como vereador no interior da Bahia e foi eleito Deputado Federal Constituinte em 1986. Ambos foram grandemente influenciados por Richard Shaull, pelo movimento ecumênico e o pensamento de responsabilidade social. Mello estudou no Seminário do Centenário e Dourado, no Seminário Presbiteriano do Sul, ambos alunos de Richard Shaull.[87] Vale lembrar que este missionário norte-americano chegou ao Brasil em 1952 para trabalhar com organizações de estudantes evangélicos e foi lecionar no Seminário Presbiteriano do Sul, depois no Seminário do Centenário, que seria fechado pela IPB no final da década dos anos sessenta, acusado de ecumenista e práticas esquerdistas. Shaull foi considerado um dos pais da Teologia da Libertação pelo lado do protestantismo.

Esse noticiário tem como pano de fundo a doutrina da eclesiologia: o que é a Igreja e qual a sua função no mundo. Para os fundamentalistas é salvar a alma, para os ecumênicos e evangelicais, agir em prol do ser humano, considerado em sua integralidade. Isto, para os fundamentalistas, era heresia, esquerdismo e comunismo, coisa dos "ecumenóides", no termo pejorativo que muitos usavam. A discussão não aparece claramente no *JP* e nem todos os oposicionistas à administração de Boanerges Ribeiro concordavam com as posições de ecumênicos e evangelicais. O ecumenismo, de qualquer modo, era minoritário também neste grupo e as posturas evangelicais ganharam muito espaço nesse meio.

3.12 Demonstração de patriotismo

A condição de oposição na Igreja que apoiava tão decididamente o governo militar não impedia manifestações de patriotismo como na "Oração pelo Presidente da República":

> Oramos, Senhor Jesus, por nosso Presidente. Que ele conheça a vontade de Deus e tenha a coragem espiritual e a graça para segui-la.
> Livra-o, pedimos-Te, de considerações egoístas.
> Eleva-o acima das pressões da política.
> Enche-o com o Espírito de Deus, que pode torná-lo destemido para buscar, conhecer e praticar a justiça.
> Livra-o de amigos que, em nome da política e mesmo por amizade, o tentem dissuadir daquele santo caminho.
> Fortalece a capacita seus assessores. Coloca-os também de joelhos em oração. Que seu exemplo e influência se espalhem para que tenhamos um governo de homens que Te conheçam como Amigo, ó Deus Onipotente, e

[87]Mais informações sobre Shaull podem ser encontradas em: SHAULL, R. Surpreendido pela graça, 2003, sua autobiografia; FARIA, E. Fé e compromisso, 2002, biografia escrita por um dos seus principais discípulos no Brasil; SOUZA, S. Pensamento social e político no protestantismo brasileiro, 2005, p. 128 – 137; SHAULL, R. De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação, 1985.

> que coloquem a Tua vontade em primeiro lugar em sua vida, bem como em suas orações.
> Suplicamos-Te que nos ouças e nos respondas, perdoando todo o nosso demérito, purificando-nos de todo o pensamento inferior ou ambição indigna, para que sejamos renovados no espírito, na mente e no coração, por meio de Jesus Cristo nosso Senhor. Amém. (Peter Marshal[88] – Adap. e trad. Rev. José Cássio Martins). Oremos, com a mesma unção, por sua Excia., o Presidente Geisel. (JORNAL PRESBITERIANO, junho de 1975, p. 5).

A acusação de comunismo, de esquerdista e ecumenistas que a oposição eclesiástica recebia é contrastada. Em artigo já citado, Waldyr Carvalho Luz diz que os líderes da IPB colocavam toda a oposição como "ecumenóides" (JORNAL PRESBITERIANO, junho de 1975, p. 3). O ecumenismo era de forma linear ligado ao comunismo. O movimento ecumênico trabalhava com o pensamento da responsabilidade social da Igreja e do cristão o que, facilmente, era relacionado pelos fundamentalistas com práticas de esquerda. A luta contra o comunismo e ecumenismo era uma só, como vimos no capítulo anterior.

Extraído do jornal *Diário do Povo* há um texto que demonstra a preocupação com a vida moral da sociedade brasileira, com críticas ao cinema nacional. Informa que o deputado Braga Ramos teria dito que "o cinema nacional é hoje um elemento desagregador da família e da sociedade brasileira" e espera que "a juventude não veja um mundo tão podre como apresentado nas telas." Finalmente, o texto clama por mais rigor do poder público para controlar o cinema (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1976, p. 7).

A presença dos militares também se fez no *JP*, um modo de demonstrar que não era contra o Brasil, não era comunista nem favorável à dissolução social. Um general da reserva, também pastor presbiteriano, Antonio Ferreira de Bragança Filho, escreve sobre "As Forças Armadas à luz da Ética Cristã." O texto é publicação de palestra "proferida perante a Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, no dia 28/Set/76, no Rio de Janeiro". O discurso defende o Estado sob a liderança dos militares e que, embora a sociedade seja para benefício do indivíduo, ela mesma pode se tornar contra o indivíduo. Daí a importância da proteção contras as "degenerescências sociais" a serem promovidas pela polícia e pelas forças armadas. Informa que a polícia deve se dedicar a trabalhar contra as contravenções que não "afetam seriamente o que se define como segurança nacional." As forças armadas, por sua vez, além de lutar em benefício da segurança nacional devem, principalmente, "agir contra outros grupos sociais e humanos que ameacem a vida daquela sociedade, como um todo, ou em

[88]Peter Marshall, conhecido pastor presbiteriano norte-americano, foi capelão do Senado dos Estados Unidos da América. Sua biografia foi traduzida para o português e publicada pela Casa Editora Presbiteriana em 1956 com o título "Para todo o sempre."

parte". Assim, justifica-se a presença militar na condução do Estado com a argumentação gerada na ESG. O uso ideológico e fundamentalista da Bíblia está claramente presente nesta passagem que justifica a autoridade militar: "Do ponto de vista bíblico, toda a autoridade possuída pelos dirigentes do estado emana de Deus mesmo, que a concede conforme os seus eternos decretos." Ao final do texto, diz que o Estado Romano na antiguidade "desempenhou naquele momento a função de ministro de Deus para castigo do pecado, para proclamação da soberania de Deus e para advertência de todos nós." (JORNAL PRESBITERIANO, janeiro de 1977, p. 1 - 2). Há uma diferença fundamental do que se preceitua nas democracias, nas quais se declara que o poder emana do povo e deve ser exercido em seu nome. Na argumentação do general presbiteriano o poder vem de Deus. Para o crente, isto é sério e contundente. Se o poder é determinado e dado por Deus ao grupo que dirige, fazer-se contrário à direção, seja do país seja da igreja, é postar-se contra Deus.

A segunda parte da palestra foi publicada no número seguinte. Aborda o tema da guerra como "a forma mais brutal de desobediência ao 6º. mandamento da lei de Deus". No entanto, citando Calvino, conclui que "o propósito pacífico, a aversão à prática da violência, jamais poderá justificar a franqueza[89] (sic), a omissão da autoridade ante a prática da violência, do crime e do assassinato." O Estado é obrigado "a envidar todos os esforços para assegurar a ordem que permita aos homens de bem vida de trabalho honesto e profícuo, nas melhores condições de segurança e paz". Cita o Apóstolo Paulo: "Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás o louvor dela."[90] Ao defender a profissão do militar para o cristão, diz que "a real possibilidade de uma guerra, determina a existência das forças armadas. De resto elas também são responsáveis pela manutenção da paz e da ordem internamente", repetindo argumento já usado e confundindo guerra com questão interna. Era como os militares realmente justificavam as mortes e torturas, isto é, havia um estado de guerra no país e o inimigo estava aqui dentro. Afirma: "Nas condições atuais toda a população civil participa da guerra, não apenas as forças armadas." Palavras que ensinam à igreja sua obrigação de obedecer às autoridades militares porque elas só estão interessadas no bem da sociedade para que todos tenham condições de viver bem. O clima é de guerra e ninguém, nem os civis, principalmente os evangélicos, devem se omitir de participar desse esforço "para assegurar a ordem". (JORNAL PRESBITERIANO, fevereiro e março de 1977, p. 6).

---

[89] Creio que há um erro aqui. Ao que parece, por todo o contexto da palestra e da argumentação neste ponto, a palavra deveria ser "fraqueza", não franqueza como está.

[90] Bíblia: Epístola aos Romanos, capítulo 13, versículos 3 e 4.

Um pastor de um dos presbitérios de apoio à administração da IPB tem um pequeno texto de exaltação à Pátria publicado. Animado com as belezas e riquezas do país e de seu povo diz: "reconhecemos que tudo o que somos e temos: o governo firme que nos dirige, a organização dos órgãos de defesa e segurança nacional, tudo dimana da mão de Deus" (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1977, p. 6). Esse governo firme havia livrado o país de um dos inimigos da fé cristã: o comunismo, razão pela qual deveria ser apresentado a Deus, o qual deve ser louvado porque "tem sido tão copioso" para com a nação brasileira.

3.13 Ecumenismo

Já mencionamos que o ecumenismo foi considerado um dos mais graves pecados e heresias a serem extirpados da Igreja. Viu-se isso no capítulo anterior e nas publicações do *JP* igualmente. O tema do ecumenismo aparece pela primeira vez na reflexão de Eudaldo Lima criticando o "Ecumenismo de Sacristia", isto é, ecumenismo realizado a partir das autoridades eclesiásticas igualando práticas teológicas e litúrgicas. Enaltece, no entanto, o ecumenismo como "assunto inarredável, irretorquível, irreversível" e que "deve crescer dentro do padrão de liberdade com que Cristo libertou seus seguidores." Sem exigir definições doutrinárias e respeitando as diferenças, "a Igreja de Jesus Cristo dos dias porvir será como um campo de rosas onde a unidade se mostrará na diversidade" (JORNAL PRESBITERIANO, abril de 1975, p. 6). Lima voltaria ao tema defendendo o ecumenismo como oportunidade e abertura para se pregar o Evangelho em quaisquer circunstâncias. Não se adotaria o ecumenismo para se juntar à Igreja Católica, estrutural e doutrinariamente, algo impossível, mas o contato com todas as denominações, mesmo com os católicos, abriria a porta para a prédica livre do Evangelho, mesmo em ambientes fora dos círculos presbiterianos. (JORNAL PRESBITERIANO, novembro e dezembro de 1976, p. 5).

O jornal fez a crítica ao que se chamou de "O bezerro doutrinário", título do Editorial, alusão ao episódio bíblico no qual os hebreus, esquecendo-se das palavras divinas, constroem um bezerro de ouro para adorar a quem não podiam ver, caindo na idolatria condenada por Deus, isto é, adorar uma imagem no lugar do Deus verdadeiro. A doutrina estaria se tornando tal qual o bezerro bíblico, um ídolo adorado no lugar do próprio Deus. Havia "o perigo da aplicação da doutrina sem sentimento" caindo em "rigidez e autoritarismo." O editorial cita John Mackay, "grande amigo e muito conhecido em nossa Igreja", para quem "não é que a doutrina não seja importante, porém, onde quer que a lealdade à doutrina se torne substituta da lealdade à Deus, as consequências são devastadoras." (JORNAL PRESBITERIANO, abril

de 1975, p.2). A importância deste texto está na citação de Mackay, escocês que atuou como missionário na América Latina e sua importância ecumênica, missiológica e no pensamento de responsabilidade social.

John Alexander Mackay, nascido em 1889, atuou como missionário no Peru, depois de ampla formação acadêmica, desde sua própria terra, a Escócia, à Espanha e à Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Sua prática pastoral, missiológica e ecumênica o levou a países como Peru, Uruguai, México, a partir dos quais exercia importante influência sobre diversos setores do protestantismo da região. Essa prática o levou de volta ao Seminário de Princeton, do qual se tornou Professor e Reitor. Ali lecionou a disciplina "Introdução ao Ecumenismo." Tornou-se membro da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e foi eleito seu Moderador, em 1953, e trabalhou incansavelmente pela reunificação das Igrejas do Norte e do Sul que se separaram após a Guerra da Secessão, unificação ocorrida no ano de sua morte, em 1983. Desenvolveu, além de ideias ecumênicas, unionistas e cooperativistas para o cristianismo, profunda reflexão sobre missiologia. Entendia missão como o processo em que a Igreja deixa a sacada e vai para a rua acompanhar o povo, metáfora que ele mesmo utilizava. A missão é realizada quando os cristãos e a Igreja deixam suas posições confortáveis para viver com o povo, sentir seus dramas e necessidades. Pensamento muito próximo do que seria a Teologia da Libertação e do conceito de missão integral dos evangelicais. Joás Dias de Araújo e sua esposa, Josefina Homem de Mello Araújo, traduziram a biografia *John A. Mackay: um escocês de alma latina*, livro do qual se extraíram tais informações. O que se quer demonstrar é que, além da crítica ao fundamentalismo, que enfatiza a doutrina em detrimento da vida, a presença de Mackay no texto denota certa linha teológica. Contra essa tendência lutava o grupo que ascendeu ao poder em 1966. Nesse ano, o *BP*, analisando a "América Latina e Revolução", tecia críticas a afirmações de Mackay sobre a necessidade de uma profunda revolução que transformasse a situação do povo latino-americano e que a Igreja cristã participasse dessa luta (BRASIL PRESBITERIANO, 15 de julho e 1º. e 15 de agosto de 1966, p. 23). Tempos depois, denunciam-se as posturas ecumênicas e missiológicas como as de Mackay dizendo que "A Igreja se vê embaraçada em sua marcha missionária, porque há vozes estranhas a chamá-la para a esquerda" (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de novembro de 1969, p. 3).

A avaliação de Benjamin Cesar no mês de maio de 1975, a primeira da série mencionada, contém, pela primeira vez no *JP,* a ideia de que os inimigos da IPB eram, dentre outros, os ecumenistas. Já o citamos quando aponta que muitos que também discordam dos métodos de Boanerges Ribeiro não se manifestariam por temerem mais ainda os males que

poderiam causar na Igreja os "modernistas, liberais, ou mesmo ecumenistas ou até comunistas." (JORNAL PRESBITERIANO, maio de 1975, p. 4). Dois meses depois, reafirma o problema ecumênico ao citar carta de um colega que assistira ao já citado sermão de abertura nomeando os "amalequitas" que deveriam ser extirpados da IPB, "os modernistas, os ecumenistas e os renovadores" (JORNAL PRESBITERIANO, julho de 1975, p. 4). Ainda o mesmo pastor, sem concordar com posturas ecumênicas e modernistas, critica a atitude dura contra eles: "Comissões e concílios, escritores e oradores, agem energicamente contra os 'ecumenistas' e 'modernistas'. São despojados, ou colocados à margem, ou citados publicamente, ou atacados rudemente." (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1975, p. 4). Desejava mais cuidado e amor cristão no trato dos que estavam no erro.

A IPB agiu contra o movimento ecumênico desde 1966. As decisões conciliares, a maioria transcrita no *Brasil Presbiteriano*, eram claras e inequívocas. A dissolução de Sínodos e presbitérios tinha o ecumenismo como uma das razões. Na reunião da Comissão Executiva em março de 1974, um dos documentos tinha esta ementa: "Quanto ao Doc. 59 - AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS DO SÍNODO BAHIA-SERGIPE PARA APURAR EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE DE PASTORES DO PRESBITÉRIO DO SALVADOR EM CELEBRAÇÕES ECUMÊNICAS" (sic). A resolução acusava que "membros do Presbitério do Salvador participaram, comprovadamente, da Consulta promovida pelo Conselho Mundial de igrejas e instalada com culto ecumênico na Biblioteca Central do Estado da Bahia, com a participação de sacerdotes católico-romanos" e que o Presbitério "congratulou-se com os seus membros participantes da referida consulta". À luz de tais fatos, decidiu-se "transferir o Presbitério do Salvador à jurisdição do Sínodo de Pernambuco" e determinar que o Sínodo de Pernambuco "declare dissolvido o Presbitério de Salvador e tome as providências para apurar a extensão e a natureza da participação de pastores em celebrações ecumênicas, tomando as providências necessárias" (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-74-036). Foi a essa situação que Joás Dias de Araújo fez referência em sua análise da reunião do Supremo Concílio. Posteriormente, como desdobramentos da decisão, os pastores Celso Loula Dourado e Josué da Silva Mello foram despojados.

Que alguns líderes do *JP* tinham posturas ecumênicas era conhecido do protestantismo. Senão um ecumenismo amplo que incluísse o catolicismo, ao menos um ecumenismo protestante, uma busca de unidade e cooperação entre as diversas denominações. Júlio Andrade Ferreira participou ativamente da CEB e das reuniões de estudos sobre a responsabilidade social da Igreja, estando presente na primeira, em 1955. Depois foi um dos fundadores da ASTE, Associação de Seminários Teológicos Evangélicos. Joás Dias de Araújo

participou ativamente dos movimentos da Fraternidade Teológica Latino Americana e foi membro do CEBEP – Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais e seu congênere continental, CELEP – Centro Evangélico Latino-americano de Estudos Pastorais.

Nem todos, porém, tinham posturas ecumênicas. Waldyr Carvalho Luz era um dos ministros presbiterianos contrários a qualquer aproximação com o catolicismo, embora admitisse contatos com outros grupos protestantes. Após sua saída do Seminário, lecionou no "Instituto Palavra da Vida", escola interdenominacional dirigida por missionários norte-americanos. Na edição de dezembro de 1975, defendeu-se da acusação "de que todos quantos se opõem à atual direção da IPB são modernistas e ecumenistas ou com eles se mancomunam." (JORNAL PRESBITERIANO, dezembro de 1975, p. 3). A Comissão Executiva tomou atitudes contra a organização "Palavra da Vida", em 1977. Baseou-se em informações do Presidente que comentava artigos do jornal da instituição aparentemente simpáticos ao comunismo. Resolveu-se:

> 1) Recomendar às Igrejas que mediante doutrinação aconselhem seus jovens e fiéis a não participarem das atividades da "Organização Palavra da Vida"; 2) Recomendar que os Presbitérios e as Igrejas não encaminhem jovens nos cursos mantidos pela organização supra citada." (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-77-007).

Essa organização foi criada por missionários e não estava ligada diretamente a uma denominação, era uma "organização paraeclesiástica". Essas instituições proliferaram no século XX no trabalho missionário e uma das características delas é a relação com o movimento fundamentalista norte-americano e sua relação com a Guerra Fria. Antonio Gouvêa Mendonça alista "Palavra da Vida" no conjunto dessas organizações fundamentalistas financiadas por dinheiro desse grupo de direita dos Estados Unidos da América e diz:

> O cenário internacional desse período, que tinha por principal personagem a Guerra Fria, ajudava o bloco capitalista conservador a manter aceso nas igrejas o sentimento antiecumênico e anticomunista, que ganhava, sob o verniz de verdades religiosas, foros de "guerra de dois mundos", particularmente com o "Armagedon"[91] (MENDONÇA, 2005, p. 65).

É improvável que tal organização tenha tido, em algum momento, qualquer apego ou simpatia a doutrinas marxistas. No entanto, qualquer citação de autor marxista e a reflexão teológica sobre os males sociais e a necessidade de participar das transformações da sociedade motivada pela fé cristã poderia ser entendida como atitude comunista.

[91] Armagedom é um termo retirado do livro bíblico do Apocalipse e se refere ao nome de um campo onde haverá a grande guerra final dos poderes malignos contra Jesus e os seus salvos.

3.14 Também espaço para os fundamentalistas: tolerância

Na edição número 10 do *JP,* uma longa reportagem, escrita por um dos participantes, fala da reunião do "Concílio Mundial de Igrejas Cristãs"[92] (sic) e da participação brasileira, especialmente de presbiterianos, em julho de 1975. Um dos presidentes do encontro era o brasileiro Israel Gueiros (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, P. 1), pastor presbiteriano que nos anos quarenta havia deixado a Igreja Presbiteriana do Brasil para liderar a fundação da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, ligada imediatamente ao movimento fundamentalista mundial, capitaneado por igrejas norte-americanas. A reportagem ocupa parte da primeira página e mais da metade da penúltima página do jornal. A reunião da organização fundamentalista ocorreu no Quênia e contou com a presença, dentre os presbiterianos, de Waldyr Carvalho Luz, pastor aqui mencionado diversas vezes. O *JP*, embora contasse entre seus participantes e articulistas pessoas consideradas de esquerda e ecumênicos, dava com essa notícia o recado da tolerância e da liberdade que eles gostariam de ver em toda a IPB. Um detalhe na reportagem chama a atenção para o conflito ideológico da Guerra Fria no qual as igrejas estavam inseridas: uma manifestação de apoio ao governo de direita e racista da Rodésia (hoje Zimbabwe) levou o governo do Quênia a expulsar do país o criador e principal líder daquele Concílio, Carl McIntire (JORNAL PRESBITERIANO, agosto de 1975, P. 7).

O fundamentalismo é sempre acompanhado pela rigidez confessional. Normalmente, um fundamentalista não cita autor ou evento que também não o seja, exceto para tecer críticas. Assim, o *JP* procura demonstrar imparcialidade, respeito e amor pelos que pensavam diferente. Por isso, há um elogio ao livro de Boanerges Ribeiro (1973), fruto de sua tese de doutorado apresentada à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais: *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822 – 1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. O jornal apresentou a obra em "Resenhas Bibliográficas", transcrevendo texto da Revista Simpósio, da ASTE, e escrito pelo metodista Duncan Alexander Reily. Começa elogiando o livro como "uma contribuição à história do Evangelismo nacional." Apesar de também tecer críticas, como qualquer resenha, "o autor acha positiva a publicação de Protestantismo no

[92]Corretamente, em português, "Concílio Internacional de Igrejas Cristãs". Em inglês é ICCC – International Council of Christian Churches. Organização criada sob a liderança do líder fundamentalista Carl McIntire, rompido com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América. O objetivo do ICCC era fazer frente ao Conselho Mundial de Igrejas e suas posturas liberais e esquerdistas. Seu lema é "For the defense of the Gospel", Defesa é palavra característica dos movimentos fundamentalistas. Carl McIntire visitou o Brasil e, na IPB, incentivou a formação de um grupo de presbiterianos e alguns poucos de outras denominações a criarem a Igreja Presbiteriana Fundamentalista sob a liderança do pastor presbiteriano Israel Gueiros.

Brasil Monárquico e recomenda sua leitura e uso no ensino de história do cristianismo." (JORNAL PRESBITERIANO, outubro de 1976, p. 5).

3.15 A FENIP

Descreveu-se anteriormente a convocação e a reunião chamada "Encontro de Presbiterianos", ocorrido entre 29 e 31 de outubro de 1977, amplamente divulgado pelo *JP*. A reunião de Vitória, ES, teve desdobramentos, novos encontros, a organização da FENIP – Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas e, por fim, a criação de uma denominação separada da IPB, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, em 1983. Seu estatuto começa assim:

> Art. 1° No dia 10 de setembro de 1978, reuniram-se em Atibaia, SP, concílios, igrejas e pastores advindos da Igreja Presbiteriana do Brasil. Criaram a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP). Declaram o desejo de prosseguir na obra do Reino de Deus, dirigidos pelo Espírito Santo, em harmonia e comunhão uns com os outros. Nessa caminhada histórica, outros concílios, igrejas e pastores agregaram-se à FENIP. Na III Assembleia Geral Ordinária, em Vitória, ES, em 08 de julho de 1983, na consciência de sua identidade como Igreja una, santa, universal e apostólica, no espírito unificador de fidelidade ao presbiterianismo mundial, resolveram constituir-se em Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU). (IPU, 2012).

Na organização da FENIP, antecessora da IPU, em 1978, foi aprovado pelos presentes um manifesto (ANEXO 9), que explicava a situação e a decisão de tomar tal atitude:

> Nós, abaixo assinados - pastores, presbíteros e povo presbiteriano, quase todos com dezenas de anos de trabalho fiel no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) -, sentimos o imperioso dever de consciência cristã de elaborarmos este documento como fundamento das deliberações que tomamos nesta data.
>
> Há doze anos que a direção da IPB tomou um rumo inteiramente contrário à sua história no Brasil desde a sua fundação. Temos aguardado pacientemente durante todo este longo tempo, na pressuposição de que o bom senso voltaria a imperar na comunidade presbiteriana. Contudo, o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas. (IPU, 2012).

Aprofundar qualquer abordagem em relação à FENIP ou à IPU fugiria do projeto deste trabalho, mas pode ser tema para outras pesquisas. Por enquanto, interessa-nos a presença desse grupo como parte importante da oposição e o fato de que, desde 1978, deixou de fazer parte da IPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar neste trabalho a articulação do apoio dos presbiterianos ao governo brasileiro estabelecido pelos militares a partir de 1964. A teologia e a ideologia liberal foram elementos importantes como fundamentos ideológicos para o aplauso oferecido ao golpe desde o primeiro momento. No entanto, deve-se notar que houve uma oposição na vida eclesiástica interna. Embora minoritária, o grupo opositor era uma vanguarda intelectual ativa na vida da Igreja. Esse grupo contraditório era, em sua maioria, formado por pessoas ligadas ao ecumenismo e ao movimento de responsabilidade social da igreja. Por isso, a permanência desse setor na igreja poderia representar oposição ao regime militar que a hierarquia eclesiástica queria defender. As divergências, porém, não impediram o domínio amplo do grupo fundamentalista que aliava ao discurso teológico o anticomunismo e o apreço ao modelo liberal capitalista, defendido como o modelo cristão. A disputa interna ocorreu conforme aquilo que Bourdieu chama da disputa entre os sábios, envolvendo os intelectuais da igreja em um confronto pela boa teologia. Essa concorrência foi vencida pelo grupo que entendia ser parte de sua tarefa evangélica apoiar o governo militar. Isso fazia parte da estratégia de transformar o país alcançando maiores espaços na disputa pelo campo religioso, dominado pelo catolicismo, embora já se sentisse o avanço pentecostal como um perigo.

Dois jornais foram as fontes principais para a realização desta pesquisa. O *Brasil Presbiteriano*, periódico oficial da IPB, e o *Jornal Presbiteriano*, publicação do grupo de oposição ao governo eclesiástico. Além desses dois veículos de imprensa, foram usados os documentos oficiais da IPB, muitos deles transcritos, no todo ou em parte, no jornal oficial e outros encontrados no *Digesto Presbiteriano*.

Na parte introdutória do texto houve a preocupação em oferecer um conjunto de informações sobre o presbiterianismo e sua entrada no Brasil. O foco foi não historiar uma sequência cronológica, mas estabelecer alguns parâmetros teológicos e ideológicos que constituíram a herança da cosmovisão que animou os presbiterianos e, assim, os predispuseram para o apoio ao regime militar. A mesma herança, porém, serviu de base para a oposição eclesiástica e por aqueles que lutaram contra a ditadura. Com essa preocupação, a Introdução alongou-se um pouco, porém, cumpre o papel de apresentar esses aspectos que não caberiam em capítulo específico.

O primeiro capítulo visualizou o presbiterianismo na sociedade brasileira a partir dos anos trinta do século passado. Nesse período a presença protestante já estava consolidada, embora pequena e sem ameaçar o catolicismo, como não o ameaçavam ainda nenhuma das

outras opções religiosas já presentes no campo religioso brasileiro, as quais eram minoritárias e marginais. Os primeiros deputados evangélicos a terem mandatos eletivos se fizeram presentes na Constituinte reunida em 1933, época na qual o país procurava encerrar o ciclo da República Velha. Buscou-se levantar alguns aspectos a partir dos quais seria possível traçar pontos de contato com o presbiterianismo. A análise de como esse grupo religioso via e era afetado pela nova sociedade que estava se formando no país guiou essa primeira parte. Como o título mesmo procurou demonstrar, "os problemas vitais do Brasil são essencialmente os problemas vitais do evangelismo", palavras do "Memorial" de 1932, com o qual pastores protestantes, dois terços deles presbiterianos, procuraram incentivar o "evangelismo" nacional a participar ativamente do processo eleitoral, no qual se elegeriam os representantes à Assembleia Constituinte. Foram eleitos dois protestantes, um metodista, Guaracy Silveira, pastor que se dedicou fielmente a essa tarefa e foi eleito outras vezes. O segundo, Antonio de Souza, presbiteriano, foi eleito como representante classista, instituição usada para a formação da Constituinte naquela época e, aparentemente, não retornou à política depois.

Os presbiterianos tinham visão própria sobre o progresso. Acreditavam que o progresso vinha com a verdadeira religião e esta fornecia ao ser humano a capacidade de, ao se desenvolver pessoalmente, participar do desenvolvimento da sociedade. Por isso, a ênfase na criação de escolas caracterizou o protestantismo missionário, como é o caso do presbiterianismo. A preocupação em transformar o país pela verdadeira religião, educação e o progresso, consequentemente, levou-os a negar aspectos da cultura entendidos como negativos. A Igreja Católica era a grande vilã que teria transformado a nação em região subdesenvolvida e pobre. Por outro lado, o protestantismo já teria provado em outras regiões, mormente os Estados Unidos da América, que sua pureza religiosa capacitaria as pessoas ao trabalho, abençoado por Deus, o que redundaria em progresso.

A Igreja Católica não deixou de perceber e retrucar essa acusação. Embora minoritário e marginal na sociedade brasileira, o protestantismo não deixou de ser notado e acusado de estrangeirismo e estranho à cultura nacional. A disputa no campo religioso estava apenas no início, com uma das partes ainda incapaz de oferecer qualquer perigo efetivo para o grupo hegemônico. Como o presbiterianismo brasileiro tinha sua origem diretamente da missão norte-americana, não era um passo muito grande ser acusado de contribuir com o imperialismo do norte. Os presbiterianos viam na grande nação protestante, como outros brasileiros já o tinham feito, o modelo ideal para o Brasil seguir, com a religião sendo o elemento mais importante, pois pessoas convertidas poderiam transformar uma nação.

No entanto, houve setores protestantes, especialmente entre os presbiterianos, que olharam de forma diferente para a mesma situação. Não negaram os valores da sociedade e da cultura brasileira e procuraram oferecer a possibilidade de interpretar o país também teologicamente e transformar não só o indivíduo, mas a sociedade. O conceito de responsabilidade social do cristão e da Igreja era um dos temas fundamentais no movimento ecumênico, ao qual esse grupo estava ideológica e, muitas vezes, institucionalmente ligado. Este era visto pelos fundamentalistas como aliado ao comunismo internacional.

O Conselho Mundial de Igrejas e o Concílio Internacional de Igrejas Cristãs são duas organizações criadas na década de 1940, uma de cada lado do conflito. A primeira, ecumênica e divulgadora do conceito de responsabilidade social e a outra, fundamentalista, acusando o ecumenismo de heresia por esposar ideias do comunismo ateu. Essas instituições mostram em âmbito mundial o que se refletia no Brasil: um conflito entre os modernistas e os fundamentalistas. O conflito ideológico estava estabelecido com roupagem teológica e, na IPB, o conflito teve resolução parcial com a tomada do poder eclesiástico e de todas as instituições eclesiásticas pelo grupo fundamentalista.

O apoio ao governo militar foi expresso já nas primeiras manifestações oficiais após a instauração do regime. Demonstração disso foram as mudanças no jornal da denominação. Anteriormente, o periódico vinha permitindo discussões teológicas acerca da eclesiologia e isto envolvia a atuação social da igreja, por isso, o pensamento de responsabilidade social, o ecumenismo e simpatia por ideias depois consideradas esquerdistas estavam presentes em suas edições. Não que isto fosse hegemônico na vida da denominação, mas recebiam espaço, do qual o jornal é o melhor exemplo. O golpe militar precipita, na igreja, o acesso dos elementos afinados com o pensamento teológico conservador aliado ao anticomunismo, luta em nome da qual as instituições foram dominadas.

Para entender como os presbiterianos perceberam a questão, foi necessário passar antes por dois conceitos essenciais. Primeiramente, procurou-se compreender a presença do liberalismo no pensamento da igreja, recebido como herança dos missionários e que, desde o estabelecimento em solo brasileiro, era ponto de contato com o liberalismo da intelectualidade e da política nacional. Liberalismo este incompleto, defeituoso, como é sabido, mas, de qualquer modo, proveu ponto de contato entre as duas partes de modo que houve na cultura brasileira espaço para o presbiterianismo. Liberalismo também em nome do qual o golpe militar foi efetivado. Ideologia presente no pensamento presbiteriano que levou-o à ação legitimadora do golpe.

O segundo conceito a ser demonstrado foi o fundamentalismo, que não é fenômeno exclusivamente religioso; porém, é na religião que mais fortemente aparece. A luta por vencer as heresias do pensamento teológico influenciado pelo Iluminismo levou ao fundamentalismo, enfatizando a interpretação literal da Bíblia. O fundamentalismo protestante, gestado e desenvolvido principalmente nos Estados Unidos da América, entendia a fé cristã como a defesa da democracia liberal e do modelo capitalista. Portanto, o comunismo, ou qualquer coisa que a ele se assemelhasse, seria prontamente rechaçado. Essa ideologia, como teologia, é que alimentou as igrejas de origem missionária no Brasil.

Desde o primeiro momento do golpe, os presbiterianos deram seu apoio aos militares como governo de defesa das liberdades pessoais, da moralidade e da luta contra as forças desagregadoras da sociedade presentes no comunismo. A direção da Igreja cancelou o número já impresso do jornal e preparou outro com manifestações de apoio ao governo. Nesse sentido, estavam plenamente inseridos no estrato da sociedade brasileira, liderado pelas forças de direita que lutavam contra o perigo comunista e suas forças destrutivas da moral cristã e da família. Neste momento da vida eclesiástica, ganha destaque a figura de Boanerges Ribeiro, o qual já atuava como diretor do *Brasil Presbiteriano*, passando a acumular a função de redator logo após o golpe militar, entrando no lugar do redator considerado defensor de pensamentos esquerdistas. O jornal recebe a incumbência de manifestar o pensamento da igreja e coloca-se na defesa do que seria o pensamento oficial da denominação, na defesa do governo do país e na luta contra as forças comunistas presentes no pensamento teológico da responsabilidade social e nas práticas ecumênicas. Nesse contexto, ajuda a preparar o ambiente para a reunião principal da Igreja, o Supremo Concílio, que se reuniu em 1966.

Nessa assembleia geral da IPB, Ribeiro foi eleito presidente em nome das forças que queriam recolocar a denominação no caminho correto do evangelho. Isso significava lutar contra os perigos do ecumenismo e do comunismo, combater a teologia liberal que negava as verdades da fé e conter qualquer manifestação teológica e ideológica contrária ao regime militar, saneador da pátria. Foram tomadas decisões como a criação da Comissão Especial dos Seminários com poderes abrangentes para demitir professores e expulsar alunos que manifestassem os erros citados.

Os Seminários sempre foram locais propícios para a discussão teológica e, portanto, a preocupação com o domínio pleno da educação teológica era necessário para sanear a igreja. Destacou-se a presença de presbíteros nessa Comissão, especialmente de militares do Exército Brasileiro, ademais destacados pelo jornal pela presença ativa nas reuniões conciliares. Este certamente é um aspecto que há espaço para outras pesquisas historiográficas.

A partir de 1966, fica muito claro o apoio ao governo militar. Diversas decisões tomadas nas reuniões do Supremo Concílio, daquele ano e dos seguintes, ou de sua Comissão Executiva, demonstram o apoio. O jornal oficial transmite ao povo presbiteriano as decisões que devem ser recebidas como o pensamento da igreja. É a palavra oficial, sem espaços para discussões, reações ou visão contraditória. A IPB se define pela "afirmação de respeito à lei e à ordem". Lei e ordem na pátria e também, internamente, na vida eclesiástica. Enquanto os concílios promulgam leis que coíbem a participação ecumênica, político-partidária e o pensamento divergente do modelo fundamentalista, o jornal se dedica a ensinar à igreja o verdadeiro evangelho e as mazelas da esquerda e da teologia ecumênica, que é comunista, ou os erros da Teologia da Libertação do catolicismo romano, atrelada ao marxismo ateu. Para essa tarefa jornais foram utilizados, como o paulistano e liberal *O Estado de São Paulo* fartamente usado com transcrições de reportagens, por vezes extensas matérias. A crítica ao clero católico progressista se insere nas disputas anteriores, pois, desde a inserção do protestantismo no Brasil, uma de suas características mais fortes foi o anticatolicismo. Na disputa por espaço no campo religioso, demonstrar que o catolicismo era a própria negação da fé cristã foi estratégia das mais importantes dos presbiterianos.

Outro grupo religioso que os presbiterianos manifestaram oposição foi o pentecostal. Inicialmente, o surgimento dos pentecostais no país parece não ter alterado a relação do presbiterianismo com o catolicismo ou com a sociedade brasileira, no que concerne à disputa dentro do campo religioso. Porém, com o crescimento expressivo dos pentecostais, a disputa pelo espaço ganhou novos atores. Os presbiterianos perderam muitos membros para os pentecostais, como ocorreu em todas as igrejas do protestantismo histórico. Reuniões e decisões conciliares sobre a questão foram transcritas no jornal oficial. O presbiterianismo perdia membros para os pentecostais porque perdia o poder da manipulação simbólica do sagrado. Mas isso foi minimizado simbolicamente pela proximidade com o poder, pois tarefa mais importante que cultivar experiências emocionais estava sendo realizada, que é ajudar o governo a transformar o país.

No entanto, como na sociedade brasileira, houve também no interior da IPB aqueles que não concordavam com a postura de apoio irrestrito ao governo militar. Entre os presbiterianos temos histórias como a de Paulo Stuart Wright e a de Lysâneas Maciel. Como militantes oposicionistas, o primeiro, na clandestinidade, foi morto e o segundo, deputado eleito, recebeu a cassação e o exílio. Porém, outros presbiterianos tinham posturas de oposição. Na vida interna da denominação essa postura não foi apresentada de forma explícita como político-partidária ou ideológica, mas aparecia como disputa em torno de questões

teológicas e de disputa do poder eclesiástico. O conflito engendrado no interior da IPB pode ser explicado como a luta particular pelo monopólio na instituição, da qual fala Bourdieu, em que há disputa entre os defensores da ortodoxia e os hereges. No entanto, as heresias indicadas apontam para posturas ideológicas e políticas mais progressistas como se verificou.

O jornal oficial da denominação, dirigido e editado por Boanerges Ribeiro, apresentou aos presbiterianos uma oposição "pouca e rouca", composta de pessoas com a intenção tão somente de tumultuar o bom andamento da igreja que pugnava grandes batalhas pelo puro Evangelho de Cristo e pela transformação religiosa da nação e, consequentemente, seu progresso econômico, social e democrático. Essa oposição foi tratada no BP como ecumenista e comunista, dois termos que acusavam transgressão gravíssima da boa teologia.

O movimento ecumênico desenhou desde seu início o conceito de responsabilidade social da igreja. Esse pensamento foi bastante influente em alguns setores do protestantismo brasileiro, especialmente do presbiterianismo. É preciso destacar que esse tipo de pensamento não era comum à totalidade dos presbiterianos, mas estava presente no grupo que pode ser considerado a vanguarda teológica da igreja. As divergências ficaram claramente estampadas no jornal oficial antes mesmo da ocorrência do golpe militar. Porém, após o golpe, aquele pensamento seria sistematicamente denunciado e marginalizado. O conceito de responsabilidade social da igreja era facilmente diagnosticado como esquerdista ou comunista, o que de pronto deveria ser acusado como má teologia e recusado como heresia.

As questões sociais faziam parte do ambiente ecumênico. Portanto, o ecumenismo foi rechaçado como pernicioso à vida da igreja. Ser ecumênico significava defender o pensamento comunista. O combate ao comunismo incorporou a crítica à Teologia da Libertação, que passou a ser um dos inimigos da IPB, como já o era a Igreja Católica, a qual, agora, inventara essa nova teologia para deturpar mais ainda o Evangelho. Boa parte dos oposicionistas da administração eclesiástica tinha militância ecumênica como o trabalho demonstrou. Dentre eles estavam os que, posteriormente, criariam a FENIP e, depois, a IPU, a nova denominação que agregaria aos seus estatutos o ecumenismo como fundamental à fé cristã. Outros que defendiam maior participação da igreja nas questões sociais não concordavam *in totum* com o movimento ecumênico, mas estiveram mais ligados ao que se convencionou denominar "movimento evangelical". Esse grupo enfatizou o conceito de ação social da igreja, substituindo a expressão "responsabilidade social da igreja" pelo conceito de "missão integral". Esse movimento teve seu ponto alto no congresso realizado em Lausanne, Suíça, no qual representantes latino-americanos fizeram importantes abordagens e exerceram

influência sobre as decisões e declarações finais, as quais incluíram a ação dos cristãos diante dos graves problemas sociais que grande parte do mundo enfrentava.

O *Jornal Presbiteriano* apresentou em suas edições reflexões sobre esses temas. Tanto artigos de cunho teológico e bíblicos como reportagens apresentando práticas de união entre igrejas e a ação social de igrejas locais demonstraram a visão ecumênica ou evangelical dos assuntos. Como a luta contra um governo eclesiástico considerado autoritário, fundamentalista e excludente era mais premente, o *JP* gastou grande parte de suas páginas na discussão sobre os acontecimentos internos da vida eclesiástica. No entanto, mesmo nessas disputas encontramos elementos que demonstram uma teologia ecumênica, como é o caso da discussão sobre a publicação da *Bíblia na Linguagem de Hoje* pela SBB. O problema não era só a disputa teológica, se uma tradução favoreceria mais ou menos uma determinada opção doutrinária, mas a questão da unidade com outras igrejas, especialmente a Igreja Católica. Havia por parte do grupo oposicionista uma prática anterior de busca de unidade, primordialmente entre os evangélicos, prática que já se estendia, tênue e sutilmente, desde as décadas anteriores ao catolicismo.

A forma como Joás Dias de Araújo descreveu o Supremo Concílio mostrou práticas de domínio e exercício do poder comparáveis ao governo militar. Práticas baseadas na mentira e na exclusão da dissidência, na virulência da palavra e violência dos atos, nos artifícios ilegais e interpretações casuísticas das leis, na elaboração de nova legislação e novos critérios, eram todas as coisas condenáveis no regime militar para aqueles que a ele se opunham. Sem mencionar uma única vez a situação política brasileira, temos nas entrelinhas uma comparação que coloca o governo eclesiástico nivelado ao que tinha de pior o governo militar do país. A extensa divulgação de documentos emanados do diversos concílios tinha como um dos objetivos demonstrar que a administração da IPB não agia adequadamente com as normas institucionais, muito menos cristãs. Desejava-se mais democracia na igreja, não a defesa da boa doutrina a qualquer custo, especialmente ao custo da vida eclesiástica de irmãos.

O título do terceiro capítulo é retirado do artigo de Eduardo Lane, presbítero que fora candidato oposicionista na reunião do Supremo Concílio de 1974. Na epígrafe, o texto retirado do mesmo artigo diz que uma das graves ameaças que pairam sobre a igreja é deixar de ser relevante, deixar de atender aos desafios do mundo contemporâneo. No pensamento teológico que animava o grupo dissidente isso significa a missão integral, incluindo aí a voz profética da igreja que condena as injustiças e o autoritarismo presentes na sociedade. Assim, temos que a teologia que alimentava o grupo resultava em posturas mais progressistas no

campo político, consequências das ideias de responsabilidade social ou da missão integral. Por isso também foram combatidos como desviantes da são doutrina.

Este trabalho demonstrou que a IPB apoiou o regime militar, mas como a própria sociedade na qual está inserida, contou com pessoas em seus quadros que eram oposição aos militares. A defesa foi claramente propalada pelo grupo que assumiu o controle da denominação a partir de 1966 e esteve estampado no jornal oficial. Na disputa por espaço no campo religioso brasileiro, o apoio fazia parte da estratégia de combater o catolicismo e transformar o país com as virtudes protestantes. Isso daria visibilidade, prestígio e crescimento. A teologia calvinista, modificada pelo puritanismo e pelo ambiente religioso norte-americano, era adequada para que os presbiterianos dessem a legitimação religiosa ao regime. A ideologia liberal fazia parte do pensamento presbiteriano desde sua implantação no país. Com ela, os presbiterianos estavam certos de que o combate ao comunismo era uma de suas tarefas, já que essa ideologia seria demoníaca, ao contrário da democracia liberal, detentora do padrão cristão de constituição da sociedade.

Por outro lado, os oposicionistas à administração eclesiástica com a mesma herança teológica, mas um ponto de vista distinto, tinham uma postura progressista. Isso era fruto da participação ecumênica, do pensamento de responsabilidade social ou da ideia de missão integral dos evangelicais. Excetuando alguns poucos casos, como os políticos citados, o grupo não se posicionou clara e francamente contra o governo militar, pois estava lutando pelo controle da denominação. Essa luta praticamente ficava restrita à liderança e não chegava a todos os membros das igrejas locais, uma batalha acadêmica, como disse Bourdieu. Porém, os argumentos de ambos os lados deixavam antever as posturas políticas subjacentes à teologia defendida. Entretanto, é possível perceber que ambos os lados desse conflito interno da denominação faziam questão de se posicionar no sentido do respeito à lei e à ordem, como enfatiza o subtítulo deste trabalho.

Uma das lacunas que este trabalho deixa para ser preenchida em pesquisas futuras, mesmo porque não caberia em seu conjunto é a questão de verificar a incidência desse tema na vida cotidiana dos membros das igrejas locais. Com relação aos membros da IPB, pode-se dizer que as notícias em torno das questões apresentadas chegavam até eles mediadas pela imprensa denominacional. O jornal oficial oferecia a visão de uma denominação que estava sendo limpa das heresias ecumênicas e comunistas, deixando a igreja pronta para agir em prol da transformação do país. Isso seria o verdadeiro e completo evangelho. O jornal oposicionista, de circulação mais restrita pelas próprias circunstâncias, procurava interpretar a ação da liderança como erro teológico e falta de amor cristão. O conservadorismo inerente da

igreja facilitava a tarefa da imprensa oficial, mas a conjuntura do país também ajuda a explicar o sucesso dos mandatários da IPB nesse período. O trabalho que fica por fazer é o levantamento dos boletins dominicais das igrejas presbiterianas no período. Neles temos um espaço privilegiado para sondar as principais necessidade e preocupações dos membros das igrejas locais. Embora o pastor geralmente tenha exercido o controle da confecção desses boletins, inclusive com uma pequena mensagem em sua abertura, normalmente destacada na primeira página, há grande espaço para a participação dos leigos. Eles comunicam notícias das diversas atividades internas da comunidade, eventos com crianças, adolescentes, jovens, senhoras e homens da igreja local. Falam de atividades eventuais de ação social, reuniões de oração, encontros nos lares, reuniões musicais, Escola Dominical e outras práticas de sociabilidade, nas quais os membros estão juntos desenvolvendo o sentimento de pertença e de comunhão cristã.

Em anexo (ANEXO 10), com um pequeno texto, aponto para a possibilidade de dar-se atenção aos boletins das igrejas locais. Uso os boletins dominicais de quatro igrejas representativas, duas das mais antigas do país e duas na cidade de Campinas. As questões da vida cotidiana com relação à família, saúde, estudos dos filhos ou as questões relacionadas às experiências espirituais, como oração, leitura da Bíblia e santificação estão presentes de forma intensa nos boletins. Discussões políticas dificilmente faziam parte desse universo. Ao mesmo tempo em que há o apoio por parte da liderança e uma oposição que poderia exercer posição crítica frente ao governo militar, ambos lutando pelo controle da denominação, os membros das igrejas locais, em seu ambiente cotidiano e em seu local de exercício da fé, pareciam distantes dessas questões. Suas preocupações passavam por outras necessidades para as quais se buscava a mediação do sagrado e da comunidade de fé. Não poderia deixar de pontuar esse item para pesquisas futuras e para ampliar o conhecimento dos presbiterianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLSTROM, Sydney E. **A religious history of the american people**. New Haven and London: Yale University Press, 1972.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. *Distinções no campo de estudos da Religião e da História*. GUERRIERO, Silas (org.). **O estudo das religiões: desafios contemporâneos**. Coleção Estudos da ABHR. São Paulo: Paulinas, 2003.

ALVAREZ, Carmelo. Del Protestantismo Liberal al Protestantismo liberador. **Protestantismo y Liberalismo en América Latina**. San José (Costa Rica). Departamento Ecuménico de Investigaciones y Seminario Bíblico Latinoamericano, 1983.

_____. Protestantismo y Liberalismo en America Latina. **Fé Cristã e Transformação Social na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 1977.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALVES, Rubem. **Dogmatismo & Tolerância**. São Paulo: Edições Loyla, 2004.

_____. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

_____. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyla; Editora Teológica, 2005.

ANGLADA, Paulo R. B. A confissão de Westminster é realmente calvinista? **Fides Reformata**, p. 5 – 24; vol. III, no. 2. São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 1998.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968 – 1978)**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Israel Belo de. *A Palavra Marcada: um estudo da teologia dos batistas brasileiros, de 1901 a 1964, segundo O JORNAL BATISTA*. Dissertação de Mestrado, Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, 1983.

BARR, James. **Fundamentalism.** Philadelphia (USA): Westerminster Press, 1978.

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. O direito de resistência na França renascentista. **Kriterion,** Belo Horizonte, v. 47, n. 113, jun. 2006 . Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-2X2006000100005&lng=pt&nrm=iso (acesso em 2 fev. 2008).

BASTIAN, Jean-Pierre. **Breve historia del protestantismo en América Latina**. México, D.F.: Casa Unida de Publicaciones, 1986.

_____. **Protestantismos y modernidad latinoamericana**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994..

_____. O Protestantismo na América Latina. **Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina.** São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

_____. **Protestantismos y modernidad latinoamericana: história de unas minorías religiosas activas en América Latina.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Trad.: Cleide Rapucci; revisão técnica Modesto Florenzano. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

BELLAH, Robert. Comunitarismo ou liberalismo? Brasil e Estados Unidos em debate. **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Trad. José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Trad. Waldemar Boff, Jaime Clasen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOLETIM TEOLÓGICO. Fraternidade Teológica Latino-Americana – Setor Brasil. Ano 4, número 12. Porto Alegre, RS: agosto de 1990.

BONINO, José Miguez. **Rostos do protestantismo Latino-Americano**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.

_____. Visão de mudança social e de suas tarefas por parte de igrejas cristãs não-católicas. **Fé cristã e transformação social na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 1977.

BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933 – 1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O sociólogo e o historiador**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRAGA, Erasmo & GRUBB, Kenneth G. **The Republic of Brazil: a survey of the religious situation**. London: World Dominion Press, 1932.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser católico: dimensões brasileiras – um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BRASIL PRESBITERIANO. Órgão Oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. Anos de 1958 a 1986. Coleção completa do Museu e Arquivo Presbiteriano Rev. Júlio Andrade Ferreira. Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas. SP.

BRETONES, Lauro. Mudar a estrutura. **Unitas**. São Paulo: Instituto de Cultura Religiosa, setembro – outubro, 1959.

BULMER-THOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929 – 1939. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. vol. VI (org. Leslie Bethel) Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

BURITY, Joanildo. **Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CAIRNS, Earle Edwuin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. Trad.: Israel Belo de Azevedo e Waldemar Kroker. São Paulo: Vida Nova 2008.

CALDAS FLHO, Carlos Ribeiro. **Fé e café**. Manhumirim (MG): Didaquê, 1999.

CALVINO, João. **A instituição da religião cristã**. Tomo II, Livros III e IV. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAMARGO, César da Silva. **A força político-sacralizadora do fundamentalismo: EUA (1880-1930).** 1989. Dissertação - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Instituto Metodista de Ensino Superior (atual UMESP), São Bernardo do Campo (SP), 1989.

CAMARGO, C. P. F.; PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B. M. Igreja Católica: 1945 – 1970. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

CAMPOS, Breno Martins. **Protestantismo e poder: uma análise da ética puritana e do discurso fundamentalista na Igreja Presbiteriana do Brasil**. Dissertação. São Bernardo do Campo: UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

_____. Anatomia do poder religioso: um estudo do campo protestante brasileiro. **Revista NURES – Publicação eletrônica do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade**. Edição Ano 2, número 3, maio / setembro de 2006, endereço eletrônico: http://www.pucsp.br/nures/revista3/index.htm (acesso em 11 de fevereiro de 2013).

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro. **Estudos da religião**, ano XVI, n. 23, dezembro de 2002.

_____. Evangélicos e o golpe militar de 1964. **Tempo e Presença**, ano 26, n. 334, março/abril de 2004.

CARMELO, Marta Maria Chagas. **A Escola e a República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e Política, teoria bíblica e prática histórica**. 3. ed. São Paulo: Temática publicações, 1994.

CÉSAR, Waldo A. Situação Social e Crescimento do Protestantismo na América Latina. **Protestantismo e Imperialismo na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 1968.

CHAMON, Carla Simone. Educação, modernidade e protestantismo. In.: **Histórias de práticas educacionais.** VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. (org.) p. 279 – 300. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COLEÇÕES CAROS AMIGOS. **A Ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Simonton, um homem dirigido por Deus.** São Paulo: Editora Mackenzie, 1999.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad.: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CPDOC. **Lysâneas Maciel** (Verbete). CPDOC/FGV. Acesso em 4 de março de 2013. Endereço eletrônico: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

CURSO POPULAR. Periódicos de Educação Religiosa. Confederação Evangélica do Brasil. 1934 a 1964. Coleção da Biblioteca "Dr. Jalmar Bowden" da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Bernardo do Campo, SP.

CRAIG, Roberto. El papel del protestanttismo en Costa Rica - una ubicación socio-historica. **Protestantismo y Liberalismo en América Latina**. San José (Costa Rica). Departamento Ecuménico de Investigaciones y Seminario Bíblico Latinoamericano, 1983.

DEAN, Warren. A economia brasileira, 1870-1930. **História da América Latina: De 1870 a 1930**. vol. V (org. Leslie Bethel) Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

DE BONI, Luís Alberto (org.) **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

DIGESTO PRESBITERIANO, 1961 – 1970. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998.

DIGESTO PRESBITERIANO, 1971 – 1984. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998.

DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

DREHER, Luis H. **O método teológico de Friedrich Schleiermacher**. São Leopoldo: Editora Sinodal; IEPG-EST, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. (State, class and the organic elite: the formation of na entrepeneurial order in Brazil (1961 – 1965). Trad. Else Ribeiro Pires Vieria (supervisão). Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

ELEIÇÃO mostra influência das Igrejas. **O Estado de São Paulo**, 10 de outubro de 2010. Acesso online em 8/10/2011: < http://www.estadao.com.br/noticias/impresso, eleicao-mostra-influencia-das-igrejas,623104,0.htm,>

ELLIOT, Emory. Religião, Identidade e expressão na cultura americana: motivo e significado. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 vol. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIA, Eduardo Galasso. **Fé e compromisso: Richard Shaull e a teologia no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2002.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **História do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920 – 1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Trad.: Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FÉ E VIDA. Instituto de Cultura Religiosa. São Paulo, SP, 1938 a 1946. Coleção da Biblioteca "Dr. Jalmar Bowden" da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Bernardo do Campo, SP.

FERREIRA, Franklin. O Movimento Puritano e João Calvino. In: **Fides Reformata**, vol. IV, N°. 1. São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, janeiro-junho, 1999.

FERREIRA, Júlio Andrade. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. 2 ed. 2 volumes. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

_____. Ashbel Grreen Simonton, o missionário estadista. **Galeria Evangélica: Biografias de pastores presbiterianos que trabalharam no Brasil.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952.

_____. **O profeta da unidade: Erasmo Braga, uma vida a descoberto**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Parecer do Reitor**. Relatório apresentado à Diretoria do Seminário sobre a teologia e a prática de Richard Shaull. 1957, 53 páginas. Museu e Arquivo Presbiteriano Rev. Júlio Andrade Ferreira. Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas - SP.

FERREIRA, Valdinei. **Protestantismo e modernidade no Brasil: da utopia à nostalgia**. São Paulo: Editora Reflexão, 2010.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As Economias na América Latina, 1950 – 1990. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. vol. VI (org. Leslie Bethel) Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

FRESTON, Paul. Protestantismo e Democracia no Brasil. **Lusotopie** (p. 329 – 340). Pessac, France: 1999.

GALVÃO, Maria Rita; SOUZA, Carlos Roberto de. Cinema brasileiro; 1930 – 1964. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GÓES, Paulo de. **Do individualismo ao compromisso social: a contribuição da Confederação Evangélica do Brasil para a articulação de uma ética social cristã.** Dissertação. São Bernardo do Campo: UMESP, 1989.

GOMES, Angela M. de C. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 3: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **Religião, educação e progresso: a contribuição do Mackenzie College para a formação do empresariado em São Paulo entre 1879 e 1914**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALES, Justo L. **História Ilustrada do Cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa**. vol. 2 Trad.: Itamir Neves de Souza, Carmella Malkomes, Adiel Almeida de Oliveira e Valéria Fontana. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.

_____. **Dicionário ilustrado dos intérpretes da Fé**. Trad.: Reginaldo Gomes de Araújo. Santo André (SP): Editora Academia Cristã, 2005.

_____. **Uma História do pensamento cristão**. 3 vol. Trad.: Paulo Arantes e Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

GONZALES, Justo L.; GONZALES, Ondina E. **Cristianismo na América Latina**. Trad.: Valdemar Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2010.

GUARIGLIA, Osvaldo. Fundamentalismo y Democracia. DE BONI, Luís Alberto (org.). **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

GUIMARÃES, Hebe. **Lysâneas Maciel**. (Coleção Perfis Parlamentares). Brasília: Edições Câmara, 2008.

HACK, Osvaldo Henrique. **Protestantismo e Educação Brasileira: Presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

HAHN, Carl Joseph. **História do culto protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1989.

HEIMERT, Alan e MILLER, Perry (ed.). **The Great Awakening: Documents illustrating the crisis and its consequences**. Indianapolis (USA): Bobbs-Merrill Educational Publishing, 1978.

HILL, Christopher. **Origens intelectuais da Revolução Inglesa**. Trad.: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa**. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Tradução, apresentação e notas: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Trad.: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL. **Princípios de fé e ordem**. Disponível em http://www.ipu.org.br/a-ipu/principios-de-fe-e-ordem; acesso em 17/11/2012.

_____. **Documentos fundantes**. Disponível em http://www.ipu.org.br/a-ipu/documentos-fundantes; acesso em 17/11/2012.

JAGUARIBE, Helio. Merquior and Liberalism. **Liberalism in modern times: essays in honour of José G. Merquior**. Budapest (Hungary): Central European University Pres, 1996.

JOHNSON, Paul. **A history of the American people**. New York: Harper Collins Publishers, 1998.

JORNAL PRESBITERIANO. 1974 – 1978. Coleção particular de Nelly Bolliger Lane.

JULIA, Dominique. História religiosa**.** LE GOFF, Jacques (org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

KENDALL, Robert Tillman. A modificação puritana na Teologia de Calvino. REID, Stanford. **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

KÜNZLI, Arnold. Fundamentalismo: A passagem de volta da história. DE BONI, Luís Alberto (org.). **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LAMARÃO, Sérgio. **Cruzada do Rosário em Família**. Verbete: CPDOC/FGV: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx (acesso em 24/02/2013).

LASKI, Harold J. **O Liberalismo europeu**. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LATOURETTE, Keneth Scott. **Uma história do cristianismo**. 2 vol. Trad.: Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.

LEITH, John H. **A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã.** Trad. Eduardo Galasso Faria e Gerson Correia de Lacerda. São Paulo: Associação Evangélica Pendão Real, 1996.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro; estudo de eclesiologia e de história social.** Trad.: Linneu de Camargo Schützer. 2. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP e ASTE, 1981.

LONG, Normam; ROBERTS, Bryan. As estruturas agrárias da América Latina, 1930-1990. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. vol. VI (org. Leslie Bethel) Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

LONGUINI NETO, Luiz. **O novo rosto da missão: os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano**. Viçosa (MG): Ultimato, 2202.

LUCAS, Sean Michael. **O cristão presbiteriano**. Trad.: Elizabeth Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

MANUAL PRESBITERIANO. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

MATOS, Alderi Souza de. **Erasmo Braga, o protestantismo e a sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

_____. **Os pioneiros presbiterianos no Brasil**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

_____. **Fundamentos da teologia histórica**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

_____. **Rev. Boanerges Ribeiro – uma vida a serviço da Igreja Presbiteriana do Brasil**. http://www.mackenzie.br/7177.html (acesso em 15 de setembro de 2012).

MATTOS, Domício Pereira de. **Posição social da Igreja**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Prata, 1965.

M'CRIE, Thomas. **The story of the Scotish Church**. Glasgow (Scotland, UK): Bell and Bain, 1988.

MCKENZIE, Donald F. **Bibliography and sociology of texts**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

_____. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O Protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **REVISTA USP**. No. 67. São Paulo: Edusp, setembro/novembro de 2005.

_____. A "Questão Religiosa": conflito Igreja versus Estado e expansão do protestantismo**. Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyla, 2002.

_____. O nascimento do "racismo" confessional: raízes do conservadorismo protestante e do fundamentalismo**. Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyla, 2002.

_____. **Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos: o campo religiosos e seus personagens**; organização Leonildo Silveira Campos. 2. ed. São Bernardo do Campo (SP): Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyla, 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. **O argumento liberal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antonio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **O liberalismo social: uma visão histórica.** São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.

MERRICK, Thomas W. A população da América Latina, 1930 – 1990. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. vol. VI (org. Leslie Bethel) Trad.: Geraldo

Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

MOCIDADE. Órgão Oficial da Confederação da Mocidade Presbiteriana. Anos de 1946 a 1960. Coleção do Arquivo Histórico Presbiteriano da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição, São Paulo, SP.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964**. 7. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Estados Unidos e América Latina**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

NETO, Euzébio Cardozo. **Eudaldo Silva Lima.** http://www.mundonovoba.com.br/eudaldo-silva-lima/. (acesso em 9 de outubro de 2012).

NISKIER, Arnaldo. **Deus lhe pague**. Novembro de 2008. Academia Brasileira de Letras, arquivo online: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8379&sid=622. (acesso em 3 de janeiro de 2012).

NOGUEIRA, Alcides. **O Evangelho social e a Igreja de Cristo**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1965.

NOVA CANÇÃO. Coletânea de Hinos e Cânticos brasileiros. 2ª. ed. Coord. Norah Buyers. Campinas: CEBEP, Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais. São Bernardo do Campo (SP): CAVE, Centro Áudio-visual Evangélico, 1987.

O PURITANO. Órgão Oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. Anos de 1910 a 1958. Arquivo Histórico Presbiteriano da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição, São Paulo, SP.

ORO, Ari Pedro. A miragem dos fundamentalismos sectários na América Latina. DE BONI, Luís Alberto (org.) **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. 6ª. Ed. São Paulo, Loyola, 2003.

PIEDRA, Arturo. **Evangelización protestante en America Latina.** 2 ed. San José (Costa Rica): Litografia IPECA, 2005.

PIERSON, Paul Everett. **A Younger Church in Search of Maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959**. San Antonio (USA), Trinity Univertsity Press, 1974.

REID, Stanford. **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad.: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Uma história presente. RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. 2 ED. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Boanerges. **O Padre Protestante**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1979.

_____. **Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822 – 1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Protestantismo e Cultura Brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

_____. **A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma**. São Paulo: O Semeador, 1987.

_____. **Igreja Evangélica e República Brasileira (1889 - 1930)**. São Paulo: O Semeador, 1991.

_____. **O Apóstolo dos pés sangrentos**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1988.

_____. **Seara em fogo: a vida de Moody**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1990.

_____. **José Manoel da Conceição e a reforma evangélica**. São Paulo: O Semeador, 1995.

_____. **A Senhor que se fez servo**. São Paulo: O Semeador, 1989.

_____. **Terra da Promessa**. São Paulo: O Semeador, 1988.

_____. **O culto em Corinto e o nosso culto**. São Paulo: O Semeador, 1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira**. 20ª. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

ROLSTON, Holmes, **John Calvin versus the Westminster Confession**. Richmond (USA): John Knox Press, 1972.

ROSI, Bruno Gonçalves. **Atuação dos missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel na relação entre os dois países**. Dissertação de Mestrado: PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2009. http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710388_09_pretextual.pdf . (acesso online em 22 de janeiro de 2013).

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930 – 1964). **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 3: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. **O jornal Imprensa Evangélica: diferentes fases no contexto brasileiro**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **A idéia de democracia e a cultura política no protestantismo brasileiro**. V Congresso Internacional de História, 21 – 23 de setembro de 2011, UEM (Universidade Estadual de Maringá). Arquivo on-line http://www.cih.uem.br/ - p. 2398 – 2410. (acesso 19 de janeiro de 2012).

_____. O Protestantismo no advento da República no Brasil: Discursos, Estratégias e Conflitos. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010. Arquivo on-line http://www.dhi.uem.br/gtreligiao - p. 104 – 120. (acesso 20 de dezembro de 2012).

SHAULL, Richard. **De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação**. São Paulo: Editora Sagarana; CEDI, CLAI; Programa Ecumênico de Pós Graduação em Ciências da Religião, 1985.

_____. **Surpreendido pela graça: memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina, Brasil**. Trad. Waldo Cesar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Ernst. **Sobre a Religião**. São Paulo: Fonte Editorial, 2000.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocênctrica**. Trad.: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de. (org.). **"Fiel é a Palavra": leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil.** Feira de Santana (BA), UEFS, 2011.

SILVESTRE, Armando Araújo. **Da Imprensa Evangélica ao Brasil Presbiteriano: o papel (in)formativo dos jornais da IPB.** Dissertação de Mestrado, UMESP, 1997.

SIMONTON, Ashbel Green. **O Diário de Simonton (1852 – 1866)**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

SINCLAIR, John. **John Mackay: um escocês de alma latina**. Trad.: Joás Dias de Araújo e Naphtali Vieira Júnior. Manhumirim (MG): Didaquê, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964)** (Politics in Brazil, 1930 – 1964. An experiment in democracy). 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

SOUZA, Rosemary Machado de. **Vozes sob a ditadura: a manifestação dos cidadãos através da imprensa escrita (1978-1979).** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1532.pdf ; (acesso em 20/11/2007).

SOUZA, Silas Luiz de. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.

_____. **José Manoel da Conceição: o padre-pastor e o início do protestantismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

_____. Presbiterianismo no Brasil. "**Fiel é a Palavra": leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalisme: différence et démocratie**. France: Flamarion, 1994.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORP, Rosemary. As economias latino-americanas, 1939-c.1950. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. vol. VI (org. Leslie Bethel) Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

TILLICH, Paul. **Perspectivas da teologia protestante nos séculos dezenove e vinte**. Trad.: Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 1986.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Trad. João Miguel Pinto de Albuquerque. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Idéias Religiosas no Brasil**. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1968.

TRACY, Joseph. **The Great Awakening. A History of the Revival of Religion in time of Edwards and Whitefield.** Boston: Charles Tappan. New York: Dayton e Newman. Philadelphia: Henry Perkins, 1845.

TÜRCKE, Christoph. Fundamentalismo. DE BONI, Luís Alberto (org.). **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

UNITAS. Instituto de Cultura Religiosa. São Paulo, SP, 1946 a 1960. Coleção da Biblioteca "Dr. Jalmar Bowden" da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Bernardo do Campo - SP.

VASCONCELOS, Gilberto; SUZUKI, Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. **História Geral da Civilização Brasileira.** Boris Fausto (org.). Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4: Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Trad.: Modesto Florenzano. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

VON ALLMEN, J. J. **O culto cristão: teologia e prática**. Trad.: Dirson Glênio Vergara dos Santos. São Paulo: ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos), 1968.

WATANABE, Tiago Hideo. **Escritos nas fronteiras: os livros de história do protestantismo brasileiro**. Tese de Doutorado. Assis, Unesp, 2011.

_____. **Ashbel Green Simonton: um peregrino em terras tropicais?** Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012.

WHITE, James F. **Introdução ao culto cristão**. Trad.: Walter Schlupp. São Leopoldo (RS): Sinodal, 1997.

WILLETT, Cynthia. **Theorizing multiculturalism: a guide to the current debate**. Malden, Massachussetts (USA): Blackwell Publishers Inc.; Cowley Road (UK): Blackwell Publishers Ltd, 1998.

WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. **Cultura brasileira: temas e situações**. Alfredo Bosi (org.). 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

WRIGHT, Delora Jan. **O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ANEXO 1

MEMORIAL

dirigido aos crentes Evangelicos de todo o Brasil

Os abaixos assignados, ministros e officiaes de egrejas, após demorado estudo da situação política e social do Brasil, chegaram á conclusão de que o momento exige que os crentes evangelicos cerrem fileiras e affirmem unisonos, com todo o vigor, e por toda a parte, os princípios que, sob o ponto de vista político e social, consideram substanciaes, fundamentaes, indispensaveis para a salvação do Brasil.

Urge abandonar de vez a attitude de simples observadores, attitude de expectativa, de apparente bem-estar, de indifferença e commodismo! Urge procurar ter a visão, clara e nitida, da gravidade indisfarçavel desta hora nacional, angustiosa, que estamos vivendo! Urge que a voz dos evangélicos de todo o Brasil se faça ouvir por aquelles que vierem a compôr a Assembléia Constituinte, que decidirá dos problemas que affectam a vida espiritual e social do Brasil.

Os problemas vitaes do Brasil são, essencialmente, os problemas vitaes do evangelismo.

A hora é grave e decisiva! Conservar-se alguem na indifferença ou na inactividade na hora presente é constituir-se criminoso imperdoavel de leso-patriotismo.

Impõem-se hoje, como nunca , os imperativos de Nosso Senhor e Salvador Jesus Christo: “Vigiae e orae!” São de palpitante actualidade as palavras de um grande servo do Senhor: “Agir sem orar é temeridade; mas orar sem agir é zombar de Deus”.

Nesse espirito, os abaixos assignados vêm pedir aos ministros, aos officiaes de egrejas, aos crentes professos de ambos os sexos, aos amigos do Evangelho, em todo o Brasil, que, sem perda de tempo, se qualifiquem como eleitores e adoptem os seguintes pontos basicos de orientação civica:

I. NA ORDEM POLITICA

1) Posto que a fórma de governo seja a certo aspecto secundaria, tanto para o bem estar do individuo, como para os sagrados interesses do verdadeiro Christianismo, visto que o Evangelho apenas expõe principios geraes que se podem applicar sob qualquer regimen, - somos de parecer que, tendo sido já experimentada a fórma presidencialista republicana, será,

talvez, conveniente, no Brasil, a experiencia do regimen parlamentar, sendo, porém, esta questão aberta.

2) Queremos a verdade eleitoral absoluta, baseada no voto secreto como processo de saneamento dos costumes politicos do Brasil, e que se não façam as eleições no domingo.

3) Queremos a justiça popular, rapida e gratuita.

4) Queremos a completa laicidade do Estado e, consequentemente, a do ensino official, ou seja, a conservação integral do Artigo 72, § 6º, da Constituição de 1891.

II. NA ORDEM SOCIAL

1) Absoluta liberdade de pensamento e da manifestação do pensamento, respondendo cada uma pelos abusos que commetter.

2) Estabelecimento do regimen cooperativista nas relações entre operarios e patrões, abrangendo por parte dos primeiros uma razoavel participação nos lucros, facilitando-lhes ainda os segundos, quanto possível, a assistencia medica e judiciaria.

3) Protecção á família:

a) pela instituição da verdadeira gratuidade do casamento civil;

b) pelo divorcio absoluto, nos casos de infidelidade conjugal ou de "uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela egreja nem pelo magistrado civil";

c) pela instituição de reformatorios destinados á assistencia e regeneração da mulher decaida;

d) pela assistencia á infancia e á velhice desamparadas.

4) Quanto á Educação:

a) Educação popular obrigatoria para todos os brasileiros por systema que estabeleça o programma minimo da escola primaria em todo o territorio nacional;

b) Organização da instrucção secundaria, profissional, e superior de modo a torná-las accessiveis ás classes menos favorecidas da sociedade.

5) Promover o pacifismo nas relações nacionaes e internacionaes no sentido de se reduzirem ao minimo o apparelhamento e as despesas militares do paiz e do mundo.

OBSERVAÇÕES:

1) Importa que se adoptem esses principios com absoluta firmesa;

2) que se faça delles constante affirmação e a maxima propaganda;

3) que se dê apoio exclusivamente a partidos, grupos ou ligas, cujos principios se harmonizem com os deste Memorial;

4) nos lugares onde não houver organização partidaria cujos principios coincidam com os deste Memorial, os crentes poderão votar nos candidatos que publicamente sustentarem pelo menos os principios “2”, “3” e “4” da ORDEM POLITICA, e “1”, “3” e “4” da ORDEM SOCIAL;

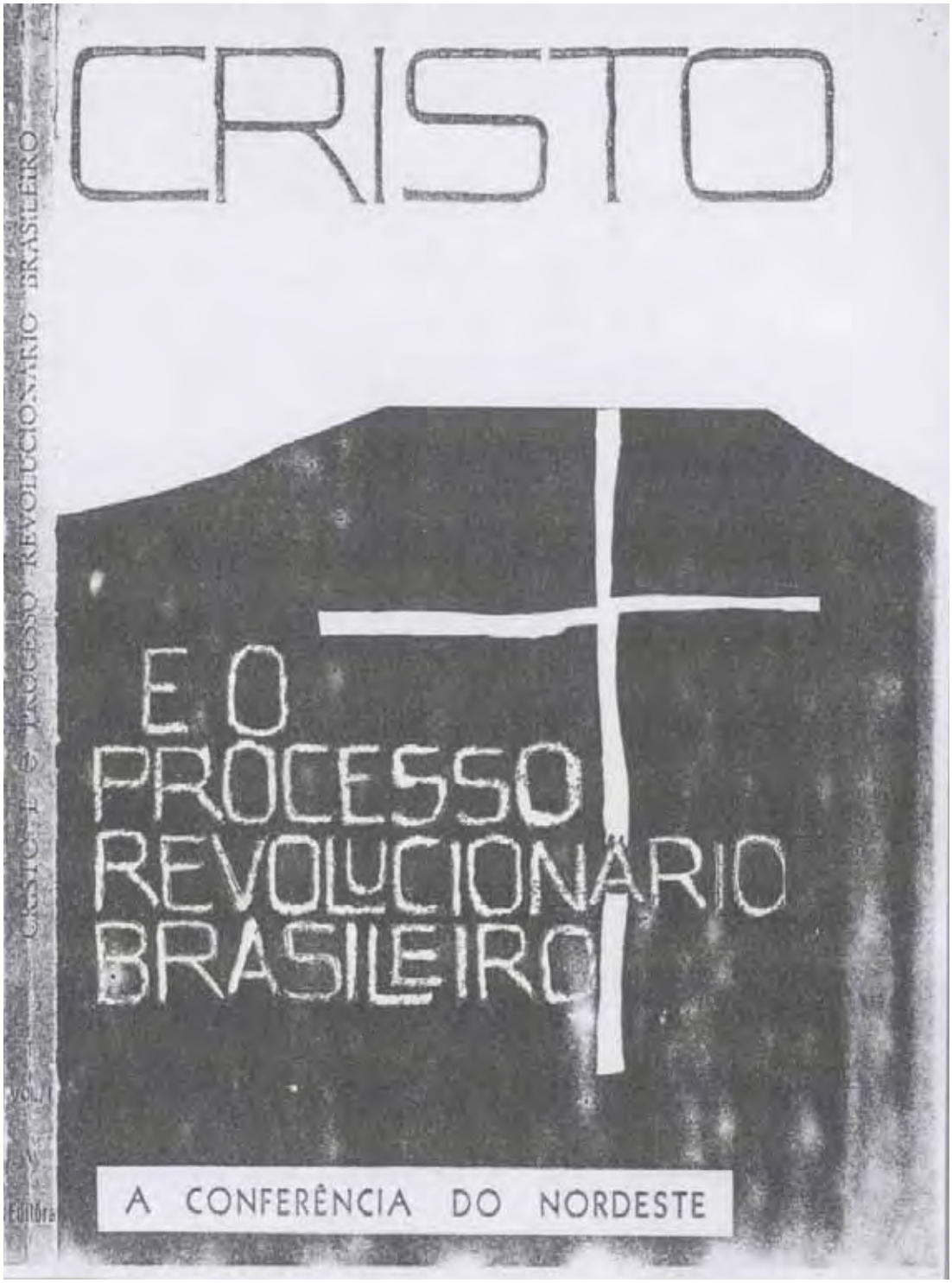
5) Não votar absolutamente em candidatos ou com partidos que adoptem programmas favoraveis a medidas que compromettam a laicidade do Estado, introduzam ou facultem o ensino religioso nas escolas officiaes.

Rio de Janeiro, em maio de 1932.

- Mattathias Gomes dos Santos, Erasmo Braga, Galdino Moreira, Julio C. Nogueira, Mota Sobrinho, Anisio Pereira Lira, Efraim Rizzo, Alfredo Borges Teixeira, Severino da Silva, Samuel Leur de Araujo Cesar, L. O. Lima Filho, José Sousa Marques, Alfredo Rebouças, Nemesio de Almeida, Rodolfo Anders, Raul Villaça, Daniel Ferreira, Epaminondas Moura, Benjamin Moraes, Alberto Gomes Pereira, Clodomir Goulart e Odilon Moraes.

ANEXO 2

CAPA DO LIVRO DA "CONFERÊNCIA DO NORDESTE"



ANEXO 3

PRONUNCIAMENTO SOCIAL DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

O Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil:

A todos os presbíteros docentes e regentes, aos diáconos, a todos os membros da Igreja, a todos os irmãos em Cristo - ao povo em geral. Graça e paz da parte d'Aquele que é, que era, e que há de vir, e da dos sete espíritos que estão diante do seu trono, e da parte de Jesus Cristo que é a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Príncipe dos reis da terra.

No propósito de avisar a consciência de todos os fiéis para os perigos, deveres e oportunidades da hora presente, apresenta o seguinte Pronunciamento Sôbre os Problemas Políticos e Sociais.

1 - O imperativo que impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais da atualidade nacional e internacional deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino e de sua submissão e fidelidade à Palavra de Deus.

2 - Sua autoridade para pronunciar-se sôbre essas questões, em dada situação concreta, deriva, porém, da disposição com que os cristãos participem, sincera e sacrificialmente, da luta por uma órdem social em que se expressem, cada vez mais perfeitamente, os postulados fundamentais da fé cristã sobre Deus, o homem, a sociedade, o Estado, e os sistemas ideológicos políticos, sociais e econômicos.

3 - Nêste terreno são postulados fundamentais da fé cristã:

I - Deus é o princípio e o fim de tôdas as coisas, pois por Êle e para Êle, tudo foi criado e subsiste.

II - Na encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, manifestou Deus seu propósito redentor e na exaltação do Filho à sua mão direita, sua soberania absoluta, que abrange o indivíduo e a sociedade, os povos e as nações, a Igreja e a chamada órdem secular.

III - A vida do homem e dos povos não tem sentido se não for vivida segundo o propósito de Deus, no poder de sua graça, sob o juízo constante de sua palavra e no pleno reconhecimento de sua soberania.

IV - Criados, em Cristo, à imagem e semelhança de Deus, todos os homens são fundamentalmente iguais, e tem todos os direitos a oportunidades iguais de educação, saúde, trabalho e participação na vida política, e bem assim a iguais garantias da inviolabilidade de sua vida, de sua pessoa e de sua família, e da utilização adequada de seus bens.

V - Tôdas as formas de opressão religiosa, política ou econômica, todas as formas de

discriminação racial e social, tôdas as restrições à liberdade de pensamento e de expressão, são igualmente odiosas e contrárias à fé cristã.

VI - Tôdas as nações do mundo tem igual direito de escolher a maneira como desejam ser governadas, desde que tal escolha se faça sem a imposição interna de minorias econômicas ou militarmente poderosas e sem pressão externa de formas econômicas ou ideológicas; e tôdas tem igual direito de promover, por todos os meios legítimos o que interessa à paz, à justiça, à liberdade e à prosperidade nas suas relações internas e externas.

VII - Nenhuma órdem social é inteiramente cristã. Aproxima-se mais desse ideal aquela em que os direitos e deveres dos cidadãos forem mantidos em justo equilíbrio, em que for garantido a todos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades para o bem, e em que for oferecida aos fracos e desvalidos a indispensável proteção.

VIII - O Estado deve ser, principalmente, um instrumento para manutenção da ordem eliminando as causas de perturbação social, e para preservação, incremento e transmissão do patrimônio espiritual e material da sociedade que representa; e é a vontade da maioria dos membros desta que deve determinar a forma e definir os poderes daquele.

IX - Nenhum sistema ideológico de interpretação da realidade social, seja em termos filosóficos, políticos ou econômicos, pode ser aceito como infalível ou final. Os conceitos Bíblicos da história, Reino de Deus e Escatologia nos farão perceber sempre na condição humana, individual e social, a presença de fatores que não caberão jamais dentro de uma interpretação puramente filosófica ou científica da realidade, distanciada da interpretação cristã e teológica.

X - A presença inegável desses fatores realmente demoníacos, em todas as estruturas sociais, fatores que levantam a oposição obstinada ao propósito redentor de Deus e que só serão inteiramente destruídos quando vier a plenitude do Reino de Deus - essa presença deve levar os cristãos a se lembrarem de que esse propósito redentor de Deus inclui, também, a ordem social, e deve levá-los a darem expressão concreta, nesse âmbito, ao fato de que, em Cristo, Deus manifestou seu objetivo de criar não só um novo homem mas também, uma nova humanidade.

Às Igrejas Presbiteriana do Brasil, compete, portanto:

1 - Dar, pelo púlpito e por todos os meios de doutrinação, expressão do Evangelho total meio de redenção do indivíduo e da ordem social.

2 - Incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos Políticos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fábricas, nos Escritórios, nas Cátedras, nas Eleições e nos Corpos Administrativos, Legislativos e

Judiciários do País.

3 - Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar a iniciativa de esforços para aliviar os sofrimentos dos infelicitados, por uma ordem social iníqua; colaborando também, com aqueles que, movidos por espírito de temor a Deus e respeito a dignidade do homem, busquem esses mesmos fins, assim como aceitando sua colaboração.

4 - Opôr, por uma pregação viva e poderosa, relevante e atual, uma barreira inexpugnável contra as forças dissolventes do materialismo e do secularismo.

5 - Lutar pela preservação e integridade da família e pela integração de grupos marginalizados, pela ignorância e analfabetismo, pelos vícios, pelas doenças e pela opressão na plena comunhão do corpo social.

6 - Dar à infância e a juventude uma formação cristã que as capacite a enfrentarem vitoriosamente o impacto dos paganismos contemporâneos, com a força da interpretação cristã da vida total do homem a luz de Deus.

7 - Defender, pelo exemplo de seus membros, a dignidade do trabalho, quer manual, quer intelectual.

8 - Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos sejam de omissão, ou comissão, que resultem em ameaças ou obstáculos à paz social ou tendam a destruição da nossa estrutura democrática.

9 - Defender a necessidade de mais eqüitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade da terra, e advertir, em nome da justiça de Deus e da fraternidade cristã, aqueles cujo enriquecimento seja fruto da exploração do próximo.

10 - Tornar o Estado consciente de todos os seus deveres, transmitindo-lhe corajosamente a palavra profética, especialmente nas horas de crise, prestigiando sua ação no estabelecimento da justiça social e oferecendo-lhe colaboração para solução cristã de todos os problemas da comunidade.

ANEXO 4

ÚLTIMA PÁGINA DO *BRASIL PRESBITERIANO* DE 15 DE MAIO DE 1966

OPINIÃO

Com Vistas ao Supremo

Crise Administrativa

Crise Missionária

TAXA PAGA

Brasil Presbiteriano ANO IX — N. 10

O Evangelho Social e a Igreja de Cristo

Para Hospedagem dos Membros do Supremo Concílio

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Supremo Concílio — Reunião Ordinária de 1966

FORTALEZA — CEARÁ

ANEXO 5

CAPA DO LIVRO *O "EVANGELHO SOCIAL" E A IGREJA DE CRISTO*

ANEXO 6

DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE DO SUPREMO CONCÍLIO, EM NOME DA MESA ELEITA

(Brasil Presbiteriano, agosto de 1970, p. 3)

Rev. Boanerges Ribeiro

Permiti que vos diga uma palavra de fé.

Somos presbíteros desta Igreja. Presbíteros docentes; presbíteros regentes. Somos presbíteros pela vocação divina, na chamada do Espírito Santo, reconhecida pela Igreja do Senhor e estabelecida no ato solene da ordenação, em nome da Santíssima Trindade.

Ao sermos ordenados perguntaram-nos aqueles que constituíam o Presbitério que nos ordenava, fosse Conselho local ou Presbitério regional, se aceitávamos as Sagradas Escrituras como a Palavra de Deus e única regra infalível de fé e prática, ao que respondemos que sim. Aliás, não poderíamos responder que não. Perguntaram-nos, também, se aceitávamos os Símbolos de Fé da Igreja Presbiteriana do Brasil como uma exposição sistemática fiel do ensino das Sagradas Escrituras. Em perfeita e sã consciência respondemos que sim e se assim não tivéssemos respondido não teríamos sido ordenado presbíteros. Em seguida perguntaram-nos se aceitávamos e se poríamos em prática a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, havendo também recebido de nós resposta afirmativa. Em meu caso pessoal isso já foi há algum tempo. Eu tinha pouco mais que 22 anos de idade. No caso dos meus companheiros, em circunstâncias variáveis e em lugares diversos.

Esses Presbitérios jogavam em nossa honradês, na seriedade de nossa palavra. Quando aceitavam nossos votos, faziam-no em uma honrada confiança, porque eram integrados por homens honrados também, e não conviria a homens honrados negarem confiança a outros que de boa fé compareciam perante eles para proferirem os votos sagrados da ordenação. A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil não é a Palavra de Deus, infalível. Ela é trabalho humano que pode ser alterado, desde que o seja pelos meios estabelecidos na própria Constituição.

A Confissão de Fé e os Catecismos não são Palavra de Deus. Eles podem ser reformulados pelos meios estabelecidos na Constituição da Igreja. Contudo, aqueles Presbitérios aceitaram nossos votos de que nós os subscrevíamos e os praticaríamos, entendendo, evidentemente, que só admitiríamos a sua alteração pelos processos

constitucionais vigentes. Aqui assumimos a Presidência do Supremo Concílio; meus companheiros assumem a Vice-Presidência e as Secretarias, na força e na segurança daqueles votos de ordenação.

Os senhores têm diante dos senhores os mesmos homens honrados que foram ordenados presbíteros há dez, vinte e trinta anos atrás e declararam aceitar a Palavra de Deus como única regra de fé e prática, e não entendem uma Igreja Presbiteriana do Brasil que apostate dos ensinos das Escrituras Sagradas.

Os senhores têm diante dos senhores um grupo de homens que aceita os Símbolos de Fé da Igreja Presbiteriana, acata a Constituição, pratica-a e a praticará. Nós jamais fomos infensos à compreensão e ao entendimento com nossos irmãos, ainda aqueles que de nós divergissem em qualquer ponto. Não fomos atingidos, em ocasião alguma, por ofensa pessoal alguma. De maneira alguma, em nenhuma ocasião dominou-nos ressentimento pessoal, seja da parte do Presidente ou de qualquer de seus companheiros de Mesa.

Contudo, meus irmãos, (não creio que fosse necessário dizê-lo, mas perdoai se o repito), a Mesa que elegestes, vós a elegestes porque a conheceis e conheceis os seus compromissos e a segurança com que está disposta a cumpri-los. Ela os cumprirá com toda certeza.

Não há, na Igreja Presbiteriana do Brasil, lugar para insubordinação que desborde daqueles planos de lei que nós aceitamos com liberdade. Ninguém nos obriga a ser Presbiterianos. Mas, se queremos sê-lo, sejamo-lo honradamente. Ninguém nos obriga a aceitar a Constituição da Igreja. Mas, se prometemos aceitá-la e acatá-la, sejamos honrados e cumpramos esses votos da ordenação. Ninguém nos obriga a aceitar esses Símbolos de Fé. Mas, se os aceitamos; se, ao ser ordenados declaramos aceitá-los, sejamos honestos.

Sejamos, além de homens de Deus, simplesmente homens e cumpramos esses votos de ordenação.

Esta Igreja é uma Igreja aberta, na qual entram todas as pessoas que estão dispostas a assumir os compromissos da iniciação. Na qual, uma vez eleitos, são ordenados todos os oficiais que proferem os votos de ordenação.

Contudo, é uma Igreja aberta a pessoas que saibam cumprir os seus votos. Esta Igreja não é horda. Esta Igreja não é caterva. Ela é povo: Povo de Deus, organizado. Ela tem lei. Não é Legalista, mas tem lei. Não lei imposta por alguém, mas, lei que nós livremente aceitamos em sã consciência, sem que ninguém a isso nos obrigasse.

Essa lei é uma das expressões da graça de Deus. Não nos é imposta por poder arbitrário e estranho, mas nós mesmos, para que possamos ser povo, para que possamos viver

juntos e juntos servir a Deus e somar nossas forças, nós mesmos é que a aceitamos e a praticamos com liberdade.

Esta Mesa não tem poderes, exceto os poderes da Constituição. Não tem autoridade, exceto aquela que vem da persuasão, que se dirige a homens livres como nós, e que apresenta argumentos razoáveis, que possam ser aceitos.

Esses elementos, contudo, sempre são usados. Porque, meus irmãos, durante o presente quadriênio esta Igreja continuará a ser Igreja e não se transformará em horda solta, desbordando pelos quatro cantos ao furor das paixões desaçaimadas.

Ela tem governo. Esse governo é a presença do Senhor entre nós. Ele se expressa na Palavra do Senhor que todos abrimos e acatamos. Ele se expressa em nossos Símbolos de Fé e nossa Constituição, nas deliberações de nosso Concílio Superior e dos Concílios Inferiores.

Nossa Igreja se encontra na voragem de um mundo em que organizações muito mais antigas, estáveis, se desfazem ou ameaçam desfazer-se com grande rapidez, ou começam a desfazer-se com grande rapidez.

Não possuímos meios de coação. A Igreja, graças a Deus, não tem poder de polícia. A única coisa que mantém a coesão da Igreja de Deus é a presença do Santo Espírito, e a honestidade daqueles que integram seu Ministério e seu Presbiterato.

Nesta reunião do Supremo Concílio, como neste quadriênio, serviremos a Igreja com alegria, com segurança; com a dedicação que o Senhor colocar em nós, nós a serviremos cada dia, todos nós da Mesa.

Mas não desejamos que haja ilusão em alguém, imaginando que o fato de estarmos sempre abertos à compreensão, à exposição do que ocorre, significa que haverá concessões doutrinárias e que haverá concessões à insubordinação e à desordem.

Não houve e não haverá.

Muito obrigado, meus irmãos, pelo seu voto, pela sua presença e pelo trabalho que, juntos, aqui faremos. (destaque do jornal)

ANEXO 7

PRIMEIRA PÁGINA DO *JORNAL PRESBITERIANO*, JANEIRO DE 1975

JORNAL PRESBITERIANO

Nesta edição

A matança dos Amalequitas

Leia a Bíblia

Comigo habita...

Prece

Assim eu creio

Aviso

Jornal Presbiteriano

Verdade branca

ANEXO 8

Manifesto do Presbitério de Campinas

Aos Ministros e Conselhos da
Igreja Presbiteriana do Brasil.

O Presbitério de Campinas (PCPN), reunido extraordinàriamente na data de 24.11.1968, resolveu enviar a todos os Ministros e Conselhos da IPB o seguinte manifesto, tendo em consideração a situação da IPB. Pede atenção daqueles que receberem êste documento cuja circulação é interna à própria Igreja, pois os fatos considerados nos parecem de suma importância.

1. **INTRODUÇÃO** — Declaramos inicialmente nossa fidelidade à IPB nos têrmos do art. 1.º da constituição da mesma pois adotamos "como única regra de fé e prática as Sagradas Escrituras do Velho e Novo Testamento e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua confissão de fé e os catecismos maior e breve", e regemos nossa vida eclesiástica pela constituição votada em 20.07.1950, a qual, como Ministros e Presbíteros, prometemos defender e praticar. É no espírito de melhor servir a Jesus Cristo através da amada Igreja, plantada no Brasil com a presença de Simonton e conservada pelas testemunhas que o seguiram, que fazemos a presente proclamação.

2. **PROPÓSITO** — Nossa finalidade é dupla: (1) Definir a posição acima, na atual contingência da vida presbiteriana; (2) Afirmar que êste documento tem significação como salvaguarda de nossa posição ortodoxa dentro da Igreja.

3. **ALCANCE DO MANIFESTO** — Por sua secretaria executiva o presente documento é enviado às autoridades locais da IPB, Ministros e Conselhos, esperando que os fatos apresentados se tornem conhecidos, discutidos e avaliados, pelos obreiros que praticamente anônimos, lutam por levar o nome de Cristo, Deus, Salvador e Senhor, ao coração de nossos compatriotas. Ignorados, tantas vêzes, podem ser julgados erroneamente.

No momento em que se enfraquecem os laços que no passado uniram os concílios, os ministros e os membros da IPB, ameaçando fender até aos alicerces a estrutura da Igreja, nosso clamor de alerta endereçado aos concílios da IPB, não pode ser ignorado, nem colocado de lado sem amadurecida consideração sob pena de carregarmos sôbre os ombros a culpa pelos êrros atuais. É dever do PCPN alertar nêste instante os concílios e dever idêntico pertence a cada concílio alcançado pelo presente manifesto de definir-se em face do que aqui se expõe.

4. **PONTO DE PARTIDA** — Êste manifesto não significa de maneira alguma qualquer apôio a êste ou aquele partido que se tenha formado dentro da IPB, nem muito menos a defesa de uma linha de orientação traçada por qualquer dos líderes ou passados da IPB.

5. **O PCPN DENTRO DA ATUAL IPB** — Atendendo ao apêlo das altas autoridades da IPB para que tôda a Igreja concentrasse seus esforços em grandes alvos (Evangelização Educação Cristã, Integração do Leigo e Mordômia), o PCPN norteou seu trabalho para tais finalidades. Ha dois anos que se processa a unificação de suas energias através de um plano progressivamente aperfeiçoado de servir melhor a IPB. A experiência de 1967 provou-se útil e no ano em curso, uma comissão presbiterial de planejamento organizou o PCPN como uma grande equipe de trabalho. Instruções cuidadosamente preparados foram distribuidas aos conselhos e pastores. Um programa de visitação com troca de púlpitos entre pastores e de experiências de trabalho entre Presbíteros e Conselhos, está mostrando seu valor e eficiência.

As secretarias de causa desenvolvem sua atividade sob orientação de um ministro escolhido para supervisionar a execução do plano. Uma equipe de advogados atende às Igrejas na regularização dos documentos de suas propriedades. Exames mais acurados do estado espiritual dos rebanhos orientam os trabalhos. Reuniões especiais marcam a inauguração de novos Templos e pontos de Evangelização consolidados. Na última reunião do Sinodo Oeste de São Paulo (SOP) Foi, a pedido de membros do concílio apresentado o informe relativo ao desenvolvimento da obra do PCPN. Mi-

nistros de outros concílios pedem notícias da forma de trabalho adotada no desejo de ampliar a experiência para outras regiões.

Ministros do PCPN prestam atualmente serviço no Seminário Presbiteriano de Campinas (SPS), pois é indispensável prosseguir a Obra de Educação Teológica enquanto chamamos pela correção das falhas e lamentamos os fatos ocorridos naquela tradicional Casa de Ensino. De nossos candidatos, dois estudam em Campinas.

O PCPN, de moto próprio, elabora planos para maior eficiência de seu trabalho, tanto pela organização de suas atividades, como pelo estudo da Divisão de seu campo quando reconhecida a necessidade e oportunidade pelo concílio.

Consolida-se e amplia-se pois a obra nos limites do PCPN. E seja assim em todos os concílios — eis nossa oração ao Senhor de toda seara.

6. **CLAREZA DE PROPÓSITO** — De nossas afirmações nos itens precedentes fica bem claro que o PCPN apoiou e apoiará as autoridades da IPB, quando estas visam aos grandes alvos que estão colocados diante do povo presbiteriano em seu anseio de ir, pregar, fazer discípulos, ensiná-los conforme os ditames do Mestre. A mesma clareza de propósitos nos obriga a firmar, contudo, nossa oposição às autoridades da IPB quando se desviem da constituição da Igreja. Entre tais assuntos, como um dos focos das crises, figura o problema do afastamento de professores e alunos do SPS sem as cautelas indispensáveis. Gerou injustiças, insatisfação e protesto das vitimas e de seus concílios e danos materiais, morais e espirituais para a IPB.

7. **OBJETIVO CENTRAL DESTE MANIFESTO** — É convidar a IPB, nos seus expressivos instrumentos de trabalho cristão, seus concílios, a um movimento de volta à constituição da Igreja, seu código de disciplina, em sua inteireza, em seu espírito, como passo indispensável para "manter e promover a paz, a unidade, a edificação e a pureza da Igreja".

8. **TENTATIVAS ANTERIORES** — Desde o momento em que professores e alunos foram afastados do SPS, vários esforços se fizeram no sentido de corrigir a situação criada com a punição dos mesmos sem processo regular.

(1) Pelo próprio PCPN sucessivas solicitações foram endereçadas à nova diretoria do SPS, à Comissão Especial de Seminários e à Comissão Execu-

tiva do Supremo Concílio, reclamando da primeira a documentação referente ao afastamento de professores e alunos; da segunda a tomada de consciência frente ao tema em foco e da última, solicitando que dada a manifesta omissão de passos indispensaveis à processualística disciplinar presbiteriana, fossem sustadas as decisões tomadas no Seminário de Campinas.

(2)Em documento de circulação reservada, endereçada às autoridades da IPB, o Presidente do PCPN e do SOP clamava por uma solução de nivel para o assunto, que sem entrar no mérito íntimo da questão, fora conduzido de arrepio ao que preceituam as leis da IPB, especialmente seu código de disciplina.

(3) A procrastinação em enfrentar o problema parece ensejar que o assunto caminhe sem solução até que venha o novo Supremo Concílio conhecer da ação da Comissão Especial de Seminários quando, então, for tarde demais e os danos espirituais, morais e materiais para os homens e para a Igreja forem irreversíveis. É verdade que parte deles já o é no presente.

Pateticamente, nalgum tempo futuro, os filhos espirituais de Calvino virão a condenar o êrro de seus pais, a menos que a presente geração o faça. Se outro mérito não tiver o presente manifesto, significará, para os que presentemente amargam no ostracismo da política eclesiástica da IPB, o apôio do PCPN e, mais do que isto, uma voz que se levantou com fome e sêde de justiça e foi sufocada para ecoar ulteriormente na história da Igreja.

(4) Derradeiro esforço foi feito em reunião da CE/SC quando o Presidente do SOP apresentou proposta no sentido de que se recomendasse à diretoria do SPS que prestasse aos concílios e às Missões plenos esclarecimentos dos motivos do afastamento de seus obreiros e alunos daquele estabelecimento de ensino Teológico. A queda da proposta destinada a permitir que os concílios tivessem elementos oficiais para pleitear a causa de seus obreiros significou realmente uma oportunidade a mais fechada. Aos obreiros restaria só ir bater às portas da clemência eclesiástica, humilhados como confidentes de uma culpa que não tem. Será isto que se espera dêles ?

9. **REPARAÇÃO MORAL** — O PCPN de própria iniciativa e sob recomendação do SOP vem prestando aos alcançados pelas medidas da diretoria do SPS todo apoio no sentido espiritual e moral. Não titubeia um momento em tornar concreto, a qualquer instante o respaldo para a luta jurídica a

que foram levados pela imprudente notificação do seu afastamento — demissão (?), ato que os forçou a se defenderem fora dos arraiais da Igreja.

Um dos afastados evitou isto até que a decorrência de prazo o tornasse imperioso. Importa declarar aqui, contudo, que é de suma importância para o PCPN a reparação moral do êrro cometido no SPS, pois envolve a reputação de homens de longo passado de serviços prestados à IPB. As autoridades do país julgaram o assunto dentro da Legislação Trabalhista. No caso dos alunos nenhuma reparação surge como viável, mas somente a ruina de vocações, a frustração de esforços de concílios e o prejuizo para a formação do ministério. Impossível é agora para a IPB reparar completamente o mal praticado sob a alegação de fazer o bem, mas o aspécto ético da restauração não pode ser omitido. Isto só será admissível se o padrão de justiça da Igreja fosse modelado abaixo do padrão das autoridades seculares do país: Mesmo sabendo que a oportunidade da reparação trabalhista, por iniciativa própria, já fugiu às mãos da IPB, está ainda em poder desta, hoje, a indispensável correção dos êrros morais havidos. O Sinodo Oste de São Paulo (SOP), conforme resolução do plenário, em Julho de 1967, dirigiu-se as autoridades da IPB, pedindo a reparação, inclusive todos aspectos acima expostos.

10 **PROBLEMA DE RESPONSABILIDADE** — Tendo o PCPN procurado reunir todos os dados que lhe foi possível obter a respeito do assunto em tela, pode afirmar:

(1). Importante documento produzido pelo Rev. Júlio Andrade Ferreira, então Presidente do PCPN e Reitor do SPS, antes do Supremo Concílio de Fortaleza, chamava atenção para as crises que o SPS vinha atravessando e lembrava as causas das mesmas, tanto internas ao próprio Seminário, como as oriundas de condições típicas de nossa época, de nosso País e da própria IPB. Relatava ainda a inutilidade de seus esforços no sentido de corrigir falhas que não dependiam diretamente do relator.

(2) Fora da IPB, outros documentos produzidos em vários campos de cultura, por autoridades nestes, pôem a claro que crises semelhantes às do SPS, anteriores a nossa e posteriores à ela, verificam-se um outros locais. Seminários e Faculdades. Onde não militavam nossos professores demitidos, nem estudavam alunos presbiterianos — lá também estava a crise, pois as suas causas eram muito mais variadas, gerais e profundas do que a vista da Comissão Especial de Seminário (SES) permitiu divisar. Dentro e fora da IPB, em Seminários e fora dêles, no Brasil e no Exterior, em diferentes e até opostos sistemas políticos, em contexto social variado e dentro de

realidades espirituais múltiplas, as crises surgem. Em nenhum local puderam ser detidas pelas medidas de repressão e afastamento dos que, em superficial análise de poucos dias, foram exibidos como culpados.

(3.) É natural, pois, que o PCPN só entre na apreciação da responsabilidade dos homens da IPB depois de análise muito objetiva dos múltiplos fenômenos ocorridos ontem e hoje na vida da IPB. Cremos que mesmo diante da complexidade de causas que se imbricam na administrações anteriores de nossa amada Igreja, uma parcela ineludível de responsabilidade pela presente situação deve ser atribuida ao M. D. Presidente do Supremo Concílio da IPB, pelas seguintes razões:

I. Em 1967, presente o Sr. Presidente do SC à reunião do PCPN, no SPS, quando foi ouvido longamente, vários componentes do Concílio que hoje se manifesta, chamaram de forma amistosa a atenção do M. D. Presidente para o fato de que dentro da IPB começavam a surgir sinais de radicalização de posições, com aspécto partidário, e que se impunha no momento, com urgência, uma definição inconfundível de que o presidente da IPB não se subordinava a nenhuma das correntes de estrutura partidária esboçadas. Lembrou-se-lhe ainda que uma pastoral em têrmos claros de identificação com a própria IPB, e não com uma de suas facções, era imperativo inalienável do momento. Nem por pastoral, nem por atitudes, nem por pronunciamentos no "Brasil Presbiteriano", a atitude de moderador se manifestou.

II. Presente ainda o M. D. Presidente do SC à reunião ordinária do SOP em Julho de 1967, pôde perceber quão alta era a insatisfação do Concílio com os fatos ocorridos no SPS, traduzida no plenário e no documento em que, unanimamente, o SOP reclamava correção das irregularidades apontadas. Tanto num Concílio como noutro, PCPN e SOP, houve respeito ao Sr. Presidente, mas vivo protesto contra os êrros indicados, não obstante suas ponderações.

III. Por sua omissão, escapismo e surdez aos apelos dos Concílios, em face da gravidade da crise do SPS; credenciando-se a si mesmo para momear representantes de Sínodos na diretoria do SPS; retardando decisões importantes sobre Seminários Presbiterianos para uma reunião extraordinária, repetindo os contestados argumentos de insubmissão — A CE/SC assume parcela ponderável da responsabilidade pela crise debilitadora do SPS e da IPB.

11. **AGRAVAMENTO DA CRISE** — Fatos concretos, entre os quais cita-

remos alguns, estão sendo relacionados para mostrar que a inabilidade administrativa da atual direção da IPB não se limitou ao problema dos professores e alunos do SPS. Vejamo-los :

(1) — A esfera privativa dos Concílios da Igreja está sendo constantemente quebrada. Esta invasão de prerrogativas peculiares aos Concílios, com exorbitância de poder das comissões executivas ou de pessôas, gera um todo de suspeições, mas em si mesmas e nos seus efeitos próximos e remotos.

(2) — O "Brasil Presbiteriano", orgão oficial da IPB, cuja palavra deveria traduzir ordem, decai de número a número. Apresenta marcado personalismo, censuras sem endereço certo mas geradoras de suspeitas, artigos escritos por pessôas pouco informadas dos assuntos que versam, perversão de tradicionais secções em instrumentos informativos de pontos de vista oficiais discutíveis, incapacidade de manter diálogo crítico para com os leitores. Ausentando-se dos grandes problemas contemporâneos, representando uma facção dentro da IPB, pretendendo ser o todo quando é uma parte do pensamento Presbiteriano — é natural a indiferença com que é recebido em tantas comunidades Presbiterianas. O mal estar produzido pelo seu toque incerto, as graves deformações nos fatos, a tentativa de ridicularizar nomes respeitáveis por apôdos ou fotografia — eis o que faz do "Brasil Presbiteriano" uma frustração de nossas esperanças relativamente ao orgão oficial.

(3) — Sintetizando, importa ao PCPN afirmar que a IPB não pode ser dirigida com a violação de sua constituição, qualquer que seja o poder ou graú hierárquico administrativo da pessôa. Os resultados desta violação, cedo ou tarde, produzem clima de suspeição, ressentimentos, injustiças, prejuízo para a obra da Igreja, e, por fim, uma radicalização de idéias, atitude e posições, opostas aos alvos da IPB.

12 **EIS O MANIFESTO DO PCPN,** — Voz de advertência, convite ao reexame das diretrizes, âpelo à retomada da linha certa da vida eclesiástica da IPB. Redigido em atmosfera de esperança e fé por um Concílio sensibilizado pela resistência do mal, e com o manifesto o PCPN afirma aqui o seu direito de :

I. Salvaguardar por medidas legais no âmbito eclesiástico, e fora dele, se necessário homens, bens, comunidades e instituições de prejuizos, vendo malbaratadas as energias do povo de Deus por uma orientação facciosa;

II. Apelar aos Ministros e Conselhos da IPB, no sentido de que impeçam estender-se mais ainda sôbre os arraiais Presbiterianos a situação avassaladora que enfrentamos, fazendo protesto imediato contra os êrros aqui indicados e sua perpetuação no seio da IPB;

III. Agir sem mais delongas, em entedimento com outros Concílios da Igreja, visando à restauração em sua plenitude do respeito à Constituição da IPB, da qual se tem desviado sua mais altas autoridades, agravando-se a situação presente com a sustentação de êrros já consumados, abafando o clamor de tantos Concílios.

"Tua Senhor,
É a Grandeza, o Poder, a Honra, a Vitória e a Magestade;
Porque Teu é tudo quanto há nos Céus e na Terra;
Teu, Senhor, é o Reino, e tu te exaltaste por chefe sôbre todos".

Presbitério de Campinas

Caixa Postal, 926
Campinas — E. S. Paulo

ANEXO 9

Documentos de Atibaia

Igreja Presbiteriana Unida do Brasil

Manifesto

Nós, abaixo assinados pastores, presbíteros e povo presbiteriano, quase todos com dezenas de anos de trabalho fiel no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) _ sentimos o imperioso dever de consciência cristã de elaborarmos este documento como fundamento das deliberações que tomamos nesta data.

Há doze anos que a direção da IPB tomou um rumo inteiramente contrário a sua história no Brasil desde a sua fundação. Temos aguardado pacientemente, durante todo este longo tempo, na pressuposição de que o bom senso voltaria a imperar na comunidade presbiteriana. Contudo, o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas.

A continuidade dos mesmos elementos através de eleições sucessivas denota o caráter de imoralidade, daí, no século, a previsão nas constituições decentes da impossibilidade de reeleição do presidente da República. É evidente que aqueles que têm o domínio têm poderosa máquina para manobras com caráter de legalidade, a fim de se perpetuarem no poder. E, como conseqüência da corrupção do grupo dominante, a vida toda da Igreja foi atingida, notando-se as seguintes anomalias:

1. As eleições para os concílios seguem os caminhos das eleições seculares Há corridas de um lado para outro, conciliábulos, informações tendenciosas, tudo para garantir o número necessário de votos para eleição da pessoa indicada, no caso do Supremo Concílio, o candidato cuja publicidade já é feita com muita antecedência, através do órgão oficial da Igreja.

2. Há divisões de presbitérios e de sínodos com o propósito claro de aumentar o número de votos que garanta a reeleição do mesmo grupo. E até às comunidades locais desce a trama infamante, envolvendo pessoas humildes e de nenhuma experiência das sutilezas maquiavélicas da cúpula dominante E se foi alguém da cúpula que disse, deve ser verdade. A suposição falsa de que aqueles que estão no poder sempre estão certos. Total falta de respeito aos concílios locais. Divisões feitas nos concílios superiores, sem consulta e, às vezes, sem conhecimento dos concílios inferiores e das comunidades locais. Tudo sempre para favorecer o domínio de um grupo.

3. A perseguição de pastores e membros que deram o melhor de sua vida para o trabalho da Igreja, através de processos eclesiásticos, da imprensa oficial, com publicações contendo meias-verdades, a fim de indispor com a comunidade presbiteriana — tanto local como

nacional —pastores honrados.

4. O uso tendencioso da Constituição da Igreja, que serve de norma apenas quando favorece a cúpula da Igreja. As mais absurdas medidas têm sido tomadas contra concílios, pastores e comunidades locais, com violação clamorosa das leis e praxes presbiterianas.

5. O jornal oficial da Igreja [Brasil Presbiteriano], que deveria expressar o pensamento da Igreja em geral, expressa as idiossincrasias da facção dominante. Em tempos passados, o órgão oficial procurava edificar a Igreja. Trazia artigos das expressões maiores do pensamento presbiteriano. Não era jornal de um grupo. Agora, aqueles que realmente pensam não têm lugar no jornal da Igreja. A pobreza do que é publicado seria tolerável não fora o veneno do insulto misturado à clamorosa ignorância de um fanatismo intolerante.

6. Quanto à alegação de que não há discordância doutrinária para a constituição de nova denominação, e que tudo não passa de questões pessoais: não é verdade. O que se condena na atual administração da Igreja é a sua prepotência, falta de respeito à pessoa humana, veiculação de notícias tendenciosas a respeito de igrejas locais e de respeitáveis ministros do evangelho, cuja vida aí está patente perante a Igreja Nacional. E a politicagem, a cobiça dos cargos, das vantagens pecuniárias, o fascínio do poder! Pergunta-se: existem heresias mais graves do que causar divisões no seio da Igreja, devido a interesses pessoais?

7. Ouve-se também a afirmação de que a formação de outra denominação produz escândalo; que o fato de se trazer à luz do dia a degenerescência da administração produz escândalo. Pergunta-se: não há maior escândalo nas injustiças praticadas pela atual cúpula da Igreja contra comunidades e pastores? E maior escândalo ainda é o fato de muitos crentes estarem conscientes de tais injustiças e ficarem calados para, segundo eles, não produzirem escândalos. Não foi assim que procedeu o Senhor Jesus, que denunciou sem rodeios a cúpula dirigente da Igreja dos seus dias. E assim como o Mestre, também o fizeram os profetas da antiga aliança. E hoje, numa atitude que indica um cristianismo desfibrado, nada se quer fazer com a falsa desculpa de que vai produzir escândalo.

8. Fato inédito na história da Igreja Presbiteriana o domínio do Instituto Mackenzie pela cúpula da Igreja. Toda a cúpula ajustou-se com grande "desprendimento" aos polpudos empregos do Mackenzie. Aqueles que sempre se opuseram à presente administração defenderam a desvinculação do Mackenzie da Igreja. Na atual situação, o que vai acontecer sempre, é a luta política pela posse da direção da Igreja, porque quem tiver esta terá também a posse do Mackenzie E assim instala-se a cobiça e a luta política dentro da Igreja. E é isto que tem acontecido e contra isto é que se levantam os signatários deste documento.

Diante desta situação insolúvel, nada mais poderíamos fazer. Nem protestos, nem recursos encontram encaminhamento para solução pacífica. Assim foi com a liderança da Igreja na antiga aliança e de igual modo a Igreja Cristã em séculos passados. A Igreja sobrevive quando reconhece a necessidade constante de reforma. Tivemos de seguir o exemplo de Paulo e Barnabé: a separação. Nem é mesmo separação, pois que congregações locais e concílios que foram eliminados da Igreja Nacional se reúnem para prosseguir no trabalho que já vinham fazendo, sem quebra de fidelidade à Palavra de Deus, aos Credos da Igreja e

às Confissões de Fé da Igreja Reformada. Tudo isto é dolorido, mas não podemos deixar de prosseguir na obra que nos foi confiada por Deus, e nem podemos ser infiéis à voz da nossa consciência iluminada pelo Espírito Santo. O Senhor Jesus nos julgará.

Os signatários da ata de instalação da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas — pastores e presbíteros representantes de igrejas e concílios maiores — tomam as seguintes decisões:

1. Declaramos constituída, nesta data, a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, que se regerá, na esfera civil, pelos seus estatutos e, na esfera eclesiástica, pelo seu regimento.

2. Declaramos que é nosso desejo prosseguir na obra do Reino de Deus, dominados pelo Espírito de Cristo, em harmonia e alegre comunhão uns com os outros, paz e respeito mútuo.

3. Expressamos nossos propósitos nos seguintes termos: declaramos que é o nosso propósito edificar nova comunidade onde reine o amor e a consagração à obra de redenção do homem e não a interesses humanos subalternos, indignos daqueles que fazem profissão de fé cristã.

4. Declaramos que, como mordomos do Senhor Jesus, não poderemos gastar o tempo retomando às questões passadas, reavivando injustiças sofridas ou reivindicando direitos de que fomos esbulhados, mas, com a visão voltada para o futuro. colocamos o nosso coração na obra que temos para fazer, na consciência clara da nossa responsabilidade diante do Senhor da Igreja, a quem teremos de prestar conta do uso que fizemos da nossa vida. Assim Deus nos ajude. Amém.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.
[Seguem-se às assinaturas.]

Declaração

1. Aceitamos o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, conforme o registro das Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos.

2. Aceitamos, defendemos e promovemos a tradição presbiteriana como incorporada nos Credos da Igreja Universal, representada nas confissões históricas das Igrejas Reformadas.

3. Constituímo-nos em Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas [FENIP], formada de todas as igrejas organizadas a ela associadas ou que venham a associar-se, obedecidos os princípios básicos de autonomia e soberania da comunidade local. As igrejas associadas à FENIP e que já se encontram agrupadas em presbitérios e sínodos deverão permanecer nessa posição, nada impedindo, no entanto, que as demais, isoladas, se congreguem à FENIP, mesmo que não estejam agrupadas a esses órgãos.

4. Como Igrejas Reformadas e que, por isto, estão sempre se reformando, aceitando a multiforme operação do Espírito Santo na vida do povo de Deus, e em obediência às estratégias de Deus nas mutáveis situações, reconhecemos o direito a diferentes formas de fidelidade e posicionamentos exegéticos e teológicos perante as Escrituras Sagradas.

5. Reconhecemos que o ministério da Igreja total não pode ser reduzido ao ministério pastoral, mas que a diversidade de dons e vocações do Espírito é concedida a todos os membros do povo de Deus, sem exclusão de nenhum deles por motivo de sexo, de cor, de cultura, e de posição social.

6. Reconhecemos a necessidade de orientação pastoral e pedagógica mais uniforme, em maior consonância com as prioridades doutrinárias, conforme estabelecidas nos símbolos de Fé, para mais eficiente doutrinação das comunidades.

7. Fiéis à oração sacerdotal do Senhor e ao empenho de Calvino em favor da unidade da Igreja, sentimo-nos obrigados à convivência com o movimento de diálogo interconfessional nacional e mundial e à participação na Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, e recomendamos orações pela unidade cristã.

8. Adotamos, como expressão da responsabilidade social da Igreja, o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil, aprovado pelo Supremo Concílio no ano de 1962.

Atibaia, 10 de setembro de *1978*.

ANEXO 10

O Boletim Dominical, a circulação de ideias e a vida cotidiana

Uma das fontes que não está diretamente atrelada à hierarquia, como é o caso do jornal oficial, das revistas de Escola Dominical e dos documentos conciliares, é o Boletim semanal de Igrejas locais. Em geral, as Igrejas protestantes adquiriram o hábito de publicar boletins dominicais para uso interno das comunidades. Em quase todas as Igrejas, o pastor é o responsável pelo impresso, que se tornou um espaço de doutrinação, transmissão de decisões do Conselho e dos concílios superiores, inclusive do Supremo Concílio. No entanto, o tratamento de questões dos concílios superiores nos boletins dominicais era muito pouco presente. A preocupação com a vida e a saúde espiritual dos crentes e da comunidade é que se fazia mais importante. As notícias apareciam, em geral, mais para comunicar datas de reuniões, os eleitos para os diversos cargos, sem maiores pronunciamentos sobre as decisões. Porém, é importante notar que o boletim servia para que a comunidade também se manifestasse. Nesse informativo local é possível encontrar a vida do crente, suas necessidades, seu pensamento e a religião em relação com a vida cotidiana do fiel.

Quatro Igrejas locais serviram de base para pesquisa de boletins: A Igreja do Rio de Janeiro, a primeira comunidade presbiteriana em solo nacional; a Igreja Unida de São Paulo, a mais antiga da capital do Estado, com a saída da primeira na formação da Igreja Presbiteriana Independente; a Igreja de Campinas e a Igreja do Jardim Guanabara, ambas na cidade de Campinas - SP, localização do Seminário Presbiteriano do Sul, o mais antigo Seminário da América Latina e também uma região de oposição ao governo eclesiástico que se estabeleceu a partir de 1966. Nesses boletins, o que se nota é uma preocupação constante com situações da vida que podem ser resolvidas ou ao menos assistidas pela religião. Enfermidade, família (nascimento, morte, mudanças, etc.), viagens, estudos, vestibulares e provas escolares são temas recorrentes. Os fiéis apresentam pedidos para que os irmãos orem em benefício desses assuntos, pelo bem particular que redunda em bem coletivo, pois a bênção para um é sinal da ação de Deus sobre toda a comunidade.

Os boletins informavam algumas decisões conciliares. Porém, em geral, apenas se noticiava a ocorrência de eventuais reuniões nas quais se destacavam alguns temas, como o resultado das eleições do conclave. O pastor, que normalmente controlava o

boletim, não acreditava na necessidade de informar todos os assuntos à comunidade os quais ficavam com sua circulação restrita entre os presbíteros e o pastor. A preocupação com a vida e a saúde espiritual dos crentes e da comunidade era mais importante e se imaginava que apresentar essas questões da alta direção da igreja aos membros poderia prejudicar sua vida espiritual.

A piedade e a experiência religiosa pessoal ou comunitária eram enfatizadas constantemente. A Igreja de Campinas, por exemplo, estava passando alguns meses do ano de 1967 com a atenção voltada para uma grande campanha em prol do que foi chamado de "Primeira semana de avivamento espiritual". Nesse período os líderes da igreja estavam desafiando os crentes a orarem fervorosamente, para que houvesse "derramamento abundante do Espírito Santo no coração de todos os irmãos" (BOLETIM, 27 de agosto de 1967). Apesar de um dos seus pastores, Júlio Andrade Ferreira, ser um dos diretamente envolvidos com as questões eclesiásticas, sendo professor e Reitor do Seminário Presbiteriano do Sul na mesma cidade de Campinas, a vida comunitária local não deveria ser atingida pelas questões da administração eclesiástica nacional. O Seminário, seu Reitor e alguns professores haviam sido demitidos e a direção da IPB queria fazer da casa de educação teológica um lugar de respeito às autoridades, inclusive as seculares, pois entendiam que isso não acontecia devido às influências ecumênicas e comunistas entre os docentes. Para o pastor e a liderança da Igreja de Campinas, no entanto, as questões espirituais e a preocupação com o avivamento religioso eram mais importantes no momento.

As décadas de sessenta e setenta foram um período conturbado no protestantismo histórico, com a ascensão do pentecostalismo e sua influência nas demais denominações. O presbiterianismo, como em geral as demais denominações, não se relacionou com os pentecostais desde o seu início. Quando se deu conta, a simpatia inicial deu lugar às críticas pela heresia que o pentecostalismo representava. Isso foi muito importante na vida das igrejas locais, pois houve casos de saída em massa de membros, grandes divisões, famílias rompidas, tudo por causa do pentecostalismo aceito por alguns e negado por outros. Chegou o momento que a IPB começou a tomar decisões claras e objetivas, condenando a doutrina pentecostal e enquadrando pastores e membros. Decisões de Presbitérios, Sínodos e Supremo Concílio eram publicadas no jornal da Igreja, mas nos boletins já apareciam textos alertando os crentes, por um lado,

e desejando também um avivamento espiritual, por outro. Este, no entanto, era controlado e legitimado pela Igreja, fugindo da heresia consumada no movimento.

A Igreja Unida se desgastava em uma crise acerca do exercício do pastorado. O novo pastor, que assumiu a igreja em 1965, renunciou, pois não suportou as críticas, fato que resultou na convocação da assembleia dos membros, foro adequado para tratar desse assunto. Nessa crise, o boletim foi usado para pronunciamentos das partes em conflito, do pastor, do Conselho, de membros da igreja e do Deputado Federal Levy Tavares,[93] que defendia o pastor presbiteriano, aproveitando sua liderança política e estima no mundo evangélico.

O boletim da Igreja do Rio dedicava-se à tarefa de noticiar suas atividades internas, motivando os membros. Eventualmente, havia algum assunto externo e, até pela condição de comunidade com muitos membros de posses e das classes mais altas, o boletim informava sobre um ou outro evento social, em que poderiam estar políticos, tal como a presença do Governador do Estado em um culto da Igreja de Campos - RJ (BOLETIM, 30 de julho de 1967). Esse tipo de notícia serviria para criar sentimento de aceitação e de participação na sociedade. Não havia qualquer menção ao fato da eleição ser indireta e dirigida pelos militares.

Ocasionalmente, as Igrejas noticiavam e comentavam temas políticos, como no caso da Igreja do Jardim Guanabara, Campinas, que noticiou a eleição municipal de 1968 e o dever do crente votar (BOLETIM, 10 de novembro de 1968). De fato, essa igreja era a que mais tratava de temas sociais e políticos, especialmente, com a visão do compromisso do cristão de orar pelas autoridades. Não havia, porém, qualquer indício de descontentamento com o regime militar ou alguma palavra mais dura em relação à política ou aos políticos.

Dentre os temas presentes que mais preocupavam os crentes os mais citados são relacionados à família e ao seu bem estar. Por isso, notícias sobre nascimentos e mortes, enfermidades, estudos, vestibular e viagens são constantemente mencionadas.

Durante o século XX a configuração da família passou por grandes mudanças no mundo ocidental. O poder masculino sobre o lar sofreu um revés, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. No período da guerra mulheres foram contratadas para suprir a ausência dos homens que estavam nos campos de batalha. Com recursos financeiros e conhecimentos técnicos, as mulheres ampliaram sua antiga luta por emancipação. O ano

[93]Pastor e o primeiro pentecostal eleito no Brasil com o apoio e campanha de Manoel de Mello, fundador da Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo".

de 1968 apresentou uma série de conflitos em muitos países, deixando os mais conservadores bastante assustados. Em geral, os conflitos foram iniciados por estudantes, mas trabalhadores de diferentes categorias, mulheres e políticos também se puseram a manifestar o desejo de mudanças no mundo. As manifestações de maio desse ano em Paris ficaram bem conhecidas, gerando muitas pesquisas, interpretações e livros. Nessa luta podemos destacar um episódio do ano de 1968 bem sintomaticamente preocupante para o protestantismo fundamentalista: o evento conhecido como "queima dos sutiãs". Feministas, por ocasião da realização de um concurso de miss, depositaram ao chão não só sutiãs, mas outros acessórios como sapatos de salto alto, cintos, produtos de beleza e coisas assim. Queriam manifestar o repúdio ao evento que via a mulher como objeto não como ser humano. Ora, os protestantes normalmente não concordavam com um concurso de miss. Porém, a busca pela liberação feminina e a transformação da família que se processava era o que causava horror. Os protestantes se mobilizaram, principalmente nos Estados Unidos da América, em defesa da família, da moral e dos bons costumes. Isso se refletiu no Brasil. Karina Bellotti[94] mostra como a editora da IPB traduziu grande quantidade de obras sobre família e sexualidade, todos escritos nos EUA. Em reação tardia em relação a outras editoras do país, os presbiterianos trouxeram no início dos anos oitenta do século XX as respostas que os evangélicos fundamentalistas do norte estavam dando a essas questões (BELLOTTI, 2005, capítulo IV).

A família estava mudando também no Brasil. Lentamente, muitas casas passavam a ser dirigidas pela mulher e não pelo homem. Posteriormente isso seria detectado pelo próprio censo brasileiro. Por exemplo, no censo de 1991, constatou-se cerca de vinte e cinco por cento de famílias chefiadas por mulheres. Em 1977, durante a ditadura militar, que curiosamente foi também estabelecido em nome da família, da moral e dos bons costumes, o divórcio foi aprovado pelo Congresso. A preocupação com o casamento e a vida do lar não era apenas presbiteriana. Todavia, nesse segmento da sociedade se apresentava de forma aguda. Imitando a Igreja Católica, os presbiterianos introduziram em meados dos anos setenta o Encontro de Casais com Cristo, primeiro em uma igreja de São Paulo, logo depois em Campinas e em Americana, se espalhando por diversas cidades do país daí em diante. Esse movimento

[94] BELLOTTI, Karina Kosicki. **A mídia presbiteriana do Brasil: luz para o caminho e editora cultura cristã**. São Paulo: Anablume / FAPESP, 2005.

está presente ainda hoje, tanto no catolicismo como no presbiterianismo, além algumas outras denominações.

O tema do vestibular se fazia presente nos períodos específicos dos exames. Listas de jovens que prestariam as provas apareciam nos boletins e a família solicitava aos irmãos que orassem intercedendo para que alcançassem sucesso. Depois, listas de aprovados apareciam agradecendo a Deus a vitória obtida. Como se sabe a demanda por cursos superiores era crescente havendo sempre um número muito maior de candidatos do que vagas nas universidades. A solução passava pelo estudo árduo, boas escolas e orações. No entanto, a julgar pelos boletins, jamais se questionou o sistema ou a legitimidade do processo ou algo parecido.

Viu-se acima que a Igreja de Campinas esteve em determinado período envolvida com uma grande campanha de avivamento espiritual, buscando a plenitude espiritual sob a ação e direção do Espírito Santo. Essas coisas eram peculiares do pentecostalismo, embora a ênfase e a explicação dos presbiterianos, bem como do protestantismo histórico fossem diferentes. Não era ensinado o batismo com o Espírito Santo como algo além da experiência primária da conversão, mas ligada a esta. Os presbiterianos falavam, então, da plenitude do Espírito Santo na vida do crente, pois o espírito divino estaria presente desde o início, bastando ao crente deixar-se dominar e ser controlado em suas ações e emoções. A manifestação de êxtase espiritual caracterizada pelo dom de línguas, isto é, falar línguas estranhas ou a língua dos anjos, também não era importante nem necessária. A experiência espiritual não deveria depender de qualquer experiência extática, mas se tornava mais racionalizada, explicada, apenas sentida interiormente. Assim, a igreja ensinava a verdadeira doutrina e construía uma forma de manipulação do sagrado diferente do pentecostalismo, para o qual já perdia muitos membros.

Os boletins mostram a racionalização da fé diferente do pentecostalismo que se entrega àquilo que é inexplicável, como as experiências extáticas. Deus está presente no cotidiano iluminando as vidas dos crentes para a constituição da família, para o sucesso nos estudos e no trabalho, mas não pode ser entendido nas manifestações estranhas que se propunham sagradas.

Toda a vida do crente podia ser explicada pela presença divina. A boa teologia explicaria racional e claramente a ação sagrada na vida. Os boletins são um precioso meio para isso.